Brasil – Copa 2014: Desafios e Responsabilidades

RELATÓRIO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS DESTIANDOS À COPA DE 2014 E ÀS OLIMPÍADAS DE 2016

RELATOR: Deputado **PAULO RATTES**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

BRASÍLIA – DF

2009

ÍNDICE

1. Apresentação
2. Introdução
3. Constituição da Subcomissão
4. Requerimentos
    3.1. Requerimentos de Audiências Públicas
    3.2. Requerimentos de Informação
    3.3. Indicações
    3.4. Requerimentos diversos
5. Audiências Públicas
6. Resposta dos Estados aos pedidos de informações
7. Rede de Informações
8. Missões Oficiais
9. Conclusões e Recomendações
10. Encaminhamentos

Apresentação

Brasil, Copa de 2014 – Desafios e Responsabilidades

Deputado Sílvio Torres
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados

A conquista do direito de hospedar um evento da magnitude da Copa do Mundo de Futebol implica grandiosas responsabilidades. E despesas mais do que milionárias para garantir o sucesso da mais importante competição esportiva da indústria mundial do entretenimento.

Ao assumir a tarefa de acolher, em 2014, a Copa do Mundo, o Brasil terá a obrigatória tarefa de realizar múltiplas obras para acolher uma demanda a maior conformada por milhares de turistas internacionais que desembarcarão no país. Criando empregos e gerando oportunidades de trabalho. E, assim, estimulando o desenvolvimento social e econômico.

Realizar uma competição do porte da Copa do Mundo, que garante o ingresso de dinheiro novo e polariza a atenção de bilhões de espectadores em todo o planeta para um país, exige investimentos de grande porte. Tanto por parte da iniciativa privada quanto do governo federal. E, por extensão, ética e responsabilidade.

Enquanto, para a FIFA, a Copa do Mundo é um festival que rende fartos lucros e objetiva expandir as fronteiras do negócio da bola, para o Brasil o evento é uma oportunidade de divulgar o país e torná-lo mais atraente. Mas, para isso, é indispensável encaminhar efetivas soluções para problemas estratégicos, como, por exemplo, os da mobilidade urbana, da logística de transportes, dos terminais aeroportuários, do saneamento, da segurança pública.

Os investimentos destinados a preparar o Brasil para a Copa de 2014, independentemente da parcela a ser assumida pelo setor privado, será realizado, majoritariamente, pelo Poder Executivo. Que destinará substanciais parcelas do dinheiro dos impostos pagos pelos cidadãos à realização de obras de infraestrutura e à construção e revitalização de estádios. Como compreendeu o presidente República, ao ordenar ao BNDES que oferecesse uma linha de financiamento para garantir a construção ou a reforma das arenas esportivas para a competição.

Zelar pela adequada aplicação dos recursos do Estado é tarefa que compete ao Congresso Nacional. Razão, inclusive, que fundamentou, no passado, a criação do Parlamento. Por isso, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados criou a Subcomissão da Copa de 2014, com a missão precípua de contribuir para o sucesso do evento e para garantir o correto emprego do dinheiro da sociedade.

Com tais propósitos, a Subcomissão traçou um programa destinado a levantar informações sobre as reais necessidades brasileiras para realizar a Copa de 2014. Para atingir seus objetivos, a Subcomissão realizou, ao longo de 2009, um conjunto de audiências públicas, com representantes do setor público e da iniciativa privada; colheu informações, na Alemanha e na África do Sul, com os organizadores das Copas de 2006 e de 2010; criou, em estreita sintonia com o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas do Estados e das cidades onde o evento será disputado, a inédita Rede de Fiscalização da Copa; e implantou, na Internet, o Portal de Fiscalização da Copa de 2014, que permitirá aos cidadãos encaminhar denúncias sobre irregularidades nas obras destinadas a preparar o Brasil para o evento.

O trabalho da Subcomissão da Copa de 2014 está retratado, nos mínimos detalhes, no presente Relatório. Uma obra de fôlego, que deixa absolutamente claro que nem o governo federal nem a Confederação Brasileira de Futebol preocuparam-se em elaborar um planejamento estratégico para preparar o país para o maior evento midiático do planeta. Apesar de a vitória da candidatura brasileira ter sido consagrada antes mesmo de ter sido oficializada, no primeiro semestre de 2007.

“Brasil, Copa de 2014 – Desafios e Responsabilidades”, é um documento que dá público conhecimento sobre todos os movimentos e todas as ações da Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos destinados à Copa de 2014.

E que, além disso, expõe as informações prestadas aos integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados a respeito da matéria, contextualizando um trabalho de fôlego que contribuirá para que os responsáveis pela organização de megaeventos no Brasil, tanto os do setor público quanto os da iniciativa privada, acordem, afinal, para a necessidade de, antes de fazer, planejar. E de, previamente ao planejamento, pensar, discutir, debater.

Receita que, compreendia e observada, garantirá não apenas o sucesso de eventos como a Copa do Mundo FIFA de Futebol e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Mas que contribuirá, de maneira exponencial, para que os gastos públicos realizem-se com correção, transparência, publicidade. Honestidade, enfim. Evitando-se, assim, os pecados maiores do desperdício, da malversação e da corrupção.

1. Introdução

A decisão da FIFA, entidade dirigente máxima do futebol internacional, de estabelecer o sistema de rodízio para definir os países responsáveis pela organização das Copas do Mundo de Futebol de 2010 e de 2014 selou, com antecipação, a vitória da candidatura brasileira antes mesmo de o presidente Luís Inácio Lula da Silva assinar o Cadernos de Encargos que, em nome do governo - e por extensão da sociedade nacional -, comprometeu o Estado com a realização de um dos mais importantes eventos da indústria mundial do entretenimento.

Quando o presidente da República, no primeiro semestre de 2007, chancelou o Caderno de Encargos da FIFA, o mundo vivia um momento de euforia financeira. Raras vozes prediziam, então, que pairava no ar o risco de uma implosão dos bancos em virtude de operações sustentadas por papéis de lastro inexistente. Nesse ambiente, de lucros rápidos e fáceis, o governo assumiu compromissos cuja latitude e longitude, na verdade, ignorava.

Em novembro de 2007, a FIFA, com a pompa e a circunstância que caracterizam suas decisões, comunicou ao mundo que o Brasil fora brindado com a responsabilidade de hospedar a Copa do Mundo de 2014. Anúncio que não causou qualquer tipo de comoção, na medida em que a postulação brasileira, apoiada de antemão pela Confederação Sul-Americana de Futebol, não fora, em momento algum, confrontada com a de qualquer outro país do continente.

À época da decisão, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, disseminou, por intermédio de diversos veículos da mídia, a falaciosa versão de que a iniciativa privada suportaria o grosso das despesas necessárias para adequar os estádios brasileiros às exigências da FIFA.

A decisão da FIFA de realizar a Copa do Mundo de 2010 no continente africano e a de 2014 na América do Sul gerou um confortável lapso de tempo para que os governos federal, estaduais e municipais, a Confederação Brasileira de Futebol e os hipotéticos investidores da iniciativa privada elaborassem um projeto estratégico para lastrear a organização do país para receber a maior competição esportiva do planeta em matéria de assistência televisiva.

No domingo 31 de maio de 2009, dia em que a FIFA definiu as cidades-sede, os grandes jornais brasileiros dedicaram vastos espaços ao fato. Publicaram matérias sobre quanto custaria construir ou reformar os estádios para a Copa de 2014. A informação inicial era de que as obras implicariam despesas de aproximadamente R$ 4 bilhões.

Quanto às iniciativas necessárias para encaminhar soluções capazes de solucionar gargalos históricos do país, como o do transporte rodoviário, da logística, da mobilidade urbana, do saneamento e da segurança pública, por exemplo, essas não puderam ser esmiuçadas. Por uma simples razão: inexistia um diagnóstico sobre as ações que os doze estados e cidades-sede terão de realizar e custear para preparar-se para a Copa de 2014.

O entusiasmo pela conquista do direito de a Copa de 2014 ser disputada no Brasil e a despreocupação com a necessidade de planejar, com a devida antecedência, a sua realização, gerou, para os integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, o sentimento de que o modelo de desorganização que pautou os preparativos dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, realizados em 2007, poderiam se repetir.

Esse sentimento foi o motivo que levou a Comissão a criar, em virtude de requerimento por mim apresentado no dia 24 de março de 2009, a Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos destinados à Copa de 2014, que, posteriormente, assumiu o encargo de fiscalizar, também, a organização dos Jogos Olímpicos de 2016. A Subcomissão, a partir de sua instauração, dedicou-se, ao longo da sessão legislativa de 2009, a buscar informações capazes de garantir à sociedade pleno conhecimento e total transparência sobre os gastos que serão feitos pelo Poder Público, em seus três níveis, para a realização do Mundial do Brasil.

A preocupação com a possibilidade de os gastos com a organização da Copa de 2014 exacerbarem-se, seguindo o modelo dos Jogos Pan-Americanos do Rio, confirmou-se pouco depois da definição das cidades-sede. Quando o presidente da CBF comunicou ao Poder Executivo que seria imprescindível o governo federal garantir recursos financeiros para viabilizar a construção ou a reforma dos estádios.

Ao declarar, publicamente, que sem recursos da União a realização da Copa de 2014 enfrentaria dificuldades dos mais variados portes, o presidente da CBF tornou evidente que o planejamento do Mundial de Futebol do Brasil tratava-se de mera peça de ficção. O que foi confirmado a partir do momento em que a Subcomissão da Copa de 2014 deflagrou os seus trabalhos.

2. Constituição da Comissão

A Subcomissão Permanente para Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos Federais destinados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 foi constituída no dia 24 de março de 2009, conforme Requerimento nº 127/2009, de autoria do Deputado Paulo Rattes que propôs a sua criação.

Em sua justificativa, o deputado Paulo Rattes apresentou reportagem da revista Carta Capital do dia 04 de março de 2009, intitulada “Copa 2014: os Estados disputam, Ricardo Teixeira reina”.

Segundo a reportagem, o orçamento preliminar realizado pelo Comitê Organizador estimava gastos de 4,8 bilhões de dólares (8,3 bilhões de reais) em obras, e 1,2 bilhões de dólares (2 bilhões de reais) em estádios.

O autor do Requerimento faz um reflexão sobre esses valores, sobre a utilização de recursos públicos federais, estaduais e municipais, e questiona sobre quem vai fiscalizar e controlar esses gastos.

Ao final, o deputado Paulo Rattes defende a criação da Subcomissão, afirmando se tratar de uma obrigação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o objetivo de não pairar dúvidas sobre o destino do dinheiro público, como ocorreu na organização dos Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro, em 2007.

O Requerimento foi aprovado por unanimidade no dia 11 de março de 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQ. Nº 127/2009

Autor: Deputado Paulo Rattes

APROVADO EM 11/03/09
CFFC

REQ-127/2009 CFFC
Aprovado com alteração: "solicita seja criada subcomissão permanente para acompanhamento, fiscalização e controle dos recursos públicos federais destinados à Copa de 2014."

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO, 127 DE 2009
(Do Sr. Paulo Rattes)

Requer seja criada a subcomissão especial para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 29, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro ouvido o plenário desta Comissão, a criação da Subcomissão Especial para acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014.

JUSTIFICATIVA

A capa da revista Carta Capital do dia 04/03/09, traz em um dos seus títulos o seguinte: "Copa 2014: os Estados disputam, RICARDO TEIXEIRA REINA", no mesmo número continua na pag. 08 uma reportagem especial cujo título é: "aos pés de Teixeira" e prossegue – Copa de 2014. A menos de um mês da escolha das 12 cidades sede, governadores seguem na luta para agradar. Mas quem vai fiscalizar os gastos e controlar o poder da CBF?.

Segundo a reportagem, orçamento preliminar realizado pelo Comitê Organizador, estima gastos de 4,8 bilhões de dólares (8,3 bilhões de reais) em obras estruturais, e 1,2 bilhões (2 bilhões) em estádios.

A maior parte dessa fabulosa quantia é dinheiro público, financiado por diversos órgãos do governo federal, estaduais e municipais.

De acordo com a matéria, Ricardo Teixeira adquiriu maior poder em função do interesse dos estados em sediar a Copa. Haverá a necessidade de um planejamento adequado a fim de não se repetir o ocorrido nos jogos Panamericanos, ocasião em que os gastos superaram as previsões, muitos deles realizados sem licitação.

Nesse sentido, proponho a criação de Subcomissão Especial de acompanhamento e fiscalização do dinheiro público que será gasto na preparação para a

987F3B6005

2062 (AGO/08)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Copa de 2014. Esta é uma obrigação desta Comissão, mesmo porque não podem pairar, como pairam, dúvidas sobre o destino do dinheiro público, como ocorreu nos jogos Panamericanos realizados no Brasil em 2007. Portanto, exorto os companheiros deputados e deputadas para criarmos a referida subcomissão.

Anexamos a este requerimento a reportagem da revista Carta Capital do dia 04 de março de 2009.

Sala das Sessões, em 05 de março de 2009

PAULO RATTES
Deputado Federal PMDB-RJ

2062 (AGO/06)

Especial

Aos pés de Teixeira

COPA 2014

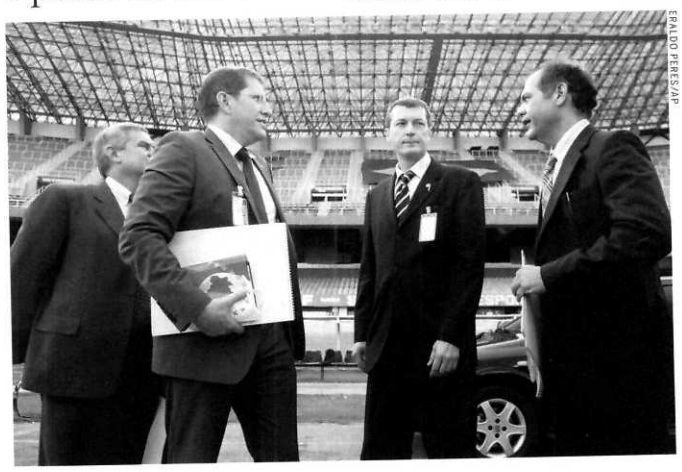
A menos de um mês da escolha das doze cidades-sede, governadores seguem na luta para agradar. Mas quem vai fiscalizar os gastos e controlar o poder da CBF?

POR PHYDIA DE ATHAYDE

"**Você já viu** os olhos de alguém emocionado? Brilham!" Assim o governador do Amazonas, Eduardo Braga, relata a reação da comitiva da Fifa ao passar por Manaus, uma das dezessete cidades que disputam as doze vagas para sediar jogos da Copa de 2014 no Brasil. Daqui a menos de um mês, precisamente em 20 de março, as escolhidas serão anunciadas em Zurique, na Suíça. Somente a partir daí a organização do Mundial começará de verdade. É quando o governo federal anunciará as obras do PAC para atender à demanda por infraestrutura nas cidades que receberão o evento. É quando, também, os governos estaduais terão de provar estar preparados. Quando maquetes terão de se transformar em realidade. De preferência, sem grandes rombos nos cofres públicos.

Os Jogos Pan-Americanos, realizados no Rio de Janeiro em 2007, continuam a ser um exemplo do que não se deve fazer. Orçado inicialmente em 414 milhões de reais, o Pan consumiu quase 4 bilhões de reais do Erário, sem que o legado tenha sido relevante *(quadro à pág. 15)*.

Somente em infraestrutura, a Copa poderá custar mais de 100 bilhões de reais, estima a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), que fez um levantamento em todas as cidades candidatas, a pedido da CBF e do Ministério do Esporte. Há pouco mais de um ano, um orçamento preliminar, preparado pelo agora diretor-financeiro do Comitê Organizador, Carlos Langoni, estimava em cerca de 4,8 bilhões de dólares (à época 8,3 bilhões de reais) as obras estruturais, e em 1,2 bilhão (2 bilhões de reais) os estádios. Não se fala mais ▶



PÉRIPLO. Brasília foi uma das cidades visitadas pela comissão da Fifa

EPALDO PEREIRA/AP

CÁLCULOS Pelas contas preliminares, a infraestrutura do Mundial poderá custar mais de 100 bilhões de reais ao País. O Pan do Rio saiu por 4 bilhões

MÃOS LIMPAS? Teixeira tem prometido ao governo Lula transparência e eficiência

Especial

▶ desse orçamento preliminar. E não se fala, ainda, de um orçamento real.

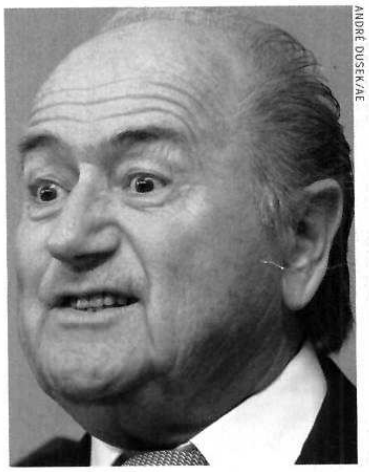
Na África do Sul, anfitriã da Copa de 2010, inicialmente previa-se gastar 350 milhões de dólares para construir cinco novos estádios e reformar outros cinco. O orçamento pulou para 1 bilhão de dólares. Greves e obras atrasadas causaram mal-estar. A Fifa descarta tirar a Copa de lá, embora o clima não seja dos melhores. Em janeiro deste ano, o parlamentar sul-africano Jimmy Mohlala, que havia denunciado um esquema de corrupção na construção de um dos estádios para a Copa 2010, foi assassinado na cidade de Mbombela.

Se não pretende ser uma África do Sul, o Brasil também não dá sinais de ser uma Alemanha, anfitriã da edição de 2006, considerada um sucesso de organização. A última Copa deu lucro de 135 milhões de euros, 40,8 milhões deles destinados somente à Fifa. Dos cerca de 2 bilhões de euros investidos nos estádios, apenas um terço foi financiado pelo poder público. O governo alemão investiu outros 3,5 bilhões de euros em infraestrutura urbana.

Que a Copa do Mundo de 2014 não repita os caminhos do Pan deveria ser não apenas um desejo, mas uma condição. Antes da confirmação da escolha do Brasil como sede da Copa de 2014, embora não houvesse concorrente na América e ainda existisse o rodízio de continentes, a CBF registrou em cartório, no Rio de Janeiro, a estrutura da então "Associação Brasil 2014", embrião do presente Comitê Organizador da Copa. A entidade foi concebida em um formato jurídico que veta a interferência do governo federal. Constituída como associação civil sem fins econômicos, conforme o estatuto, dá plenos poderes a seu diretor-presidente, Ricardo Teixeira, alijando o poder público de qualquer decisão.

A partir daí, Teixeira nomeou o comitê. Sem justificar as escolhas, cercou-se de figuras como Mário Rosa, requisitado graças à especialidade em gerenciar escândalos e crises de imagem. Filha de Teixeira, Joana Havelange, de quem se diz falar quatro idiomas e se sabe ter tido uma grife de bolsas no Rio de Janeiro, ganhou um cargo no Comitê.

Outro que figura na lista é o advogado Francisco Müssnich, de estilo um tanto heterodoxo. É capaz de lances espetaculares e inusuais para defender o interesse de seus clientes. Uma vez, chegou a sair correndo de uma assembleia de acionistas da Brasil Telecom, com a ata da reunião debaixo do braço, para evitar que os sócios conseguissem destituir Daniel Dantas do controle da operadora. Müssnich é íntimo da família: defende Daniel em processos e é namorado permanente da irmã Verônica.



ANDRÉ DUSEK/AE

BLATTER. Politicamente, permitiu doze sedes

Rodrigo Paiva, assessor de imprensa da CBF e da seleção brasileira desde 2002, repete o mesmo posto. O arquiteto Carlos de La Corte foi chamado para ser consultor de estádios, após prestar uma consultoria para o Ministério do Esporte e por ter uma empresa de projetos de viabilidade de arenas esportivas. Há, também, o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, e Alexandre Silveira, responsáveis pela parte financeira.

No Congresso, há pouca gente realmente empenhada em acompanhar a articulação de recursos públicos que serão aplicados na Copa. Um dos raros é o deputado federal Silvio Torres (PSDB-SP). "Ricardo Teixeira adquiriu poder extra com o interesse dos estados em sediar a Copa. Interesses diretamente ligados a interesses políticos. Ele faz esse jogo e, por conta disso, nunca esteve tão poderoso", diz. "Haverá muito dinheiro público envolvido na preparação para a Copa e, sem planejamento, acontecerá como no Pan, em que se gastou muito mais do que o previsto e sem licitações. Há risco em todos os setores", alerta. Ele quer criar uma Comissão Especial de Acompanhamento da preparação para a Copa. A proposta está nas mãos do presidente da Câmara, mas ainda não foi votada. Torres vai insistir e, também, estará na subcomissão que pretende acompanhar o tema.

Ainda que muito se especule quais serão as cidades escolhidas e que sejam dadas como certas São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília, ninguém arrisca as doze sedes. O clima de suspense chegou ao ápice após o périplo dos representantes da Fifa pelo País. Daí a determinação do governador amazonense em anotar reações físicas nos visitantes, já que a comitiva não interagiu com os anfitriões. A estes restou o insondável.

"Nós os recebemos de forma amazônica", exalta Braga. "Até chegarem a Manaus, eles estavam o tempo todo sob pressão. Aqui, relaxaram num eco-resort belíssimo, ficaram absolutamente à vontade", garante. Verdade seja dita, o tratamento mais que vip proporcionado ao francês Thierry Weil, diretor de Marketing da Fifa, ao norte-americano Dick Wiles, da Match, empresa responsável pelos ingressos do Mundial, e ao brasileiro Fulvio Danilas, gerente da Fifa e responsável pelo projeto da Copa no Brasil, repetiu-se a cada cidade.

A rotina das visitas seguiu o mesmo roteiro em todo o País. A recepção (no melhor restaurante local ou no palácio do governo), a apresentação dos projetos de ampliação de aeroportos, a exposição técnica da candidatura, um sobrevoo de helicóptero pela cidade e, quando havia o que mostrar, pouso e inspeção relâmpago no estádio postulante.

Os mais céticos acreditam que a comitiva da Fifa é apenas parte de uma encenação. A mesma que teria levado Ricardo Teixeira a declarar em artigo na ▶

TÁ TUDO DOMINADO Constituído como associação civil sem fins econômicos, o Comitê Organizador não presta contas. Embora alardeie, não há transparência

QUEM É QUEM NO COMITÊ ORGANIZADOR DA COPA

IVO GONZALEZ/AG. O GLOBO

O lobista

Mário Rosa
Diretor de relações institucionais, o jornalista é um consultor de imagem especializado em gerenciar escândalos e crises.

DIDA SAMPAIO/AE

O caixa

Carlos Langoni
Diretor-financeiro do Comitê Organizador da Copa, o ex-presidente do Banco Central foi crucial ao orientar as cidades candidatas. A seu lado, na mesma função, está Alexandre Silveira.

LEONARDO AVERSA/AG. O GLOBO

A herdeira

Joana Havelange
Assim batizada para homenagear o avô, João Havelange, a filha de Ricardo Teixeira ganhou o cargo de secretária-administrativa do Comitê.

STEFTEN SCHMIDT/AP

O REI

Ricardo Teixeira
Presidente da CBF, em 2014 completará 25 anos no poder. Indiciado por 13 crimes nas CPIs do futebol, em 2001, foi condenado por sonegação fiscal.

IVO GONZALEZ/AG. O GLOBO

O conselheiro

Rodrigo Paiva
Assessor de imprensa da CBF e da seleção brasileira desde 2002, o jornalista terá a mesma função no Comitê.

MÔNICA MUNIZ/BOY/AG. O GLOBO

O advogado

Francisco Müssnich
Diretor-jurídico do Comitê, é o advogado nº 1 de Daniel Dantas e namorado estável de sua irmã, Verônica.

VIN ZANATTA/AE

O engenheiro

Carlos de La Corte
Consultor de estádios do Comitê, o arquiteto assessorou o Ministério do Esporte, em 2002, para o desenvolvimento de centros esportivos modulares.

Os embaixadores

DOMINIQUE FAVRE/AP

Pelé

ALESSANDRO DELLA BELLA/AP

Romário

DANS LEVILLAGE DA SPEL/AP

Paulo Coelho

Especial

MARACANÃ. O cotado palco da final receberá a enésima reforma

▶ *Folha de S.Paulo* que "todo o processo da Copa será conduzido com a maior seriedade", que as escolhas das cidades "não serão políticas" e coisas do tipo. Teixeira não está em campanha. Garantiu-se na CBF até a realização da Copa, quando completará 25 anos no poder.

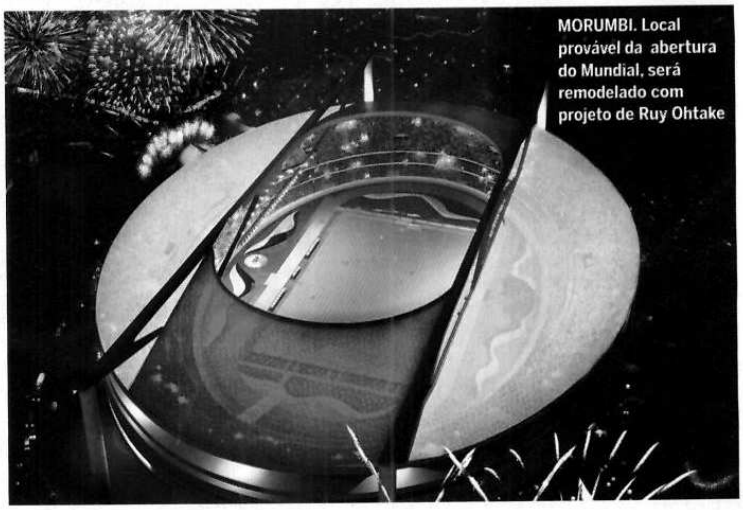
Em campanha estão os governadores, especialmente os de estados onde o futebol é insignificante. "Faz tempo que estou mexendo meus pauzinhos para trazer a Copa para o Mato Grosso, mas prefiro fazer isso quieto, sem alarde", proferiu Blairo Maggi no Palácio Paiaguás. O secretário de Desenvolvimento do Turismo, Yuri Bastos, dá detalhes do projeto de Cuiabá: "A nossa arena, o Verdão, custará 400 milhões de reais. Queremos a iniciativa privada investindo. Caso não encontremos parceiros, garantiremos os recursos". Traduzindo: se ninguém quiser investir em uma arena, o governo estadual pagará sozinho.

Assim como a capital amazonense, Cuiabá contratou a consultoria Deloitte para alinhavar a candidatura à Copa. "É uma organização altamente profissional", diz. Além dos 400 milhões de reais para o estádio, Bastos diz que 1 bilhão de reais será utilizado em obras estruturais.

A grife da consultoria internacional Deloitte também municia Braga, que alardeia 6 bilhões de reais em investimentos, com nome em inglês. "É o nosso *master plan* de investimentos privados e públicos, nossa capacidade de atração. Mas com 40% disso eu faço a arena e resolvo a questão da mobilidade urbana", explica o governador, antes de repetir o mantra, comum a 100% dos postulantes à Copa: "Tanto quanto possível, usaremos o mínimo de dinheiro público".

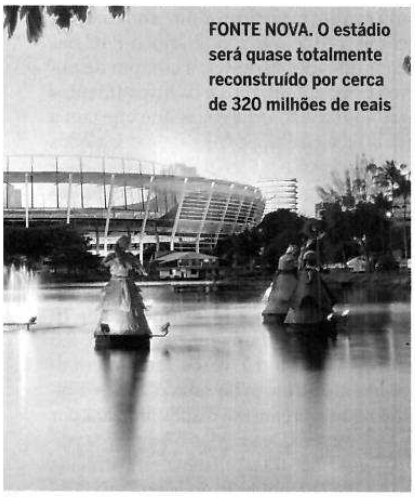
A candidatura amazonense inclui a proposta de "carboneutralizar" a Copa do Mundo. Consiste em garantir a não derrubada de uma área preservada de floresta entre Mato Grosso, Rondônia e Pará. A Copa só terá as emissões de carbono neutralizadas se Manaus for uma das sedes? "Em que pese acharmos injusto prestar um serviço ambiental sem sermos sede, uma coisa não depende da outra. Isso é um *plus*", floreia Braga.

É particularmente interessante a disputa entre as cidades fora dos eixos sagrados do futebol brasileiro. Ainda mais depois que o ministro do Esporte, Orlando Silva, antecipou-se à Fifa e garantiu "uma cidade na Amazônia e outra no Pantanal" entre as escolhidas. Teixeira o desmentiu, a reforçar que "nada está definido". Mas a alteração anunciada em



MORUMBI. Local provável da abertura do Mundial, será remodelado com projeto de Ruy Ohtake

EM CAMPANHA 1 "Tanto quanto possível, usaremos o mínimo de dinheiro público", diz o governador Eduardo Braga, ao comentar o plano do Amazonas



FONTE NOVA. O estádio será quase totalmente reconstruído por cerca de 320 milhões de reais

seguida por Joseph Blatter, de que, em vez das dez originalmente programadas, haveria doze cidades-sede, faz pensar em arenas erguidas nessas duas regiões.

"Mas aqui não vai ter elefante branco", destaca a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa. Ela sabe o peso disso, e apressa-se em se diferenciar dos concorrentes vizinhos. "Aqui temos futebol. No último clássico, Remo e Paysandu levaram 32 mil pagantes ao estádio. Além disso, em janeiro mostramos nossa capacidade ao recebermos 130 mil visitantes no Fórum Social Mundial. E temos o maior projeto de reflorestamento do planeta: plantar 1 bilhão de árvores", diz, ciente da importância que a preocupação ambiental poderá ter.

Belém também contou com uma consultoria internacional, a PricewaterhouseCoopers, para elaborar seu projeto de sede. A reforma do Mangueirão, orçada em 90 mil dólares, tem valor bem menor do que a dos concorrentes. A governadora diz que, ao todo, o Pará investirá 400 milhões de reais em obras financiadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. "Tudo isso vai acontecer independentemente de sermos escolhidos", garante.

Também na corrida amazônica está o Acre. A candidatura de Rio Branco fez a senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva usar a tribuna para fazer campanha pela Copa. Ela cita desde ▶

GATO ESCALDADO? O governo federal faz a Fifa determinar as responsabilidades de cada parte

O **ministro do Esporte**, Orlando Silva, garante que a Copa de 2014 não repetirá os erros do Pan. "Não queremos surpresas", afirma na entrevista que segue.

CartaCapital: O que foi feito durante 2008?
Orlando Silva: Trabalhamos as garantias governamentais, portarias, decretos e mesmo leis que serão votadas neste primeiro semestre. Há uma negociação para atender à fórmula da Fifa. Não queremos mexer muito nas leis do Brasil, o ideal é que as normas deles se adaptem às nossas possibilidades.

CC: O comportamento do governo federal será diferente na Copa em relação ao Pan?
OS: São dois eventos diferentes, mas vale a referência para aprender com o que foi ruim. Como envolvia vários níveis de governo, o Pan obrigou o governo federal a assumir responsabilidades além do que pretendia. Fica de lição antecipar os problemas na forma de planejamento. Dialogando com a Fifa, conseguimos que ela exigisse, no contrato que será assinado com cada cidade escolhida, a definição do que é matriz municipal, estadual ou federal nos investimentos. É o que não conseguimos no Pan. Para nós, é uma grande conquista. Um mecanismo de defesa.

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

SILVA. "Mecanismo de defesa"

CC: O governo federal não deveria exigir isso?
OS: Como é um evento da Fifa, é ela que decide as sedes e pode descredenciar uma cidade. A Fifa quer estabilidade e nós não queremos surpresas. É um contrato assinado e o governo federal fará questão de que seja público, até para não ser cobrado do que não lhe compete. Não me cobrem aquilo que não tenho responsabilidade.

CC: No Pan o governo federal acabou pagando a conta. Se governos estaduais e municipais não cumprirem sua parte na Copa, sobra para quem?
OS: Se alguma cidade não cumprir o cronograma, será excluída. E o que não falta no Brasil é cidade interessada em receber jogos da Copa.

CC: O senhor declarou que entre as escolhidas haveria sedes no Pantanal e na Amazônia. Ricardo Teixeira o desmentiu. O que aconteceu?
OS: Nada. Vejo a Copa do Mundo como uma grande plataforma para a promoção do Brasil, um país competente, democrático, com estabilidade econômica e com belezas naturais. A Amazônia e o Pantanal são dois destinos turísticos fundamentais. Vamos ver dia 20 de março. Copa do Mundo no Brasil sem a Amazônia?

CC: A Abdib estima em 100 bilhões de reais os investimentos para a Copa. É por aí?
OS: Esse estudo mapeou problemas e apontou soluções. Mas é precipitado falar em números sem saber quais as escolhidas. Há cidades que demandam mais, outras menos. Não vou especular sobre números.

CC: O PAC da Mobilidade se confundirá com o PAC da Copa?
OS: Mobilidade é um problema-chave para a Copa. Vamos cruzar o estudo da Abdib com os projetos do PAC para ver o que terá de ser incorporado. Vai haver uma confluência grande. Aeroportos, por exemplo, são um tema valorizado no PAC. Mas veremos isso após 20 de março.

CC: Alguns estados têm projetos de arenas via PPPs, mas garantem que arcarão com todos os custos se não encontrarem investidores. Essa conduta é desejável?
OS: Esse é um problema dos estados. A referência é que o governo federal não deve colocar dinheiro na construção de arenas, e que as cidades devem buscar se associar à iniciativa privada, até porque elas não se sustentam apenas com futebol. Só espero que a PPP para arenas não inclua a expectativa de dinheiro federal. Porque não vai sair.

EM CAMPANHA 2 "Aqui não vai ter elefante branco. Temos futebol e temos público pagante", destaca a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa

Especial

a luta dos acrianos para serem integrados ao Brasil até a ideia de desenvolvimento sustentável defendida por Chico Mendes para convencer o restante do País a conhecer melhor o postulante. "O Acre está acostumado a surpreender. Por que não também agora?"

O secretário de Turismo, Cassiano Marques, diz que o estado tem investimentos de 3,5 bilhões de reais em obras com impactos na Copa. Caso seja escolhido, outros 400 milhões de reais estão previstos para a construção do Centro de Treinamento, da segunda fase da Arena da Floresta e de mais hotéis. Marques, porém, parece reconhecer a chance mínima de Rio Branco. "Por conta do seu esforço, o Acre já está na Copa. De um jeito ou de outro, já estamos."

Com chances mais realistas de estar entre as sedes anunciadas em 20 de março, a capital cearense apresenta seus números. O governador Cid Gomes comenta a passagem da comitiva da Fifa por Fortaleza. Escolhida para ser a última visitada, foi onde, pela primeira e única vez, os homens da Fifa se pronunciaram. Thierry Weil arranhou um portunhol para dizer que, em 2014, "o futebol volta para na sú casa". Fortaleza foi a última cidade visitada por estar fisicamente mais próxima da Europa. "Isso não é um elogio, é apenas uma constatação. Uma verdade absoluta *(a proximidade da Europa)* foi mencionada cercada de pudores. Eles são absolutamente discretos", disse o governador.

Cid Gomes destaca como vantagens cearenses a rede hoteleira razoável e concentrada em 5 quilômetros da orla. Mas reconhece as limitações de mobilidade urbana (comuns a todas as candidatas). "O estado investirá no transporte metroviário, na ligação aeroporto-hotéis-estádio. No Metrô investiremos 800 milhões de reais, independentemente da Copa. Nas duas linhas de VLT *(veículo leve sobre trilhos)*, 90 milhões de reais em cada, mas dependendo da confirmação da Copa", diz Gomes.

A candidatura cearense inclui a reforma do Castelão, que é estadual. "Tivemos uma oferta de PPP e foi feito um belo projeto. Uma estimativa grosseira de custos fica em torno de 300 milhões de reais, mas ainda não existe projeto executivo", diz o governador. Além de garantir a reforma caso a PPP não se concretize, espera investir 800 milhões de reais em obras viárias, "cinco ou seis viadutos". Tudo a ser definido após 20 de março.

Na Bahia, o secretário de Transporte, Renda e Emprego, Nilton Vasconcelos, repete ideias parecidas. "O governo do estado quer investir zero no equipamento esportivo. É um desejo. A curto prazo, a hipótese de uma PPP é proposta a ser modelada", diz. A reforma da Fonte Nova está orçada em cerca de 320 milhões de reais e inclui a construção, opcional, de um shopping center ou um centro empresarial ao redor do estádio, para tornar o investimento economicamente viável. "Sabemos que apenas a receita operacional do estádio dificilmente trará o retorno financeiro", admite. "O investimento no estádio dificilmente virá num contexto diferente. Mas não contamos com essa hipótese", diz Vasconcelos, sobre a eventualidade de Salvador não ser escolhida.

RARIDADE. Não são muitos os interessados em fiscalizar a Copa. Silvio Torres é um deles

No Rio de Janeiro, o governador Sérgio Cabral se diz confiante não apenas na escolha, mas em abrigar a final da Copa e, também, o Centro de Mídia. "Não tenho dúvida de que vamos conseguir", disse. "Os dirigentes da Fifa ficaram encantados com o projeto do Rio de Janeiro. Temos uma lista de investimentos em infraestrutura em andamento, como o Arco Metropolitano, o PAC nas comunidades carentes, a compra de novos trens suburbanos e os investimentos no Metrô. São iniciativas que chegam a 10 bilhões de reais, fruto da parceria dos três níveis de governo." O governador não distinguiu quanto dos investimentos caberá ao município nem ao estado.

Walter Feldman, secretário de Esportes da cidade de São Paulo, apresenta números vultosos. "Teremos investimentos de 10 bilhões de reais, a maior parte disso, 8,6 bilhões, no Metrô, verba fundamentalmente do governo do estado, fora o 1 bilhão que a prefeitura disponibilizará por ano, também para o Metrô", diz. A candidatura paulistana está atrelada à ampliação do Metrô em direção ao aeroporto de Congonhas e ao Morumbi. Apesar de rumores apontando o surgimento de uma nova arena na cidade para a Copa, Feldman está fechado com o estádio do São Paulo. "O Morumbi tem condições de receber a abertura e a final, mas precisa ser modernizado. Quanto a isso, recebemos todas as garantias da direção do clube." A construção de uma garagem interligada com a futura estação do Metrô, próxima ao estádio, ainda não foi definida. "Seria o complemento que nos daria a perfeição, mas não é um impeditivo", conclui Feldman.

Além das mencionadas, concorrem Campo Grande, Natal, Recife/Olinda, Curitiba e Florianópolis. A contagem regressiva para a definição das sedes da Copa 2014 está perto do fim. Depois de 20 de março, as cidades escolhidas terão três meses para entregar à Fifa o estudo de pré-viabilidade dos projetos apresentados. A partir daí, seguirão o cronograma da Fifa. Em novembro de 2008, a entidade máxima do futebol anunciou ter feito um seguro milionário, no valor de 650 milhões de dólares, para se resguardar de eventuais problemas durante a preparação da Copa de 2010, na África do Sul, e da Copa de 2014, no Brasil. Melhor prevenir. ■

POR VIA DAS DÚVIDAS A Fifa anunciou ter feito um seguro milionário, de 650 milhões de dólares, para se resguardar de qualquer eventualidade ou prejuízo

MILTON FUKUDA/AE

TASSO MARCELO/AE

HERANÇA MALDITA. O Engenhão, Estádio João Havelange, não serve para a Copa. O Complexo Maria Lenk não é apropriado para a natação olímpica

DEPOIS DO PAN, AS OLIMPÍADAS Não contente com as sucessivas derrotas das candidaturas anteriores, o COB lança a Rio 2016. Haja factoides

No início de fevereiro, o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) entregou ao Comitê Olímpico Internacional, na Suíça, a candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016. Em seguida, apresentou o projeto em uma cerimônia na cidade. Carlos Arthur Nuzman, presidente do COB, esbanjou sorrisos e usou manobras para impressionar os presentes. Citou, por exemplo, a realização do carnaval (em fevereiro ou março, até onde se sabe) no Rio de Janeiro como um atrativo para as Olimpíadas (entre julho e agosto).

Impressionante, porém, é o orçamento total: 28,8 bilhões de reais, dos quais 5,6 bilhões são destinados apenas ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos. É quase o mesmo valor da soma (30 bilhões de reais) dos orçamentos das três outras concorrentes, Madri, Tóquio e Chicago, cidades sabidamente mais pobres que o Rio.

Ricardo Leyser, secretário especial da candidatura olímpica no governo federal, tentou relativizar o orçamento carioca. Disse que 34% do valor refere-se a obras do PAC, já em andamento, e que outros 35% são recursos planejados para a cidade nos próximos anos.

Ainda assim, gastos potencialmente públicos, como a construção da Vila Olímpica, da Vila de Imprensa e a infraestrutura urbana somarão cerca de 11 bilhões de reais.

Na apresentação, o ministro do Esporte, Orlando Silva, disse que "o legado de infraestrutura não alcançado no Pan será alcançado nos Jogos Olímpicos". Sem querer, expôs uma das piores lembranças dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Além de estourar o orçamento em alguns bilhões, o Pan não deixou nenhum legado positivo na infraestrutura da cidade. Muito menos deixou instalações suficientes a serem usadas nas Olimpíadas.

O Parque Aquático Maria Lenk, por exemplo, não poderia abrigar competições de natação por estar fora das exigências atuais do COI. Serviria para competições de nado sincronizado.

Projetos como o da Marina da Glória e o do estádio de remo da Lagoa, obras embargadas pelo Iphan, voltaram a ser mencionados. Também ressurgiu a promessa de despoluição das lagoas da Barra da Tijuca, nunca realizada.

As Olimpíadas implicariam a destruição do Autódromo de Jacarepaguá para erguer o Parque Olímpico. Entre as obras, está previsto um novo estádio para abrigar a natação.

Alberto Murray, integrante do COB e forte opositor de Nuzman, não se ilude com a embalagem bonita para 2016: "O dossiê é cheio de omissões, gravíssimas. Nos círculos internacionais, o Rio não é sequer considerado concorrente à altura".

O Engenhão, estádio construído para o Pan ao preço de cerca de 400 milhões de reais, hoje é alugado por 30 mil mensais ao Botafogo. Mal localizado, sem estacionamentos e fora dos padrões da Fifa, não servirá para a Copa, embora possa ser aproveitado numa Olimpíada. É quase uma piada que tenha o nome de João Havelange.

WILSON DIAS/ABR

FOLCLORE. O incansável Nuzman junta carnaval com Olimpíadas para convencer o COI

Olimpíadas de 2016

Em dois de outubro de 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita sedaedos Jogos Olímpicos de 2016. Cinco dias depois, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle aprovou, em reunião ordinária, o Requerimento nº 261/2009, de autoria dos deputados Rômulo Gouveia e Silvio Torres, que incluiu as Olimpíadas de 2016 no rol de ações a serem acompanhadas pela Subcomissão.

Na justificativa do Requerimento, os Deputados observaram que a Subcomissão tem atuado ativamente na busca de informações e na concretização de uma Rede de Fiscalização dos gastos da Copa. Esse esforço, bem como a experiência até então adquirida, poderiam ser utilizados para a fiscalização e o controle dos gastos públicos com o evento.

Como as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016 só foram incorporadas à Subcomissão em outubro de 2009, a maior parte do trabalho desenvolvido, este ano, pela Subcomissão voltou-se à Copa do Mundo de 2014. No entanto, por se tratar de uma Subcomissão Permanente, o trabalho terá continuidade nos anos subsequentes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQ. Nº 261/2009

Autores: Deputado Silvio Torres
Deputado Rômulo Gouveia

APROVADO EM 07 / 10 / 2009
CFFC

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº 261 , DE 2009
(dos Senhores Silvio Torres e Rômulo Gouveia)

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
☐ CÓPIA ☒ ORIGINAL
Recebido em 06/10/09 às 18:42
Nome Legível — 5254 Nº de Ponto

Solicita a inclusão dos gastos com a organização e a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no rol de ações a serem acompanhadas pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos com a Copa do Mundo de 2014.

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a inclusão dos gastos com a organização e a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no rol de ações a serem acompanhadas pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos com a Copa do Mundo de 2014.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 02 de outubro, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O trabalho de organização, preparação e realização será imenso e deixar tudo pronto até lá será um grande desafio para o Brasil. No entanto, imenso e desafiador também deverá ser o trabalho de acompanhamento, fiscalização e controle por parte desta Casa, e especialmente desta Comissão, com os gastos da sua organização, preparação e realização.

A Subcomissão Permanente de acompanhamento, fiscalização e controle dos gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014 tem atuado ativamente na busca de informações e na concretização de uma rede de fiscalização dos gastos com o Copa. Esse esforço, a experiência adquirida com esses trabalhos e os avanços que a Subcomissão já alcançou até o presente momento podem igualmente podem perfeitamente serem utilizados para a fiscalização e o controle dos gastos públicos com as Olimpíadas de 2016.

Neste sentido, estamos apresentando presente requerimento para que os gastos com o organização e a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 sejam incluídos no rol de ações a serem acompanhadas pela Subcomissão Permanente da Copa de 2014, pelo que pedimos o apoio dos demais pares.

Sala da Comissão, 06 de outubro de 2009.

Deputado Silvio Torres
PSDB/SP

Deputado Rômulo Gouveia
PSDB/PB

479B6D3B03

Membros

A Subcomissão foi instalada no dia 26 de março de 2009, e foram eleitos os Deputados Rômulo Gouveia como Presidente e Léo Alcântara como Vice-Presidente. O Deputado Paulo Rattes foi designado o relator.

A Subcomissão possui a seguinte composição (atualizada em dezembro de 2009):

Presidente: Rômulo Gouveia – PSDB/PB
Vice-Presidente: Vago
Relator: Paulo Rattes – PMDB/RJ

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Carlos Willian (PTC/MG)	Devanir Ribeiro (PT/SP)
Paulo Rattes (PMDB/RJ)	Felipe Bornier (PHS/RJ)
Simão Sessim (PP/RJ)	Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG)
(01) Vaga	Wellington Roberto (PR/PB)
(01) Vaga	(01) Vaga
PSDB/DEM/PPS	
José Carlos Machado (DEM/SE)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Rômulo Gouveia (PSDB/PB)	José Carlos Vieira (PR/SC)
Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Silvio Torres (PSDB/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Ademir Camilo (PDT/MG)	Léo Vivas (PRB/RJ)

3. Requerimentos

A Subcomissão aprovou 39 Requerimentos, sendo 24 de audiências pública, 10 de solicitação de informações, 2 de encaminhamento de indicação ao Poder Executivo, e 3 sobre outros assuntos.

3.1. Requerimentos de Audiência Públicas

Requerimento	Situação
Requerimento nº 136/09 **Autor(es):** Deputado Rômulo Gouveia **Convidados**: Carlos Langoni, Diretor Financeiro do Comitê Organizador da Copa do Mundo; e Paulo Godoy, Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB **Data da aprovação:** 01/04/09	**Em: 13/08/2009** – Realizada audiência pública (req 136, 184 e 186/09) com a participação dos Senhores: • **Ralph Lima Terra**, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base - ABDIB, substituindo Paulo Godoy, Presidente da ABDIB; • **Luiz Antônio do Souto Gonçalves**, Chefe de Departamento da Área de Inclusão Social do BNDES, substituindo o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES
Requerimento nº 171/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados:** Governador de Pernambuco, Eduardo Campos; e Prefeito de Recife, João da Costa Bezerra Filho **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 172/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador do Ceará, Cid Gomes; e Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 173/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes Convidados: Governadora do Rio Grande do Norte, Wilma Faria; e Prefeita de Natal, Micarla Weber **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada

Requerimento	Situação
Requerimento nº 174/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador do Amazonas, Eduardo Braga; e Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 175/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi; e Prefeito de Cuiabá, Wilson Santos **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 176/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; e Prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 177/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador da Bahia, Jaques Wagner; e Prefeito de Salvador, João Henrique Carneiros **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 178/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador do Paraná, Roberto Requião; e Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada

Requerimento	Situação
Requerimento nº 179/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes Convidados: Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 180/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 181/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Governador de São Paulo, José Serra; e Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada
Requerimento nº 182/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes Convidados: Governador do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; e Prefeito de Porto Alegre, José Fogaça **Data da aprovação**: 09/06/09	Não realizada

Requerimento	Situação
Requerimento nº 184/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Ministro das Cidades, Márcio Fortes; Ministro do Esporte, Orlando Silva; Ministro do Turismo, Luiz Barretto; Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento; Diretor Financeiro do Comitê Organizador Local, Carlos Langoni; Presidente da ANAC, Solange Vieira; Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Clésio Andrade; Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia – SINAENCO, José Roberto Bernasconi; Supervisor da Infraestrutura dos Estádios do Comitê Organizador Local, Carlos de la Corte; Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brizola Ballestreri; Presidente da INFRAERO, Ten. Brig. Do Ar Cleonilson Nicácio Silva; e Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base – ABDIB, Paulo Godoy **Data da aprovação**: 09/06/09	**I) Em: 30/06/09** Realizada Audiência Pública com participação: • **JOSÉ ROBERTO BERNASCONI,** Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia – SINAENCO; e • **BRUNO BATISTA,** Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Transportes – CNT (em substituição ao Presidente da CNT, Clésio Andrade) • Obs.: (CD com as apresentações dos convidados) **II) Em: 13/08/2009** – Realizada audiência pública (req 136, 184 e 186/09) com a participação dos Senhores: • **Ralph Lima Terra**, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base - ABDIB, substituindo Paulo Godoy, Presidente da ABDIB; • **Luiz Antônio do Souto Gonçalves**, Chefe de Departamento da Área de Inclusão Social do BNDES, substituindo o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES **III) Em 01/09/2009** - realizada audiência pública (req 184) , com a participação dos Senhores • **MAGNÓLIA PINHEIRO**, Diretora Substituta do Departamento de Desenvolvimento e Logística do Ministério dos Transportes, substituindo Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro dos Transportes; • **ALEXANDRE BARROS**, Diretor de Infraestrutura da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, substituindo Solange Paiva Vieira, Diretora Presidente da ANAC; e • **JONAS MAURÍCIO LOPES**, Superintendente de Estudos e Projetos de Engenharia da Empresa de Infra-estrutura Aeroportuária - INFRAERO, substituindo Murilo Marques Barbosa, Presidente da INFRAERO. **IV) Em 06/10/2009** realizada audiência pública (req 184) , com a participação**:** • **MÁRCIO FORTES**, Ministro das Cidades **V) Em 14/10/2009** realizada audiência pública (req 184) , com a participação: • **LUIZ BARRETTO**, Ministro do Turismo • **FREDERICO SILVA DA COSTA**, Secretário Nacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo. **VI) Em 14/10/2009** realizada audiência pública (req 184) , com a participação: • **ORLANDO SILVA**, Ministro dos Esportes

Requerimento	Situação
Requerimento nº 186/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres **Convidado**: Presidente do BNDES, Luciano Coutinho **Data da aprovação**: 17/06/09	**Em: 13/02/2009** – Realizada audiência pública (req 136, 184 e 186/09) com a participação dos Senhores: • **Ralph Lima Terra**, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base - ABDIB, substituindo Paulo Godoy, Presidente da ABDIB; • **Luiz Antônio do Souto Gonçalves**, Chefe de Departamento da Área de Inclusão Social do BNDES, substituindo o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES
Requerimento nº 203/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis – ABIH, Álvaro Brito Bezerra de Melo Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas – ABREMAR, Ricardo Amaral Presidente da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste – CTI Nordeste, Bismarck Maia **Data da aprovação**: 08/07/09	**Em: 20/08/09** – Realizado audiência pública (req 203 e 206/2009) com a presença dos senhores: • **CÉSAR GONÇALVES,** Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH, em substituição a Álvaro Brito Bezerra de Mello, Presidente da ABIH; • **NELSON DE ABREU PINTO**, Presidente da Confederação Nacional do Turismo - CNTur; e • **RICARDO AMARAL** , Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas - ABREMAR.
Requerimento nº 204/09 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes **Convidados**: Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Ministro das Comunicações, Hélio Costa **Data da aprovação**: 08/07/09	**Em: 23/09/09 – Realizado audiência pública (req. 204 e 210/09)** **Contou com a presença dos senhores:** • **MAURO CEZA NOGUEIRA NASCIMENTO,** Diretor do Departamento de Planejamento de Programas Sociais do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, substituindo Paulo Bernardo da Silva**,** Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão • **AUGUSTO CARLOS RODRIGUES DA CUNHA,** Chefe da Divisão de Estudos Tributários e Assuntos Estratégicos da Receita Federal, Substituindo Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal do Brasil; • **JOSE APARECIDO CONCEIÇÃO,** Coordenador-Geral de Tributação Substituto, representando Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal do Brasil • **HÉLIO COSTA,** Ministro das Comunicações **(comunicou que não poderá participar);**

Requerimento	Situação
Requerimento nº 206/09 **Auto(es):** Deputado Silvio Torres Convidados: Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur, Nelson Abreu Pinto **Data da aprovação**: 08/07/09	Em: 20/08/09 – Realizado audiência pública (req 203 e 206/2009) Convidados:: • CÉSAR GONÇALVES**,** Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH, em substituição a Álvaro Brito Bezerra de Mello, Presidente da ABIH; • BISMARCK MAIA**,** Presidente da Fundação Comissão de Turismo do Nordeste - CTI-NE; • **NELSON DE ABREU PINTO**, Presidente da Confederação Nacional do Turismo - CNTur; e • **RICARDO AMARAL** , Presidente da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas - ABREMAR.
Requerimento nº 208/09 **Autor(es):** Deputado Silvio Torres e Paulo Rattes Convidados: Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Renato Casagrande. **Data da aprovação**: 08/07/09	Em: 2508/09 – Realizado audiência pública (req 208) Convidados: • **Min. UBIRATAN AGUIAR**, Presidente do Tribunal de Contas da União; • **Sen. RENATO CASAGRANDE**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. • **Presidentes** dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios sedes da Copa de 2014
Requerimento nº 209/09 **Autor(es):** Deputado Silvio Torres Convidados: Coordenador da Copa do Mundo no Estado de São Paulo, Caio Carvalho Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, José Luiz Portella Secretário de Esportes do Estado de São Paulo, Claury Santos Alves da Silva Secretário de Esportes do Município de São Paulo, Walter Feldman **Data da aprovação**: 08/07/09	Em: 278/09 – Realizado audiência pública (req 208) Convidados: • **CAIO LUIZ CIBELLA DE CARVALHO**, Presidente da São Paulo Turismo - SPTuris, do Município de São Paulo; • **JOÃO PAULO DE JESUS LOPES** , Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos de São Paulo em substituição a José Luiz Portella, Secretário dos Transportes Metropolitanos.

Requerimento	Situação
Requerimento nº 210/09 **Autor(es):** Deputado Paulo Rattes, Rômulo Gouveia e Silvio Torres Convidados: Secretária de Receita Federal **Data da aprovação**: 15/07/09	**Em: 23/09/09 – Realizado audiência pública (req. 204 e 210/09)** **Contou com a presença dos senhores:** • **MAURO CEZA NOGUEIRA NASCIMENTO,** Diretor do Departamento de Planejamento de Programas Sociais do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, substituindo Paulo Bernardo da Silva**,** Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão • **AUGUSTO CARLOS RODRIGUES DA CUNHA,** Chefe da Divisão de Estudos Tributários e Assuntos Estratégicos da Receita Federal, Substituindo Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal do Brasil; • **JOSE APARECIDO CONCEIÇÃO,** Coordenador-Geral de Tributação Substituto, representando Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal do Brasil • HÉLIO COSTA**, Ministro das Comunicações (comunicou que não poderá participar);**
Requerimento nº 258/2009 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia, Paulo Rattes Convidados: Presidentes do São Paulo Futebol Clube, do Clube Atlético Paranaense e do Sport Club Inrernacional. **Data da aprovação**: 23/09/09	**Em: 21/10/09 – Realizado audiência pública (req. 204 e 210/09)** **Contou com a presença dos senhores:** • **JUVENAL JUVÊNCIO**, Presidente do São Paulo Futebol Clube • **VITÓRIO CARLOS COSTE PÍFFERO**, Presidente do Sport Club Internacional • **MARCOS MALUCELLI**, Presidente do Clube Atlético Paranaense
Requerimento nº 270/2009 **Autor(es):** Deputados Silvio Torres e Rômulo Gouveia Convidados: Carlos Arthur Nuzman, Presidente do COI Maurício Murada, Sociólogo José Cruz, Jornalista Eduardo Paes, Prefeito do Rio de Janeiro	• **Não realizada**

Requerimento	Situação
Requerimento nº 224/2009 **Autor(es):** Deputado Silvio Torres Convidados: Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal Presidente da Câmara Municipal de Manaus Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá Presidente da Câmara Municipal de Natal Presidente da Câmara Municipal de Recife Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza Presidente da Câmara Municipal de Salvador Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte Presidente da Câmara Municipal de São Paulo Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro Presidente da Câmara Municipal de Curitiba Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre **Data da aprovação**: 19/08/09	Não realizada

3.2. Requerimentos de Informações

Requerimento nº 183/09

RICs gerados: nº 4029/09 à Casa Civil, nº 4030/09 ao Ministério do Esporte e nº 4031/09 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Autor(es): Deputados Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes

Solicita informações à Sra. Ministra Chefe da Casa Civil, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministro do Esporte sobre programas orçamentários do Poder Executivo relativo às ações e custos para a organização da Copa do Mundo de 2014.

Data da aprovação: 09/06/09

Resposta:

1. Casa Civil: em 14/07/09, a Ministra Chefe da Casa Civil respondeu ao Requerimento por meio do Ofício nº 447 – C. Civil.

Informou que "por tratar-se de assunto de competência do Ministério do Esporte, em articulação com as Pastas que venham a ter interface com as ações específicas a serem definidas".

2. Ministério do Esporte: em 27/07/09, o Ministro do Esporte respondeu ao Requerimento mediante o Ofício nº 091/2009.

Disse que "informo que no Orçamento do Ministério do Esporte para o ano de 2009 não há programa orçamentário ou ação específica para a Copa do Mundo FIFA 2014".

3. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: em 05/08/09, o Ministro do Planejamento respondeu por intermédio do Ofício nº 312/2009.

A Nota Técnica nº 88 da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, afirma que "É importante registrar que a Copa do Mundo de 2014 é um evento privado cujos direitos pertencem à FIFA. Ela é organizada no Brasil pelo Comitê Organizador Local (LOC), empresa já criada com financiamento da FIFA. Na organização do evento, o LOC assume as seguintes obrigações: garantia

financeira, infraestrutura, legislação, informação e planejamento da candidatura, recursos humanos, mediação ou facilitação de terrenos e promoção.

O Governo federal é fiador da proposta do evento e firmou compromissos como garantias para a realização da Copa nos seguintes assuntos: Permissão de Entrada e Saída; Permissão de Trabalho; Taxas e Impostos Alfandegários; Isenção Tributária; Segurança; Operações Cambiais e Bancárias; Procedimentos de Entrada (check-in); Procedimentos Aduaneiros e Imigração; Exploração e Proteção de Direitos Comerciais; Bandeiras e Hinos Nacionais; Indenização por possíveis danos à FIFA; Telecomunicações e Tecnologia da Informação. Além dessas garantias, o poder público (União, Estados e Municípios) é fiador dos seguintes contratos: com as cidades sede; com hotéis; com as áreas de treinamento; para estádios; e para áreas remanescentes usadas no Projeto.

É importante esclarecer que, embora não sejam objeto de obrigações oficiais, as carências estruturais e logísticas (mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações e outras) existentes hoje no país devem ser objeto de investimentos governamentais em empreendimentos de infraestrutura focados na Copa, além dos já existentes e outros que poderão ser incluídos no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Cabe informar que o Plano Plurianual 2008-2011 – PPA não apresenta programa ou ação específicos para a realização da Copa do Mundo de 2014, no entanto há investimentos do governo Federal em infraestrutura nas cidades-sedes que contribuirão para o sucesso da realização do evento, consignados em diversas programações do PPA que, após entendimentos com os entes locais (municípios e estados) serão consolidados em plano para a Copa.

Nesse aspecto, registra-se que no programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão (0181), a ação Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento (2360) financia os esforços do governo Federal para atrair tais eventos, mas apenas nos seus aspectos esportivos, promocionais e administrativos.

É mister informar que atualmente o Governo Federal discute uma proposta de ação articulada entre seus ministérios para fazer face aos investimentos que serão feitos em função da Copa, sem prejuízo daqueles que serão protagonizados pelos governos locais das cidades-sedes e estados que recepcionarão os jogos e atividades correlatas. Dessa discussão emergirão as matrizes programáticas e de responsabilidades que norteará a participação do Governo Federal no evento."

Requerimento nº 188/09

RIC gerado: nº 4033/09

Autor(es): Deputado Rômulo Gouveia

Solicita informações ao Ministério das Cidades sobre os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, relacionadas à infraestrutura da cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014

Data da aprovação: 17/06/09

Resposta:

Em 07/08/09, o Ministro das Cidades, respondeu ao Requerimento por meio do Ofício nº 006464/2009.

Indagou que "sobre os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) relacionadas à infraestrutura da Copa do Mundo de 2014, cumpre informar que na presente data está em andamento os entendimentos com a Casa Civil da Presidência da República quanto à seleção dos projetos apresentados pelos 12 entes federativos".

Aduziu que "a seleção de projetos e o estabelecimento de parcerias se darão após audiências com os respectivos prefeitos e governadores, que indicarão suas prioridades, dentro dos mesmos procedimentos anteriormente adotados para os projetos do PAC Habitação e Saneamento."

Requerimento nº 189/09

Autor(es): Deputado Rômulo Gouveia

Solicita informações aos governos estaduais e municipais classificados como sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014. (Solicita o projeto e a programação orçamentária relativa à Copa)

Data da aprovação: 17/06/09

Resposta:

A Subcomissão recebeu resposta dos seguintes entes:

Governo do Estado da Bahia

Governo do Estado de Pernambuco

Prefeitura de Porto Alegre/RS

Governo do Estado de Minas Gerais

Governo do Estado do Ceará

Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura de Recife/PE

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Governo do Estado do Paraná; e

Governo do Estado de São Paulo.

O detalhamento das respostas encontra-se no Capítulo 4 deste Relatório.

Requerimento nº 262/2009

RIC gerado: nº 4358/09

Autor(es): Deputados Rômulo Gouveia e Silvio Torres

Solicita informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre o projeto e contrato da candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016

Data da aprovação: 07/10/09

Resposta:

O Requerimento ainda não foi respondido.

Requerimento nº 268/2009

RICs gerados: nº 4458/09, 4459/09, 4460/09 e 4461/09

Autor(es): Deputado Silvio Torres

Solicita informações aos Ministérios do Esportes, Casa Civil, Cidades e Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os projetos e as demandas apresentadas pelos Estados e Cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

Data da aprovação: 04/11/09

Resposta:

Os Requerimentos ainda não foram respondidos.

Requerimento nº 273/2009

RIC gerado: nº 4517/09, 4515/09 e 4516/09

Autor(es): Deputado Rômulo Gouveia

Solicita informações aos Ministérios da Justiça, Turismo e Transportes sobre os projetos e as demandas apresentadas pelos Estados e Cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014.

Data da aprovação: 18/11009

Resposta:

Os Requerimentos ainda não foram respondidos.

Requerimento nº 274/2009

RIC gerado: nº 4518/09

Autor(es): Deputado Rômulo Gouveia

Solicita informações ao Ministério dos Transportes sobre as ações da INFRAERO e da AANC, com vistas à Copa do Mundo de 2014.

Data da aprovação: 18/11009

Resposta:

O Requerimento ainda não foi respondido.

Requerimento nº 275/2009

RIC gerado: nº 4519/09

Autor(es): Deputado Silvio Torres

Solicita ao Ministério do Esporte o estudo elaborado pela ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base para a Copa do Mundo de 2014.

Data da aprovação: 18/11009

Resposta:

O Requerimento ainda não foi respondido.

Requerimento nº 276/2009

RIC gerado: nº 4514/09

Autor(es): Deputado Silvio Torres

Solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre os pedidos de financiamentos solicitados ao BNDES para a construção e a reforma de estádios para a Copa do Mundo de 2014.

Data da aprovação: 18/11009

Resposta:

O Requerimento ainda não foi respondido.

Requerimento nº 277/2009

RIC gerado: nº 4513/09

Autor(es): Deputado Silvio Torres

Solicita informações ao Ministro de Estado do Esporte sobre a aplicação dos recursos objeto do Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que abre o Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de R$ 300.000.000,00.

Data da aprovação: 18/11009

Resposta:

O Requerimento ainda não foi respondido.

3.3. Indicações

Requerimento nº 202/09

Indicação gerada: nº 4688/09

Autor(es): Deputado Silvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes

Sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a elaboração e a inclusão no PPA de uma programação específica que permita a identificação dos gastos com a Copa do Mundo de 2014.

Resposta:
Não respondido

Requerimento nº 256/09

Indicações geradas: nº 5372/09 ao Ministério do Planejamento e nº 5373/09 ao Ministério da Fazenda

Autor(es): Deputado Silvio Torres

Sugere ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Fazenda, seja criado no SIAFI um identificador específico para o acompanhamento das ações relacionadas à Copa do Mundo de 2014.

Resposta:
Não respondido

3.4 Requerimentos diversos

Além dos requerimentos acima listados, foram apresentados mais três requerimentos com assuntos específicos.

1. Requerimento nº 221/09, de autoria do Deputado Silvio Torres que cria a Rede de Informações para o acompanhamento, fiscalização e controle dos gastos públicos na organização da Copa do Mundo de 2014.

A referida Rede tem como participantes a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal; o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios das cidades-sedes da Copa de 2014.

As ações da Rede estão detalhadas no Capítulo 5 deste Relatório.

2. Requerimento nº 261/09, de autoria dos Deputado Rômulo Gouveia e Silvio Torres que solicita a inclusão dos gastos com a organização e a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no rol de ações a serem acompanhadas pela Subcomissão.

3. Requerimento nº 264/09, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia que requer seja realizada viagem de trabalho à África do Sul para colher informações sobre as ações e custos relativos à organização da Copa do Mundo de 2010.

O relatório da viagem está detalhado no Capítulo 6 deste Relatório.

4. Audiências Públicas

PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SINAENCO/CNT

Aprovado o requerimento para convidar representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO) e da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) a dar informações sobre as necessidades das cidades-sede em matéria de infraestrutura para o evento, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara realizou, no dia 30 de junho de 2009, audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Turismo e Desporto, dando início ao processo de identificação das ações e de seus custos para preparar o país para a Copa de 2014.

Compareceu à audiência pública, representando o presidente da CNT, o diretor-executivo da entidade, senhor Bruno Batista. Em sua palestra, apresentou aos deputados presentes à audiência pública a pesquisa efetuada pela Confederação sobre os problemas existentes no setor de transporte e logística. Especificamente em relação à Copa de 2014, abordou questões relativas às deficiências existentes no setor aeroportuário e rodoviário.

Da exposição do diretor-executivo da CNT restou, ao final, apenas preocupação. Em virtude de ter ele revelado que:

"Praticamente 75% de nossas rodovias apresentam algum tipo de problema. De pavimento, de sinalização ou da própria geometria das vias. Por isso, hoje, classificadas como rodovias boas ou em ótimas condições, temos apenas 26% de nossa extensão rodoviária. Os trechos classificados como ótimos

ou bons estão concentrados principalmente na Região Sudeste, especificamente no Estado de São Paulo.

"A partir do momento em que se analisam as condições do Nordeste, da Região Norte e de parte do Centro Oeste, constatamos uma piora progressiva da situação das rodovias. Ou seja, do ponto de vista de um país que vai receber um fluxo significativo de turistas, é complexa a situação das pessoas que vão se aventurar a sair das cidades-sede em direção a outros pontos", informou o senhor Bruno Batista.

Para equacionar tais deficiências, o representante da CNT pontuou que *"existe a necessidade de construir cerca de 5.200 quilômetros de rodovias, que vão atender as regiões de fronteira, e não só para Copa, pois esse é um investimento que permanecerá após a Copa do Mundo; duplicação de rodovias existentes, que geram grandes engarrafamentos; pavimentação de mais de 6.600 quilômetros; recuperação de uma malha hoje deficiente, com cerca de 24 mil quilômetros de rodovia".* Após traçar esse panorama, o senhor Bruno Batista informou que *"em termos de investimento, teríamos a necessidade de cerca de R$ 124,7 bilhões para melhorarmos as condições rodoviárias do país".*

No tocante aos problemas aeroportuários, o diretor-executivo da CNT fez, também, um prognóstico sombrio. Não se atendo apenas aos aeroportos das cidades-sede, observou ele que, hoje*, "existe a necessidade de ampliação de 25 aeroportos" ... "o que demandaria um investimento de quase R$ 6 bilhões. Além disso, é necessário construir novos aeroportos e melhorar condições de pista de alguns deles. Em matéria de custos, as intervenções demandariam quase R$ 8 bilhões".*

Em seguida, o senhor Batista abordou a grave questão da mobilidade urbana. Pontuou que *"outra dificuldade é garantir mobilidade urbana aos turistas que virão visitar as cidades-sede".* De acordo com as estimativas do Ministério do Turismo, o Brasil receberá, no período da Copa do Mundo de 2014, um fluxo a maior de 500.000 turistas internacionais. No entanto, como ressaltou o diretor-executivo da CNT*, "hoje, o transporte urbano no Brasil, principalmente nos grandes centros, sofre de um grande problema: a questão da mobilidade. Porque existe falta de prioridade física para o transporte individual".*

"Nossas principais avenidas" – ressaltou o palestrante – *"estão tomadas pelos veículos individuais. O transporte público não é uma grande prioridade dos governos. Outro ponto gerador de problemas é a falta de planejamento urbano e regional. As cidades crescem, na maioria das vezes, de forma desordenada. O que faz com que o transporte seja ineficiente. Existe, também, a falta de transporte público dentro da cidade".*

No rastro desse cenário, o senhor Bruno Batista afirmou que "*essa é a realidade que tem de ser mudada. E rapidamente. Porque, em 2014, os turistas que estarão nos centros urbanos não vão conseguir chegar diretamente nos estádios. Eles terão de atravessar áreas urbanas em situação de mobilidade bastante deficiente".* Encaminhar as soluções necessárias para dissolver tamanho imbroglio, previu ele, exige *"construir terminais de integração e construir 191 quilômetros de corredores exclusivos de ônibus nessas cidades. E em caráter urgentíssimo. Se isso não for feito em tempo hábil, os turistas, durante a Copa de 2014, vão encontrar um trânsito caótico, cada vez mais paralisado. Além disso, existe a necessidade de construir mais 402 quilômetros de linhas metroviárias. O investimento totaliza algo em torno de R$ 34,5 bilhões, só em projetos de intervenções urbanas".*

Para mais agravar a natural preocupação que emergiu ao ser apresentado o diagnóstico, o senhor Bruno Batista disse que *"o investimento mínimo, totalizando os projetos relacionados às 12 cidades-sede, é de R$ 54,8 bilhões, um número bastante superior àquele que tem sido apontado pelo governo".* Ao encaminhar o encerramento de sua apresentação, o diretor-executivo da Confederação fez um diagnóstico-síntese dos principais desafios para a Copa de 2014, na visão da instituição:

- Solucionar rapidamente os problemas da infraestrutura de transportes;
- Implementar os projetos para melhoria dos centros urbanos, não apenas para a interligação das cidades;
- Formatar planos prioritários de mobilidade nas cidades para resolver o acesso dos turistas aos aeroportos, que terão a capacidade de recebê-los, mas, em contrapartida, a mobilidade nas cidades ficará significativamente comprometida.

As preocupações, que se avolumaram ao longo da palestra do diretor-executivo da CNT, exacerbaram-se, em seguida, durante a palestra do presidente do Sinaenco, doutor José Roberto Bernasconi. O Sindicato, previamente à definição pela FIFA das cidades-sede, realizou um amplo diagnóstico sobre as carências e as necessidades das 18 capitais brasileiras que se candidataram a sediar os jogos do Mundial de Futebol do Brasil. Intitulado "VITRINE OU VIDRAÇA – Desafios do Brasil para a Copa de 2014", a síntese da radiografia dos problemas de cada uma das 12 cidades-sede é pedagógico:

BELO HORIZONTE

Infraestrutura e acesso ao estádio: será necessário garantir acessibilidade ao estádio por um sistema eficiente de transporte de massa. Nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte é necessário implantar sistema de alta capacidade (metroviário ou de trens metropolitanos). O projeto metroviário de BH está definido. Os recursos financeiros não estão suficientemente assegurados. A infraestrutura de acesso ao estádio é problemática. São previstos problemas de mobilidade, acarretando prejuízos à acessibilidade.

Plano de Mobilidade

O plano prevê para BH apenas R$ 211,7 milhões para 5,5 kms de corredores de ônibus. Os planos de transporte para a região onde está localizado o estádio incluem linha metroviária de 10,3 kms, conectada com as linhas de metrô já existentes. Não há recursos orçamentários previstos para a implantação.

BH desenvolve o projeto da Linha Verde, para reduzir tempo de viagem entre o aeroporto de Confins e o centro de BH.

Infraestrutura aeroportuária: dois aeroportos – Confins e Pampulha. Em 2005, Infraero transferiu 120 vôos da Pampulha para o Aeroporto de Confins.

Hospitalidade: rede hoteleira insuficiente, principalmente dos hotéis de maior categoria. Há investidores interessados em empreender novos estabelecimentos hoteleiros. Há dúvidas sobre sustentabilidade econômica.

Mobilidade urbana: obras são necessárias, pois a mobilidade urbana é um grande problema em BH. A Copa de 2014 é oportunidade para reurbanização ou revitalização das áreas degradadas. Para solucionar o

problema, é necessário implantar sistemas de transporte coletivo de alta ou média capacidade.

BRASÍLIA

Estádio: será reconstruído.

Infraestrutura para o turismo: Brasília dispõe, hoje, de 50 hotéis com total de 28 mil leitos. A previsão é de que a oferta aumentará em, no mínimo, 20% até 2014.

Mobilidade urbana: ônibus, hoje, é o principal meio de transporte público e funciona apenas razoavelmente. Está sendo construída nova rodoviária para ligar a cidade ao interior, que deve ficar pronta até início de 2010. A rodoviária será integrada ao sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que a médio prazo substituirá ônibus na área urbana.

Aeroporto: hub da aviação civil brasileira. Registra 555 mil pousos/decolagens por ano. Nova expansão deverá ampliar terminal de passageiros e acesso viário. Obra vai custar cerca de R$ 140 milhões, dinheiro que virá do PAC.

Desafio: garantir viabilidade e manutenção do estádio que será reformado.

CUIABÁ

Estádio: será reconstruído. Obra deverá estar concluída até dezembro de 2012. Planejada instalação de quatro centros de treinamento.

Hospitalidade: previstos novos 1.400 apartamentos nos próximos três anos. Atualmente, Cuiabá e Várzea Grande oferecem 6.170 leitos e um total de 3.271 apartamentos. Projeção de investimentos nos próximos três anos de R$ 103 milhões.

Mobilidade urbana: Cuiabá possui um dos melhores sistemas de transporte público de ônibus do país. Todo ponto de ônibus é terminal de integração. Maior projeto a ser desenvolvido na cidade é construção do VLT de Cuiabá a Várzea Grande. Intenção de se criar linhas executivas intermunicipais para os 10 municípios da futura RMC. Cinco novas vias de acesso ao estádio em construção.

Infraestrutura aeroportuária: terminal de embarque internacional será ampliado.

Maior desafio: viabilização da reforma do estádio. Prefeito Wilson Santos já informou que obra será realizada integralmente com recursos públicos.

Turismo: desenvolvimento do turismo nacional e internacional deverá ser maior legado.

CURITIBA

Estádio: passando hoje por reformas. Em 2012 espera-se que a capacidade seja elevada para 41 mil pessoas.

Mobilidade e acessibilidade: cidade programa investimentos de R$ 400 milhões para Núcleo Urbano Central da região metropolitana. Prevista a

construção de 53,6 km de vias para um corredor metropolitano de ônibus. A cidade investe na melhora da conectividade com cidades do interior e capitais de estados vizinhos. Prefeitura planeja implantação de um metrô elevado que na primeira fase ocuparia 13 km da BR-116 e atenderia 183 mil pessoas/dia.

Infraestrutura aeroportuária: aeroporto passa por reformas para aumentar capacidade de atendimento para seis milhões de passageiros/ano até 2014.

FORTALEZA

Estádio: necessário aumentar número de vagas de estacionamento interno e externo e melhorar oferta de cabines para a imprensa.

Infraestrutura para turismo: Fortaleza possui, hoje, quase 17 mil leitos, distribuídos por mais de 200 opções de hospedagem.

Problema: desigualdade e criminalidade. Cerca de 1/3 da população de Fortaleza vive em favelas. A criminalidade é relevante. Exploração sexual é problema recorrente.

Mobilidade urbana: governo do Estado pretende ampliar rede viária estruturante da RMF. A estimativa de investimentos para este ano é de R$ 128 milhões em obras e R$ 45 milhões em desapropriações.

Infraestrutura aeroportuária: plano da Infraero prevê investimentos de R$ 583,5 milhões em várias obras, como novo terminal, ampliação do estacionamento, construção de área para manutenção de aeronaves.

Desafios: maiores dificuldades envolvem carências de infraestrutura urbana, sistemas de transporte, saneamento e limpeza pública. É necessário equacionar sustentação econômica do Castelão.

MANAUS

Estádio: projeto de demolição do estádio e construção de um novo, para 48 mil pessoas, com 11 mil vagas de estacionamento no estádio e imediações. Deverá estar concluído até o primeiro semestre de 2013.

Infraestrutura para o turismo: Manaus conta com cinco bandeiras de hotelaria e mais cinco hotéis estão sendo construídos. Cidade precisa aumentar rede hoteleira, melhorar oferta gastronômica e modernizar sistema de mobilidade.

Mobilidade urbana: principal gargalo. Manaus sofre com congestionamentos nas vias de acesso ao centro. Copa é vista como oportunidade para implantação de sistema de transportes coletivos de média capacidade, como VLP ou VLT.

Infraestrutura aeroportuária: aumento do fluxo de turismo em virtude Copa 2014 demandou plano de modernização do aeroporto. Proposta envolve ampliação e reforma do terminal de passageiros, ampliação dos pátios e da pista existente e a construção de uma segunda pista de pouso/decolagem. Valor projetado para obras é de R$ 192 milhões. Ampliação do pátio e pistas deve custar R$ 600 milhões.

NATAL

Estádio: projeto do novo estádio, no modelo PPP, prevê investimento de R$ 300 milhões. Projeto deverá estar concluído até o primeiro semestre de 2013.

Acessibilidade e mobilidade: o estado conta com oito rodovias federais, que totalizam 1.350 km. Em matéria de mobilidade urbana, Natal sofre limitações. Dispõe de sistema de trem urbano com 38 km, 11 estações e capacidade para transportar 4 mil passageiros/dia. Problema de congestionamento a enfrentar. Sistema de transporte por ônibus está obsoleto. Planejadas ações para melhorar mobilidade urbana: projeto de modernização e expansão do sistema de trens de Natal; implementação do Sistema de Transporte Rápido de Natal; implantação do corredor turístico-cultural; melhorias na infraestrutura urbana das cidades que integram a RM.

Infraestrutura aeroportuária: aeroporto não mais atende demanda turística de 2 milhões de turistas/ano. Um novo aeroporto em fase inicial de construção, a 11 km de Natal.

Desafios e oportunidades: solucionar carências de infraestrutura urbana, que comprometem mobilidade urbana.

PORTO ALEGRE

Estádio: Beira-Rio passa por reformas, já para a Copa 2014. Grêmio aposta na construção de arena multiuso na saída de Porto Alegre.

Hospitalidade: Porto Alegre tem, hoje, 80 hotéis das principais redes e 12,7 mil leitos.

Mobilidade e acessibilidade: a RM de Porto Alegre abrange mais de 30 municípios. As opções de transporte público são as 330 linhas urbanas e 1.882 linhas intermunicipais, além do sistema de trens metropolitanos, cuja ampliação deve custar aproximadamente R$ 3,7 milhões. Planejamento de mobilidade urbana da região prevê implantação da Rede Estrutural Multimodal. Cidade planeja metrô com 37,4 km de extensão e capacidade para 80 mil passageiros/hora, mas apenas primeira fase deverá ser executada para a Copa, com 13,2 km de extensão. DNIT planeja obras rodoviárias para melhorar acesso ao interior, a Santa Catarina e à Argentina.

Infraestrutura aeroportuária: aeroporto passa por ampliação. Projeto prevê extensão da pista de pouso/decolagem.

Desafio: melhoria da infraestrutura urbana, com dois grandes projetos de implantação do metrô e a urbanização da orla do rio Guaíba. Construir novo estádio até 2013.

RECIFE

Estádio: prevista a construção da Cidade da Copa, no município de São Lourenço da Mata, a 30 km do Recife, operação urbana agregando estação de metrô e terminal integrado de passageiros nas proximidades.

Infraestrutura para o turismo: grandes rede hoteleiras já apresentaram planos de expansão na cidade.

Infraestrutura aeroportuária: Infraero elaborou plano de modernização do aeroporto para Copa, a ser iniciado a partir de fevereiro de 2010, com investimentos da ordem de R$ 8,75 milhões.

Desafio: viabilizar ambiental e urbanisticamente a Cidade da Copa. E revitalizar a infraestrutura urbana de Recife.

RIO DE JANEIRO

Estádios: Maracanã - necessário corrigir visibilidade, refazer acesso para portadores de necessidades especiais, reformar sanitários. Projeto pode ir além da reforma do estádio, com requalificação das áreas adjacentes, além da reurbanização e revitalização dos bairros Maracanã e Tijuca. / Engenhão – servirá como centro de treinamento, mas está em região distante e deteriorada da cidade e precisa ter acessibilidade equacionada.

Hospitalidade: 19 projetos de novos hotéis em construção, que devem ficar prontos a partir de 2011 e devem aumentar capacidade hoteleira em 3.885 novos leitos.

Mobilidade urbana: desafio de melhorar a infraestrutura de acessibilidade às áreas de expansão urbana, como Barra da Tijuca; contar com transporte de alta capacidade entre aeroporto internacional e principais locais de destino; investir em sistema de transporte e segurança pública; acelerar a ligação terrestre rápida a São Paulo.

Infraestrutura: PAC previu investimento da ordem de R$ 4 bilhões no Rio, incluindo três eixos: logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidroviária e aeroportuária); energética (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e energias renováveis); social e urbana (Programa Luz para Todos, saneamento, habitação, metrôs, recursos hídricos). Governo federal prevê investimento de R$ 38,5 bilhões em mobilidade urbana. Desse total, R$ 15,3

bilhões serão destinados à construção de 550 km da linha férrea do trem-bala ligando Rio-São Paulo. Outros R$ 5 bilhões estão destinados à cidade do Rio para investimentos em corredores de ônibus, metrô, acessibilidade aos estádios, aeroportos.

Urbanização e meio ambiente: PAC/Rio contempla urbanização das favelas do Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos, Morro da Providência, Morro da Rocinha e Cantagalo/Pavão-Pavãozinho. Projetos ambientais serão implementados, como proteção do sistema lagunar Jacarepaguá e Lagoa Rodrigo de Freitas; melhoria e recuperação dos parques naturais; monitoramento da qualidade do ar, da água e das praias; balneabilidade de praias e lagoas; controle de enchentes no entorno do Maracanã.

Infraestrutura aeroportuária: aeroporto internacional vem passando por reformas. Outras obras em fase de conclusão: reforma de sanitários, polimento do piso de granito, substituição do teto rebaixado e modernização do Sistema Informativo de Vôo.

Desafios para a Copa: segurança pública e equacionar oferta de estacionamento, melhorar acessibilidade aos polos hoteleiros, ampliar e melhorar a capacidade do sistema aeroportuário e portuário, implantar sistema de transporte rápido entre os aeroportos cariocas e destes com os de São Paulo.

SALVADOR

Estádio: governo da Bahia pretende reformar estádio da Fonte Nova com investimentos públicos e privados. Estádio seria concluído em 2011 e contaria com 44.100 lugares.

Turismo: necessário revitalizar centro histórico e do entorno do novo estádio, além de recuperar a infraestrutura hoteleira e a orla e reduzir os problemas de falta de segurança e falta de mão-de-obra no mercado de turismo.

Infraestrutura hoteleira: meses de junho/julho, quando acontece a Copa, é período de baixa temporada.

Mobilidade e acessibilidade: principal carência na infraestrutura urbana está na mobilidade. Ocorrem enormes congestionamentos nos horários de pico. A situação do sistema coletivo é precária. Previstos investimentos do governo da Bahia de R$ 1,3 bilhão. Prevista reestruturação da rede atual de percursos do Sistema de Transporte Público de Salvador e a realocação de estacionamentos públicos e privados. Trem urbano deverá ser prolongado até Campo Grande.

Infraestrutura aeroportuária: aeroporto internacional responde por mais de 30% da movimentação de passageiros do Nordeste.

Desafios e oportunidades: maior desafio é equacionar sustentabilidade do novo estádio. RM Salvador apresenta maior nível de desigualdade social do país; outro desafio é o da mobilidade urbana.

SÃO PAULO

Estádio: Morumbi com problemas, mas é o mais indicado para sediar jogos. Maiores problemas fora do estádio: dificuldades de acesso e estacionamento. Projeto de reforma prevê construção de edifício para 4.800 carros.

Infraestrutura para o turismo: rede hoteleira é dada como mais do que suficiente para atender demanda da Copa. Grande desafio: investir em treinamento e formação de profissionais de atendimento em hotéis, bares e restaurantes.

Mobilidade urbana: ligações entre aeroporto de Guarulhos e o principal polo hoteleiro internacional passam pelas avenidas Marginais, permanentemente lotadas e congestionadas. Rede de trens e metrô ainda está longe de atender a população da RM. Em curso programa de expansão da rede de metrô e modernização do sistema de trens urbanos, a serem complementados com sistemas de VLPs e VLTs, ciclovias e ônibus comuns. Governo federal trabalha para agilizar trem-bala entre SP/RJ. Quarto terminal rodoviário está previsto próximo ao estádio do Morumbi.

Infraestrutura aeroportuária: capital paulista está empenhada na modernização da estrutura aeroportuária. Infraero desenvolveu plano de modernização dos três aeroportos internacionais que servem a região. Obras do aeroporto de Congonhas demandarão recursos da ordem de R$ 165 milhões. Guarulhos: a reforma custará aproximadamente R$ 1,4 bilhão (terceiro terminal de passageiros, construção de saídas rápidas e ampliação de pátios e áreas de taxiamento de aeronaves, com conclusão final em 2014). Viracopos tem projeto avaliado em R$ 2,8 bilhões e compreende segunda pista de pouso/decolagem e construção de primeira parte do novo terminal de passageiros

Desafios: acesso e mobilidade; necessidade de desenvolver sistemas de transporte e atrair investidores privados; desafio de construir a linha de trem rápido São Paulo-Campinas; constituição de sistemas de transporte de massa na RM; viabilizar instalações para abrigar megafeiras, exposições e congressos internacionais; resolução dos problemas de degradação urbana no

centro da cidade que exige investimentos em projetos de urbanização e paisagismo e maior rigor nas áreas de limpeza pública e assistência social; melhorar a qualidade do ambiente construído e enfrentar o problema da poluição dos três principais rios que cortam a cidade.

O documento enfeixa os desafios maiores a serem vencidos para que a Copa de 2014 tenha, no entendimento do SINAENCO, *"pleno êxito e atinja as metas de oferecer um legado positivo para o país, reduzindo a desigualdade social, os grandes bolsões urbanos de pobreza, a violência nas cidades, os problemas de acessibilidade e mobilidade urbanas, a falta de saneamento básico, o lixo que marca a paisagem de ruas e avenidas, os maus serviços aeroportuários e a corrupção, entre outros".*

SÍNTESE/DESAFIOS:

** Viabilização de estádios ou arenas multiuso que atendam plenamente os requisitos do Manual da FIFA;*

** Evitar que estádios construídos ou reformados se transformem em elefantes brancos;*

** Preço dos ingressos – evitar que a Copa de 2014 torne os ingressos ainda mais caros;*

** Aeroportos – governo federal dividido em relação privatização da Infraero. Desafio é construir engenharia financeira e institucional para levantar recursos para ampliar e melhorar infraestrutura aeroportuária;*

** Evitar experiências negativas para turistas; aproveitar visibilidade proporcionada pela Copa para conquistar status de polos internacionais de turismo de negócios para cidades-sede; desenvolver campanha de marketing diferenciado para aproveitar oportunidade da Copa;*

** Eliminar/amenizar desigualdade social visível no Rio de Janeiro; desestigmatizar turismo sexual em Fortaleza; equacionar imagem de estado violento do Pará; reverter imagem negativa das queimadas e do desflorestamento na Amazônia;*

** Viabilizar recursos suficientes para melhorar funcionamento das cidades (governo federal tem sido parcimonioso em relação aos investimentos urbanos);*

** Assegurar segurança total em matéria de energia e telecomunicações;*

** Garantir acesso efetivo às cidades e aos estádios;*

** Priorizar investimentos para equacionar mobilidade urbana, melhorar a mobilidade em todas as cidades-sedes;*

** Viabilizar trem rápido entre aeroportos Guarulhos, Viracopos e Galeão;*

** Afastamento e tratamento dos esgotos e resolver problema do lixo.*

As preocupações do Sinaenco, sob o aspecto substantivo, foram, durante a audiência pública realizada na Comissão de Fiscalização Financeira e

Controle, enfatizados pelo presidente da entidade. Que abordou, com precisão e discernimento, a questão do planejamento antecipado para que o Brasil receba, com competência, a Copa do Mundo de Futebol. Evento que monopolizou, durante a Copa de 2006, na Alemanha, de acordo com a FIFA, a atenção de cerca de 560 milhões de pessoas de 240 países, que assistiram pela TV a cada um dos jogos, o que resultou em uma audiência acumulada de quase 30 bilhões de espectadores.

Planejamento que poderia e deveria ter sido realizado com vasta antecedência. O que, se tivesse ocorrido, teria permitido ao país, antes mesmo da definição das cidades-sede, criar um Comitê Interministerial de Gestão da Copa de 2014 – o que não ocorreu até o momento da elaboração deste Relatório -, como o formado pelo governo alemão logo após aquele país ter sido escolhido para hospedar a Copa de 2006.

Em sua palestra, o doutor Bernasconi advertiu para a necessidade de os responsáveis, em âmbito governamental e na esfera privada, pela organização do evento, tomarem decisões hábeis em matéria de estádios e de infraestrutura em relação às questões de transporte, logística e acessibilidade, principalmente no tocante à chegada e saída dos terminais aeroportuários e portuários. E de investir, também, em acessos ferroviários, tendo em vista a natural demanda pelo Destino Brasil desde os mercados emissores intrarregionais.

As preocupações focalizaram, ainda, os aspectos de saneamento (água, esgoto, drenagem de águas pluviais, tratamento e recolhimento de resíduos sólidos, lixo); segurança pública, rede hoteleira, distância entre as cidades, riscos de apagão de energia e telecomunicações. E tendo em vista o fato de que o tempo decorrido entre a apresentação da candidatura brasileira a sede

da Copa de 2014 e a escolha das cidades-sede não foi otimizado para a elaboração de um planejamento estratégico, o doutor José Roberto Bernasconi ressaltou *que "é provável, se houver demora nas decisões e definições, que se repita o que ocorreu nos Jogos Pan-Americanos de 2007".*

A respeito, contextualizou*: "Os orçamentos iniciais foram superados; pediu-se ajuda emergencial ao Estado, especialmente à União, para completar as obras de todos os equipamentos; e não foi melhorada a infraestrutura. Foi implantado o Engenhão, no meio de uma área absolutamente deteriorada e que continuou deteriorada. E não se pode usar o Engenhão à vontade. É isso que vamos fazer com a Copa?".*

Disse mais: *"Podemos perder a oportunidade de alavancar o país no cenário mundial. Podemos não melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade urbana nem as condições de saneamento e ter de adotar novamente medidas excepcionais de segurança. Mas são 12 cidades. Não é mais uma cidade só, como foi no Rio de Janeiro. Nem o Exército dá conta disso".*

Em relação aos projetos dos estádios, Bernasconi, consciente da tendência megalômana constatada nos projetos submetidos à FIFA pelo estados e pelas cidades candidatas a sede, sublinhou: *"Se houver elefantes brancos, eles poderão ser a herança maldita de uma Copa mal planejada".*

Da primeira audiência pública restou, é inegável, o sentimento de que os responsáveis pela candidatura brasileira e pela organização da competição desperdiçaram, em matéria de planejamento estratégico, dois anos, espaço de tempo que poderia e deveria ter sido aproveitado para a formatação de um modelo de gerenciamento. Período que teria, também, se prestado ao levantamento das previsões de gastos.

Previsões inexistentes, por completo, até a realização da audiência pública realizada com a presença do Ministro do Esporte, Orlando Silva, ocorrida em 14 de outubro de 2009, quando ele disse que o presidente Lula, avesso a gastar recursos do orçamento com a Copa de 2014, emanara orientações no sentido de se oferecer linhas de financiamento para investimentos em estádios e saneamento, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Ministério das Cidades.

Em que pese o governo federal não ter, até o momento, divulgado quanto vai gastar com a Copa de 2014, o presidente do SINAENCO, questionado pelo deputado Sílvio Torres, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, sobre o custo do Mundial de Futebol do Brasil, admitiu que serão gastos entre R$ 80 bilhões e R$ 100 bilhões. Já em relação aos estádios, calculou que a despesa total para construir ou reformar será de cerca de R$ 10 bilhões.

Para chegar a tal montante, baseou-se ele em parâmetros internacionais: *"Acho que dá para pensar entre R$ 8 mil e R$ 10 mil por assento. Então, se é um estádio de 60 mil lugares, talvez fique entre R$ 480 milhões e R$ 600 milhões, só para termos uma referência com relação aos números da Europa. Portugal realizou a Copa da UEFA em 2004 e foi mais ou menos isso que gastou, em valores de hoje".*

Quanto a uma outra pergunta do deputado Sílvio Torres, sobre as obras financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que têm relação direta com, as necessidades da Copa de 2014, o presidente do Sinaenco afirmou: *"Há muitos projetos do PAC. O governo federal já anunciou, e em 2007 já provocávamos a sociedade brasileira e o próprio governo, a fazer o PAC da Copa" ... "Mas isso não andou. O PAC está meio empacado; anda, mas não muito.*

Existe falta de capacidade gerencial e de projeto de engenharia. Sem projetos de engenharia, não há gerente que faça a coisa andar. Faltando projeto de engenharia e faltando capacidade gerencial, só por milagre vai andar".

Na ocasião da primeira audiência pública sobre a organização da Copa de 2014, faltavam mais de três meses para o Comitê Olímpico Internacional consagrar a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Mas como que antevendo a vitória carioca, e antecipando a necessidade de planejar com conforto esse evento – o maior, em termos de participantes, da indústria mundial do esporte -, o doutor Bernasconi abordou o modelo, implantado pela Inglaterra, de organização dos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres:

"Para os Jogos Olímpicos de 2012, Londres investe já há algum tempo. Por isso, o parque olímpico ficará pronto em julho de 2011, com seis meses de antecedência. Nos mês de maio (de 2009*), os londrinos estavam com nove semanas e meia de adiantamento em relação ao cronograma, trabalhando de segunda-feira a sexta-feira, das sete horas da manhã às cinco horas da tarde",* informou.

E prosseguiu: *"Como fizeram isso? Foram dois anos de preparação dos trabalhos, de planejamento e de contato com a comunidade" ... "Depois de dois anos, durante um ano e meio, permaneceram os londrinos fazem os 3Ds: design, dig and demolition – projetos, escavações e demolições. Gastaram um ano e meio nisso, e preparando os projetos de engenharia. Em seguida, começaram a construção. Com todos os projetos executivos prontos, a coisa anda de acordo com o cronograma. Por isso, os londrinos estão adiantados."* Para, em seguida, aduzir: *"A chave é: projetos e gerenciamento".*

O panorama apresentado pelos palestrantes, ao cabo da primeira audiência pública sobre as providências relativas à organização da Copa de 2014, levou o deputado Lupércio Ramos (PMDB-AM), membro da base de sustentação do governo na Câmara, a reconhecer *que "se não estamos saindo desta audiência com pessimismo, estamos saindo dela com muita preocupação"... "por isso, eu gostaria de fazer um apelo para movimentarmos o Congresso Nacional, considerando, inclusive, que teremos de alterar a legislação. A FIFA exige que alguns pontos da nossa legislação sejam alterados".* E dando vazão à preocupação, observou: *"Não é porque o Brasil foi escolhido que será sede da Copa do Mundo. O Brasil tem de cumprir sua missão, tem de cumprir o acordado" ... "O PAC, por exemplo, não anda. Em que pese ser o grande programa com decisão política, com orçamento reservado, o PAC não anda. Nosso país é extremamente burocratizado. Algumas etapas precisam ser superadas. E só vamos superá-las se um grande grupo de parlamentares resolver, de fato, enfrentar a questão".*

Colhidas as informações iniciais fornecidas por duas instituições que representam expressivos segmentos da sociedade, emergiram, com absoluta naturalidade, os seguintes questionamentos que este Relatório tem a obrigação de fazer:

- Qual o legado que a Copa de 2014 deixará para o povo brasileiro?
- Qual o legado que a Copa de 2014 deixará para as cidades-sede?
- Qual a contribuição que o investimento público a ser realizado deixará para a mobilidade urbana, o saneamento público, a segurança pública, o transporte rodoviário, o transporte metroviário, o transporte ferroviário, a infraestrutura aeroportuária, a logística, o meio ambiente, a sustentabilidade, a

geração de emprego e renda, a captação de novos negócios, a internalização de dinheiro novo, a expansão sustentada da demanda turística internacional, o desenvolvimento econômico-social?

- Como a Copa de 2014 ajudará no enfrentamento à pobreza e à erradicação de favelas?

Nessa primeira audiência pública, o deputado Lupércio Ramos, dirigindo-se ao doutor José Roberto Bernasconi, disse que *"fui informado de que havia um compromisso de parceria técnica entre o Sinaneco, o Ministério do Esporte e o grupo interministerial que, em tese, deve cuidar da Copa do Mundo. O termo de parceria é para que o Sinaenco faça um levantamento em todas as capitais brasileiras, a fim de saber da real necessidade delas, para nós nos adequarmos às exigências da FIFA".* Colocação feita, o deputado perguntou: *"Qual foi o resultado da parceria? O que avançou até agora? Existe pelo menos um projeto de planejamento de execução das ações e das obras que serão necessárias?".*

Na realidade, como esclareceu o doutor Bernasconi, a parceria técnica fora celebrada. Não com o SINAENCO. Sim, com a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base (ABDIB), que celebrou um convênio com o Ministério do Esporte e a CBF, percorreu o Brasil, fez um levantamento e retratou a situação de cada uma das cidades. Documento que, no entanto, não foi divulgado, apesar de ter sido apresentado a altas personalidades do Poder Executivo. E que permanece desconhecido até esta data.

SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA: ABDIB/BNDES

A segunda rodada de audiências públicas requeridas pela Subcomissão da Copa de 2014 ouviria representantes da ABDIB e do BNDES. Como era natural, criou-se a expectativa de que a radiografia sobre as carências, necessidades, ações e custos relativos à organização das 12 cidades-sede escolhidas pela FIFA para os jogos da Copa de 2014 seriam apresentadas aos integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

No dia 13 de agosto de 2009, o vice-presidente executivo da ABDIB, doutor Ralph Lima Terra, e o chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano da Área Social do BNDES, doutor Luiz Antônio de Souto Gonçalves, debateram com os integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle sobre a organização da Copa de 2014.

A informação prestada, na primeira audiência pública, pelo presidente do Sinaneco foi confirmada pelo representante da ABDIB. A entidade firmara, em maio de 2008, um termo de cooperação técnica com o governo federal, por intermédio do Ministério do Esporte. Parceria que envolveu a CBF. Objetivo: realizar um diagnóstico da infraestrutura de cada uma das 18 cidades candidatas a receber os jogos da Copa para:

- identificar a situação atual de cada uma das cidades no que diz respeito à infraestrutura;
- ter como referência o caderno de encargos da FIFA, identificando os níveis de exigência mínima ideal em nove dimensões:

mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, energia, saneamento básico, rede hospitalar, rede hoteleira e segurança pública.

- Identificar o que já existe em execução;
- Recomendar projetos para atingir os níveis mínimo e ideal, procurando não sobrecarregar orçamentos públicos.

A expectativa de que o representante da ABDIB informasse a sociedade, por intermédio da Câmara dos Deputados, sobre o teor do documento apresentado ao Ministro do Esporte e à Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, transformou-se em frustração.

O doutor Ralph Lima Terra, ao final da audiência pública, quando questionado pelo deputado Sílvio Torres se a ABDIB encaminharia a radiografia elaborada sobre a realidade das 18 cidades que ambicionavam hospedar os jogos da Copa, comprometeu-se a dar conhecimento do documento aos deputados. Compromisso que, até este momento, não foi honrado.

Impossibilitado, por não dispor este Relator do documento entregue ao governo federal pela ABDIB, atenho-me, pois, aos dados oferecidos pelo doutor Lima Terra em sua palestra, dos quais faço uma síntese.

Consoante o resultado do levantamento de campo realizado pela entidade, que levou em conta os projetos e os investimentos existentes, partindo da análise de cadernos de encargos, e coletando informações junto a órgãos oficiais em âmbito federal, estadual e municipal, foram identificados “gaps”, de acordo com o representante da ABDIB, em matéria de: aeroportos; relação habitantes/oferta de táxis; hospitais; saneamento básico; segurança; telecomunicações; segurança; hotéis; energia; telecomunicações; rodovias; ferrovias.

Apesar da amplitude de temas, as informações dadas pelo doutor Lima Terra, condensadas e sem abranger todos os setores, são as seguintes:

- aeroportos: se o país continuar crescendo à taxa de 3,5%-4% ao ano nos próximos cinco anos, vamos chegar a 2014 em uma situação ainda pior, se não fizermos os investimentos adequados;
- saneamento básico: depois de 19 anos, o marco regulatório foi aprovado, e agora é que o processo começa a se desenvolver. Temos um atraso muito grande;
- segurança: é um item que preocupa todo mundo, em particular a FIFA. A situação extrapola a necessidade de investimento em equipamento e muito em treinamento de pessoal;
- hotéis: situação idêntica na parte hoteleira;
- energia: temos uma posição até razoavelmente tranquila no que diz respeito à geração, mas com muitas necessidades localizadas em distribuição;
- telecomunicações: talvez seja o menor dos desafios. É 100% privada. O desafio é grande, mas talvez seja a que menos preocupa, de uma forma geral;
- rodovias: fora de São Paulo, de uma forma geral – e São Paulo ainda com muitas deficiências -, os outros estados não têm rodovias que permitam um deslocamento adequado; então vamos ter de investir muito nisso.
- ferrovias: a questão é dramática. O modal ferroviário é muito pouco utilizado no Brasil;
- hospitais: as cidades precisam estar preparadas. Ninguém sabe o que vai acontecer. A quantidade de gente que vem e que vai dividir espaço com quem já mora nas cidades é grande. Precisamos ter um mínimo

de preparo. E observamos que na maioria das cidades nós estamos muito longe do nível mínimo, quanto mais do nível ideal.

O resumo feito pelo representante da ABDIB configurou, na realidade, um sub-microcosmo do trabalho efetuado para o governo federal e a CBF. Isso não é uma inferência. Muito menos, uma ilusão. Informou o representante da ABDIB aos deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara presentes à audiência pública que o conjunto da obra é formado por *"18 ou 19 relatórios. Cada um, de cada uma das 18 cidades, tem aproximadamente 300 páginas e cerca de mil páginas de suporte".*

Quando da audiência, o doutor Lima Terra assegurou que o levantamento realizado consistia na primeira fase do trabalho objeto do convênio com o governo federal e a CBF, e que depois de o documento ser encaminhado, no início do mês de setembro de 2009, ao governo federal, por intermédio do Ministério do Esporte, e ao presidente do Comitê Organizador Local da Copa e da CBF, Ricardo Teixeira, a ABDIB se dedicaria à segunda fase: a estruturação financeira. Que, segundo ele, teria por foco *"criar condições para que os investidores privados tenham interesse em participar não só de estádios e arenas, mas de equipamentos de engenharia".*

Assegurou ele: *"Vamos focar a elaboração de projetos de engenharia, os estudos de viabilidade econômico-financeira, a modelagem jurídica. E isto aqui é muito importantes: as PPPs. Entendemos que elas tem um papel importante na Copa do Mundo. Vamos divulgar e buscar investidores. Esse trabalho já começou. Investidores que tenham interesse em trazer capital e vir participar desses projetos. É claro que tudo isso ficou mais complicado em função da crise financeira, o que aumenta nosso desafio".*

Estabelecia o cronograma traçado pela FIFA, em relação à Copa do Mundo do Brasil, prazos aparentemente rígidos para a realização das obras de construção e reforma dos estádios das cidades-sede. Um desses prazos fixava como data-limite o último dia útil de agosto para o lançamento dos editais de concorrência dessas obras. Que a FIFA viu-se constrangida a procrastinar. Em virtude de os estados, as cidades-sede e os três clubes proprietários de estádios de futebol – São Paulo Futebol Clube, Clube Atlético Paranaense e Sport Club Internacional – não estarem em condições de liquidez para comprometer-se com a execução de obras milionárias.

Em virtude dessas dificuldades de caixa, e também em decorrência de falta de capacidade de endividamento dos estados e dos municípios, o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, declarara, em entrevista à imprensa, que dinheiro público seria imprescindível para a construção e reforma dos estádios para a Copa de 2014. Demanda prontamente acolhida pelo presidente Lula, que recomendou que o BNDES criasse uma linha de financiamento para possibilitar a adequação dos estádios às exigências. Oferta de início restrita a estados e municípios, posteriormente estendida aos três clubes de futebol proprietários de estádios em igualdade de condições.

A consciência de que o planejamento da Copa de 2014 estava, efetivamente, atrasado, foi implicitamente externada pelo representante da ABDIB: *"Vamos botar foco* (na segunda fase) *na gestão e na execução dos cronogramas".* E a exemplo do presidente do Sinaneco, mirou-se, em matéria de planejamento estratégico para um evento de grande porte, no exemplo de Londres:

"Eu estive, a convite do Comitê Olímpico Internacional, em Londres, visitando o sítio da Olimpíada de 2012. São 25 quilômetros quadrados, em uma região degradada de Londres. Uma obra impressionante: US$ 15 bilhões; 5 mil

operários trabalhando 24 horas por dia. Em termos de obra, nada que nos assuste. O Brasil tem todas as condições de fazer".

Reconheceu o doutor Lima Terra que as empresas brasileiras de arquitetura e engenharia dispõem de expertise para participar das concorrências públicas e para realizar as obras. Tanto as da Copa de 2014 como as dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio. Mas deixou pairando no ar dúvidas quanto à capacidade gerencial brasileira: *"Agora, em termos de gestão, eu fiquei impressionado: eles controlam 24 horas por dia o que tinha que acontecer, o que aconteceu e o que deixou de acontecer. Então, eu acho que em alguns casos, em alguns projetos, nós vamos ter de fazer um trabalho semelhante a esse, porque senão nós vamos chegar a 2014 com problemas".*

Para tentar evitar o que chamou de *"problemas",* o representante da ABDIB assegurou que, na segunda fase do trabalho, o foco será na *"proposta de ação para eliminar riscos e entraves para esse investimento. Enfim, essa é a segunda fase".* Porque, segundo ele, o objetivo maior pelo Brasil, ao tomar a decisão de tornar-se de hospedeiro da Copa do Mundo FIFA de Futebol, é: *"o legado é a melhora no atendimento do transporte público urbano".*

Sobre a herança da Copa de 2014, disse: *"Isso é o que vai ficar para a população das cidades: no saneamento básico e turismo; o desenvolvimento do país; a quantidade de recursos que virão para a economia brasileira que vai ajudar o desenvolvimento, e a melhora na capacidade aeroportuária; a redução da incidência de doenças, causada por pesados investimentos de saneamento em áreas críticas; a instituição de um circuito de arenas multiuso, porque, apesar de o Brasil ser o país do futebol, nós não temos uma única arena em condições mínimas de realizar a Copa do Mundo; a consolidação na rota do turismo internacional; e o transporte metroferroviário".*

A impossibilidade de estados, municípios e clubes de futebol proprietários de estádios de futebol bancarem, per si, as despesas com a construção e a reforma de estádios para a Copa de 2014 fora já reconhecida publicamente tanto pelo presidente da CBF quanto pelo presidente da República.

Na segunda etapa da audiência pública, o representante do BNDES, doutor Luiz Antônio do Souto Gonçalves, comunicou, em nome do governo e da instituição à qual serve, que *"em relação à Copa, a boa notícia que temos para dar é a seguinte: temos capacidade de financiar, temos possibilidade e capacidade de financiar o conjunto de investimentos que serão necessários para a Copa".*

Depois de deambular sobre o crescimento dos investimentos em infraestrutura no Brasil no período 2003-2008 e de sublinhar que o orçamento do BNDES expandiu-se de entre R$ 50 bilhões/R$ 60 bilhões para R$ 110 bilhões, o doutor Souto Gonçalves ressaltou que, na condição de financiador de longo prazo, o BNDES tem disponibilidade de recursos para a indústria hoteleira e para saneamento público. Quanto à grave questão da mobilidade urbana, reconheceu ser *esse "um gargalo no país" ... "mas, agora, alguns segmentos têm apresentado oportunidades, tanto no setor ferroviário quanto nos próprios metrôs"... "estamos trabalhando nisso, essa é uma questão importante para o Brasil".* E informou que em relação aos aeroportos há, no BNDES, estudos avançados em relação a esse segmento.

Especificamente sobre estádios, o representante do BNDES comunicou que o banco dispõe de linha de financiamento para as arenas esportivas. Condicionou o acesso a elas à lógica bancária: garantias, capacidade de endividamento, descontingenciamento e ajuste fiscal.

Ao encerramento das palestras dos representantes da ABDIB e do BNDES, fiz questão de consignar que, desde a instalação da Subcomissão, temos tido conhecimento das declarações do presidente da CBF de que as arenas e os estádios precisam de dinheiro público. Até mesmo porque pode faltar muita coisa, mas se estádios não existirem a realização da Copa de 2014 resvala em direção ao lodo da inviabilidade. Então, questionei o doutor Lima Terra sobre as dificuldades existentes para a organização do evento.

Com a autoridade de quem tem pleno conhecimento do resultado da radiografia realizada pela ABDIB, o representante da entidade, valendo-se de uma escala de cores – verde, amarelo, vermelho -, informou: *"No que diz respeito à infraestrutura, observamos quantidade significativa de verde nos projetos existentes.Ou seja, várias cidades têm um conjunto de obras em andamento muito grande. Em alguns segmentos, por exemplo, telecomunicações, são investimentos 100% privados".*

Sem, contudo, discriminar a cor, o representante da ABDIB observou que *"no Nordeste, os projetos da rede hoteleira iam caminhando muito bem, aí veio a crise financeira e em vários desses empreendimentos os empreendedores tiraram o pé do acelerador" ... "Precisamos arranjar soluções para retomar esses projetos das áreas turísticas do Norte e Nordeste".* Quanto aos grandes projetos, nenhum, admitiu o palestrante, pode ser classificado com a cor verde. E citou a questão dos aeroportos, afirmando que nenhum dos das 12 cidades-sede tem como, nas condições atuais, chegar em 2014 com status sequer razoável.

Entre a apresentação da candidatura brasileira e a decisão da FIFA, como já consignado, o ambiente econômico do mundo era de alavancada prosperidade. Com o espoucar da crise, que atingiu de maneira mais dura, mais incisiva, as grandes economias mundiais, os investidores do setor privado

retraíram-se, por conta de naturais perdas. A questão foi diretamente abordada pelo deputado Sílvio Torres. Ele ressaltou sua descrença na hipótese de os hipotéticos parceiros que investiriam no Brasil em virtude da Copa do Mundo realizar investimentos no setor de infraestrutura, ainda que a previsão de recuperação econômica, prevista para o próximo ano, se confirme.

O representante da ABDIB reconheceu que, em virtude da crise financeira internacional, se não fosse o acréscimo e o incremento do orçamento do BNDES o Brasil teria sentido a crise muito mais do que sentiu: *"O governo federal injetou recursos, aumentou rapidamente o orçamento, e isso serviu para, de certa forma, amortecer esse efeito* (da crise)".

Quanto à Copa de 2014, depois de compará-la a uma corrida de obstáculos e de opinar que há um conjunto imenso de oportunidades, o doutor Lima Torres reconheceu que:

- *"as questões internacionais, no que diz respeito à origem de recursos, fontes de recursos, continuam inviabilizadas";*
- em relação ao projetos para a Copa *"não cabe imaginar que vamos suportá-los e desenvolvê-los somente com recursos privados";*
- *"vamos ter que criar condições para que o investidor internacional e também o privado volte a trazer recursos para o Brasil, aplicando em projetos de médio e longo prazos";*
- *"em relação a projetos em andamento em cada uma das 12 cidades-sede há um volume de obras impressionante";*
- *"independentemente da Copa, as cidades necessitam de investimentos em infraestrutura, que estão acontecendo, com certeza não no ritmo e na velocidade que gostaríamos";*

- quanto *"aos grandes projetos que dependem mais ainda de volumes de recursos de capital internacional ou mesmo da banca financeira nacional ou de recursos públicos o nível de interrogação é maior".*

Em seu pertinente questionamento, o deputado Sílvio Torres abordou o controverso assunto do trem de alta velocidade (TAV), assunto que fora objeto de audiência pública na Câmara dos Deputados, ocasião em que representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres e da Casa Civil da Presidência da República debateram o tema: *"Tomamos conhecimento de que o projeto chega a R$ 36 bilhões, e que terá dinheiro público obrigatoriamente. Eu quero saber se já foi incluído o trem-bala entre os estudos da ABDIB, e qual a sua avaliação sobre sua implantação".*

Depois de observar que o TAV nunca foi viável economicamente, o representante da ABDIB informou que *faz "parte do nosso projeto o trecho que liga Campinas a São Paulo. Isso é fundamental" ... "A ligação Viracopos-São Paulo é fundamental para a Copa do Mundo. Agora, a São Paulo-Rio é outra história, não faz parte do nosso projeto"... "O trecho Campinas-São Paulo, esse sim, é fundamental, porque, por mais que façamos investimentos, Cumbica e Congonhas não serão nem de perto suficientes para a Copa do Mundo de 2014".*

Próximo ao encerramento da audiência pública, o deputado Sílvio Torres endereçou ao doutor Lima Torres a pergunta que não quer calar*: "Quero saber se já é possível ter uma idéia dos valores necessários para esses investimentos"... "Gostaria de saber se a ABDIB já tem algum parâmetro de custo?"*

A resposta não saciou o natural, compreensível e mais do que devido interesse sobre quanto caberá ao conjunto da sociedade nacional bancar, por

intermédio do pagamento de taxas e impostos, para a realização da Copa do Mundo de Futebol do Brasil: *"No que diz respeito a valores, o nosso projeto não tem como identificá-los. Quem vai definir quanto, quando e onde os projetos vão ser feitos serão as autoridades federal, estaduais e municipais",* admitiu o doutor Lima Terra.

TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: A INDÚSTRIA DO TURISMO

Em dezembro de 2002, o então Ministro do Esporte e Turismo, doutor Caio Luiz de Carvalho, lançou, no apagar de luzes do governo Fernando Henrique Cardoso, o documento *"Eventos Esportivos Internacionais – Diretrizes para Captação".* O trabalho, em sua introdução, afirma que *"sediar eventos desportivos internacionais possibilita ao Brasil o potencial de propiciar benefícios esportivos diretos e significativos de curto, médio e longo prazos, podendo atuar como um catalisador para a realização de outros objetivos e metas de interesse governamental e da comunidade esportiva".*

Hospedar grandes eventos, sejam eles esportivos ou não, é uma ferramenta poderosa de aumento de captação de turistas internacionais dos principais polos emissores, gerando maior internalização de dinheiro novo, geração de emprego e renda, desenvolvimento social e marketing de um destino turístico.

Quando uma determinada cidade, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, acolhe um grande evento internacional, é beneficiada economicamente em virtude não apenas da oferta de empregos e de uma consequente melhor distribuição de renda. A realização do grande evento – que toma contorno de festival – propicia a expansão e o fortalecimento do setor de pequenos e médios negócios; o desenvolvimento ambiental e regional; o aumento do turismo tanto externo quanto interno, propiciando melhor distribuição da renda; o aumento das exportações e da arrecadação de impostos. Além da ampliação e modernização da infraestrutura.

Com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2006, a Alemanha constatou, segundo o Departamento Federal de Estatísticas, a criação de 50 mil novos empregos e o crescimento do seu Produto Interno Bruto em cerca de 8 bilhões de euros. Já a Federação do Comércio Alemã contabilizou um impulso de dois bilhões de euros em decorrência da competição, propiciando ao setor gastronômico crescer, entre junho e julho de 2006, 4%, o equivalente a 300 milhões de euros, enquanto o setor hoteleiro acusou uma expansão de 8,5%, em virtude de terem desembarcado no país 10% a mais de estrangeiros no mês de maio de 2006, total que cresceu para 31% no mês de junho, em relação ao ano anterior.

É indiscutível que comparar os mercados turísticos europeu e sul-americano é tarefa pouco inteligente. Enquanto a renda da população dos países da Comunidade Européia é maior e os modais de transporte vários e eficientes, na América do Sul a renda é muito menor e o turista intrarregional depende, acima de tudo, do transporte aéreo para consumir os destinos do continente.

Em que pese tal contraste, faz-se, hoje, a previsão de que no período da Copa de 2014 o Brasil será demandado por um fluxo a maior de turistas internacionais estimado em 500.000 mil consumidores, que circularão no país durante 60 a 90 dias. O que enseja, naturalmente, a possibilidade de se fidelizar expressiva fração desse contingente, que, se conquistado pelo mercado brasileiro de viagens, realizará, graciosamente, propaganda boca a boca do Destino Brasil.

Estará, a partir de 2013, quando o Brasil sediar a Copa das Confederações, o país devidamente preparado – em termos de equipamentos e qualificação profissional – para atender a essa mais do que expressiva demanda? Que gastará com os mais diversos segmentos do setor hospitalidade. Identificar as perspectivas brasileiras em relação ao setor foi um dos objetos da

Subcomissão da Copa de 2014, que, no dia 20 de agosto de 2009, realizou audiência pública com a presença de representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), da Confederação Nacional do Turismo (CNTur) e da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas (Abremar).

Atualmente, dispõe o Brasil, segundo informou o representante da ABIH, senhor César Gonçalves, de cerca de 300 mil unidades habitacionais nas áreas de influência das 12 cidades-sede. O que seria, de acordo com a entidade, *"muito razoável".* Para a ABIH, o caso mais crítico, entre todas as cidades que acolherão os jogos da competição, é o de Cuiabá. Onde, ademais, é inviável considerar a utilização de um navio de cruzeiro. Quanto a Belo Horizonte, outro destino que não dispõe do número de habitações/leitos necessários, com um déficit de 12 mil unidades hoteleiras e dotada de apenas um hotel de cinco estrelas, o senhor César Gonçalves disse que *"acho que conseguiremos resolver o caso de Belo Horizonte sem maiores dificuldades".*

Antes de focalizar o problema real existente na área de qualificação profissional, o representante da ABIH enfatizou que o setor hoteleiro carece, hoje, de linha de crédito de longo prazo, com juros adequados, para que os equipamentos estejam prontos e adaptados não só para atender a demanda a maior que ocorrerá no período da Copa de 2014, mas, também, para as próprias necessidades locais.

Em relação, especificamente, à qualificação profissional, o senhor Gonçalves revelou nítida preocupação, na medida em que, afirmou, *"no Brasil, hoje, há um déficit muito sério na qualificação profissional. As grandes redes estão investindo muito em qualificação profissional, mas 75% dos meios de hospedagem, hotéis, pousadas, são pequenos. Percebe-se claramente que há necessidade de investimento muito forte nessa área".*

A preocupação da indústria hoteleira foi, entretanto, garantiu o representante da ABIH, transmitida ao governo, para quem, *"o Estado tem de estar mais presente nos investimentos de qualificação" ... "apenas para lembrar, uma das principais necessidades em eventos desse tipo é que se fale, pelo menos, o básico de duas línguas, e a maioria dos nossos funcionários não tem qualquer conhecimento de língua estrangeira".*

Para encaminhar uma solução adequada para o problema, o representante do setor hoteleiro ressaltou que *"será preciso uma massa muito grande de recursos, a partir de 2010, porque não é um trabalho de curto prazo. A qualificação não pode acontecer no ano da Copa, mas antes, para que seja um processo contínuo, até porque o aprendizado, por exemplo, de uma língua não acontece com facilidade quando não há uma base de educação razoável. Infelizmente, esse é o caso da maioria dos funcionários do nosso setor".*

Em um período de 60 dias em virtude da realização da Copa de 2014, o Brasil receberá milhares de turistas internacionais a mais. Diz-se. Preve-se. Levando-se em consideração o comportamento estatístico do turismo receptivo do país, que foi objeto da demanda, nos meses de junho e julho de 2007, de 711.753 turistas internacionais, total que, em virtude dos reflexos da crise financeira mundial de 2008, retrocedeu a 700.187 desembarques internacionais, é de todo previsível - respeitado esse comportamento - que desembarquem no país, no mês antecedente ao da realização da Copa e no mês em que ela será disputada, pelo menos 1.200.000 consumidores do mercado de viagens e lazer de todo o mundo.

Acolher essa população flutuante em tão curto período de tempo exige, indiscutivelmente, a oferta de habitações, leitos e, também, de qualificação

profissional de alto nível. Informa o Relatório de Competitividade em Viagem e Turismo, publicado pelo Fórum Econômico Mundial (edição de 2009), que o Brasil, em matéria de bom atendimento em hotéis, restaurantes e outros serviços, é extremamente mal conceituado.

Em face das carências brasileiras no setor hoteleiro, foi levantada a hipótese os navios de cruzeiro, como aconteceu na Copa do Mundo FIFA de Futebol disputada na Itália, serem utilizados como alternativa de hospedagem para esse contingente a maior.

Informa o Anuário Estatístico de Turismo – 2009 que desembarcaram no Brasil, em 2008, 5.050.099 turistas internacionais. Informa, também, o mesmo documento que, por via marítima, chegaram ao país, naquele ano, 70.091 turistas internacionais. De acordo, no entanto, com o presidente da Abremar, senhor Ricardo Amaral, 16 navios estiveram no Brasil na temporada 2008/2009 de cruzeiros marítimos, transportando um total de 521 mil hóspedes, dos quais 75 mil eram estrangeiros.

Para o período de 2009/2010, garantiu ele, chegarão ao Brasil 18 navios, com uma oferta de 907 mil leitos para toda a temporada. O que significa um grande aumento da oferta, viabilizado por um maior investimento das companhias de cruzeiros, em virtude da extensão da temporada, que agora será de outubro a maio.

Outubro a maio, conforme precisou o presidente da Abremar, é o período de temporada de cruzeiros marítimos no hemisfério sul. As grandes companhias estrangeiras do setor direcionam suas naves para essa metade do planeta, em virtude do clima, do verão. Navios que retornam ao hemisfério norte quando, na Europa, é verão.

Qual a possibilidade, então, de os navios de cruzeiros marítimos tornarem-se a solução para acomodar turistas, domésticos e do exterior, no período da Copa de 2014, que acontece justamente nas férias do mercado emissor de turistas da Europa, responsável, em 2008, pelo envio de 1.776.333 turistas internacionais para o Brasil.

Garantiu o senhor Ricardo Amaral que *"o navio só funciona para a Copa se o cenário mudar, porque hoje só tem navio aqui no Brasil de outubro a maio. A Copa vai ocorrer de junho a agosto".* Em seguida, alertou para a necessidade de *"o cruzeiro marítimo ser compreendido como ele acontece no mundo, e não visto como acontece no Brasil".*

Apesar da visão otimista de que os navios de cruzeiro marítimo seriam a solução mais adequada e fácil para complementar a necessidade de habitações hoteleiras para a Copa de 2014, o presidente da Abremar desfiou um rosário de problemas a serem solucionados para que essa hipótese possa tornar-se uma realidade.

O Brasil, de acordo com o senhor Amaral, convive com sérios problemas de infraestrutura no setor de cruzeiros marítimos: *"Temos, hoje, mais de 40 portos de escala, e apenas seis têm estrutura para grandes embarcações, para dois mil, três mil hóspedes".* Entre os problemas de infraestrutura, destaca-se o que afeta os berços de atracação. Santos, o maior porto de cruzeiros marítimos do país, dispõe de dois berços de atracação em frente ao terminal principal.

Já a cidade do Rio de Janeiro, o mais importante cartão-postal da indústria brasileira do turismo, conta com um terminal que, apesar de novo, não atende, garantiu o senhor Amaral, as necessidades. Revelou o presidente da

Abremar, a respeito, que foram registrados problemas, em 2008, com os 75 mil estrangeiros que vieram fazer cruzeiro no Brasil*: "O índice de insatisfação e o índice de reclamação foram muito altos por causa da infraestrutura portuária".*

As carências brasileiras, assegurou o presidente da Abremar, conspiram, na verdade, contra a expectativa de se contar com navios no período da Copa de 2014. Primeiro, porque não há navio em virtude de inexistirem condições de infraestrutura. Segundo, porque as condições de operação de navios no Brasil não são favoráveis, e nenhuma companhia vai estar presente se isso não for alterado.

Encerradas as palestras, na fase de debates os representantes da ABIH e da Abremar foram questionados sobre as demandas substantivas dos dois setores.

O senhor César Gonçalves, em nome da ABIH, defendeu a oferta pelo BNDES de linhas de crédito com prazo de pagamento de 20 a 30 anos. E criticou: *"No Brasil, as linhas de crédito são de cinco anos, no máximo. É preciso que haja diminuição nos juros e algum aumento – elasticidade – nos prazos" ... "É o que estamos pedindo, ou seja, que o BNDES aja tanto em montante de recursos como em uma linha diferenciada, com prazos maiores e juros mais adequados".*

Já o senhor Ricardo Amaral afirmou que *"o investimento na reforma portuária é mínimo frente ao tipo de investimento para um evento* (Copa 2014) *dessa monta".* E citou, como exemplo, Santos: *"Construir uma extensão para transformar dois berços de atracação em quatro berços não custa mais do que R$ 20 milhões. Isso é investimento para acomodar quatro navios com três mil passageiros cada. Estamos falando de 12 mil pessoas acomodadas com um investimento de R$ 20 milhões".*

QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA: A REDE DE FISCALIZAÇÃO

A malfadada organização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, apesar de ter resultado em despesas exageradas e descontroladas, transformou-se em um importante legado para o Tribunal de Contas da União e para os tribunais de contas do Estado do Rio de Janeiro e do município carioca. Em virtude dos problemas e das dificuldades encontradas para fiscalizar as despesas com o evento, as três cortes elaboraram o trabalho intitulado "Experiência com os Jogos Pan-Americanos Rio 2007". Discriminando os pontos fortes e fracos observados durante a fiscalização do evento, o trabalho sugere oportunidades de melhoria na atuação conjunta e a integração entre os órgãos fiscalizadores.

Consciente de que é imprescindível submeter os gastos públicos destinados à preparação do Brasil para hospedar a Copa de 2014 à fiscalização preventiva, o deputado Sílvio Torres, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, submeteu ao presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar, a proposta de, pela primeira vez no país, ser criada uma Rede para implantar uma sistemática comum de fiscalização e controle dos gastos públicos com o Mundial de Futebol do Brasil.

Encampada a sugestão pelo presidente do TCU, a assessoria técnica da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e os técnicos da Secretaria de Controle Externo do TCU elaboraram o Protocolo de Intenções destinado a criar a Rede de Informações para a Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa de 2014.

No dia 25 de agosto de 2008, com a presença do ministro Ubiratan Aguiar, da senadora Marisa Serrano, representando a Comissão de Fiscalização do Senado, e de presidentes e representantes dos tribunas de contas dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pernambuco, e dos municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, deputado Sílvio Torres, abriu a quarta audiência pública destinada a levantar as necessidades para a organização do Mundial do Brasil.

Na ocasião, foi assinado pelos presentes o Protocolo de Intenções que deu vida à Rede de Informações, documento que pode ser consultado no Capítulo V deste Relatório.

À abertura da reunião, o deputado Sílvio Torres registrou que *"é a primeira vez que se institui uma rede que inclui e junta instituições dos Estados, dos municípios e do Tribunal de Contas da União com o Senado e a Câmara, com o único propósito de estabelecer a fiscalização das obras do evento e, enfim, de tudo que significa a Copa de 2014".*

Prosseguiu o deputado: *"Sem nenhum constrangimento, até porque tenho dito isto publicamente, os Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro foram exemplo de como não deve ser feita a utilização de recursos públicos. Faltou planejamento, faltou fiscalização, faltou controle. E, o que é pior de tudo, depois de quase R$ 5 bilhões de recursos investidos pelos cofres públicos, o legado é altamente duvidoso. Em alguns casos, o legado não se recupera mais, o legado de obras ociosas e de prejuízos irreversíveis para os cofres públicos...".*

Em nome da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, a senadora Marisa Serra consignou que o presidente daquela instância, senador

Renato Casagrande, *"propôs a criação de uma subcomissão como esta que os deputados Sílvio Torres, Rômulo Gouveia e Paulo Rattes propuseram, através do requerimento 221, de 2009"* e salientou que *"quando se fala em Copa do Mundo, às vezes as pessoas podem achar que é bobagem o Senado, a Câmara e os tribunais se preocuparem com isso. Mas para o povo brasileiro, este, sim, é um megaevento que a população toda vai acompanhar. Portanto, o interesse nosso é que todas as obras, todas as intervenções com recursos públicos sejam feitas a contento. E que não aconteça, como disse o deputado Sílvio Torres, o que estamos vendo com as obras do Pan-Americano no Rio de Janeiro".*

A iniciativa de criar a Rede foi saudada, também, pelo presidente do TCU. Afirmou o ministro Ubiratan Aguiar: *"Este momento, considero-o excepcional, porque a Constituição mostra o liame que há entre a ação e o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União e a ação do Poder Legislativo em legislar e fiscalizar. Recebemos pedidos de auditoria, recebemos pedidos de informações, mas, de forma concreta, agora nos sentamos à mesma mesa para, numa fase preliminar, dizer que vamos estar juntos, Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Comissão de Fiscalização do Senado Federal, Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, todos com um objetivo saudável: acompanhar a execução das obras e o emprego de recursos públicos".*

Após a abertura da audiência, o deputado Sílvio Torres realizou a leitura do Protocolo de Intenções, para, ato contínuo, as assinaturas dos representantes do Senado e dos tribunais de contas serem apostas no documento. Vencida essa etapa, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, conselheiro Antônio Joaquim, declarou que a *"iniciativa serve de exemplo às Assembléias Legislativa e às Câmaras Municipais, no sentido de que percebam a importância da fiscalização por parte do Poder Legislativo. Quero*

realçar também a singularidade desta iniciativa. Porque um dos graves problemas que temos no controle e na fiscalização no Brasil é exatamente a falta de uma rede de informações entre as instituições de controle. Refiro-me a todas elas: às que pertencem ao Poder Executivo – Ministério da Fazenda, COAF e as demais instituição -, ao Poder Judiciário, ao Ministério Público".

E assumindo, sem reservas, o papel de advogado do TCU, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso ressaltou*: "Os tribunais de contas, liderados pelo TCU, têm feito trabalho belíssimo. Surpreendo-me quando vejo autoridades do governo reclamarem disso" ... "Quando se critica a ação do TCU para suspender obras através de medidas cautelares, cria-se uma situação extremamente desconfortável. Se a obra foi suspensa, é porque há problemas. Nada justifica gastar o dinheiro público, mesmo que seja para o PAC, mesmo que seja para um hospital, se há problemas de ilegalidade e de superfaturamento".*

Representando o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, o conselheiro Thiers Vianna Montebello afirmou: "*Tivemos uma experiência no Rio de Janeiro, acompanhada pelo ministro Ubiratan Aguiar, nos tribunais de contas do estado e do município. Na ocasião, vimos que o legado, às vezes, é muito mais trêfego do que se espera. O legado não pode ser um instrumento de pressão para que as coisas andem. As coisas têm que andar muito bem feitas. Penso, presidente, que essa convergência de fiscalização, cujo objetivo é exatamente inibir, talvez, os excessos, é muito importante. Cada um de nós deve levar suas experiências, especialmente o TCU, o TCE e o TCM do Rio de Janeiro, pela vivência que tiveram com isso, embora a experiência não tenha sido das melhores. Essa Rede vai, sem dúvida alguma, produzir efeito extraordinário. Não tenho a menor dúvida de que esse passo dado, neste momento, por iniciativa do*

Poder Legislativo, para tornar real essa rede de controle e fiscalização, é muito importante".

Na fase de encerramento da reunião, entendi ser adequado registrar, na qualidade de relator da Subcomissão da Copa de 2014, que *"sou um homem da base do governo, mas a mim não me escapa, em instante algum, a verdade. E a verdade é que é preciso acompanhar, fiscalizar e controlar, especialmente, o dinheiro público que será aplicado na realização da Copa do Mundo, para que não se precise remediar, como disse o meu caro companheiro e embaixador, o conselheiro Thiers Montebello, que não quis citar, especificamente, o desastre que foi o Pan-Americano".*

QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA: O MODELO DE SÃO PAULO

Preocupada em formar um acervo de informações sobre a organização da Copa, a Subcomissão convidou, por intermédio da Comissão de Fiscalização e Controle, os governadores e os prefeitos dos estados e das cidades para colher informações sobre os projetos apresentados à FIFA para tornarem-se sedes da competição.

No dia 27 de agosto de 2009, o coordenador da organização da Copa de 2014 em São Paulo e presidente da SP Turis – empresa de turismo do município -, doutor Caio Luiz de Carvalho, e o secretário-adjunto dos Transportes Metropolitanos do Estado, doutor João Paulo de Jesus Lopes, transmitiram à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle informações factuais sobre as decisões do governo e do município de São Paulo para hospedar a competição.

Depois de prever que a Copa de 2014 impactará uma audiência televisiva cumulativa de 600 milhões de telespectadores e que existe a expectativa de crescimento do turismo de cerca de 20% nos dois anos subsequentes ao da realização da competição, o doutor Caio informou que as questões mais críticas no país são: acessibilidade aos polos de hospitalidade, aos estádios e às chamadas fun fests. A respeito desse último ponto, ele registrou que, na Copa da Alemanha, em 2006, 3,5 milhões de pessoas assistiram aos jogos nos estádios, e que 15 milhões de pessoas acompanharam as partidas fora dos estádio, nas fun fests.

Com objetividade, o coordenador da Copa em São Paulo observou que à FIFA preocupa, em relação a todas as cidades-sede, a questão da infraestrutura aeroportuária. A respeito, disse: *"Temos uma questão estratégica a solucionar: o aumento da capacidade do aeroporto de Guarulhos, atualmente*

saturado, com 20 milhões de passageiros. Há uma promessa da Infraero de que chegaremos, até 2013, a uma capacidade de 30 milhões de passageiros. E o panorama em matéria de revitalização é o mesmo em relação a Viracopos, em Campinas, que atualmente tem capacidade para 1,5 milhão de passageiros, e o projeto da Infraero para 2013 prevê uma capacidade de 8,5 milhões de passageiros".

Ratificando a sensação cultivada por integrantes da Comissão de que os preparativos da Copa estão a se caracterizar pela lerdeza, o doutor Caio afirmou que *"ainda estamos muito lentos nesta questão aeroportuária, e o tempo corre. Estamos muito atrasados com relação a essa que é uma questão estratégica para a Copa do Mundo".* Em seguida, abordou a questão da segurança: *"A questão de segurança não diz apenas respeito a melhorarmos as condições de vida dos brasileiros que vivem em regiões onde a segurança é um problema sério, mas também de todos aqueles que nos visitarão, de todos aqueles que circularão pelo país".*

Derivando para as ações do governo e da prefeitura de São Paulo para a Copa, o doutor Caio, antes garantindo que os governos estadual e municipal não vão investir um tostão que seja em obras de construção ou reforma de estádio, informou que *"a Copa possibilita algo que beneficiará a todos os cidadãos, que é a antecipação de um cronograma de obras, que estaria previsto até 2020, para 2014. Muitos desses projetos já estão em andamento".*

Partindo do pressuposto de que a questão da mobilidade urbana é fundamental, o doutor Caio caracterizou-a, em São Paulo, como *"dramática".* Em virtude desse entendimento, informou que *"o foco do governo do Estado e da prefeitura em relação à Copa está principalmente na questão de mobilidade e transporte, e com uma antecipação de cronogramas apenas. Não*

necessariamente são obras que estão direcionadas em função do estádio do Morumbi, com exceção da Linha 4 (do metrô)*".*

Nesse ponto, o coordenador da Copa em São Paulo transferiu a palavra ao secretário-adjunto estadual dos Transportes Metropolitanos. O doutor João Paulo revelou que entre 2007 e 2010 o governo paulista investirá R$ 20 bilhões no transporte metropolitano para recuperar um pouco o atraso existente nessa área: *"O metrô de São Paulo transporta hoje 3,3 milhões de passageiros/dia, o que significa 1 bilhão de passageiros por ano. Temos 60 quilômetros de linhas. Até o final deste mandato, fim de 2010, essas linhas passarão a ser de 80 quilômetros".*

Especificamente em relação à Copa do Mundo, garantiu o doutor João Paulo que *"a Estação São Paulo-Morumbi, que deverá ser inaugurada até setembro de 2012, vai fazer parte da segunda etapa da Linha Amarela e ficará a 1.180 metros do estádio. Através dessa estação, todos os que chegarem ao Morumbi ou que de lá saírem se integrarão com toda a cidade".* No tocante ao sistema metroferroviário, o secretário adjunto estadual de Transportes Metropolitanos comentou que *"a rede atual, somando o metrô e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, tem cerca de 240 quilômetros de linhas, e queremos chegar a mais de 300 quilômetros até o final do ano que vem e, até a Copa de 2014, a 500 quilômetros de linhas".*

Com base na previsão da circulação nos aeroportos sofrer um crescimento exponencial em virtude da Copa, o doutor João Paulo garantiu que *"a implantação do Expresso Aeroporto – ligação direta da Estação da Luz, no centro da cidade, com o Aeroporto de Cumbica - viabilizará a integração do sistema metroviário da região metropolitana, inclusive com o transporte de ônibus".* Além dessa obra do governo do estado para encaminhar soluções voltadas para a

mobilidade urbana, a prefeitura da cidade tomou a decisão de investir na avenida Perimetral, que se estenderá até a rodovia Raposo Tavares, interligando-se, até 2013/2014, com o Rodoanel. Sobre o Rodoanel, garantiu que 90% da obra estará concluída até novembro e que ele será integralmente colocado em operação em março do ano que vem.

Retomando a sua palestra, o doutor Caio referiu-se às fontes de recursos existentes para bancar as obras: *"Estamos falando de cerca de 70% desses recursos, estimados em R$ 33,4 bilhões. 70% são do governo do estado; 12% da prefeitura; 8% do setor privado, 4% relativos ao governo federal. O restante são fontes que estão aguardando modelos de participação privada. Muitas dessas obras já estão em andamento".*

Em matéria de demandas ao governo federal, o coordenador da Copa em São Paulo revelou que a cidade apresentou apenas dois projetos: o metrô leve do Aeroporto-Morumbi e um terminal rodoviário na área de Vila Sônia. A estimativa desses investimentos solicitados é de R$ 2,16 bilhões. Parte desses recursos, cerca de R$ 370 milhões, seria de responsabilidade da prefeitura, governo e setor privado.

Quanto ao legado pretendido pelo governo estadual e pela administração da cidade, a meta, garantiu o doutor Caio, é oferecer *"um sistema de transporte eficiente; um estádio – o Morumbi - apto a se transformar em arena moderna com espaço multiuso, para receber eventos, shows, espetáculos e até jogos de futebol; e serviços qualificados".* Quanto ao aspecto de infraestrutura da cidade, garantiu que *"a FIFA sequer questiona: temos hoje mais de 110 hospitais, 17 com certificação internacional, dois deles a cinco minutos do estádio do Morumbi; 42 mil quartos de hotel, com uma previsão de chegarmos a 50 mil até 2014".*

Durante os debates, à pergunta por mim formulada sobre *"qual o percentual de investimento do chamado PAC da Copa, em São Paulo?",* o doutor Caio esclareceu que *"estamos com uma previsão de solicitação de R$ 2,1 bilhões para um investimento de R$ 33,4 bilhões. É de R$ 30 bilhões entre governo estadual e prefeitura para R$ 2,1 bilhões do PAC".* Aparteado pelo deputado Sílvio Torres a respeito da contrapartida do governo estadual e da prefeitura da cidade em relação aos recursos do PAC, o coordenador paulista da Copa de 2014 reduziu o total a ser desembolsado pelo Executivo federal: *"Na verdade, são R$ 2,1 bilhões, mas cerca de R$ 370 milhões são dos governos estadual e municipal, parte do setor privado e cerca de R$ 1,2 bilhão do PAC, do governo federal diretamente".*

SEXTA AUDIÊNCIA PÚBLICA: RODOVIAS E AEROPORTOS

Os principais aeroportos brasileiros estão à beira do colapso. O mais importante deles, o de Guarulhos, em São Paulo, já atingiu o ponto de saturação. As rodovias brasileiras carecem, há décadas, de investimentos maciços para garantir aos usuários conforto e segurança. Trafegabilidade, enfim. A malha aérea brasileira, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, é precária, incapaz de atender as necessidades dos turistas domésticos e internacionais que demandarão, em 2014, as cidades daquelas regiões que sediarão os jogos da Copa do Mundo.

É acaciano reafirmar que a oportunidade de sediar um grande evento esportivo oferece a um país oportunidades várias para alavancar a sua imagem, valorizar a sua marca, captar um número expressivo de turistas internacionais, internalizar dinheiro novo, movimentar o turismo doméstico e, assim, desconcentrar renda, aumentar a arrecadação de impostos, entre outros objetivos.

Otimizar a organização da Copa de olho no turismo exige, portanto, assegurar aos turistas que circularão no Brasil no período do evento uma infraestrutura capaz de seduzi-los, e, assim, fidelizá-los para o Destino Brasil.

Para debater como o governo federal se prepara para solucionar as carências aeroportuárias, rodoviárias e aeroviárias, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em virtude de requerimento apresentado pela Subcomissão da Copa de 2014, realizou, no dia primeiro de setembro de 2009, audiência pública com representantes da Infraero, do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Diretora-substituta do Departamento de Desenvolvimento e Logística do Ministério dos Transportes, a senhora Magnólia Maria Pinheiro Daniel afirmou, logo à abertura de sua palestra, que *"no Ministério dos Transportes há várias obras que podem favorecer as cidades-sede da Copa".* Mas garantiu que *"nenhuma delas está atrelada rigidamente ao evento da Copa, porém elas podem favorecer muito na mobilidade urbana entre as cidades".*

Garantiu a diretora-substituta do Departamento de Desenvolvimento e Logística do Ministério dos Transportes: *"Não temos nenhuma execução vinculada diretamente à Copa" ... "Desde antes da escolha das cidades-sede todos esses que vou apresentar já estavam no Programa de Aceleração do Crescimento e muito provavelmente favorecerão a mobilidade para as cidades-sede"*. Em virtude das informações iniciais prestadas pela senhora Magnólia, o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Sílvio Torres, perguntou: *"São todas obras do PAC?"*

"Não, não, não", respondeu a representante do Ministério dos Transportes, que, logo em seguida, esclareceu que *"o Ministério dos Transportes não tem nenhuma obra especificamente para a Copa do Mundo. Não recebeu nenhuma demanda para isso. O Ministério dos Transportes trata apenas de rodovias federais".* O deputado Sílvio Torres, buscando esclarecer as informações dadas pela senhora Magnólia, questionou: *"Vossa Senhoria está dizendo que não houve nenhuma demanda".* Ela, laconicamente, confirmou o que dissera: *"Não".*

Manifestei-me, em seguida, demonstrando preocupação em relação à obra do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, em virtude de ser estratégica tanto para a cidade do Rio de Janeiro quanto para a Copa de 2014. Em atenção à minha preocupação, a senhora Magnólia assegurou que *"todas essas" ... "ficarão prontas antes da Copa".*

De acordo com a representante do Ministério, além do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro também estarão concluídas, antes da Copa, na BR-101, o trecho que liga Natal a Recife, a Via Expressa de Salvador, o Rodoanel de São Paulo, o contorno leste de Curitiba. Quanto às obras que beneficiarão outras cidades-sede, a palestrante comunicou que *"as próximas obras ainda não foram iniciadas".* Mas assegurou que terminam antes da Copa. E citou as seguintes: o contorno de Recife, a duplicação do contorno de Fortaleza, a Via Expressa de Sapucaia a Porto Alegre.

O diretor de Infraestrutura da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), senhor Alexandre Barros, trilhou caminho idêntico ao percorrido pela representante do Ministério dos Transportes. Declarou ele: *"A ANAC não tem nenhuma atividade diretamente relacionada ao planejamento para a Copa do Mundo de 2014".* Ato contínuo, apresentou aos membros da Comissão as competências da agência. Para, em relação especificamente à Copa, admitir que *"é evidente que a Copa do Mundo de 2014 trará muitas necessidades de procedimentos especiais".* E disse a razão: *"Teremos um tráfego de passageiros bastante elevado, um surto no tráfego de passageiros durante esse período de mais ou menos um mês".*

Afirmam as estimativas que o aeroporto de Guarulhos, o mais importante portão de entrada de turistas internacionais no Brasil, receberá este ano mais de 20 milhões de passageiros. Uma demanda que supera, em mais de 3,5 milhões de passageiros, sua capacidade máxima instalada: 16,5 milhões de passageiros/ano.

O panorama no aeroporto central de São Paulo – Congonhas – é em tudo semelhante. Com capacidade máxima para 12 milhões de passageiros/ano, o aeroporto foi palco do trânsito de mais de 13 milhões de passageiros em 2008.

Já o aeroporto de Viracopos, em Campinas, com capacidade para acolher até dois milhões de passageiros por ano, deverá receber, até o fim deste ano, 2,7 milhões de passageiros.

É de uma evidência mais do que cristalina a necessidade, em regime de urgência, de expandir-se a infraestrutura aeroportuária do Brasil. Ainda mais em virtude da Copa de 2014. Que, segundo cálculos do momento, atrairá uma expressiva demanda adicional de turistas. Internacionais e domésticos. Afinal, há que se oferecer condições adequadas para que os passageiros que consumirão o Mundial do Brasil, depois de desembarcar, consigam ser atendidos com eficiência. Sob todos os aspectos. Principalmente os mais de dois milhões de consumidores do mercado internacional de viagens e lazer que entram no Brasil por São Paulo.

E a urgência, que é urgentíssima, procede, porque dos pouco mais dos cinco milhões de turistas internacionais que vieram ao Brasil em 2008, a maior parcela – 3.691.250 - aqui chegaram por via aérea. Levando-se em consideração as cidades-sede da Copa de 2014, consoante informações estatísticas constantes do Anuário 2009 da Embratur, 2,26 milhões desembarcaram em São Paulo, 749,9 mil no Rio de Janeiro, 173 mil na Bahia, 90 mil no Ceará, 73,6 mil em Pernambuco, 70,2 mil no Rio Grande do Norte, 69,6 mil no Rio Grande do Sul, 29,4 mil no Distrito Federal, 22 mil no Paraná e 20,1 mil em Minas Gerais. A respeito de Mato Grosso, o estado não consta do Anuário da Embratur. Não me perguntem a razão.

Gostaria eu, na qualidade de Relator da Subcomissão da Copa de 2014, de informar, com a maior precisão possível, o total de desembarques de passageiros domésticos ocorridos em 2008 nos aeroportos das cidades-sede. Lastimavelmente, os dados disponíveis a esse respeito são de 2006, e, naturalmente, estão defasados. Em que pese tal carência, convergem os entendimentos no sentido de que é uma prioridade absoluta revitalizar os aeroportos brasileiros. O que será feito com recursos previstos no PAC, como informou o senhor Jonas Maurício Lopes, que representou a Infraero na audiência pública.

Superintendente de Estudos e Projetos de Engenharia da Infraero, o senhor Jonas, depois de informar que a empresa não tem um investimento pontual em relação a um determinado evento, e que *"os investimentos presentes foram pensados e planejados em função do plano quinquenal de ação da empresa",* apresentou informações resumidas sobre as iniciativas, com foco nas cidades-sede, destinadas a modernizar a infraestrutura aeroportuária.

Belo Horizonte/Aeroporto da Pampulha: os investimentos não são encorpados. Não há nada de PAC. R$ 5,08 nilhões referem-se à ampliação da infraestrutura para a aviação geral. Depois, a sequência dos dados operacionais relacionados com o terminal de passageiros, pátio e estacionamento.

Brasília/Aeroporto Juscelino Kubistchek: investimentos substanciais. Cerca de R$ 161 milhões estão previstos no PAC e outros investimentos necessários, que totalizam quase R$ 500 milhões. O terminal de passageiros está sendo projetado para 25 milhões de passageiros entre 2018 e 2020. Não faremos esse investimento total até 2014. A obra será em etapas.

Cuiabá/Aeroporto Cândido Rondon: complementação e ampliação de terminal de passageiros. Há investimentos do PAC e outros oriundos da Infraero. Também seus dados operacionais. É um terminal de passageiros, onde a nossa realidade está chegando muito próxima do limite. Vamos fazer o que for necessário para ampliar a infraestrutura.

Curitiba/Aeroporto Afonso Pena: investimento do PAC da ordem de R$ 40 milhões e mais R$ 40 milhões de outras fontes. Investimentos para ampliação do terminal de passageiros do aeroporto e no sistema de pista e pátio. Também teremos recapeamento da pista, criação do pátio taxiway e ampliação de pátio de aeronaves.

Fortaleza/Aeroporto Pinto Martins: está chegando próximo do limite. Inverteremos o jogo até o horizonte de 2014, quando teremos capacidade compatível com a demanda, talvez até superior. A primeira etapa é a ampliação que garante uma capacidade de 8 milhões de passageiros, enquanto, no horizonte de 2014, teremos cerca de 6 milhões de passageiros/ano. A conclusão desses investimentos será em junho de 2013, assim como a primeira fase do edifício-garagem.

Manaus/Aeroporto Eduardo Gomes: haverá duas lajes de estacionamento à esquerda com entrada pelo subsolo que transformaremos num terminal de passageiros com acesso por cima e por baixo, dois níveis operacionais, cujos términos estão programados para o início de 2014. Quanto a data, não quer dizer necessariamente que só podemos utilizar infraestrutura nova em janeiro de 2014.

Natal/Aeroporto Augusto Severo: o aeroporto de São Gonçalo do Amarante tem investimentos do PAC da ordem de pouco mais de R$ 114 milhões,

coordenados pela Infraero. É passível de ser objeto de concessão. A modelagem da concessão definirá os investimentos em infraestrutura. A modelagem é de responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República.

Porto Alegre/Aeroporto Salgado Filho: um dos que vai receber mais investimentos da Infraero nos próximos anos, fora o terminal de passageiros, como a ampliação da pista de pouso/decolagem e a ampliação do pátio de aeronaves. Tem também uma nova área de terminal de cargas e receberá novo edifício-garagem. Os investimentos do PAC são da ordem de pouco mais de R$ 237 milhões. Estão previstos investimentos adicionais de R$ 373 milhões.

Recife/Aeroporto dos Guararapes: a Infraero realiza investimentos pontuais. O terminal de passageiros apresenta folga na relação capacidade/demanda. Está sendo ampliado o conector de embarque. São mais três pontes de embarque, totalizando 150 metros a mais de conector. A obra ficará pronta no final de 2009/início de 2010. Investimento de R$ 10 milhões do PAC e investimentos adicionais necessários de R$ 23 milhões.

Rio de Janeiro/Aeroporto Tom Jobim (Galeão): o que vai receber mais investimentos, junto com Guarulhos e Viracopos. São quase R$ 172 milhões do PAC e mais R$ 600 milhões necessários para concluir os dois terminais de passageiros. Readequação total do Terminal 1 e complementação do Terminal 2.

Rio de Janeiro/Aeroporto Santos Dumont: investimentos do PAC de R$ 45,35 milhões e outros investimentos necessários de R$ 31 milhões. Serviços localizados no sistema de pista e pátio para garantir mais segurança às operações de pouso e decolagem e maior número de posições para aeronaves que estiverem em posição remota e complementação da obra do novo terminal de embarque. A relação capacidade/demanda é tranquila.

Salvador/Aeroporto Luís Eduardo Magalhães: vai passar por adequação pequena. Há folga na relação capacidade/demanda. Será realizada ampliação do estacionamento de veículos.

São Paulo/Aeroporto de Congonhas: há limitação de slots, dos números de operação de pouso e decolagem. Demanda prevista não tem variação muito grande por conta do terminal de passageiros. Parte da demanda de Congonhas, que está reprimida, vai migrar para Viracopos, assim como a de Guarulhos. O aumento da demanda previsto até 2014 é de 2% em relação aos números de hoje, quando será atingido o limite de 14 milhões/15 milhões de passageiros/ano.

São Paulo/Aeroporto de Guarulhos: a relação capacidade/demanda está, hoje, estrangulada. Infraero tem investimentos previstos: parte do PAC, os mais significativos, quase R$ 1,4 bilhão, para a construção da área Terminal 3, que envolve o terminal de passageiros, o pátio de aeronaves e todo o sistema que o acompanha; e parte fora do PAC. Será construída uma fase especificamente focada no horizonte pré-2014. Posteriormente, será construída uma segunda fase. O empreendimento promove, também, a ampliação do pátio de aeronaves e do queroduto. Temos condições de fazer com que 65% do empreendimento esteja pronto até meados de 2013. Com esse investimento, será garantido atendimento à demanda reprimida tanto em Congonhas como em Guarulhos. Mas há excedente que migrará para Viracopos, onde a Infraero tem investimento significativo do PAC e fora dele.

São Paulo/Viracopos: recursos do PAC da ordem de R$ 304 milhões para ampliação, e investimentos adicionais de R$ 700 milhões, totalizando R$ 1,04 bilhão, no quinquênio 2009/2013. Não será construído edifício-garagem na

primeira fase. Uma pista já está construída. Uma segunda pista está em fase de pré-implantação. As duas pistas ficarão ligadas por pista de taxiamento. O terminal de passageiros ficará localizado entre elas. A previsão é de que Viracopos tenha capacidade para 90 milhões de passageiros/ano. Será o maior aeroporto da América Latina.

Apresentada essa síntese, questionei o representante da Infraero sobre a possibilidade de ser oferecido aos turistas que virão ao Brasil um bom atendimento aeroportuário. Garantiu ele que o atendimento será *"perfeito, ótimo".* Segundo o senhor Jonas Maurício, a Infraero, em relação ao evento Copa do Mundo, trabalha com dois momentos distintos: o primeiro, em 2013, na Copa das Confederações, quando a demanda ficará concentrada em quatro cidades, implicando aumento considerável de fluxo.

Quanto a 2014, a previsão é de que o crescimento do volume ocorrerá um pouco antes da Copa. Com isso, de acordo com a previsão da Infraero, toda a infraestrutura desses aeroportos – e também dos demais aeroportos da rede Infraero – está planejada para suportar não só o pique, mas também o movimento, o crescimento da demanda que ocorrerá posteriormente. *"Com certeza",* assegurou o Superintendente de Estudos e Projetos de Engenharia da Infraero, *"teremos uma estrutura aeroportuária equilibrada para atender não só o pico de 2013, na Copa das Confederações, mas também o pico pontual durante a Copa do Mundo, em junho, julho e, talvez, uma parte em agosto".*

Na fase de debates, em virtude de perguntas feitas pelos deputados Sílvio Torres e Vanderlei Macris, a representante do Ministério dos Transportes informou que em relação à Copa de 2014 o Ministério dos Transporte, até a data da audiência pública, não recebera *"uma demanda por escrito, dizendo,*

precisamos de tal coisa pontual". Mas observou que em relação ao TAV *"a expectativa é de que ele saia, que as obras comecem, que haja uma frente começando no Rio de Janeiro, outra em São Paulo e outra em Campinas. Acredita-se que do Rio de Janeiro até a primeira estação, em Barra Mansa; e de São Paulo até São José dos Campos – aquelas estações mais próximas -, até a época da Copa essas obras estejam concluídas. Essa é a nossa expectativa".*

Também informou que o governo federal vai destinar recursos para terminais rodoviários nas cidades-sede, demanda apresentada pelas prefeituras e estados ao Ministério das Cidades. *"As verbas serão compartilhadas com as prefeituras. As prefeituras vão participar das desapropriações nas cidades. Em relação ao projetos, os estados ajudam; e parte dos recursos serão federais".*

Próximo ao encerramento da audiência pública, o deputado Sílvio Torres perguntou, singelamente, à diretora-substituta do Departamento de Desenvolvimento e Logística do Ministério dos Transportes se *"os ministérios já foram chamados pelo governo para compor algum comitê de organização?"*

A senhora Magnólia respondeu: *"Para a Copa de 2014, não".* O deputado insistiu: *"Não?"*. Ela confirmou: *"Não".* O deputado Torres estranhou: *"O Ministério dos Transportes não foi chamado?".* A senhora Magnólia garantiu que *"ainda não foi chamado. Até o momento, não".*

Quanto ao trabalho de levantamento das necessidades dos estados e das cidades-sede para a realização da Copa de 2014, apesar de o governo federal ter anunciado que criaria, por decreto, um comitê interministerial para tratar da matéria, o representante da Infraero informou que um grupo executivo para a Copa de 2014, integrado por profissionais do Ministério do Esporte, do Ministério do Turismo, do BNDES, da Secretaria do Tesouro e também do Ministério da

Defesa, realizara, já, várias reuniões técnicas, coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República.

A reunião foi encerrada pelo presidente da Subcomissão da Copa de 2014, deputado Rômulo Gouveia, que encaminhou uma solicitação formal - das mais procedentes - ao presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle: *"Deputado Sílvio Torres, gostaria de fazer uma solicitação ao Ministério dos Transportes, à ANAC e à Infraero" ... "Solicitamos que os dados que ainda estão em estudo, o levantamento de valores, sejam enviados a esta Comissão" ... "Como não foi possível, nesta audiência, obter alguns dados, alguns valores" ... "Faremos a solicitação por escrito, mas já fica o registro nesta audiência pública".*

SÉTIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA: O LEÃO E A COPA

A Copa do Mundo de Futebol realizada pela FIFA é um grande negócio. Destinado a assegurar lucros fabulosos à entidade que dirige, em âmbito mundial, o futebol. Futebol, na Copa, também é importante. É a parte do entretenimento, da diversão, do encantamento.

Na primeira audiência pública proposta pela Subcomissão e realizada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o presidente do Sinaneco, doutor José Roberto Bernasconi, explicou, de maneira pragmática, o que é, para a FIFA, a Copa do Mundo de Futebol:

"Para a FIFA, a Copa do Mundo é um grande evento quadrienal. A cada quatro anos, ela faz a grande promoção do futebol e reúne os seus agentes promotores, tanto é que, na cidade escolhida para sede do jogo de abertura, é realizado, durante uma semana, o congresso dos agentes da FIFA. São cinco mil agentes promotores da FIFA promovendo o futebol no mundo inteiro. Ela congrega todos e os estimula a trabalhar em favor do desenvolvimento do futebol no planeta. E os protagonistas são os patrocinadores, os profissionais da mídia e as seleções nacionais de futebol.

"Mas a Copa do Mundo é mais, na medida em que proporciona uma série de movimentações com relação àqueles que são os seus protagonistas fundamentais. Os primeiros são os patrocinadores, aqueles que bancam as grandes cotas. Há também os profissionais da mídia, pois a Copa é o maior evento midiático do planeta, e quem faz a transmissão para o planeta são os profissionais da mídia...

"Esses profissionais são tão importantes que a FIFA faz exigências de espaços. Há os Very Important People – VIP, que são os patrocinadores e convidados especiais, há os Very Very Important People – VVIP, classificados na proporção do quanto contribuem para o futebol e para a FIFA. Para eles, há corredores de acesso, estacionamento e lugares privados no estádio..."

Mas não se preocupa a FIFA apenas em oferecer aos seus convidados, não importando o grau de importância, condições excepcionais em matéria de logística. Busca a FIFA, com a Copa do Mundo de Futebol, criar um espaço autônomo em relação à legislação fiscal e tributária do país onde ocorre o evento, conforme estabelece o Caderno de Encargos assinado pelos pretendentes a hospedar a competição.

Entre as garantias governamentais asseguradas à entidade pelo país hospedeiro da Copa, destacam-se:

- Taxas e impostos alfandegários: isenções de impostos e outros encargos de importação e exportação para bens e mercadorias relacionados com as atividades das competições, incluindo equipamento técnico pertencente às seleções de cada país e às redes jornalísticas de comunicação, bem como equipamentos para escritórios, para cuidados médicos das equipes e para marketing esportivo, entre outras atividades.
- Isenção tributária: isenção de taxas, impostos ou tributos concedida a estrangeiros para o exercício de atividades relacionadas às competições e desempenhadas pela FIFA, entidades associadas, times, equipes de arbitragem, redes jornalísticas de comunicação e comercialização de ingressos, entre outras.

Em matéria de facilidades, o Acordo estabelece Isenção Geral de Taxa em relação a quaisquer taxas, impostos ou outros tributos de autoridades locais, estaduais ou federais. Privilégios que beneficiam a FIFA e seus parceiros.

A Secretaria da Receita Federal é avessa à concessão de facilidades, de incentivos. A indústria brasileira do esporte tem disso plena consciência, pois foram longos os anos de espera até que a Lei de Incentivos para o Esporte fosse aprovada, promulgada, entrasse em vigor e surtisse efeitos.

As exigências da entidade que dirige o mundo do futebol foram, no entanto, acatadas pelo governo. Como, no entanto, os responsáveis pelo funcionamento da máquina federal de arrecadação estão concebendo as necessárias alterações na legislação nacional para que o país cumpra o Acordo da Candidatura?

Para responder tal interrogação, foi realizada, em 23 de setembro de 2008, audiência pública que contou com a participação do coordenador-geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal, José Aparecido Conceição, e do chefe da divisão de Estudos Tributários e Assuntos Estratégicos da Receita Federal, Augusto Carlos Rodrigues da Cunha.

Da audiência participou, ainda, o diretor do Departamento de Planejamento de Programas Sociais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Mauro Cézar Nogueira Nascimento. Porque a Subcomissão da Copa de 2014 deseja conhecer quanto o governo federal gastará, com dinheiro do Orçamento Geral da União, para organizar a competição.

Informou o representante do Ministério do Planejamento que o governo federal, a partir de 14 de setembro de 2008, deflagrou um ciclo de

reuniões com representantes dos estados e das cidades-sede para identificar as demandas necessárias à Copa. O grupo, do qual fazem parte a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Esporte, o Ministério do Turismo e o Ministério das Cidades, de acordo com o senhor Mauro Cézar, assumiu a tarefa de montar *"uma espécie de matriz ou a definição de um conjunto de responsabilidades" ... "onde o governo federal poderá ajudar, onde caberá à prefeitura e onde caberá ao estado". Começar a definir, previamente, o apoio que o governo poderá dar à realização do evento na execução dos projetos".*

Apesar de o governo federal não ter oficializado a criação de um comitê gestor da Copa de 2014, o grupo técnico recebeu a incumbência de, na primeira fase dos trabalhos, debater as questões dos estádios, da mobilidade urbana, dos portos, do aeroportos e da rede hoteleira. Para, em momento posterior, debater assuntos como: promoção turística, imagem a ser projetada, segurança pública, saúde, comunicação, energia e outros setores.

Sobre previsão de gastos, valores a serem inscritos no Orçamento Geral da União, ações a serem realizadas pelo governo federal, nada foi esclarecido. Em virtude, obviamente, do fato de somente no mês de setembro, quase dois anos depois de o Brasil ter sido confirmado país hospedeiro da Copa de 2014, o governo federal ter se disposto a conhecer as necessidades dos estados e das cidades-sede.

Quando o governo federal, por intermédio do Ministro da Fazenda, enviou, em junho de 2007, correspondência ao presidente da FIFA, Joseph Blatter, endossando as garantias governamentais constantes do Caderno de Encargos assinado pelo presidente Lula no primeiro semestre daquele ano, a Secretaria da Receita Federal desconhecia, liminarmente, a matéria.

Não sou eu quem o digo. A afirmação é do senhor Augusto Carlos Rodrigues da Cunha, chefe da Divisão de Estudos Tributários da Secretaria da Receita Federal. A partir do momento em que o Fisco conheceu a obrigação de o Brasil conceder à FIFA as garantias governamentais estipuladas no Caderno de Compromissos, a Receita Federal entregou-se à tarefa de buscar e acumular informações a respeito da matéria.

"Depois de acumular informações, fizemos estudos com outros países que realizaram a Copa do Mundo, como a França; outros que vão realizar, como a África do Sul; e também a Alemanha, para saber como se comportaram com relação à questão tributária e que encaminhamento deram", explicou o senhor Augusto Carlos.

A tarefa que cabe à SRF representa, revelou o chefe da Divisão de Estudos Tributários, *"um trabalho grandioso, porque envolve praticamente todos os tipos de tributos administrados pela Receita Federal".* Foi formado em novembro de 2008, um grupo de trabalho, integrado por especialistas em IPI, em Imposto de Renda, em Imposto de Importação. Outros grupos foram formados depois. E o último grupo de trabalho, o nono, foi já extinto, em virtude de a Receita ter dado, afinal, encaminhamento ao assunto.

Em relação ao itens afetos diretamente às preocupações da Receita, o relativo à isenção de tributos sobre importação e admissão temporária, esclareceu o representante da SRF, constitui *"instituto consagrado na área aduaneira; existe toda uma tradição mundial nesse sentido e iremos seguir esse aspecto".*

Quanto à questão das isenções gerais concedidas à FIFA e às pessoas jurídicas não residentes e não domiciliadas, foram objeto de estudos que levaram à elaboração de minutas de legislação para garantir efetividade ao que foi acordado pelo governo federal. Observou, porém, o representante da SRF que a instituição teve a preocupação de evitar que os compromissos ultrapassem *"determinados limites que não estão na garantia".*

O grande problema, no entanto, explicou o senhor Augusto Carlos, *"talvez o mais delicado de todos, foi compatibilizar as propostas de isenções com a legislação interna e procedimentos tributários do Fisco",* em virtude da existência de *"institutos consagrados, como Imposto de Renda na fonte, além de vários outros aspectos que precisam de interpretação e adaptação à legislação brasileira".*

Em função das nuances relativas a cada país nessa matéria, todos os que realizaram a Copa do Mundo de Futebol fizeram adaptações, quando a legislação e os procedimentos internos não eram compatíveis com a concessão da isenções.

Elaborada uma diretriz para garantir a verificação do gozo adequado do benefício – ou seja, se as pessoas jurídicas e físicas beneficiadas são as devidas -, a SRF elaborou um anteprojeto de lei que encaminhou à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para exame e, posteriormente, análise do gabinete do Ministro da Fazenda. Uma vez chancelado pelo Ministro, será encaminhado à Casa Civil, que terá a responsabilidade de remetê-lo ao Congresso Nacional.

"Acreditamos que estamos nos prazos ajustados", garantiu o representante da SRF. *"A garantia assinada pelo Ministro e encaminhada à FIFA prevê para dezembro de 2009 o encaminhamento da legislação ao Congresso*

Nacional, para entrar em vigor até dezembro de 2010. Estamos sofrendo pressões, até justas, para tentar antecipar esse prazo. E temos feito isso. Tanto que já começamos a elaborar a minuta".

Na fase de debates, o deputado Léo Alcântara demonstrou interesse em saber se a isenção tributária atingirá somente a FIFA ou, também, as empresas que ela indicar. E perguntou: *"Que empresas são essas? São empresas nacionais? São empresas do exterior?"*

Em resposta, o senhor Augusto Carlos disse que *"realmente, entre as garantias, está prevista a isenção completa do Imposto de Renda para a FIFA e para algumas empresas de base. Isso foi o que sempre tivemos dificuldades de entender quando disse que precisávamos conhecer as operações econômicas das empresas envolvidas com a emissora fonte e alguns prestadores de serviços oficiais".* Para, em seguida, consignar que *"o projeto, a nosso ver, só alcança as domiciliadas no exterior"... "Quer dizer, as empresas brasileiras que irão se envolver vão pagar normalmente a tributação".*

A esse respeito – tributação de empresas ou de entidades brasileiras envolvidas diretamente com a organização da Copa de 2014 -, o deputado Sílvio Torres quis saber se o Comitê Organizador Local, cujo presidente é o mesmo da CBF, estará isento de impostos e taxas. Beneficiado com um aporte realizado pela FIFA de mais de US$ 400 milhões, o Comitê não tem fins lucrativos, mas por ser uma instituição domiciliada no Brasil, como explicou o senhor Fabrício da Soller, funcionário da Receita também presente à audiência pública, está *"sujeito à legislação tributária vigente. Então, teria de pagar Imposto de Renda".*

OITAVA AUDIÊNCIA PÚBLICA: O IMBROGLIO DA MOBILIDADE

As megalópoles brasileiras, em virtude de suas sucessivas administrações não terem se preocupado em investir para oferecer aos seus cidadãos condições de plena locomoção, convivem com o caos em matéria de mobilidade urbana.

O tema reveste-se de extrema complexidade. E não pode – nem deve – ser confundido com encaminhar soluções para garantir aos veículos automotores fluxo fácil, desimpedido, trânsito ágil. Equívoco, no entanto, comum.

O Brasil fez uma opção, há décadas, equivocada. Investiu suas fichas, pesadamente, no rodoviarismo. E abandonou, em relação às suas cidades, a necessidade de buscar soluções capazes de garantir ao conjunto da sociedade condições de se locomover com facilidade e em segurança.

Nas megacidades brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, apenas para citar três exemplos, os cidadãos carecem de caminhos salubres para exercer um direito fundamental: o de ser pedestre. De se locomover a pé.

Citei as três grandes capitais como exemplos de caos em matéria de mobilidade urbana. Mas o Distrito Federal, hoje, em razão direta de seu crescimento populacional e da contínua expansão da sua frota de automóveis particulares, é, também, um caso a ser analisado. A cidade, apesar de sua pouca idade, e de ter tido o seu coração – o Plano Piloto - projetado, já apresenta problemas em matéria de mobilidade, levando o governo local a realizar grandes obras para permitir um escoamento mais ágil, mais rápido, do trânsito.

Assegurar ao conjunto da sociedade das megalópoles condições de mobilidade urbana implica, na realidade, focalizar, em primeiro plano, os segmentos mais frágeis da população – crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, pedestres e ciclistas. E, subsequentemente, veículos automotores. Para garantir prioridade ao direito de locomoção em condições salubres, seguras e higiênicas.

O que exige, no mínimo, a oferta de calçadas, de faixas para pedestres, de iluminação pública. E, inevitavelmente, a construção de obras de arte para reduzir a velocidade dos automotores, como lombadas físicas ou eletrônicas, chicanas, travessias elevadas, ampliações de calçadas com redução do leito carroçável. E, se necessário, o simples fechamento de ruas.

A Copa do Mundo do Brasil oferece aos governos a possibilidade de realizar obras para garantir aos cidadãos que circularão nas 12 cidades-sede condições seguras e confortáveis de trânsito. Capazes de permitir locomoção confortável e eficiente a pedestres, condutores e passageiros. O que, entre outros méritos, viabilizará a redução de acidentes de trânsito, o que é urgente, em todo o Brasil. Mais ainda, nas cidades-sede da Copa.

Para debater o tema, a Subcomissão da Copa de 2014 submeteu à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados requerimento para que o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, apresentasse ao Parlamento as concepções do Poder Executivo a respeito do assunto. Aprovado o requerimento, a audiência pública realizou-se no dia seis de outubro de 2009, em caráter conjunto, com a participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Comissão de Turismo e Desporto e da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Com grande capacidade de articulação de idéias, o ministro destacou a necessidade de duas questões serem focalizadas: saneamento e mobilidade. Afirmou, a respeito da primeira: *"Se estiver no Rio de Janeiro, por exemplo, o turista vai à praia e verá, por exemplo, esgoto a céu aberto. E se for a outra cidade litorânea brasileira qualquer, será que esse turista encontrará problema também de praias poluídas e lagoas poluídas, rios poluídos? De fato, a poluição está ali, oriunda de esgoto coletado e não tratado".*

Abordou, em seguida, a questão da mobilidade*: "Os senhores sabem que a FIFA coloca como questão de segurança a possibilidade do esvaziamento do estádio em até oito minutos em caso de emergência. Vamos pensar se conseguiremos colocar todo mundo em oito minutos na rua e também depois, ou seja, se faremos fluir o trânsito a partir daquele local do evento. Mas não é só isso: a preocupação está com o deslocamento rápido, seguro e tranquilo dos torcedores, dos turistas, entre os pontos chaves que são a arena, o aeroporto, o porto ou a rodoviária e a zona hoteleira. Esses são os pontos chaves para se pensar em mobilidade".*

Quando submeti à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados o requerimento para a criação da Subcomissão da Copa de 2014, cultivava eu a meta de, neste ano legislativo, apurar os valores a serem despendidos nas ações necessárias para a organização do evento. Crença estruturada, como citado na introdução deste Relatório, em virtude do fato de que a candidatura do Brasil a sede da competição fora, adredemente, consagrada.

A constatação de que as ações e seus custos para organizar a Copa do Mundo de Futebol foi relegada a plano subalterno tornou-se evidente durante a palestra do ministro Márcio Fortes. Informou ele, o que pode ser constatado por quem se der ao trabalho de consultar a degravação de sua exposição: *"... há*

apenas duas semanas estamos recebendo prefeitos, vice-prefeitos, secretários, governadores e vice-governadores para que eles façam exposições sobre os seus projetos de mobilidade urbana. Ou seja, quais as intenções que teriam essas autoridades em fazer uma parceria ou obter apoio financeiro de parte do governo federal para realização desses temas".

Desses encontros, nasceu uma decisão, revelou o ministro. Transcrevo, aqui, as palavras de Sua Excelência: *"Nós temos 'n' projetos para a Copa" ... "O que avaliamos no momento é a colocação de um recurso para financiamento de R$ 5 bilhões a ser dividido entras as 12 cidades-sede neste primeiro momento. Estamos fazendo avaliação segundo esse dado numérico. Foram disponibilizados R$ 5 bilhões para as 12 cidades-sede".* Financiamento destinado, apenas, a solucionar os problemas de mobilidade, explicou o ministro.

Quanto à crucial questão do saneamento, disse o ministro Márcio Fortes que *"temos o Programa de Aceleração do Crescimento" ... "Então, voltando à questão da Copa, o PAC 2 deverá se desenvolver mais facilmente" ... "Agora, o PAC 2 passa por habitação, passa por financiamento mas passará também por um reforço na questão da mobilidade..." ... "A expectativa é que no PAC 2 possamos ter ampliação também dessa questão da mobilidade. Significa o seguinte: no momento estaremos tratando de mobilidade no que diz respeito diretamente ao evento Copa" ... "Mas temos que referenciar em função das duas coisas que acabei de falar: a Copa do PAC 2. Trata-se de alguma coisa que tem que ficar pronta de qualquer maneira, dentro de um cronograma confortável, pelo menos até três meses antes do evento".*

A preocupação do ministro das Cidades em concluir tais obras até 90 dias antes do início da competição fundamenta-se, como ele mesmo admitiu, em uma preocupação que é de todos os que se preocupam com o caos da mobilidade

urbana no Brasil: *"Devo dizer que não existe compromisso com a FIFA quanto a cronogramas de obras de mobilidade, mas temos compromisso conosco. Se a obra não terminar, em vez de resolver o problema da mobilidade, vou criar um engarrafamento brutal na cidade e não vou conseguir chegar ao local do evento. Então, o compromisso é por aí".*

Assim como não foi estipulado um compromisso com a FIFA em relação à mobilidade, igualmente não foi estabelecido qualquer tipo de obrigação quanto ao saneamento, garantiu o ministro, que sublinhou: *"O compromisso é com nossa cabeça, entre nós mesmos. Não podemos deixar o problema continuar, é nosso e de todos os senhores".*

Próximo ao desfecho da audiência pública, o deputado Sílvio Torres inquiriu o ministro Márcio Fortes para obter informações sobre os levantamentos das cidades-sede. Queria saber se teriam decorrido de compromissos assumidos com a FIFA.

O ministro atalhou, e, mais uma vez, assegurou que *"não há compromissos, por exemplo, na área de mobilidade urbana. Não há nenhuma carta. Com o COI* (Comitê Olímpico Internacional) *existe, sim" ... "Tenho a carta-compromisso, que fala em três linhas para as Olimpíadas"... "Agora, para as cidades-sede não existem compromissos específicos, apenas gerais, quanto ao estádio e ao atendimento".*

Antes de encerrar, voltou o ministro Márcio Fortes, de maneira esclarecedora, a abordar a hipótese de o governo federal destinar recursos do Orçamento Geral da União para a Copa de 2014 a obras de infraestrutura: *"Volto a repetir: a questão do momento é o financiamento. Vamos ver como anda a crise*

e a arrecadação, para podermos pensar em orçamento e no quê alocar" ... "O importante é ter financiamento".

NONA AUDIÊNCIA PÚBLICA: A OPORTUNIDADE DO TURISMO

A voz comum afirma que o Brasil é um país de imenso potencial turístico. O que, sem sombra de dúvida, é verdade. No entanto, é imprescindível, ao se abordar o tema, distinguir potencial de produto. O Brasil conta, sim, com potenciais diversos para transformar em produtos turísticos. O mais tradicional, demandado há décadas por turistas dos mercados de curta, média e longa distâncias, é o de sol e praia. Desde a segunda metade da década de 90, as riquezas ambientais do país estão a ser trabalhadas e comercializadas com o objetivo de expandir a captação de consumidores do mercado de lazer e entretenimento.

Apesar da diversidade do produto turístico brasileiro, o Destino Brasil, em virtude de sua localização geográfica, enfrenta limitações para aumentar a captação de turistas internacionais de longa distância. E em relação ao mercado intrarregional, constata-se uma realidade oposta a dos mercados europeus. Na Europa, os consumidores, de renda mais elevada, consomem mais os produtos da indústria do turismo. Por, é fundamental tocar nesse ponto, disporem de facilidades de transporte, em face da oferta de modais vários, que vão desde o aeroviário até o rodoviário, passando pelo marítimo, fluvial e ferroviário. A nossa realidade, sob esses aspectos, é radicalmente inversa.

Para superar essas dificuldades, o governo, sem sombra de dúvida, investe em um trabalho destinado a aprimorar a indústria brasileira do turismo, a fim de conquistar maiores espaços nas prateleiras de comercialização dos mais importante mercados emissores. Para tanto, é obrigatório que investimentos constantes em marketing – assim compreendido como ações de comercialização amparadas por táticas de comunicação social -, aliados a investimentos em infraestrutura e qualificação profissional, sejam constantemente realizados para

ampliar o desembarque de turistas internacionais, aumentar o ingresso de recursos financeiros e, fundamental, fidelizá-los para o produto brasileiro.

Captar e realizar grandes festivais, como a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, é estratégia inteligente para atingir tal meta. Prova disso foi dada por Barcelona. Em virtude da decisão do governo da Espanha de hospedar os Jogos Olímpicos de 1992, a cidade foi objeto de uma profunda revitalização. Barcelona foi reconstruída, com a intenção de tornar-se o principal destino esportivo da Europa. Esse modelo foi, posteriormente, aplicado pela Austrália, o que permitiu à cidade de Sydney afirmar-se, em decorrência de ter sediado os Jogos Olímpicos de 2000, como efetivo destino turístico da Oceania.

Independentemente de os Jogos Olímpicos ser o maior evento esportivo do planeta, cultivo a convicção de que a Copa do Mundo de Futebol é mais importante.

E o é por criar condições para que investimentos sejam realizados em várias cidades de um país, assegurando, assim, benefícios a uma maior quantidade de cidadãos.

No caso brasileiro, 12 cidades, escolhidas pela FIFA para sediar os jogos da competição deverão ser, salvo melhor juízo, favorecidas sob os mais diversos aspectos. E contabilizarão o ingresso de dinheiro novo em suas economias. Direta e indiretamente. Pela comercialização de inúmeros produtos e serviços e pelo aumento da arrecadação.

Para conhecer as ações estratégicas que o governo federal está a planejar para organizar a indústria brasileira do mercado de viagens e lazer em função da Copa de 2014, o ministro do Turismo, Luiz Barreto, compareceu à

audiência pública conjunta, realizada no dia 14 de outubro de 2008, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e pela Comissão de Turismo e Desporto. De acordo com o ministro, estão sendo trabalhados quatro eixos com vistas à Copa de 2014: promoção e imagem, qualificação profissional, hotelaria, e infraestrutura turística.

A Copa de 2014, no entendimento do ministro, *"talvez seja a maior oportunidade de promoção do Brasil no exterior. Portanto, devemos aproveitar o vínculo com a Copa do Mundo de 2014 e, a seguir, com as Olimpíadas, para a promoção do Brasil no exterior".* A estratégia da promoção brasileira, informou o ministro, buscará otimizar *a "oportunidade de dialogar com a mídia mundial, com a opinião pública mundial"*

Por força do que determina a FIFA, o Brasil só poderá dar início à promoção da Copa de 2014 após a final da Copa da África do Sul, em julho de 2010. A partir desse momento, disse o ministro Luiz Barreto, será realizado um *"conjunto de ações internacionais que possibilitem ao Brasil se tornar mais conhecido"... "Há uma série de questões que são explicativas e há questões que temos que potencializar" ... "Portanto, esse calendário está muito pensado nessa direção. O Brasil ainda é um país desconhecido e temos uma grande oportunidade de torná-lo mais conhecido".*

Na audiência pública com os representantes do setor privado do turismo, o representante da ABIH alertou sobre a necessidade de priorizar-se a qualificação da mão-de-obra do setor para a Copa. A respeito, o ministro informou que *"o governo tem de qualificar a área de serviços de maneira geral, mas eu estou pensando no trade turístico, naqueles trabalhadores que já operam no turismo em hotelaria, no setor de feiras, em bares e restaurantes, em todo o setor ampliado do turismo".* E quantificou o universo a ser abrangido pelas ações a

serem efetivadas com recursos do orçamento do Ministério nos próximos cinco anos: 306 mil profissionais.

Para permitir que os trabalhadores da indústria do turismo possam se comunicar em inglês e espanhol durante a Copa, o ministro Luiz Barreto garantiu que o programa "Olá, turista", lançado em caráter experimental no Rio de Janeiro, Salvador e Manaus, deverá ser estendido a todas as cidades-sede. No momento, 550 alunos fazem o curso, que não é presencial. A partir de janeiro do ano que vem, assegurou, serão abertas 80 mil vagas. E a pretensão é aumentar, no decorrer dos anos, a oferta de vagas.

No âmbito da capacitação e qualificação, o ministro do Turismo abordou a necessidade de investir no quesito gestão. *"Precisamos treinar não só os trabalhadores, mas também os proprietários dessas micro e pequenas empresas que fazem o turismo, que são a imensa maioria da economia do turismo" ... "Já temos um programa em andamento, e vamos ampliá-lo, de gestão empresarial para o setor de turismo, para os empresários que militam na área do turismo. Há um tema que considero fundamental também e que tem a ver diretamente com a cadeia de bares e restaurantes. É uma parceria com a Abrasel quanto à segurança alimentar, que é muito importante",* frisou.

Antes de dar continuidade às informações sobre as ações do Ministério em relação aos quatro eixos, consignou o ministro que *"estas são as ocupações principais relativas a esses temas que estou abordando: alimentação, transporte, receptivo local, meios de hospedagem, área de eventos e entretenimento, atrativos turísticos, segurança pública".*

Sobre as ações para o setor hoteleiro, disse o ministro que *"estamos gestando* (sic) *junto com o BNDES uma primeira tentativa de uma linha que*

pense não só o incentivo a novos hotéis, mas também o incentivo à reforma e à modernização do atual parque hoteleiro, porque há muitas diferenças em relação às 12 cidades. Ou seja, em algumas cidades, há hoje um parque consolidado, noutras, estão tratando de expandi-lo".

A meta dos entendimentos com o BNDES visa atender, assegurou, *"a principal reivindicação do setor, o alongamento do prazo e maturação do negócio hotel, que é longa e não se pode trabalhar com cinco, seis, 10 anos, tem que haver um prazo maior para a maturação. E, mais importante até que os juros, que são meio padrão e estão baixando, é a questão do prazo e dos fundos garantidores para o acesso das médias e pequenas empresas. É o que estamos conversando fortemente com o BNDES. E há também uma ação com os prefeitos".... "Acredito que até o final de novembro deste ano possamos anunciar uma primeira linha do BNDES que venha a ajudar o setor hoteleiro brasileiro a ter uma linha mais atrativa que as atuais".*

Ainda em relação a financiamento, o Ministro do Turismo informou que está em negociações com o Ministério da Integração Regional para alongar os prazos dos financiamentos obtidos junto aos fundos constitucionais: *"O que se trata é de alongar os prazos" ... "Portanto, vamos ter, de um lado, o BNDES e, de outro, uma tentativa de trabalhar com os fundos constitucionais"... "Imagino que até o fim do ano possamos ter novidades. Portanto, no setor hoteleiro, a contribuição que posso dar é no sentido de possibilitarmos alternativas de financiamento, já que esse é um tema eminentemente privado".*

Quanto ao quarto eixo, infraestrutura turística - que não inclui, como fez questão de ressaltar o ministro Luiz Barreto, mobilidade urbana e infraestrutura aeroportuária -, as iniciativas abrangem reforma de terminais rodoviários, sinalização turística, reforma e adequação do patrimônio histórico, sítios históricos,

urbanização de praias, pequenas obras de saneamento, pequenas estradas que ligam destinos turísticos importantes, a serem efetivadas com recursos do PRODETUR.

"No momento", disse Barreto, *"há um conjunto importante de obras de infraestrutura, viabilizado por recursos do PRODETUR. A disponibilidade inicialmente existente, de U$ 1 bilhão, já foi ultrapassada".* O ministro do Turismo observou, porém, que *"nas discussões com o BID estendemos a possibilidade do PRODETUR também para as cidades que têm em torno de um milhão de habitantes. Com isso, estamos facultando a todas as cidades-sede da Copa, independentemente do seus estados, entrarem diretamente no financiamento do BID".* Há, contudo, uma condicionante para se ter acesso à fonte de recursos: os estados e as cidades-sede da Copa de 2014 têm de aderir ao PRODETUR.

Ainda a respeito de recursos para infraestrutura, o ministro informou que está em negociação com o BID e com a Cooperação Andina de Fomento uma extensão da atual linha de financiamento, para que todas as cidades tenham acesso aos recursos de financiamento. E consignou que *"tanto o BID como a Cooperação Andina de Financiamento exigem um conjunto de procedimentos muito formais, que necessitam passar pela capacidade de financiamento"* porque *"estou falando de quase U$ 2 bilhões para os próximos quatro anos, um investimento brutal na área de turismo".*

Encerrada a exposição, o presidente da Subcomissão de Fiscalização da Copa de 2014, deputado Rômulo Gouveia, interveio, e depois de frisar que *"o objetivo da criação dessa Subcomissão Permanente visa especificamente a colaborar com o funcionamento e, ao mesmo tempo, acompanhar o controle. Para isso criamos uma rede de proteção com os Tribunais de Contas dos Estados, dos Municípios e da União",* cobrou do ministro do

Turismo uma informação sobre *"a data de edição do decreto que irá criar o Comitê* (interministerial para gerir a organização da Copa de 2014*), a fim de termos conhecimento da previsão orçamentária para 2010".*

Na fase dos debates, o ministro, ao responder, por blocos, os questionamentos dos senhores deputados, informou que está sendo construída uma matriz de responsabilidade para a Copa de 2014 que, segundo ele*, "vai facilitar muito o trabalho da Comissão de Fiscalização, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas".* Segundo garantiu, *"é uma matriz muito clara das responsabilidades dos municípios, dos governos estaduais, do governo federal e da iniciativa privada em cada um dos temas. Essa matriz está sendo construída a partir da Casa Civil e do Ministério do Esporte".*

Perguntado pelo deputado Sílvio Torres sobre a previsão de desembarque de turistas internacionais no Brasil em função da Copa, o ministro Luiz Barreto admitiu que deverão ser captados, no período do evento, um fluxo a maior de 500.000 a 600.000 turistas internacionais. E condicionou esse total à distância do Brasil dos principais mercadores emissores mundiais e ao problema da renda média dos países da América do Sul.

A respeito desses dois entraves, o ministro disse que *"temos de fazer um trabalho forte para aumentar o fluxo e as linhas aéreas que ligam o Brasil aos Estados Unidos e à Europa, e, ao mesmo tempo, fazer um trabalho muito forte para que aumentemos não só a nossa relação aérea com os países sul-americanos, mas também para que tenhamos estradas" ... "Portanto, acho razoável essa meta entre 500.000 e 600.000. Países similares ao nosso, como a Austrália, trabalharam dessa forma. A África do Sul está trabalhando com uma previsão de 400.000, 450.000, pois também é um país de longo alcance".*

DÉCIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA: E O COMITÊ?

Formou-se uma grande expectativa em torno do comparecimento do Ministro do Esporte, senhor Orlando Silva, à audiência pública conjunta proposta pelas Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, de Desenvolvimento Urbano, e de Turismo e Desporto para debater as questões relativas à organização da Copa de 2014. O que era natural. Em virtude de, quando da audiência pública com os representantes da Infraero, da ANAC e do Ministério dos Transportes, ter sido prestada a informação de que um grupo de trabalho, integrado também pelo ministro Orlando Silva, estava a reunir-se com representantes de estados e cidades-sede para conhecer as demandas referentes às necessidades para a organização do Mundial de Futebol do Brasil.

A expectativa a respeito das informações que o ministro do Esporte poderia prestar era ampla, porque especulava-se que se aproximava, enfim, o momento de o presidente da República criar o prometido comitê interministerial para gerir a participação do Poder Executivo nas ações relativas ao evento. E que seria justamente ele, o ministro do Esporte, o coordenador desse comitê. Que até esta data – 16 de novembro de 2009 – não foi criado. Sabe-se lá a razão.

Na manhã do dia 14 de novembro de 2009, o ministro compareceu à Câmara dos Deputados. E se não pode, por absoluta falta de dados substantivos, transmitir informações pontuais sobre as ações e os custos da Copa, não se furtou ao diálogo. Depois dos habituais prolegômenos, comentou que o dia 28 de fevereiro de 2010, segundo o cronograma da FIFA, é a data-limite para que as obras de construção e reforma dos estádios e das arenas tenham início. Obras que terão de ser concluídas até 31 de dezembro de 2012, consoante os compromissos firmados entre as cidades e a FIFA. Em seguida, o ministro

informou que abordaria, em sua exposição, *"seis temas que têm relação direta com a preparação do Mundial".*

O primeiro tema abordado foi sobre as garantias governamentais: *"Onze ministérios e a presidência da República ofereceram garantias à FIFA. São temas ligados à permissão de entrada e saída, permissões de trabalho temporário, direitos alfandegários de impostos, isenção geral de impostos para a FIFA e seus parceiros, segurança e proteção dos visitantes e das equipes, facilitação de bancos e câmbio, procedimentos de imigração, alfândega e check in, proteção de exploração de direitos comerciais, hinos e bandeiras nacionais, indenização, infraestrutura de telecomunicação e tecnologia da informação".*

Para atender os compromissos assumidos pelo presidente da República, o ministro do Esporte explicou que *"a FIFA tem argumentado conosco sobre a necessidade de ser aprovada, no Brasil, uma espécie de lei geral para a Copa do Mundo".* Lei que, com exceção dos temas tributários, englobaria todos os demais. A primeira minuta dessa Lei Geral foi encaminhada ao governo federal pela FIFA. Segundo o ministro, a minuta foi analisada, criticada e devolvida à entidade responsável pela gestão mundial do futebol, que deverá remeter uma nova versão ao Poder Executivo até o final deste ano. Projeto que, consolidado, será encaminhado ao Congresso para aprovação. O ministro não detalhou, no entanto, o teor do anteprojeto elaborado pela FIFA.

Em relação ao que classificou de *"matéria tributária",* o ministro confirmou a informação dos representantes da Secretaria da Receita Federal, quando da audiência pública de 23 de setembro de 2009. Garantiu o senhor Orlando Silva que *"há um projeto de lei que trata, sobretudo, de isenção de tributos para a FIFA e seus parceiros, que está tramitando no Ministério da Fazenda. Ontem* (13/10/2009)*, houve uma última rodada que envolveu a Fazenda,*

a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e está na fase de finalização. Minha expectativa é de que, quem sabe, ainda no mês de outubro, possamos enviar a esta Casa esse projeto de lei para a manifestação dos senhores". Frustrou-se a expectativa dos integrantes das três comissões. Outubro foi-se. E o projeto de lei versando sobre facilitação tributária para a FIFA não chegou ao Congresso.

Na elaboração do projeto, que talvez seja encaminhado ao Parlamento até o dia do encerramento dos trabalhos do ano legislativo, a 22 de dezembro, os entendimentos mantidos pela área especializada junto à FIFA objetivam pautar as isenções tributárias, assegurou o ministro, com base nos modelos oferecidos pelos países que receberam as três últimas edições da Copa do Mundo: França, Japão/Coréia do Sul e Alemanha. Como em relação à Lei Geral, o ministro do Esporte nenhum detalhe ofereceu.

O tema em seguida abordado pelo ministro foi estádios. Assegurou ele que a questão é da responsabilidade das cidades e dos estados. Que o governo federal não tem *"qualquer responsabilidade com a viabilização desses empreendimentos".* Mas em face de uma realidade conhecida, o ministro observou que os estados comunicaram ao governo federal que a capacidade de investimento deles encontra-se restrita, em virtude da crise internacional que retirou parte da liquidez do mercado e diminuiu a capacidade de investimento de parceiros privados. Para contornar o problema, o BNDES estruturou uma linha de financiamento para construção e reforma de estádios para a Copa do Mundo, com disponibilidade de R$ 4,8 bilhões. Recursos que estarão disponíveis depois que o Conselho Monetário Nacional baixar uma resolução, o que, de acordo com o ministro, aconteceria até *"o final do mês".*

Essa providência não foi postergada. Na reunião de outubro, o Conselho Monetário Nacional baixou a resolução, autorizando o BNDES a financiar as obras de estádios e arenas em até R$ 4,8 bilhões, estabelecida a cota de até R$ 400 milhões por projeto. Cabe ao interessado que contratar os recursos oferecer a contrapartida de 25% do financiamento. Assim, se um estado necessitar de R$ 500 milhões, poderá tomar R$ 400 milhões, entrando com R$ 100 milhões de recursos próprios. As condições estabelecidas, ao final, foram: TJLP, juros de 1,9% ao ano, carência de até três anos e prazo para pagamento de até 12 anos, num total de até 15 anos. As condições são idênticas para o setor público e privado

A revista Veja, em sua edição 2140, publicou matéria intitulada "Gramados ainda mais verdes". Em sua abertura, a reportagem informa que *"por exigência da FIFA, os estádios brasileiros da Copa de 2014 devem adotar medidas para preservar o ambiente. Os projetos são notáveis. Mas a arquitetura sustentável é sempre mais eficiente no papel do que fora dele".* Não entrarei no mérito do texto, assinado pela repórter Jacqueline Manfrim. Mas farei menção à abordagem do assunto por parte do ministro do Esporte: *"Há um tema que aqui, acolá, valorizo muito: a certificação ambiental, sobre a qual a FIFA tem feito recomendações. Acredito que pode permitir um resultado importante de sustentabilidade ambiental dessas arenas e pode ter um impacto no legado, no resultado da preparação da Copa no Brasil".* E mais não disse o senhor Orlando Silva.

Passou o ministro, em seguida, a examinar o que ele próprio considera o tema *"mais sensível neste momento".* Os aeroportos. Referiu-se não à questão da malha aérea, que terá de ser redimensionada para o evento. Como admitiu. Focalizou a questão da infraestrutura aeroportuária, *"sobretudo terminais de passageiros".* Não é o ministro do Esporte um especialista em aeroportos. Mas

sabe, como todos os que utilizam o modal aeroviário, que os principais aeroportos brasileiros estão asfixiados. O desafio, para equacionar esse nó, afirmou o ministro, terá de ser vencido pela Infraero. *"Esse é o desafio central: cumprir o cronograma, que a Infraero já elaborou, já nos apresentou, e dá conta de entregar esses aeroportos".*

Observou ele, ainda em relação ao tema, que "*evidentemente, a margem hoje é nenhuma; o cronograma é justo, e a Infraero tem a responsabilidade de cumpri-lo, de modo que não tenhamos sobressaltos, porque se não houver aeroporto nas cidades da Copa do Mundo com capacidade para receber os visitantes, nós podemos, digamos, viver um colapso na realização do mundial da FIFA".* Para enfrentar tamanho desafio, o ministro do Esporte observou que o PAC prevê R$ 2,5 bilhões para investimento nos aeroportos das cidades-sede, que já estão disponíveis.

Integrante do grupo técnico que se reuniu com governadores, prefeitos e outras autoridades dos governos estaduais e municipais, Orlando Silva detalhou os critérios que norterão os investimentos em mobilidade urbana: *"Primeiro, projetos que tenham conexão direta com a Copa do Mundo, que liguem o aeroporto à rodoviária, à zona hoteleira e à arena, ao estádio. Esse circuito tem de ser cumrpido no projeto mobilidade urbana"* ... *"os projetos selecionados deverão ter conexão direta com a realização do mundial".* Em relação a esse tema, o ministro reconheceu que o prazo até a Copa é *"muito curto".* Por isso, segundo ele, *" é preciso soluções que cumpram com esse prazo disponível".*

Quanto aos problemas de mobilidade urbana, o senhor Orlando Silva condicionou a solução *"à mais barata".* Para exemplificar, ofereceu alternativas econômicas: *"Muitas vezes, em vez de veículo leve sobre trilhos, é possível ter um corredor de ônibus rápido, uma solução que tem o mesmo impacto e um resultado*

muito melhor do ponto de vista financeiro". Para encaminhar as soluções, o ministro informou que *"o presidente Lula autorizou R$ 5 bilhões para financiamento desses projetos".*

As demandas apresentadas pelas cidades, contudo, foram mais elevadas. Em virtude disso, o governo federal vai trabalhar para, adiantou o ministro, *"hierarquizar, priorizar, quais investimentos fundamentais serão financiados do ponto de vista de mobilidade urbana".* E informou que o presidente Lula, a respeito, embala a expectativa de que o anúncio dessas medidas não passe de novembro de 2009. Em um dia desse mês, o presidente da República anunciaria os investimentos no setor. O que não aconteceu.

No dia em que o ministro Orlando Silva reuniu-se com os integrantes das três comissões que convocaram a audiência pública, também o ministro do Turismo compareceria para falar sobre os preparativos, no âmbito de sua pasta, para a Copa de 2014. Por isso, o ministro do Esporte não se aprofundou no tema hotelaria. Mas fez questão de abordar, ainda que com brevidade, a questão dos portos. Quando informou que *"a Secretaria Especial de Portos já tem preparado investimentos na instalação, construção, implantação e ampliação de terminais turísticos nas cidades costeiras, nas cidades onde há portos, inclusive Manaus" ... "para que possamos dar um suporte com leitos temporários às cidades".*

Apesar de a temporada de cruzeiros marítimos no hemisfério norte ocorrer no período da Copa de 2014, admitiu o senhor Orlando Silva que se cultiva a idéia de *"encostar navios transatlânticos e a partir daí ter leitos temporários em todas as cidades".* Não revelou o ministro do Esporte quanto será investido nessa idéia. Mas garantiu que a idéia é decorrente do fato de que *"a construção de um hotel não se dará em função da Copa do Mundo".* E explicou a razão: *"É preciso viabilidade econômica para um empreendimento como esse, que tem um prazo de*

maturação longo. Especula-se que dez anos é o prazo para maturar o investimento realizado na construção de um hotel".

Em que pese ser integrante permanente do grupo de trabalho que ausculta estados e cidades; em que pese especular-se que se vier a ser criado um comitê interministerial pelo Poder Executivo ele será o coordenador do comitê, as informações oferecidas pelo ministro do Estado limitaram-se a essas. A envergadura das ações, que serão muitas para solucionar problemas em áreas as mais diversas, continua ignorada. E desconhecido o montante de recursos necessários para realizá-las.

Terminada a exposição, o deputado Eduardo Sciarra, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, sublinhou que *"a preocupação do ministro com os aeroportos é de todos nós" ... "estão alocados R$ 2,5 bilhões de reais, mas não se consegue dar vazão a essas obras. Talvez esse seja o principal gargalo".* Quanto à mobilidade urbana, o deputado Sciarra fez questão de ressaltar*: "Parece-me que o valor de R$ 5 bilhões está aquém do necessário"... "as pessoas não se reunirão só nos estádios para assistir aos jogos" ... "haverá a aglomeração de 10 mil, 15 mil pessoas nas fun fests para assistir aos jogos nos telões".*

Já o deputado Afonso Hamm, presidente da Comissão de Turismo e Desporto, chamou a atenção para o fato de que *"para realizar uma Copa, vão ser necessários recursos públicos, sim".... "Parece-me que logo, logo teremos de definir um plano de obras estratégicas e necessárias com recursos públicos. Sei que neste momento estão definidos planos de financiamento para promover algumas obras em estádios, em aeroportos. Coloco esse tema para debate, porque efetivamente o Brasil vai necessitar fazer alguns investimentos".*

Presidente da Subcomissão da Copa de 2014, o deputado Rômulo Gouveia queixou-se de que *"a essa altura nós não temos uma definição de gastos públicos e privados, de que forma se dará o ato de criação ou decreto do comitê ou da comissão que vai coordenar" ... "o governo não definiu a participação do Parlamento até agora"... "Antes havia informações de que a questão dos estádios seria da iniciativa privada" ... "Qual é a previsão para o Orçamento de 2010? Já existe uma estimativa de gastos públicos? O que está sendo buscado em termos de parceria público-privada?"*

Por seu turno, o deputado Sílvio Torres retomou a questão levantada pelo deputado Rômulo Gouveia a respeito da inexistência de um comitê executivo organizador nos moldes do criado para gerenciar a organização da Copa de África do Sul, na medida em que se desconhece quem representa o governo federal na interface com o Congresso Nacional, com a sociedade, com a FIFA, com todos os agentes. A respeito, citou o modelo organizacional da Alemanha, que para a Copa de 2006 integrou 14 ministérios, encarregando o Ministério do Interior de realizar a coordenação e o acompanhamento das ações.

Afirmou também o deputado Sílvio Torres que o Brasil dispõe de apenas três anos – 2010, 2011 e 2012 – para completar uma série de obras importantíssimas na área de infraestrutura dos estádios. Perguntou, então, se o cronograma está sendo cumprido. Para, em seguida, observar que, a respeito dos estádios, o cronograma inicial previa que em agosto todas as licitações dos estádios deveriam estar na rua; que em dezembro deste ano os vencedores deveriam estar escolhidos; que as obras deveriam ter início logo após fevereiro. No entanto, salientou o parlamentar, *"o governo de Minas, que vai assumir as obras de reforma do Mineirão, por exemplo, já disse que antes de março não terá seu projeto executivo pronto".*

A audiência pública com o ministro do Esporte era a penúltima das que foram realizadas para debater a organização da Copa de 2014. Foram ouvidos representantes do governo, da iniciativa privada, de segmentos organizados da sociedade. Inclusive da ABDIB, que em virtude do convênio que celebrou com o governo federal e a CBF teve a seu encargo a tarefa de mapear ações e custos para a organização do evento. O deputado Torres, depois de observar que no mês de setembro o levantamento da ABDIB fora entregue ao governo federal, perguntou então ao senhor Orlando Silva: *"Até hoje não tivemos notícia desses valores" ... "Vossa Excelência pode nos informar se existe essa estimativa e se ela vai ser divulgada?"*

À medida em que se desenrolava a exposição do ministro Orlando Silva, consolidava-se a convicção, por parte deste relator, de que a organização da Copa do Mundo do Brasil caracteriza-se, ainda, pelo improviso. O que ficou mais uma vez demonstrado quando o ministro, ao abordar tema levantado pelo deputado Afonso Hamm, sobre redução tributária para a construção de estádios, alegou que *"a FIFA não tratou desse tema com o governo federal. Não é uma demanda da FIFA. Cidades e estados manifestaram interesse em redução de tributos para os itens de insumos e serviços na construção ou reforma dos estádios. O Conselho Nacional de Política Fazendária tomou uma decisão a meu ver excessivamente conservadora, no sentido de vincular redução de tributos municipais e estaduais à redução de tributos federais. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. As cidades e os estados podem reduzir seus tributos. Isso tem impacto de redução de 5% no custo de construção ou reforma dos estádios".*

Nesse ponto, o senhor Orlando Silva, desconheço se com mandato para tal, abriu uma fresta para a possibilidade de o governo federal contribuir para a redução dos custos das obras. Garantiu ele que *"o governo federal, se pautado,*

quando pautado, poderá examinar esse tema, que também terá impacto de 5% na redução desses custos". Mas, precavido, salvaguardou-se: *"Quero chamar a atenção para o fato de que não há compromisso do governo federal de zerar alíquota para construção ou reforma de estádio. Isso não é impedimento para que os processos andem e a questão eventualmente seja pautada com o governo federal".* E ressaltou que *"não há formalização feita ao governo do Brasil".*

Sobre o comitê interministerial que o Palácio do Planalto anunciou que criaria, o ministro afirmou que *"o governo examina a conveniência de se instalar esse comitê. Nesse instante, deve estar na Casa Civil esse documento. Deve ser publicado um decreto pelo presidente da República com um comitê interministerial, criando-se inclusive um comitê executivo. De todo modo, independentemente de haver esse comitê interministerial especificamente voltado para a Copa, do ponto de vista da ação do governo há uma coordenação pela Casa Civil".* Não detalhou o ministro como a Casa Civil está a exercitar tal coordenação, mas deixou claro que compete ao Ministério do Esporte, por orientação do presidente da República, *"centralizar a interlocução com a FIFA".*

A respeito da preocupação manifestada pelo deputado Sílvio Torres sobre atraso no cronograma da Copa de 2014, o senhor Orlando Silva externou sua fé no cumprimento do que foi acordado com a FIFA. Referindo-se à questão do Mineirão, suscitada pelo deputado Sílvio Torres, disse: *"Vejam, eu confio em que o estado de Minas Gerais cumprirá o acordo com a FIFA" ... "Então, enquanto o cronograma não for rompido" ... "A FIFA disse que a referência é final de fevereiro, início de março – 1º de março de 2010".* A boa vontade da FIFA decorreu, segundo o ministro, do fato de ter constatado indefinições sobre quem assumirá a responsabilidade pela realização e administração das obras dos estádios. Se estados, municípios, iniciativa privada ou por intermédio de Parcerias Público-Privadas. Assegurou o ministro que por esse motivo concordou a FIFA em

alterar prazos. Mas garantiu que a entidade não terá *"a mesma flexibilidade em relação ao prazo final de fevereiro, 1º de março de 2010".*

Em face da tarefa que compete à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por intermédio da Subcomissão de Copa de 2014, de levantar informações transparentes sobre as ações que o governo federal realizará, o ministro Orlando Silva, ao responder a questionamento do deputado Sílvio Torres sobre a intenção de o presidente da República indicá-lo para a coordenação do comitê interministerial, foi cauteloso: *"Eu prefiro aguardar a manifestação do presidente, a publicidade desse ato, para que haja qualquer tipo de assunção de responsabilidade".*

Quanto às ações e custos, o ministro do Esporte explicou que a ABDIB, em virtude do acordo de cooperação firmado com o Ministério do Esporte e a CBF, fez um mapeamento da necessidade de investimentos em infraestrutura, abrangendo nove temas. Segundo garantiu, a entidade realizou um estudo muito extenso, que levantou uma série de temas de demandas das cidades. E assegurou que o estudo *"vai muito além, inclusive, dos desafios propriamente da Copa do Mundo. Esse estudo foi, de fato, entregue ao presidente da República. Tem temas quantificados e não quantificados. A segurança, por exemplo, não tem uma quantificação de recursos necessários para investir, no que diz respeito à operação da Copa de 2014. Mas imagino que a ABDIB pode disponibilizar, ou nós mesmos podemos trabalhar e ofertar".*

Criou o ministro a expectativa de que encaminharia à Câmara dos Deputados as informações constantes do trabalho realizado pela ABDIB, ao afirmar que *"evidentemente, é preciso discrição no uso dessas informações" ... "Mas sendo o Congresso Nacional conhecedor da responsabilidade, imagino que seja possível".* Alertou, no entanto, que teria, para cumprir o compromisso

assumido com o Parlamento, de *"consultar os parceiros – a CBF e a ABDIB -, porque houve um acordo entre os três. Não havendo óbice, não vejo problema. Só insisto quanto à delicadeza da publicidade da informação, porque se especula muito em torno de números no Brasil. E especulação ajuda pouco no bom resultado dos nossos objetivos".*

A audiência pública conjunta com o ministro do Esporte, o centralizador dos entendimentos do governo federal com a FIFA, o possível coordenador do comitê interministerial para gerir a organização da Copa de 2014, realizou-se no dia 14 de outubro. Mais de um mês transcorrido depois de ter se comprometido a gestionar junto à ABDIB e à CBF para enviar o levantamento sobre as necessidades das cidades-sede, nenhuma informação foi encaminhada à Câmara dos Deputados. E nada, ao menos, informado. Em clara demonstração de menosprezo ao Poder Legislativo.

DÉCIMA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: OS CLUBES

Nenhum estádio brasileiro está, hoje, em condições de sediar, consoante os paradigmas da FIFA, um jogo de Copa do Mundo. A afirmação não é minha. Foi dada, no dia subsequente à escolha das cidades-sede, pelo secretário-geral da entidade, senhor Jerome Valcke. Essa era uma realidade conhecida de antemão não apenas pelos dirigentes da FIFA. Mas também, e muito intimamente, pelo presidente da CBF, senhor Ricardo Teixeira.

Ao conquistar o direito de hospedar a Copa de 2006, a Alemanha investiu em estádios a soma de 2 bilhões de Euros. Criado, tão logo o país tornou-se destino da Copa do Mundo, um comitê interministerial integrado por todas as pastas do governo alemão, coube ao planejamento do Ministério do Interior garantir recursos somente para a modernização do estádio Olímpico de Berlim e do estádio Central de Leipzig. Encerrada a Copa, um estádio, verdadeira obra-prima, transformou-se em legado e ponto obrigatório de visitação, o Allianz Stadium.

Ao contrário do governo alemão, o da África do Sul, quando o país venceu a disputa pelo direito de realizar a Copa de 2010, tinha plena consciência de que teria de bancar a construção e a reforma de estádios para o evento. O que está a fazer, como constatou a Subcomissão da Copa de 2014 desta Casa, que realizou viagem àquele país para colher informações sobre a organização da competição. No mais importante deles – o Soccer City, localizado em Soweto -, que receberá o jogo de abertura e a partida final do torneio, cujas obras estão previstas para terminar em dezembro deste ano, com capacidade para 87 mil torcedores, foram gastos U$ 400 milhões.

Assim como a África do Sul, o Brasil necessitará despender recursos de vulto na construção ou reforma dos estádios das cidades-sede. Investimento que, conta hoje o que transformou-se em lenda, seria bancado ou por investidores do setor privado ou por intermédio de PPPs. Essa garantia, que fora dada à Nação pelo senhor Ricardo Teixeira, não subsistiu à realidade. Transformou-se em nuvem de densidade finíssima que uma brisa dissipou, constrangendo o presidente da República a determinar ao BNDES que disponibilizasse uma linha de financiamento para viabilizar as obras. Assim, a tarefa de garantir recursos financeiros para que os estádios brasileiros fossem aprovados pela FIFA despencou - como previra em junho deste ano, em artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo sob o título *"Copa-14: quem vai pagar a conta?",* o deputado Sílvio Torres - no colo do governo federal.

Entre a determinação do Palácio do Planalto e a descoberta da fórmula, por parte do BNDES, para emprestar dinheiro a estados, municípios e entidades privadas para construção ou reforma de estádios, transcorreu um período de tempo desnecessário. Esse fato resultou na procrastinação da data-limite para o lançamento dos editais de concorrência. Tal decisão foi interpretada, naturalmente, como sintoma evidente de mal planejamento para a Copa de 2014. Ou, na verdade, falta de planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos. O que, a se confirmar em futuro próximo, gerará atropelos de última hora. Como os ocorridos quando da organização da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Gerando atropelos de última hora, ofensa à legislação, gastos descontrolados, risco de malversação do dinheiro público e inevitáveis, e irrecuperáveis, prejuízos ao Erário.

No entanto, competia, por dever de ofício, à Subcomissão da Copa de 2014 ouvir os clubes de futebol proprietários de estádios: o São Paulo Futebol Clube, o Clube Atlético Paranaense e o Sport Club Internacional sobre a

necessidade ou não de tomar recursos junto ao BNDES para financiar as obras de seus estádios – Morumbi, Arena da Baixada e Beira Rio. Tarefa que foi cumprida no dia 21 de outubro de 2009, quando os presidentes dos três clubes, respectivamente os senhores Juvenal Juvêncio, Marcos Malucelli e Vitório Píffero debateram a matéria com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Primeiro a expor, o presidente do São Paulo, Juvenal Juvêncio, afirmou, sem rodeios, que os clubes precisam de ajuda. E discriminou de que fontes: *"Precisamos da ajuda dos governos, do Congresso e do entendimento correto da fiscalização".* Explicou ele: *Os clubes estão descapitalizados".* A culpa da descapitalização dos clubes brasileiros, na visão do presidente do São Paulo, tem causa determinada: "*A capitalização do clube está na ordem e sequência da distribuição de renda no país. Enquanto o ingresso médio na Inglaterra custa R$ 270,00, o nosso custa R$ 20,00".*

Por quê? Porque segundo o doutor Juvenal *Juvêncio "trata-se de um problema de renda da população, que está adstrita ao desenvolvimento do país, à distribuição de renda, ao progresso, ao crescimento do PIB".* Em virtude desse ambiente, o presidente do São Paulo afirmou que os clubes proprietários de estádios onde deverão ser jogadas as partidas da Copa de 2014 encontram-se, no que diz respeito ao processo de financiamento das obras via recursos do BNDES, em situação de desigualdade em relação aos estados e municípios cujos estádios são bens públicos.

"Os nove outros players nesse processo são governos de estados que têm orçamento para fazer face às suas despesas na edificação de suas arenas"... "E nós outros, particulares, não temos orçamentos públicos. É preciso, portanto, ao encarar esse processo com profundidade, ver também os clubes, que não são os governos", ressaltou. Para, em seguida, alfinetar: *"Aliás, são os clubes*

que praticam esse esporte, e não os governos. É preciso examinar isso com mais profundidade e muito cuidado".

Presidente do Internacional, o doutor Píffero centrou o foco de sua exposição nas facilidades que poderiam existir, no Rio Grande do Sul, para que os investimentos na reforma do estádio – que, segundo, ele encontra-se em obras permanentes desde 2003 – custassem mais barato. O que não ocorre, afirmou, porque apesar de estar em vigor, desde 26 de setembro de 2008, um convênio com o Confaz, autorizando os estados e o Distrito Federal a conceder isenção de ICMS nas operações com mercadorias e bens destinados à construção, ampliação e reforma ou modernização de estádios a serem utilizados na Copa de 2014, esse não foi até a data desta audiência pública regulamentado. Em razão direta disso, *"estamos pagando mais caro com os impostos da obras que estamos permanentemente fazendo"... "Algo semelhante acontece no Paraná, apenas para mostrar as dificuldades que o Internacional está enfrentando e, tenho certeza, o Atlético Paranaense e o São Paulo também".*

Além desse entrave, o presidente do Internacional revelou que lei complementar de dezembro de 2008, da Prefeitura de Porto Alegre, dispondo sobre isenção de ISSQN, igualmente não pode ser aplicada. Por singela razão: para tanto, estabelece o parágrafo 2º do art. 1º da lei complementar que *"a pessoa física, jurídica ou equiparada nacional ou estrangeira, e inclusive delegação esportiva, deverá ser previamente credenciada pela Federação Internacional de Futebol – FIFA -, que fornecerá a relação oficial à Secretaria Municipal da Fazenda".*

O Beira-Rio, garantiu o presidente do Internacional, é o estádio da Copa no Rio Grande do Sul. Mas como o diploma em tela exige que a FIFA encaminhe uma carta confirmando tal fato, o que só acontecerá quando todas as

obras necessárias exigidas pela entidade estiverem prontas, quando o Beira-Rio for confirmado todas as obras já estarão terminadas e, consequentemente, pagos todos os impostos. Portanto, o benefício criado não poderá ser utilizado. Complexa realidade burocrático-administrativa, típica de um país que cultiva uma pesada herança cartorial.

Incisivo, direto, objetivo, o presidente do Atlético Paranaense, doutor Marcos Malucelli, afirmou, logo à abertura de sua exposição, que *"não estamos atrás de dinheiro público para concluir nosso estádio. Quero deixar isso bem claro, aqui. Entendemos que a responsabilidade pela Copa não é do clube. A Copa não é do Atlético, em Curitiba; a Copa é da cidade. A responsabilidade pelas obras é dela".*

E, didático, explicou os fundamentos da postura do clube: *"Estamos deixando à disposição do município a Arena" ... "Só que o Atlético não joga a Copa do Mundo. Então, não tem necessidade de concluir seu estádio para atender as exigências da FIFA, que fazem com que o custo da conclusão das obras da Arena praticamente quadruplique: saltaríamos de um orçamento de R$ 30 milhões para R$ 130 milhões, com os impostos; se houver isenção de impostos, deve ser reduzido para uns R$ 110 milhões. É um absurdo termos de atender a algumas exigências do caderno de encargos da FIFA que causam ônus dessa monta, quadruplicam o custo da obra para o clube".*

A respeito das exigências absurdas da FIFA, o doutor Malucelli informou que a FIFA exigiu, por parte do Atlético Paranaense, eliminar pilares que configuram pontos cegos em relação a 300 cadeiras, para um estádio que possui 25 mil cadeiras. As cadeiras localizadas em pontos cegos não são vendidas. Ao total, a Arena da Baixada oferece 41 mil assentos. Eliminados os 300 pontos cegos, restariam 40.700 assentos. A FIFA exigiu 40.000 lugares. Tudo estaria

resolvido com a eliminação dos assentos. Mas a FIFA não abre mão da obrigatoriedade de eliminar os pilares. Obra que custaria R$ 25 milhões.

Em virtude desse fato, afirmou o presidente do clube, *"nem com isenção de impostos isso nos interessa. É preferível não termos a Copa no nosso estádio. Não vamos assumir esse ônus e depois transferi-lo aos nossos associados, ou seja, pagar um empréstimo de R$ 100 milhões quando não precisamos desse montante para concluir a Arena".* Enfatizou, ainda, o doutor Malucelli: *"Quero deixar bem claro que não estamos atrás de dinheiro público. Temos 75% do estádio concluído às nossas expensas, às expensas do associado do Atlético Paranaense, temos todas as cadeiras vendidas, temos arrecadação mensal suficiente para manutenção do clube, que é proporcionada pelos próprios associados, afora outras rendas".*

Encerradas as apresentações, o presidente da Comissão de Fiscalização concedeu-me a palavra. Então, fiz absoluta questão de salientar*: "Acho que agora entramos efetivamente na tarefa a que nos propusemos. Até o momento só houve conversas. Agora temos fatos".* E prossegui*: "Tem vindo gente do governo aqui; gente muito boa, muito simpática. O ministro das Cidades e o ministro dos Esportes estiveram aqui, mas nada trouxeram de substancial, nada que resolva os problemas que os senhores têm pela frente, nada que resolva os problemas de estados e municípios que sediarão os jogos da Copa do Mundo. Nada. Não há comitê organizado, não há nada. Doravante, já se sabe, se continuar assim...".*

Como já foi registrado neste Relatório, tempo, e vasto, tanto o governo federal quanto a CBF dispuseram para planejar a Copa de 2014. Não aproveitado. Deixei, na ocasião, patenteada minha contrariedade a respeito: *"... só ouço palavras, e palavras perdem-se no vento. Precisamos de fatos. É preciso*

criar um comitê, o nosso presidente (deputado Sílvio Torres) *tem insistido tanto, com a participação do governo e de membros do Congresso Federal para que saibamos realmente o que está acontecendo. E o que está acontecendo é isso que vemos nos jornais, mas parece que está tudo bem, tudo ótimo".*

Em virtude do tempo desperdiçado e da falta de preocupação com a criação de um comitê semelhante ao criado na África do Sul para gerir os investimentos da Copa, integrado por representantes da Federação Sul-Africana de Futebol, do governo federal, de centrais sindicais, de empresários e representantes das cidades-sede, ressaltei: *"Estamos a quatro anos de uma Copa e ainda temos pela frente a Copa das Confederações. Como isso vai acontecer? Vai acontecer como no Pan-Americano, aquela bagunça final, e até hoje se discute o excesso de verbas empregadas, a corrupção" ... "Não julgo ninguém, absolutamente, mas não quero que aconteça a mesma coisa. Esta Subcomissão, da mesma maneira, não quer que aconteça o que se viu no Pan-Americano".*

Entre os meses de junho e de outubro, período em que foram realizadas as audiências pública da Copa de 2014, a Subcomissão, presidida pelo deputado Rômulo Gouveia, submeteu à Comissão, que aprovou, convite para que o presidente da CBF e do Comitê Organizador Local, Ricardo Teixeira, comparecesse, na qualidade de convidado, à Câmara para debater a organização da Copa. Convite idêntico foi também encaminhado ao doutor Carlos Langoni, diretor financeiro do Comitê Organizador Local. Os convites não foram respondidos. Não foram aceitos. Negaram-se ambos, terminantemente, a debater o tema com os membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Panorama que levou o presidente da Subcomissão, deputado Rômulo Gouveia, a consignar *que "todos nós estamos preocupados. Há uma série de providências a adotar, entre elas a criação de um comitê, em que deve*

haver a presença dos clubes" ... "A essa altura, ainda estamos esperando o decreto que cria o comitê. Estamos aguardando também que o governo informe o limite de gastos públicos para o Orçamento de 2010, que está em discussão, e o que vai ficar sob a responsabilidade dos estados, dos municípios e dos clubes, como estamos debatendo, e que a CBF também comece a debater, porque, ao que me consta, ela está ausente". E, sublinho eu: olimpicamente ausente e demonstrando aversão ao debate, o que é típico dos que não cultivam os princípios democráticos e os ideais republicanos.

Insistiu, pertinentemente, na questão dos Jogos Pan-Americanos o deputado Vanderlei Macris, observando que, na ocasião, *"dinheiro público foi pelo ralo".* Para, em seguida, ressaltar que *"dinheiro público é público e precisa ser fiscalizado".* Observou, ainda, que no âmbito dos debates realizados pela Comissão de Fiscalização sobre a Copa de *2014 "as coisas não estão sendo colocadas de maneira muito adequada"... "Por enquanto só há discurso. Nada há na prática para que o Brasil possa se preparar definitivamente. O que vai acontecer lá na frente? Ao apagar das luzes, o governo terá de correr para colocar tudo em ordem. Aí está o grande problema".*

Antes de os convidados responderem às perguntas que lhes foram formuladas, o deputado Sílvio Torres pontuou que: *"Estamos tendo agora uma visão da área privada sobre o processo da Copa de 2014. É o que vocês representam hoje" ... "A realidade, aquilo que não é o discurso oficial, e é o que precisamos saber. O povo brasileiro precisa saber o que está acontecendo" ... "Estamos bastante preocupados com a capacidade não só deste governo, mas do próximo, para cumprir os compromissos que, foram assinados pelo presidente da República há dois anos, no caso da Copa de 2014, e, agora, para as Olimpíadas, há pouco mais de um mês".*

Sou um homem da base do governo. Entendo, repito, que a realização de grandes eventos é importante para um país firmar-se, sob vários aspectos, no cenário internacional. Mas preocupa-me o andamento da organização da Copa do Mundo. A falta de planejamento estratégico. Porque, como bem salientou o deputado Sílvio Torres, *"o quadro em 2007 era de abundância de recursos privados em todo o mundo. Ainda não se tinha idéia da dimensão da crise que poderia haver. Foi dentro desse quadro extremamente otimista que o país aceitou realizar a Copa de 2014. O discurso, na época, é que iríamos ter 12 novos estádios construídos apenas com dinheiro privado; que os investimentos em infraestrutura seriam privados ou de PPPs"... "Hoje, o cenário é totalmente diferente" ... "Então, vamos viver daqui em diante – e será uma corrida contra o tempo extremamente penosa – um clima em que as decisões serão de extrema responsabilidade de cada um que estará delas incumbido" ... "O governo, que já viu que o céu não é tão azul quanto previa, já colocou à disposição de todos uma linha de financiamento do BNDES ".* E perguntou aos três presidentes: *"Haverá interesse de qualquer um dos três clubes; os clubes têm capacidade de endividamento; os clubes, se contraírem esse empréstimo, terão capacidade de pagar; haverá sustentabilidade para um investimento dessa natureza?"*

No que concerne ao São Paulo Futebol Clube, o presidente da agremiação disse que *"nós possivelmente iremos querer um percentual pequeno desse processo – ainda dependo de aportes de iniciativa particular para decidir sobre isso".* Mas fez considerações sobre a linha disponibilizada pelo BNDES*: "O que irá garantir o BNDES são os repasses do governo federal à área estadual. Ela será a garantidora desse empréstimo. O BNDES, mais uma vez, entra nesse processo com garantia absoluta de retorno e garantia da correção do seu empréstimo mais os juros. Então até aí o desperdício é absolutamente zero".*

A respeito das exigências da FIFA, aventadas pelo presidente do Atlético Paranaense, o doutor Juvenal Juvêncio fez questão de observar que os clubes tinham consciência delas, mas observou *que "é permitido à FIFA a qualquer momento mudar seus planos. É permitido isso no Caderno de Encargos. A qualquer tempo ela pode rever as suas condições, trazendo novas situações. Alguma coisa na área de informática, por exemplo, que está no caderno de encargos hoje, ela já suspendeu, porque quer sentir o que acontecerá na África do Sul para fazer novas exigências para 2009 na área de tecnologia da informação. Então, esse processo de exigências da FIFA é muito dinâmico".*

Ao encerramento de sua participação, o doutor Juvenal Juvêncio, em atenção à pergunta que formulei, se o São Paulo cultiva a intenção de atender as exigências da FIFA para acolher a partida inaugural da Copa de 2014, foi taxativo: *"Primeiro, que nós vamos disputar esse negócio porque o problema da Copa do Mundo não se resume à arena"... "A FIFA quer 45 mil apartamentos no local da abertura. São Paulo tem 42 mil, mas tem projetos que chegam a 45 mil. Quer rede hospitalar, transporte de massa de qualidade, que é o metropolitano, centro de compras, centro de cultura etecétera. Como é que você pode sediar a abertura de uma Copa do Mundo em Brasília se a FIFA exige 45 mil apartamentos".* E arrematou: *"O São Paulo vai fazer, vai ter iniciativa particular; eventualmente, se precisar, vai se socorrer do BNDES. Se for ao BNDES e precisar, o São Paulo vai arrumar o seu banco garantidor e repassador. Portanto, a preocupação da Comissão de que o Erário possa perder dinheiro não vai proceder, porque o BNDES não vai cobrar de mim, vai cobrar do banco. Essa equação está posta".*

Quando a audiência com os presidentes dos clubes proprietários de estádios de futebol foi realizada, o governo ainda não definira em que condições o BNDES disponibilizaria recursos para as obras de construção ou reforma dos estádios. Poucos dias após a audiência, a imprensa noticiou que o Poder

Executivo chegara, finalmente, a uma decisão. Os recursos seriam emprestados, independentemente de o candidato ao financiamento ser público ou privado, em idênticas condições de pagamento e sem a necessidade da intermediação por agente financeiro. O que reduziu, para os clubes eventualmente interessados em captar recursos junto ao banco, o custo do financiamento.

Acerca de despesas, endividamento, custos, o presidente do Sport Club Internacional, doutor Vitório Píffero, na etapa de debates da audiência, consignou que *"esta Comissão tem uma missão da maior importância: a de fazer com que a Copa saia dentro de um custo razoável, que saia sem que haja qualquer tipo de lesão ao Erário".* Abordou, então, as prioridades definidas pelo clube para a Copa de 2014: *"Elegemos algumas normas que entendemos importantes para os nossos torcedores, para os nossos 102 mil sócios. A cobertura do estádio. Obra eleita pela gestão, que não é uma exigência da FIFA"... "Existem obras eleitas pelo Internacional e obras determinadas pela FIFA. Um exemplo de obra determinada pela FIFA é para que o estádio tenha 2.500 lux de iluminação".*

De fato, exige a FIFA, no Stadium Agreement (Acordo dos Estádios), que as arenas onde os jogos da Copa de 2014 serão disputados disponham de capacidade de iluminação de 2.500 lux. E essa é uma exigência que gera desinteligência, porque, como bem pontuou o doutor Píffero, é uma obra cara, que a depender dos impostos custa em torno de R$ 10 milhões. Mas, além do preço, é uma obra absolutamente desnecessária: *"Os jogos são realizados de dia",* observou o presidente do Internacional, e, ato contínuo, perguntou: *"Alguém se recorda de jogos da Copa do Mundo de noite?".*

Depois de abordar assuntos vários ao longo dos debates com os integrantes da Comissão, entre os quais o de que a previsão de investimento de

R$ 700 milhões para reconstruir o estádio da Fonte Nova, na Bahia, equivale a mais ou menos seis Beira-Rio reformados segundo as exigências da FIFA, o doutor Píffero abordou a questão da linha de financiamento do BNDES.

Garantiu ele, em resposta à pergunta formulada pelo deputado Sílvio Torres, que o clube não tem interesse por esse dinheiro. E informou: *"A nossa equação financeira para a execução das obras do estádio é exatamente a mesma de quando o estádio foi construído. Nós vamos vender 150 camarotes – hoje existem 33 – por um prazo de 10 anos, para o sujeito pagar em três. Ou seja, vamos antecipar um recurso que não existe. Nós vamos antecipar, construi-los. É autofinanciável, esse é o princípio*".

Reitero que quando da realização da audiência o governo federal ainda não definira como emprestaria aos clubes. Ainda ignorando a decisão do Palácio do Planalto, o presidente do Internacional explicou: *"O BNDES quer financiar os estádios, mas não financia os clubes" ... "Financia o clube se tiver um banco" ... "Não tenho como chegar ao Banrisul, nosso principal patrocinador, e pedir que assine um financiamento de R$ 100 milhões, R$ 150 milhões. Também não vou, como presidente, levar essa proposta ao Conselho Deliberativo. Eles vão dizer: ´Está louco! Nós vamos hipotecar o Internacional por R$ 100 milhões para fazer o quê?´".*

De idêntico entendimento comungou o Clube Atlético Paranaense, como deixou claro o presidente da agremiação, doutor Marcos Malucelli*: "Não temos interesse em participar desses R$ 400 milhões que o BNDES estaria disponibilizando para os estádios em cada cidade. Nós achamos que esse dinheiro custará caro, ainda que seja a 1,9% mais TJLP. Nós precisamos de R$ 100 milhões para atender as exigências da FIFA. São R$ 100 milhões, com prazo de carência de três anos, mais 10 anos para pagamento. Começaremos a pagar*

uma conta de R$ 130 milhões, R$ 140 milhões. Ainda que seja em 10 anos, teremos um pagamento mensal em torno de R$ 1,5 milhão, porque ainda sofrerá juro no período do pagamento".

E explicou, com base em um cálculo meramente aritmético, a razão de o clube que preside não ter interesse nos recursos do BNDES: *"Dezoito milhões por ano, não podemos fazer. O Atlético tem um orçamento de R$ 50 milhões/ano. Não podemos acrescentar a esse orçamento mais 30%, praticamente. Seria uma loucura da nossa parte, até porque, ao contrário do São Paulo, que vai ter um estádio para 60 mil, 70 mil pessoas, o nosso será para 40 mil pessoas. Hoje, temos 28 mil lugares, todos vendidos, o que nos dá uma renda de R$ 13 milhões ao ano, suficiente para nossas necessidades. Então, o Atlético não vai recorrer ao BNDES. Não usaremos esse dinheiro".*

A respeito de como o Atlético adequará a Arena da Baixada às exigências da FIFA, o doutor Marcos Malucelli foi contundente: *"O Atlético não concluirá isso com recursos próprios para atender as exigências da FIFA, porque nós achamos coisas loucas" ... "Há de se ver que o Caderno de Encargos da FIFA mudou recentemente. Essas exigências que eles estão nos fazendo agora não são as mesmas que fizeram aos estádios da África. Em 2007, eles mudaram as exigências e poderão mudar de novo, a qualquer instante. Esse caso, por exemplo, da força de lux. Temos 800 lux e precisamos de 2.500. Isso é um absurdo que vamos gastar. Para que depois? Para esses gastos é que precisávamos de mais apoio governamental. Não temos como levar isso à FIFA. Não somos ouvidos pela FIFA. Ouvida pela FIFA é a CBF".*

Perguntado pelo deputado Sílvio Torres se a CBF tem prestado ajuda aos clubes para encaminhar soluções para tais dificuldades, o presidente do Atlético Paranense assegurou que a CBF tem ajudado e, sempre que possível,

minimizado, mas observou que a própria CBF encontra dificuldades junto à FIFA. Quanto ao governo, observou que *"não temos contato nenhum com o governo".*

Antes de encerrar sua participação na audiência pública, o doutor Malucelli fez questão de relatar uma outra exigência, que considera exagerada, da FIFA. *"São absurdos que existem. Por exemplo, nos vestiários do Atlético e do visitante, os jogadores entram pelo gol dos fundos. Temos que passar isso para o centro do gramado, fazer vestiários novos, vestiários reservas, para árbitros, para representantes de federação. São custos desnecessários"*. E queixou-se do que considera um cúmulo: a obrigação de gastar dinheiro para atender a exigência de que os ônibus que servem as delegações disponham de uma área de grandes proporções para circular.

"A FIFA determina que o ônibus não pode fazer manobras e que tem de parar a um metro e meio da entrada dos vestiários do visitante. Isso tudo encarece. Essa é a situação dos estádios privados. Não podemos gastar à toa R$ 100 milhões para atender a essas idiossincrasias da FIFA", ressaltou o presidente do Atlético Paranaense. Exigências que o levam a cultivar a convicção de que, na condição de atual presidente do clube, não lhe cabe endossar propostas nem defender iniciativas e muito menos, como disse, *"ceder a essas exigências".* E pensa ele assim porque, como ressaltou, *"acho que a Copa não é do clube. A Copa é da cidade. Portanto, a cidade de Curitiba, que se beneficiaria, em tese, com o PAC da mobilidade, também tem de participar e nos ajudar a encontrar uma solução junto à iniciativa privada. Esse é o entendimento do Atlético, do qual não arredaremos pé".*

AUDIÊNCIA PÚBLICA CORRELATA: O ENIGMA DO TAV

A implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV é tema, há décadas, na agenda do transporte público do Brasil. Mas que, tudo indica, não terá condições de tornar-se uma realidade até 2014. Por singela razão: o prazo de quatro anos para a construção da linha Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, com mais de 1.000 quilômetros, é, além de implicar custos bilionários, extremamente exíguo.

Como afirmou o deputado Vanderlei Macris, o TAV *"não é uma solução para a Copa de 2014, apenas, mas para o sistema aeroportuário brasileiro"... "Estamos diante da obra do século. Essa é a grande verdade. Uma obra de R$ 34 bilhões é muito maior do que todo o investimento feito pelo governo, durante o ano inteiro, no Brasil. Não é a qualquer momento que temos o debate sobre uma obra de R$ 34 bilhões, sobre uma obra dessa envergadura. Portanto, acho que sugerir isso para 2014 é uma temeridade".*

Apesar de o Brasil necessitar, há muitos anos, de um modal ferroviário ágil, eficiente, seguro e ambientalmente adequado, o tema TAV é, sem sombra de dúvida, um enigma de solução complexa. O que ficou claro na audiência pública conjunta, realizada pelas Comissões de Viação e Transportes e de Fiscalização Financeira e Controle, no dia cinco de agosto de 2009, para discutir o projeto de implementação do Trem de Alta Velocidade.

Oferecerá o Brasil aos turistas internacionais e domésticos que aqui desembarcarão, tanto em 2013, para a Copa das Confederações, quanto em 2014, para a Copa do Mundo FIFA de Futebol, um serviço já existente no Japão, França, Itália, Alemanha, Espanha, Bélgica, Reino Unido, China, Coréia, Taiwan,

Holanda e Turquia? Meio de transporte que encontra-se em fase de planejamento na Índia, Irã, Marrocos, Portugal e Arábia Saudita.

Queríamos todos, parlamentares da base de sustentação do governo e dos partidos da oposição, acreditar que sim. Mas, a julgar pelas características da obras, por sua complexidade, pelo tempo demandado para a sua construção, tudo conspira contrariamente ao desejo e à necessidade. Na audiência pública, um dos autores do requerimento, o deputado Duarte Nogueira, relatou que *"na Itália, o Trem de Alta Velocidade demorou 22 anos para ficar pronto; na Espanha, 12; na Coréia, 11; na Alemanha e na França, período parecido".* Com base nesses parâmetros, perguntou aos representantes do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do BNDES: *"Sob quais argumentos o Brasil espera estar com seu TAV pronto em um prazo de quatro anos?"*

Em relação, especificamente, à implantação do TAV para atender as necessidades de transporte público quando da Copa de 2014, o secretário-executivo do Ministério dos Transporte, Paulo Sérgio Oliveira Passos, declarou: *"Quanto ao prazo de execução do projeto, é óbvio, concordo que esse é um projeto para o país, independentemente da sua vinculação com a data da realização da Copa do Mundo. Nossa intenção é empreender esse projeto no menor espaço de tempo possível. Agora, efetivamente, os concorrentes é que irão, quando da apresentação das suas propostas, na licitação, dizer da viabilidade e do tempo necessário para que ele seja executado e colocado em operação".*

Tudo, na verdade, conspira contra a implantação do TAV, apesar de, como sublinhou o deputado Carlos Zarattini, ter o governo federal o indiscutível mérito de *"dar início a essa grande obra, uma obra do futuro",* na medida em que o

projeto é, de fato, diferenciado, que não se resolverá em apenas um governo, constituindo, sim, um projeto de Nação, de Brasil. A quase impossibilidade de a ligação Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas estar em funcionamento em 2014 lastreia-se, inclusive, no fato de, como reconheceu o diretor-geral da ANTT, Bernardo Figueiredo, ter ocorrido um *"atraso no estudos".*

E explicou: *"A primeira premissa de que partimos era a da possibilidade de aproveitar estudos já existentes. Depois isso se revelou inviável, porque os conceitos que estamos adotando nesse projeto são absolutamente diferentes dos conceitos adotados em outros estudos existentes. Tivemos de abandonar essa linha e fazer um estudo praticamente novo".* Em que pese o senhor Bernardo Figueiredo ter assegurado que *"estamos com a meta de 2014. Se ela for viável, ótimo!"*, ele deixou claro que *"nós* (o governo) *não vamos impor um prazo de construção, mas vamos privilegiar quem ofertar um prazo de construção melhor, mais rápido".*

Com o objetivo de esclarecer se até 2014 a ligação Rio de Janeiro-São Paulo estará pronta e em operação, o deputado Sílvio Torres observou que *"não há como não falar em 2014, ano fixado como meta e que tem sido divulgado como tal pelo próprio governo",* perguntando, em seguida: *"Essa é uma meta parcial? E se é uma meta parcial, dado o fato de que São Paulo e Rio de Janeiro vão ser duas sedes da Copa de 2014, se a meta vai ser então implantar o TAV ligando São Paulo ao Rio até 2014? Por outro lado, se se acha que não é viável, já poderíamos considerar fora do projeto da Copa de 2014 a implantação do TAV?"*

O questionamento do deputado Sílvio Torres não foi respondido, infelizmente. De forma extremamente tênue a respeito da quase impossibilidade de o TAV estar a funcionar entre Rio de Janeiro e São Paulo em 2014, o diretor-

geral da ANTT disse: *"Com relação ao cronograma de implantação da obra, temos consciência de que é impossível fazer por fases, mas estamos tratando da ligação Rio-São Paulo-Campinas. O cronograma que vamos exigir é o do projeto todo. Pode ter fases intermediárias, entrar em operação um trecho menor, mas vamos contratar o projeto integral. Não corremos o risco de, ao completar uma fase, esquecer a segunda ou não implementá-la. Faremos todas as fases juntas".*

5. Respostas dos Estados aos pedidos de informações

No dia 17 de junho de 2009, foi aprovado Requerimento do Deputado Rômulo Gouveia que solicita aos governos estaduais e municipais das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, o projeto e a programação orçamentária relativa aos preparativos para o referido evento.

Foram recebidas as seguintes repostas:

I) Governo do Estado da Bahia

Através do Ofício nº 3353/2009/SCG de 25 de junho de 2009, a Subchefe de Gabinete do Governador, acusou o recebimento da solicitação e informou que encaminhou o assunto para às Secretarias competentes, e que oportunamente manteria a Comissão informada sobre o pleito.

II) Governo do Estado de Pernambuco

Através do Ofício CC nº 70/2009, de 29 de junho de 2009, o Secretário da Casa Civil e Coordenador do Comitê Pernambuco na Copa do Mundo de 2014, Senhor Ricardo Leitão, encaminhou o projeto detalhado daquela cidade-sede.

Sobre a programação orçamentária, informou que “há estimativa de que, somando-se investimentos federais, estaduais e municipais, as obras de infraestrutura demandarão cerca de R$ 4,5 bilhões, de 2010 a 2014”.

Abaixo está reproduzido o detalhamento do projeto:

Nome do plano/projeto	Tipo	Valor (em reais)	Fonte	Status	
Saneamento para todos – Bacia do Capiberibe	Saneamento básico	R$ 134.004.676,16	Público	Em andamento	Proporcionalidade de investimentos

Capiberibe Melhor – Bacia do Capiberibe	Saneamento básico	R$ 96.000.000,00	Público	A iniciar	
Via mangue – Saneamento e urbanização	Saneamento básico	R$ 114.000.000,00	Público	Em andamento	
Total 1				Privado	0%
Total 2	R$ 344.004.676,16			Público	100%
Total Investimento	R$ 344.004.676,16			Global	100%

Nome do plano/projeto	Tipo	Valor (em reais)	Fonte	Status	
Ampliação Subestação Abaixadora Caxamgá	Energia	R$ 1.300.000,00	Privado	A iniciar	Proporcionalidade de investimentos
Nova Subestação Abaixador Estância	Energia	R$ 4.500.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Estância	Energia	R$ 550.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Setubal	Energia	R$ 4.500.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Setubal	Energia	R$ 400.000,00	Privado	A iniciar	
Ampliação Subestação Abaixadora Caxamgá	Energia	R$ 1.300.000,00	Privado	A iniciar	
Ampliação Subestação Abaixadora Beberibe	Energia	R$ 1.300.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Casa Forte	Energia	R$ 4.500.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Casa Forte	Energia	R$ 200.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Tejipió	Energia	R$ 4.170.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Tejipió	Energia	R$ 440.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Seccionadora Imbiribeira	Energia	R$ 2.200.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador UR 10	Energia	R$ 4.170.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador UR 10	Energia	R$ 720.000,00	Privado	A iniciar	
Ampliação Subestação Abaixadora Santo Amaro	Energia	R$ 1.300.000,00	Privado	A iniciar	
Ampliação Subestação Abaixadora Rio Jordão	Energia	R$ 1.300.000,00	Privado	A iniciar	

Nova Subestação Abaixador Varadouro	Energia	R$ 4.170.000,00	Privado	A iniciar	
Nova Subestação Abaixador Varadouro	Energia	R$ 1.200.000,00	Privado	A iniciar	
Ampliação Subestação Abaixadora Tamarineira	Energia	R$ 1.400.000,00	Privado	A iniciar	
Ampliação Subestação Abaixadora Piedade	Energia	R$ 1.300.000,00	Privado	A iniciar	
Total 1	R$ 40.920.000,00			Privado	100%
Total 2				Público	0%
Total Investimento	R$ 40.920.000,00			Global	100%

Nome do plano/projeto	Tipo	Valor (em reais)	Fonte	Status	
Construção de terminais de integração do sistema estrutural integrado - SEI	Transportes	R$ 2.178.449,00	Público	A iniciar	Proporcionalidade de investimentos
	Transportes	R$ 3.200.000,00	Público	A iniciar	
	Transportes	R$ 3.500.000,00	Público	A iniciar	
Modernização do SEI	Transportes	R$ 300.000.000,00	Público	A iniciar	
Requalificação dos corredores	Transportes	R$ 3.858.157,00	Público	A iniciar	
Implantação do corredor SEI na Av. Abdias de Carvalho	Transportes	R$ 2.628.431,00	Público	A iniciar	
Implantação do corredor de ônibus SEI na Av. Domingos Ferreira	Transportes	R$ 2.705.422,00	Público	A iniciar	
Implantação do sistema automático de bilhetagem eletrônica – SABE	Transportes	R$ 4.000.000,00	Público	A iniciar	
Implantação da central de controle operacional	Transportes	R$ 2.400.000,00	Público	A iniciar	
Metrô linha sul	Transportes	R$ 24.969.273,00	Público	Em andamento	
Reforma de terminais rodoviários	Transportes	R$ 5.000.000,00	Público	Iniciando	
Mobilidade sul – acesso ao Paiva	Transportes	R$ 12.000.000,00	Público	A iniciar em nov/08	
Mobilidade sul – estrada da Batalha	Transportes	R$ 148.000.000,00	Público	A iniciar em dez/08	
Binário ruas São Sebastião e Hodrolândia	Transportes	R$ 150.000.000,00	Público	Licitação da obra prevista para jun/09	

Anel viário da RMR	Transportes	R$ 420.000.000,00	Público	Licitação da obra prevista para jun/09	
Via Mangue – viário	Transportes	R$ 51.000.000,00	Público	A iniciar	
Ampliação do viaduto Capitaão Temudo	Transportes	R$ 31.748.511,85	Público	Em andamento	
Requalificação dos abrigos das paradas de ônibus da Av. Caxangá	Transportes	R$ 1.997.950,03	Público	Em andamento	
Terminal marítimo de passageiros	Transportes	R$ 3.000.000,00	Público	A iniciar	
Total 1	R$ 1.172.196.193,88			Público	99%
Total 2	R$ 5.000.000,00			Privado	1%
Total Investimento	R$ 1.177.196.193,88			Global	100%

Total de Investimento Privado	R$ 45.920.000,00	3%
Total de Investimento Público	R$ 1.516.200.870,04	97%
Total Geral de Investimento	R$ 1.562.120.870,04	100%

Investimento	Fonte de Recursos (em R$)			Prazos estimados (início)
	Público	Privado	PPP	
Arena			R$ 488.198.001,00	Jan/10
Hopsital Metropolitano Oeste	R$ 60.000.000,00			Abr/09
Centro Administrativo			R$ 500.000.000,00	Jul/10
Empreendimento Imobiliário		R$ 750.000.000,00		Jan/10
Empreendimentos Comerciais e Hoteleiros		R$ 220.000.000,00		Jan/10
Duplicação da BR 408	R$ 115.000.000,00			Mar/10
Estação de Metrô Integração	R$ 10.000.000,00			Mar/10
Radial Cidade da Copa	R$ 45.000.000,00			Mar/10
Ramal VLT	R$ 80.000.000,00			Mar/10
Linhas de transmissão e abastecimento de energia	R$ 16.100.000,00			Jan/10
Abastecimento de água	R$ 8.000.000,00			Jan/10
Esgotamento sanitário	R$ 32.000.000,00			Jan/10
Totais	R$ 386.100.000,00	R$ 970.000.000,00	R$ 988.198.001,00	
Total Geral dos Investimentos	R$ 2.324.298.001,00			

III) Governo do Estado de Minas Gerais

Através de correspondência de 29 de junho de 2009, o Secretário Geral do Governador, acusou o recebimento da solicitação e informou que o assunto foi encaminhado para a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude.

IV) Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Através do Ofício nº 092/09 – SECOPA 2014 de 06 de julho de 2009, o Secretário Extraordinário da Copa 2014, José Fortunati informou que aquela "Secretaria vem trabalhando no planejamento da Cidade de Porto Alegre para a Copa do Mundo de 2014, tendo por princípio a maximização das oportunidades, a potencialização da cidade, cujos investimentos se constituirão no legado da Copa".

Informou também que "no momento, estão sendo identificadas as ações da esfera pública municipal..., de modo que não podiam, ainda, estimar o valor dos investimentos que serão aplicados", mas que o que podia se afirmar , no entanto, " é que a qualificação esperada contaria com aplicação de recursos oriundos da União, do Estado, do Município e da iniciativa privada".

Ao final, o Secretário José Fortunati se comprometeu em repassar as informações solicitadas assim que tivessem as definições a respeito.

V) Governo do Estado do Rio Grande do Norte

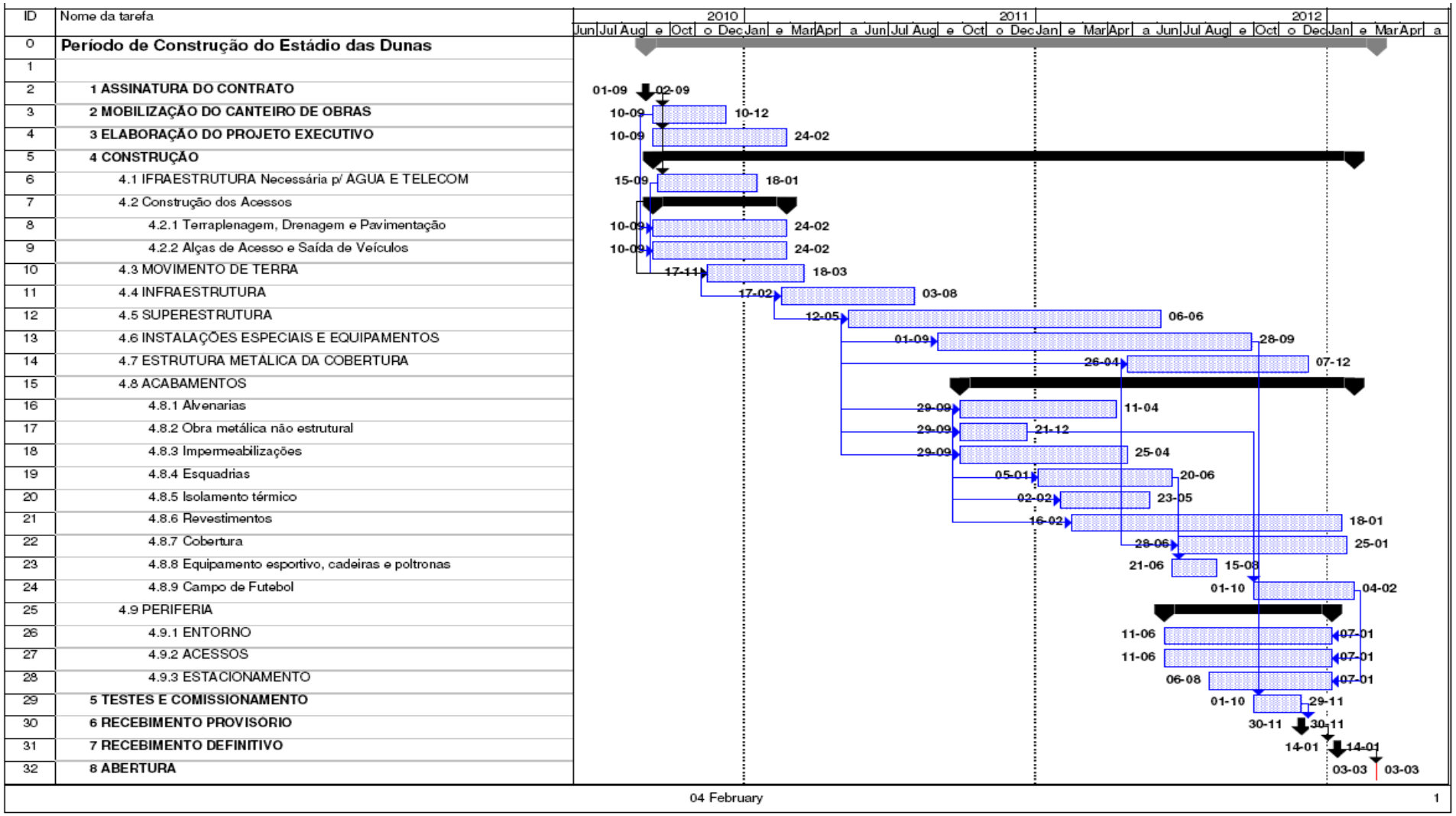
Através do Ofício nº 346/2009-GE de 14 de julho de 2009, a Senhora Governadora encaminhou CD com o projeto daquela cidade-sede. Sobre a programação orçamentária, informou que a mesma estava em fase de planejamento.

Abaixo estão reproduzidas algumas informações do CD. As demais informações são apenas imagens.

Principais Projetos de Infraestrutura

- ✓ Construção do Aeroporto São Gonçalo do Amarante
- ✓ Via Metropolitana e Pró-Transporte
- ✓ Via Leste - Oeste
- ✓ Parques Eólicos Alegria I e II
- ✓ Implantação de Pólos de Construção de Biodiesel
- ✓ UTE Termoaçu
- ✓ Mais 10 mil leitos até 2013

Cronograma construção Estádio das Dunas Natal WC 2014



VI) Governo do Estado do Ceará

Através do Ofício GS nº 171/2009 de 07 de julho de 2009, o Secretário do Esporte, Ferruccio Petri Feitosa encaminhou CD contendo o projeto daquela cidade-sede.

Abaixo segue o detalhamento e os custos do dos projetos. Todos os valore estão em R$ mil.

Estádio Castelão

1.1 – CASTELÃO – EDIFÍCIO GARAGEM R$ 100.000,00

1.2 – MODERNIZAÇÃO/ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DA FIFA R$ 297.451,75

1.3 REQUALIFICAÇÃO DO ESTÁDIO PRESIDENTE VARGAS R$ 54.509,80

VALOR GLOBAL: R$ 451.961,55

VALOR CAPTADO: R$ 451.961,55

Meio Ambiente e Saneamento

2.1 – REVITALIZAÇÃO DO RIO COCÓ R$ 244.221,79

2.2 – REVITALIZAÇÃO DO RIO MARANGUAPINHO R$ 439.033,92

2.3 – PROJETO SANEAR II R$ 408.117,50

2.4 – SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) BACIA DO RIO COCÓ / CASTELÃO R$ 94.892,00

2.5 – IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA)/OESTE – CAUCAIA R$ 145.492,18

2.6 – PREURBIS R$ 198.000,00

2.7 – BALNEABILIDADE DE LAGOAS R$ 507,82

2.8 – BIOPARQUE PASSARÉ R$ 21.448,57

2.9 – CARTA ACÚSTICA R$ 330,00

2.10 – SANEAMENTO DO ANTIGO ATERRO SANITÁRIO DO JANGURUSSU R$ 1.500,00

2.11 – AMPLIAÇÃO / DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE DRENAGEM URBANA DE FORTALEZA R$ 132.877,55

2.12 – PROGRAMA DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA) R$ 6.225,36

2.13 – PROGRAMA DA BIODIVERSIDADE (PROBIO) R$ 11.692,02

2.14 – MELHORIA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) ATUAL DE FORTALEZA R$ 35.060,00

2.15 – CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA DA BEIRA MAR R$ 25.184,38

VALOR GLOBAL: R$ 1.764.583,09

VALOR CAPTADO: R$ 1.493.662,34

VALOR A CAPTAR: R$ 270.920,75

Transporte e Logística

3.1 Transportes (âmbito federal)

3.1.1. DUPLICAÇÃO DO ANEL VIÁRIO (TRECHO ENTRE CE040 / BR222) R$ 162.800,00

3.1.2. DUPLICAÇÃO DOS TRECHOS 1 E 2 DA BR – 222 R$ 114.000,00

3.1.3. CONCLUSÃO DA BR 116 - (TRECHO ITAITINGA / HORIZONTE) R$ 40.000,00

3.1.4. RECUPERAÇÃO DA BR - 116 (TRECHO FORTALEZA / MESSEJANA) R$ 60.312,00

3.1.5. DUPLICAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS - AEROPORTO PINTO MARTINS R$ 517.500,00

3.1.6 – TERMINAL DE CARGAS – AEROPORTO PINTO MARTINS R$ 39.000,00

3.1.7. AMPLIAÇÃO DA PISTA DO AEROPORTO PINTO MARTINS R$ 6.000,00

3.1.8 – TORRE DE CONTROLE DO AEROPORTO PINTO MARTINS R$ 27.000,00

3.1.9 – IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS - PORTO DO MUCURIPE R$ 120.000,00

3.1.10 – CONCLUSÃO DA PONTE SOBRE O RIO COCÓ R$ 9.700,00

3.2 TRANSPORTES (ÂMBITO ESTADUAL)

3.2.1. DUPLICAÇÃO DA CE -040 (INICIANDO NO ENTROCAMENTO DA CE - 453 ATÉ BEBERIBE) R$ 86.000,00

3.2.2. DUPLICAÇÃO DA CE - 040 (TRECHO BEBERIBE / LAGOA DO URUAÚ E FORTIM / ARACATI) R$ 46.800,00

3.2.3. IMPLANTAÇÃO DO AEROPORTO DE ARACATI R$ 17.100,00

3.2.4. RODOVIA DE ACESSO À LOCALIDADE DE PRAIA BELA (RESORTS AQUIRAZ GOLF & BEACH VILLAGE) R$ 10.300,00

3.2.5. ALARGAMENTO DA CE - 453 (ENTRONCAMENTO COM CE - 040 / IGUAPE) R$ 10.000,00

3.2.6. DUPLICAÇÃO DA CE - 025 (TRECHO AV. MAESTRO LISBOA / RIO PACOTI) R$ 27.000,00

3.2.7. LIGAÇÃO PONTE DO RIO COCÓ / CE-040 / ANEL VIÁRIO METROPOLITANO R$ 62.500,00

3.2.8. METRÔ DE FORTALEZA (LINHA OESTE) R$ 847.653,50

3.2.9. ACESSIBILIDADE ÀS ESTAÇÕES DO METRÔ DE FORTALEZA R$ 107.049,02

3.2.10. IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO ÔNIBUS – METRÔ R$ 70.000,00

3.2.11. RAMAL FERROVIÁRIO MUCURIPE / AEROPORTO / PARANGABA / CASTELÃO (VLT) R$ 565.650,00

3.2.12 – METRÔ DE FORTALEZA (LINHA SUL) R$ 1.806.486,52

3.3 TRANSPORTES (ÂMBITO MUNICIPAL)

3.3.1. REQUALIFICAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DE FORTALEZA R$ 182.500,00

3.3.2. LIGAÇÃO AEROPORTO PINTO MARTINS / BR – 222 R$ 30.616,34

3.3.3. LIGAÇÃO LITORÂNEA LESTE - OESTE – FORTALEZA (COMPLEMENTAÇÃO) R$ 18.000,00

3.3.4. VIA EXPRESSA NORTE - SUL (COMPLEMENTAÇÃO) R$ 98.000,00

3.3.5. ALARGAMENTO DA AV. ALBERTO CRAVEIRO R$ 33.725,06

3.3.6. ALARGAMENTO DA AV. DEDÉ BRASIL R$ 41.592,30

3.3.7. IMPLANTAÇÃO DO TRANSFOR R$ 400.000,00

3.3.8. COMPLEMENTAÇÃO DO ALARGAMENTO DA AV. PAULINO ROCHA R$ 24.290,26

3.3.9. LIGAÇÃO DA AV. PAULINO ROCHA À AV. MINISTRO JOSÉ AMÉRICO R$ 7.752,21

3.3.10. LIGAÇÃO AV. MINISTRO JOSÉ AMÉRICO / AV. MAESTRO LISBOA R$ 2.474,46

3.3.11. ALARGAMENTO DA AV. GAL. BITTENCOURT R$ 10.387,22

3.3.12. ALARGAMENTO DA AV. OSÓRIO DE PAIVA R$ 26.000,00

3.3.13. IMPLANTAÇÃO DO VIADUTO VIA EXPRESSA / AV. SANTOS DUMONT

R$ 8.000,00

3.3.14. IMPLANTAÇÃO DO TÚNEL VIA EXPRESSA / AV. PE. ANTÔNIO TOMÁS R$ 7.500,00

3.3.15. IMPLANTAÇÃO DO VIADUTO VIA EXPRESSA / AV. ALBERTO SÁ R$ 8.000,00

3.3.16. IMPLANTAÇÃO DO 1º ANEL VIÁRIO (EIXO LESTE - OESTE) R$ 148.000,00

3.3.17. MELHORIA DA VIA DE ACESSO DO AEROPORTO (VIA AV. RAUL BARBOSA) R$ 53.595,00

3.3.18. REEQUIPAMENTO OPERACIONAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE R$ 30.000,00

3.3.19. IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA E DE TRÂNSITO R$ 12.768,20

3.4 TRANSPORTES (TRÂNSITO) 3.4.1 – PROMOB R$ 14.970,08

3.4.2 – AQUISIÇÃO DE VIATURAS DE TRÂNSITO PARA A AMC / PMF R$ 14.100,00

3.4.3 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRÂNSITO PARA A AMC / PMF R$ 15.955,00

3.4.4 – AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE CONTROLE DE TRÁFEGO POR ÁREA – AMC / PMF R$ 39.760,00

3.4.5 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS R$ 4.190,00

VALOR GLOBAL: R$ 5.985.027,17

VALOR CAPTADO: R$ 3.034.899,60

VALOR A CAPTAR: R$ 2.950.127,57

<u>Segurança</u>

4.1.1 – AQUISIÇÃO DE VIATURAS R$ 34.743,20

4.1.2 – AQUISIÇÃO DE VIATURAS R$ 8.776,00

4.2.1 – REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS R$ 32.572,23

4.2.2 – ESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI R$ 1.082,41

4.2.3 – MODERNIZAÇÃO DO INSTRUMENTAL DE APOIO DA GUARDA MUNICIPAL R$ 12.016,00

4.2.4 – COORDENADORIA INTEGRADA DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA - CIOPS R$ 25.513,00

VALOR GLOBAL: R$ 114.702,84

VALOR CAPTADO: R$ 14.598,69

VALOR A CAPTAR: R$ 100.104,15

<u>Saúde</u>

5.1 – AMPLIAÇÃO DA REDE SAMU DE EMERGÊNCIA R$ 4.561,34

5.2 - AMPLIAÇÃO DA REDE SAMU / REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA R$ 1.535,34

5.3 – AMPLIAÇÃO DE LEITOS DE UTI R$ 24.000,00

5.4 – AMPLIAÇÃO DE LEITOS HOSPITALARES PÚBLICOS R$ 76.000,00

5.5 – REAPARELHAMENTO DAS EMERGÊNCIAS TERCIÁRIAS (HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA, INSTITUTO JOSÉ FROTA, HOSPITAL DE MESSEJANA) R$ 4.884,00

5.6 – AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA R$ 7.600,00

5.7 – AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS R$ 5.100,00

5.8 – HOSPITAL DE EMERGÊNCIA NA AV. PERIMETRAL R$ 125.000,00

VALOR GLOBAL: R$ 248.680,68

VALOR CAPTADO: R$ 60.600,00

VALOR A CAPTAR: R$ 188.080,68

Energia e Telecomunicações

6.1. PROJETO BANDA LARGA NO CASTELÃO R$ 8.924,23

6.2. SUPRIMENTO DE 22 MVA DE CARGA NO CASTELÃO E ENTORNO R$ 21.055,50

6.3. ENERGIA EÓLICA R$ 12.710,00

VALOR GLOBAL: R$ 42.689,73

VALOR A CAPTAR: R$ 42.689,73

Turismo

7.1. CENTRO DE EVENTOS R$ 297.580,00

7.2. AQUÁRIO DO CEARÁ – CENTRO OCEÂNICO R$ 250.000,00

7.3. REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA DE IRACEMA R$ 54.266,44

7.4. URBANIZAÇÃO DA AVENIDA BEIRA-MAR R$ 35.000,00

7.5. CONCLUSÃO DO PROJETO VILA DO MAR R$ 148.637,90

7.6. REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CULTURAL DRAGÃO DO MAR R$ 18.700,00

7.7. REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE FORTALEZA

7.7.1. RECUPERAÇÃO DA ESTAÇÃO JOÃO FELIPE E ENTORNO

R$ 34.754,00

7.7.2. PROJETO DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA

R$ 7.270,00

7.8. INFRAESTRUTURA BÁSICA DO MORRO DE SANTA TEREZINHA

R$ 5.000,00

VALOR GLOBAL: R$ 851.208,34

VALOR CAPTADO: R$ 790.484,34

VALOR A CAPTAR: R$ 60.724,00

Investimentos totais

VALOR GLOBAL: R$ 9.458.853,40

VALOR CAPTADO: R$ 5.846.206,52

VALOR A CAPTAR: R$ 3.612.646,88

VII) Prefeitura de Manaus

Através do Ofício nº 2756/GC de 29 de julho de 2009, o Secretário-Chefe do Gabinete Civil, João Coelho Braga informou que segundo a Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Juventude, estava em fase de implantação a comissão designada para tratar de todos os assuntos relativos à Copa de 2014.

Informou também que a Câmara Municipal de Manaus montou uma comissão com o intuito de fazer a revisão do Plano Diretor da Cidade de Manaus, para adequá-lo às necessidades no tocante à estrutura física e ambiental.

VIII) Prefeitura do Recife

Através do Ofício nº 0384/09-DAÍ-SCPG de 31 de julho de 2009, o Secretário de Coordenação Política de governo, Roberto Luis Arrais de Oliveira encaminhou planilha contendo as ações a serem executadas pela Secretaria de

Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município do Recife.

Abaixo segue o detalhamento das ações contidas na referida planilha.

Dimensão predominante	**Nome do plano / projeto**	**Resultados esperados** (favor utilizar respostas curtas e objetivas)	**Entidade responsável**	**Valor do investimento obra** (valor em reais)
Transporte de pessoas	II e III etapas da Via Mangue – sistema viário e viadutos	Melhoria no transito e transporte no acesso à zona sul da cidade. Diminui em 35% o fluxo de veículos no corredor (Herculano Bandeira / Domingos Ferreira). O fluxo cai de 7.000 para 4.600 veículos/hora nos horários de pico.	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 331.000.000,00
Transporte de pessoas	Prolongamento da Av. Arquiteto Luiz Nunes até Av. Recife	Melhoria no trânsito e transporte tendo em vista conclusão de via paralela a Av. Mascarenhas de Moraes	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 10.886.000,00
Transporte de pessoas	Ampliação do viaduto Capitão Temudo	Melhoria no trânsito e transporte no acesso à Zona sul da cidade. Elimina as retenções de veículos nos acessos ao viaduto Cap. Temudo principalmente nos horários de pico.	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 38.098.214,22
Transporte de pessoas	Ponte da III Perimetral (Capibaribe Melhor)	Melhoria no trânsito e transporte, ampliando a mobilidade no entorno da bacia do capibaribe, ligando os bairros de San Martin, Caxangá aos bairros de Casa Forte, Poço da Panela	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 30.000.000,00
Transporte de pessoas	Ponte da Semi-Perimetral (Capibaribe Melhor)	Melhoria no trânsito e transporte, ampliando a mobilidade no entorno da bacia do capibaribe, ligando os bairros de Monteiro, Apipucos, Casa Forte aos bairros do Cordeiro, Monsenhor Fabrício	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 23.000.000,00

Transporte de pessoas	Complexo de ruas da zona oeste da cidade (Capibaribe Melhor)	Melhoria no trânsito e transporte, ampliando a mobilidade no entorno da bacia do capibaribe, a partir de uma efetiva comunicação entre as comunidades vizinhas às margens do rio Capibaribe nos mais variados meios de locomoção.	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 35.762.791,23
Transporte de pessoas	Viaduto Binário Estrada do Arraial/ Encanamento e Requalificação da Praça do Parnamirim	Melhoria no trânsito e transporte, em função da criação do binário, aumentando consideravelmente a fluidez nas Av. 17 de agosto, Estrada do Arraial e Encanamneto	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 17.135.000,00
Transporte de pessoas	Av. Beira Rio - Graças	Melhoria do trânsito e transporte, tendo em vista criação de circulação pela Av. Beira Rio, dimunuindo substancialmente o fluxo de veículos que hoje circula na Av. Rui Barbosa	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 52.000.000,00
Transporte de pessoas	Conclusão da Av. Mauricio de Nassau (alargamento das ruas Monsenhor Fabrício e do Palanque)	Conclusão de anvenida paralela à Av. Caxangá, melhorando a circulação viária entre os bairros da Torre, Madalena com a BR 101, Cidade Universitária, Várzea	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 5.030.000,00
Transporte de pessoas	Requalificação da rua Gomes Taborda e construção do viaduto BR-101 (ligação da rua Prof. Luiz Freire)	Consolidação de outra via paralela à Av. Caxangá, melhorando a circulação viária entre os bairros do Prado, Ilha do Retiro e a Cidae Universitária, Várzea com a interligação à rua Prof. Luiz Freire	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 85.300.000,00
Transporte de pessoas	Viaduto na Av. San Martin cruzando a Av. Abdias de Carvalho	Melhoria no trânsito e transporte melhorando a circulação na Av. Eng.º Abdias de Cravalho, com a retirada de cruzamento semaforizado	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 50.250.000,00
Transporte de pessoas	Requalificação da Av. Norte Miguel Arraes de Alencar , trecho da Av. Agamenon Magalhães até a BR-101	Melhoria no trânsito e transporte, regularizando o trafego do ciclista	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 50.000.000,00

Transporte de pessoas	Ponte viaduto sobre Av. Eng. Alves de Souza	Melhoria no trânsito e transporte criando esta ligação entre os Bairros da Imbiriberira e os de Areias, Beirinha, Estância	Prefeitura do Recife Empresa de Urbanização do Recife – URB	R$ 40.150.000,00

IX) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Através do Ofício CG 736-09/6933 de 25 de agosto de 2009, o Chefe do Gabinete da governador, Ricardo Luís Lied, encaminhou reposta preparada pelo Secretário Extraordinário do Gabinete Executivo da Copa 2014, Paulo Odone.

Na referida resposta, o Secretário informa que “é prematuro fazer uma previsão orçamentária neste momento” e que “oportunamente enviaremos as informações solicitadas com o detalhamento necessário”.

X) Governo do Estado do Paraná

Através do Ofício nº CEE/CC 3151/09 de 10 de setembro de 2009, o Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro encaminha informações prestadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral.

As informações são as que seguem a seguir:

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 50

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

GOVERNO DO PARANÁ

Ofício nº. 1188/GS/SEPL

Curitiba, 27 de agosto de 2009.

SEPL
FL. 32
DIPE - PARA GERAL

Senhor Secretário,

Com meus cumprimentos, encaminhamos o projeto e a programação orçamentária desse Estado relativos aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014, solicitado pelo Deputado Federal Silvio Torres, para conhecimento e devidas providências.

Atenciosamente,

ENIO JOSÉ VERRI
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Excelentíssimo Senhor
Rafael Iatauro
Secretário Chefe de Gabinete da Casa Civil
Palácio das Araucárias – 5° andar – Ala – C
Nesta Capital

anna

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº 4º andar – Ala C — Centro Cívico -CEP 80.530-140 Curitiba - PR
Fone: 41 - 3313-6276 - Fax (41) 3313-6333

Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC Fls. 51

COMEC

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

DIRETORA ADMINISTRATIVO FINANCEIRO - DAF

DP / COMEC
Fls.: 14
Rubrica:

FOLHA DE DESPACHO

Protocolo:	10.046.683-0
Origem:	DIRAF
Interessado:	Câmara dos Deputados
Assunto:	Programação Orçamentária – Copa 2014

Sra. Diretora Presidente

Em atendimento a solicitação da Câmara dos Deputados acerca da programação orçamentária do Estado do Paraná em relação à Copa de 2014, temos a esclarecer que, em reunião com a Coordenadoria de Orçamento Programado – COP, da Secretaria de Estado do Planejamento, optamos pela criação de um Projeto Atividade específico, a ser denominado PAC da Mobilidade, no orçamento desta COMEC

Este Projeto Atividade possibilitará o recebimento de recursos advindos do Ministério da Cidade, sendo previsto inicialmente que os mesmos serão aportados a título de convênio a fundo perdido.

A previsão de receita foi estimada de acordo com os projetos encaminhados ao Ministério das Cidades, totalizando R$ 402.000.000,00 (Quatrocentos e dois milhões de reais), os quais foram inicialmente distribuídos da seguinte forma:

2010	2011	2012
R$ 54.000.000,00	R$ 63.000.000,000	R$ 90.000.000,00

O restante do valor, no total de R$ 195.000.000,00 deverá ser inserido no orçamento quando da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

DIRAF, 16 de Julho de 2009.

Ângela Chiesa Zanon
Diretora Administrativo Financeira

COMEC
COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

GOVERNO DO PARANÁ

Fls. 52

Curitiba, 29 de julho de 2009.

De: Sergio Iacovone – assessor
Para: Letizia Fiala – DP
Ref: processo 10.046.683-0

Senhora Diretora Presidente,

Em outubro de 2008 a COMEC elaborou o caderno intitulado PAC da Mobilidade da Região Metropolitana de Curitiba que somou R$ 402.295.860,00, tendo destinado para o município de Curitiba R$ 204.015.000 para a Integração Intra-pólo (anexo I) e para a Integração Metropolitana em municípios conurbados a Curitiba destinado R$ 198.280.860,00 (anexo II).

Neste ano de 2009, a COMEC entregou ao Ministério das Cidades o detalhamento das obras do PAC da Mobilidade da RMC (anexo III) sem a parte relativa ao município de Curitiba, o que foi feito diretamente pelo IPPUC e já incluindo neste a linha azul do Metrô de Curitiba.

Logo após a definição de que Curitiba será uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol em 2014, o IPPUC formatou um caderno contendo as obras e ações a serem executadas para a Copa 2014 totalizando o montante de R$ 3.241.104.870,00, sendo que destes, são investimentos custeados pelo PAC da Mobilidade R$ 2.309.516.700,00 e serão investimentos custeados por outras fontes de recursos os demais R$ 931.588.170,00 (vide anexo IV).

Dos R$ 2.309.516.700,00 do PAC da Mobilidade, estão contemplados para a linha azul do Metrô de Curitiba R$ 2.002.680.100,00, para os entornos e acessos a Curitiba constam R$ 117.370.000,00 e para a Integração Metropolitana R$ 189.466.600,00 (o que estava previsto desde o início para a RMC, subtraindo-se as verbas relativas a Estudos e Projetos e Gestão do Programa).

Sendo o que tinha a relatar-lhe.

Atenciosamente.

Sergio Iacovone
ASSESSOR

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 3 - Santa Cândida
82630-000 Curitiba - Paraná - Brasil
Tels: (41) 3351-6500 / (41) 3351-6505 Cel: (41) 9977-1148 Fax: (41) 3351-6502
E-mails: sergioiacovone@comec.pr.gov.br / sergiaco@gmail.com

Fls. 53 — ANEXO I — FL. 17

INTEGRAÇÃO INTRA-PÓLO

1- VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	OBS
1.1 AV. COMENDADOR FRANCO (AV. DAS TORRES)	11.640,00	Acesso Aeroporto - vias marginais, sinalização, paisagismo e iluminação
1.2 AV. MAL FLORIANO PEIXOTO	19.400,00	Acesso a Aeroporto - recape, ciclovia, paisagismo, iluminação e duplicação viaduto
SUB-TOTAL 1 - ACESSOS AEROPORTO	**31.040,00**	

2- NÚCLEOS LOGÍSTICOS

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
2.1 NÚCLEO LOGÍSTICO 1 (raio: 750 m)	29.100,00	entorno imediato do estádio - raio: 750 m
2.2 NÚCLEO LOGÍSTICO 2 (raio: 2.000 m)	29.100,00	entorno do estádio - raio: 2.000 m
SUB-TOTAL 2 - NÚCLEOS LOGÍSTICOS	**58.200,00**	

3- ANEL VIÁRIO 3

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
3.1 OBRA E COMPLEMENTARES	31.040,00	Curitiba - (Sta Cândida - Sta. Felicidade)
TOTAL 3 - ANEL VIÁRIO 3	**31.040,00**	

4- REQUALIFICAÇÕES URBANAS

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
4.1 ENTORNO RODOFERROVIÁRIA	5.820,00	abertura de rua, pavimentação, iluminação e paisagismo
4.2 AV. VISCONDE DE GUARAPUAVA (ciclovia)	5.820,00	ciclovia e paisagismo
4.3 AV. CÂNDIDO DE ABREU	4.850,00	requalificação viária: faixa ônibus, paisagismo, iluminação, estações tubo
SUB-TOTAL 4 - REQUALIFICAÇÕES URBANAS	**16.490,00**	

5- SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO - Curitiba - (SIM-CTBA)

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
5.1 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS - CURITIBA	58.200,00	Curitiba
SUB-TOTAL 5 - SIM-CTBA	**58.200,00**	

6- ESTUDOS E PROJETOS - Curitiba

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	
6.1 VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL	960,00	
6.2 NÚCLEOS LOGÍSTICOS	1.800,00	
6.3 ANEL VIÁRIO 3	960,00	
6.4 REQUALIFICAÇÕES URBANAS	510,00	
6.5 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO - Curitiba - (SIM	1.800,00	
SUB-TOTAL 6 - ESTUDOS E PROJETOS - Curitiba	**6.030,00**	

7- GESTÃO DO PROGRAMA - Curitiba

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	
7.1 ACOMPANHAMENTO GERENCIAL E TECNOLÓGICO	3.015,00	

TOTAL GERAL - CURITIBA	**204.015,00**	

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 54

ANEXO II

PROGRAMA DE INVESTIMENTO - **PAC MOBILIDADE**
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

PLANILHA GERAL DE CUSTOS

INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

8- CORREDOR METROPOLITANO

DESCRIÇÃO	EXT. (km)	VALOR UNIT. (R$1.000,00)	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
8.1 sub-trechos do semi-anel - Alm. Tamandaré-São José dos Pinhais	23,6		48.091,60	Curitiba / Colombo / Pinhais / São José dos Pinhais
8.2 FAZENDA RIO GRANDE - CONTORNO LESTE	14,0	2.100,00	29.400,00	Fazenda Rio Grande - São José dos Pinhais
8.3 ARAUCÁRIA - FAZENDA RIO GRANDE	16,0	2.500,00	40.000,00	Araucária / Curitiba / Fazenda Rio Grande
8.4 DESAPROPRIAÇÕES			20.000,00	
SUB-TOTAL 8 - CORREDOR METROPOLITANO	**53,6**		**137.491,60**	

9- VIAS INTEGRAÇÃO RADIAL METROPOLITANAS

DESCRIÇÃO	EXT. (km)	VALOR UNIT. (R$1.000,00)	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
9.1 CURITIBA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 1 - Av. das Torres	2,3	500,00	1.150,00	acesso aeroporto - melhorias
9.2 CURITIBA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 2 - Av. Salgado Filho	1,1	3.250,00	3.575,00	marginal Av. das Torres / alça viaduto
9.3 CURITIBA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - 3 - R. Fco Derosso	9,0	1.444,44	13.000,00	Curitiba-São José dos Pinhais
9.4 CURITIBA - PINHAIS - 1	3,7	2.500,00	9.250,00	Pinhais
9.5 CURITIBA - COLOMBO - 1	3,0	2.500,00	7.500,00	Colombo
9.6 CURITIBA - COLOMBO - 2	3,0	2.500,00	7.500,00	Colombo
SUB-TOTAL 9 - VIAS METROPOLITANAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL			**41.975,00**	

10 - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO METROPOLITANO - (SIM-RMC)

DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	LOCALIZAÇÃO
10.1 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS - metropolitano	10.000,00	Curitiba / RMC
SUB-TOTAL 10 - SIM-M	**10.000,00**	

11- ESTUDOS E PROJETOS - componentes metropolitanos

DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (%)	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	
11.1 CORREDOR METROPOLITANO	3,0%	4.124,75	
11.2 VIAS METROPOLITANAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL	3,0%	1.259,25	
11.3 SIM-M	5,0%	500,00	
SUB-TOTAL 11 - ESTUDOS E PROJETOS		**5.884,00**	

12- GESTÃO DO PROGRAMA

DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (%)	VALOR TOTAL (R$1.000,00)	
12.1 ACOMPANHAMENTO GERENCIAL E TECNOLÓGICO	1,5%	2.930,26	

TOTAL - METROPOLITANO	**198.280,86**	

TOTAL GERAL	**402.295,86**

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC Fls. 55

ANEXO III

Fl. 19

DETALHAMENTO RMC - INTEGRAÇÃO METROPOLITANA

8. CORREDOR METROPOLITANO

8.1 Sub-trechos do semi-anel
Almirante Tamandaré / São José dos Pinhais **R$ 48.091.600,00**

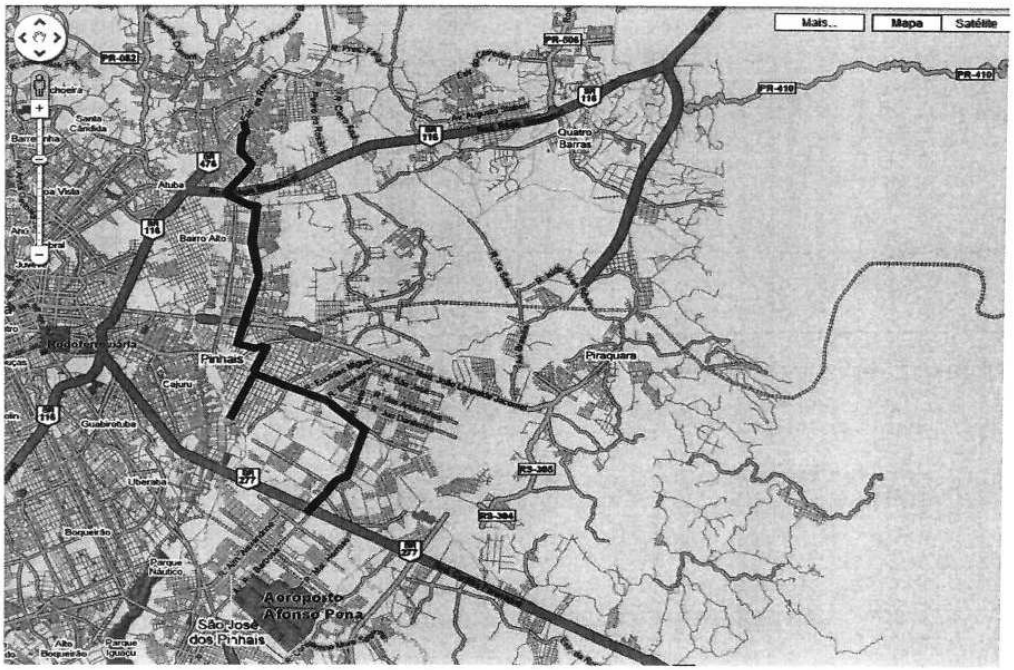
1. Descritivo das obras
Trechos:

I	Rua Abel Scussiato – 3,14 km	(BR-476 – BR-116 - Colombo)
I	Estrada da Graciosa	(Entre R. Abel Scussiato – R. Jacob Macanhan – Colombo) – 1,25 km
I	Rua Jacob Macanhan – 4,40 km	(Estrada da Graciosa – PR-415 – Pinhais)
I	Interseção PR-415 – 1,80 km	(PR 415 x Jacob Macanhan / Camillo de Lelis – Pinhais)
I	Ligação PR-415 – Av. Airton Senna – 1,18 km	(R. Camillo de Lelis – R. Europa – Pinhais)
I	Ligação Av. Airton Senna – Av. Irai – 1,25 km	(Rua Manoel Bandeira – Pinhais)
I	Ligação Av. Irai – Av. do Trabalhador – 1,93 km	(R. Rio Piraquara – Pinhais)
I	Av. Irai e R. Pastor Weidmann – 5,50 km	(Rua Manoel Bandeira / prolong. Av. Rui Barbosa – Pinhais / Piraquara
I	Av. Rui Barbosa e prolongamento – 4,30 km	(R. Pastor Weidmann / BR-277 – Piraquara – São José dos Pinhais)

Com o trecho LIGAÇÃO RODOVIA DA UVA – BR-476 (9.6 desta Planilha), estes trechos entre BR-476 – Estrada da Ribeira no Alto Maracanã em Colombo, até a Av. Rui Barbosa em São José dos Pinhais, implanta a Via Metropolitana em todo o lado Leste da Metrópole.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
Esta ligação tangencial ao centro na sua proporção norte e leste interligam estruturas urbanas densas, com inexistência ou insuficiência de vias de ligação de caráter urbano.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
O conjunto de investimentos dará suporte para estruturar a mobilidade no setor norte e nordeste do Núcleo Urbano Central, com importantes melhorias no tráfego de Curitiba.



Comissão Fisc. Finan e Controle - CFFC
Fls. 56
20

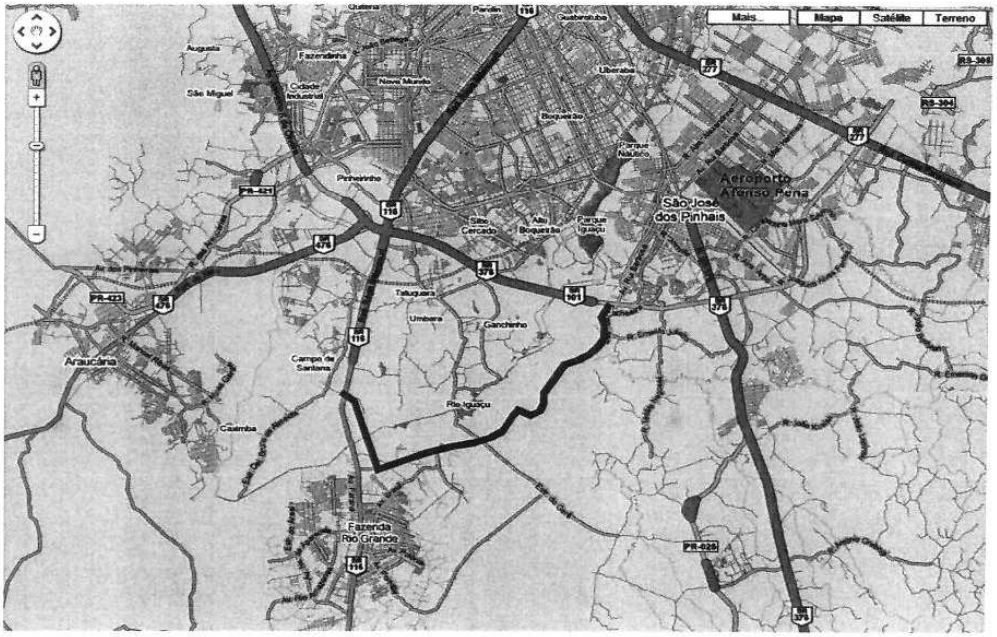
8.2 Fazenda Rio Grande / Contorno Leste **R$ 29.400.000,00**

1. Descritivo das obras

Segmento conectando a Avenida Rui Barbosa (SJP), próximo ao Contorno Leste até a interseção projetada no entroncamento com a Rua Nicola Pellanda (FRG). A sua continuidade segue em diretriz estudada transversalmente ao rio Iguaçu, conectando-se ao traçado da antiga PR- 423 em integração na BR – 116 em Curitiba, atual Via Metropolitana. O seu traçado entre São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande, ocupa leitos de estradas existentes e procura a situação transversal aos vales dos rios Despique e Miringuava.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
O trecho do corredor relativo ao sudeste contempla uma diretriz metropolitana que permitirá maior fluidez no deslocamento entre São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande. Com a obra, haverá uma diminuição do fluxo no sentido centrípeto entre esses municípios e Curitiba.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Aumento da mobilidade entre esses municípios e Curitiba, além de induzir o crescimento de forma organizada.



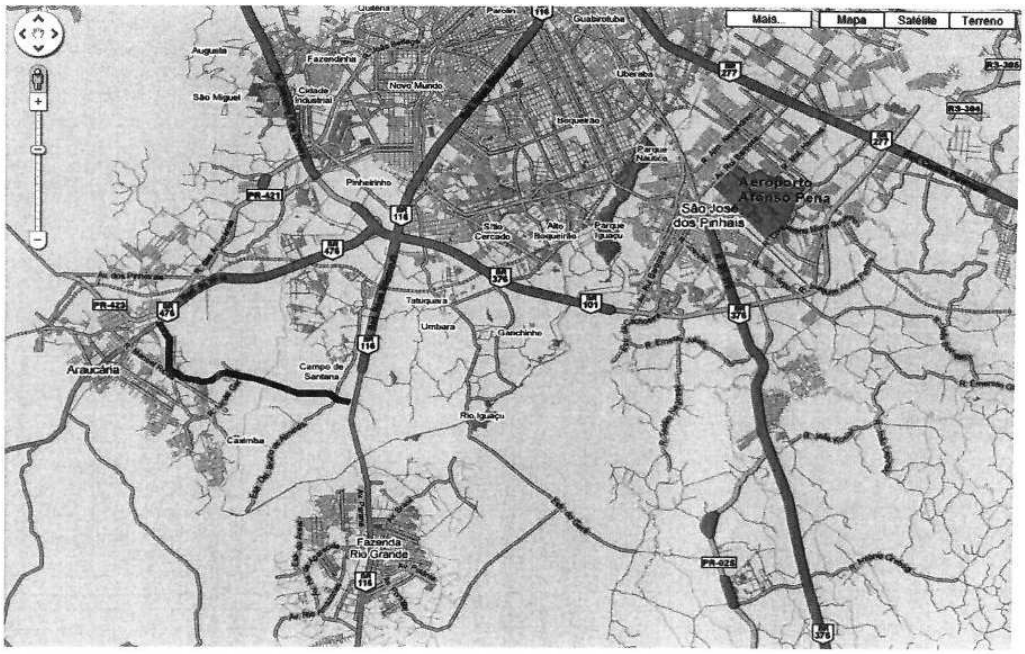
8.3 Araucária / Fazenda Rio Grande **R$ 40.000.000,00**

1. Descritivo das obras
Extensão – 9,25 km
Trecho – Interseção BR-476 (Araucária) – BR-116 (Curitiba)
Formam uma conexão entre as áreas industriais dos municípios de Araucária e Fazenda Rio Grande, conformando a parte sul do corredor metropolitano.

Ocupa a diretriz da antiga PR-423 (traçado DER PR), agora Via Metropolitana, entre Araucária e Curitiba. Na BR-116,. através da trincheira estudada. liga-se a Fazenda Rio Grande e segue ao município de São José dos Pinhais.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
O trecho entre Araucária e Fazenda Rio Grande complementa a intenção de estruturar uma ligação entre esses municípios ao sul de Curitiba. A implantação da via reforçará as relações entre Fazenda Rio Grande e Araucária com importantes influências com o pólo metropolitano, amenizando a concentração de fluxo de passagem.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Estruturar o principal vetor de crescimento da RMC com diversificação de fluxos de tráfego em direção a Curitiba na oportunização de acessos a áreas com vocação de usos industriais e residenciais.



8.4 Desapropriações **R$ 20.000.000,00**

Sub-Total - Corredor Metropolitano	**R$ 137.491.600,00**

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 58

22

9. VIAS INTEGRAÇÃO RADIAL METROPOLITANAS

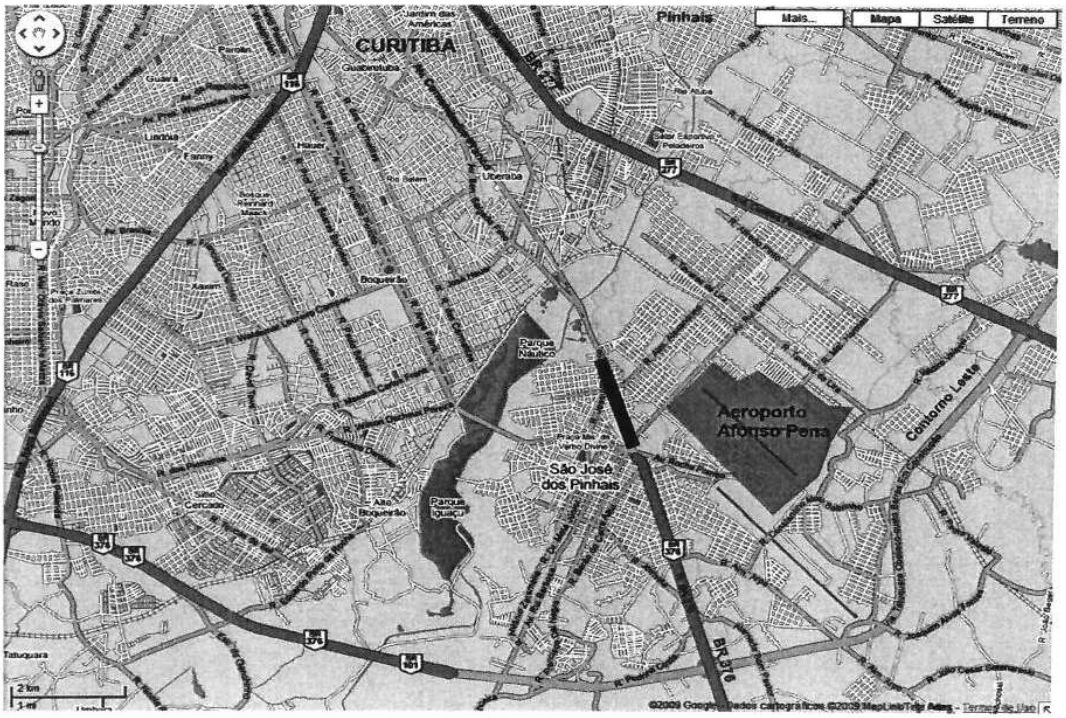
9.1 Curitiba / S. J. Pinhais - 1 - Av. das Torres — R$ 1.150.000,00

1. Descritivo das obras
Extensão – 2,72 km
Revitalização do trecho Av. das Torres (AV. Comendador Franco) dando continuidade a obra proposta em Curitiba, com as mesmas caracteristicas.

A movimentação de 4 milhões de passageiros/ano do Aeroporto Afonso Pena se faz principalmente através da Avenida Comendador Franco. Este projeto prevê a melhoria de intersecções e a ampliação da capacidade da via através da implantação de marginais, visando um acesso mais rápido ao centro da cidade.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
A Avenida Comendador Franco é a principal ligação entre o Centro de Curitiba e o Aeroporto Afonso Pena localizado em São José dos Pinhais.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
A população e a cidade disporão da Avenida Comendador Franco reestruturada e revitalizada.



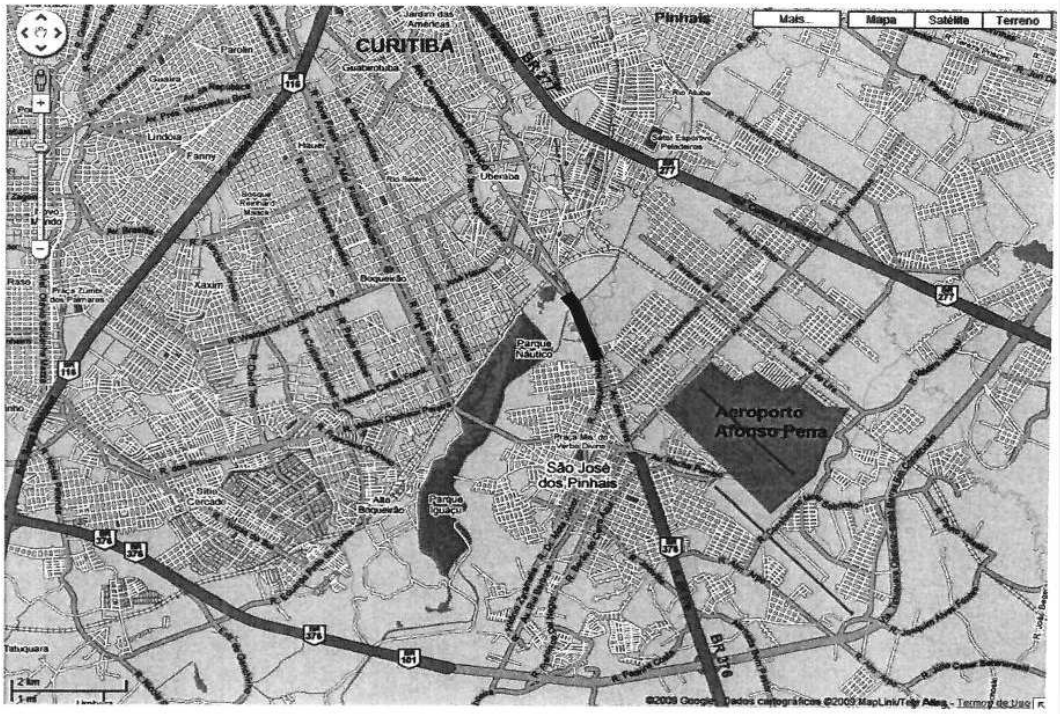
Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC 59
FL 23

9.2 Curitiba / S. J. Pinhais - 1 - Av. Salgado Filho **R$ 3.575.000,00**

1. Descritivo das obras
Implantação de alça de acesso pela Av. do Trabalhador em Curitiba ao viaduto da Av. Salgado Filho, possibilitando conexão de fluxo de tráfego de Pinhais a São José dos Pinhais - aeroporto.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
Possibilita conexão de fluxo de tráfego de Pinhais a São José dos Pinhais - aeroporto.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Implantação de dispositivo de fluxo de tráfego de Pinhais a São José dos Pinhais – aeroporto, para facilitar o acesso.



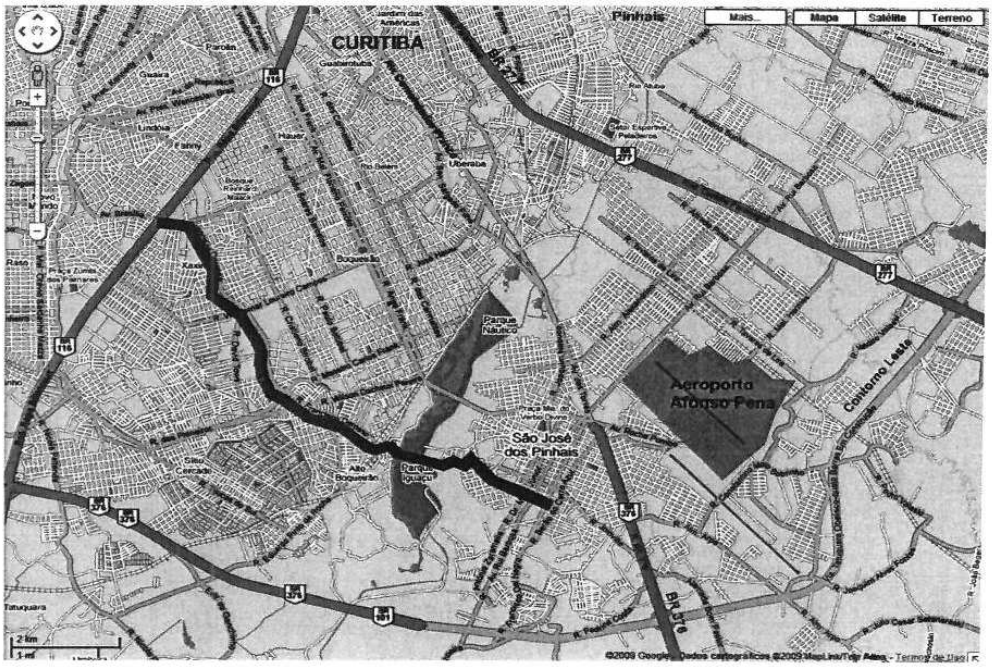
Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 68
FL 24

9.3 Curitiba / S. J. Pinhais - 1 - R. Francisco Derosso **R$ 13.000.000,00**

1. Descritivo das obras
Implantação de revitalização do atual trecho trecho da Av. Francisco Derosso em Curitiba e abertura de nova via em direção a São José dos Pinhais conectando-se a Av. Rui Barbosa.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
Possibilita conexão de fluxo de tráfego de Curitiba a São José dos Pinhais - aeroporto.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Alternativa de ligação do centro de Curitiba ao centro de São José dos Pinhais.



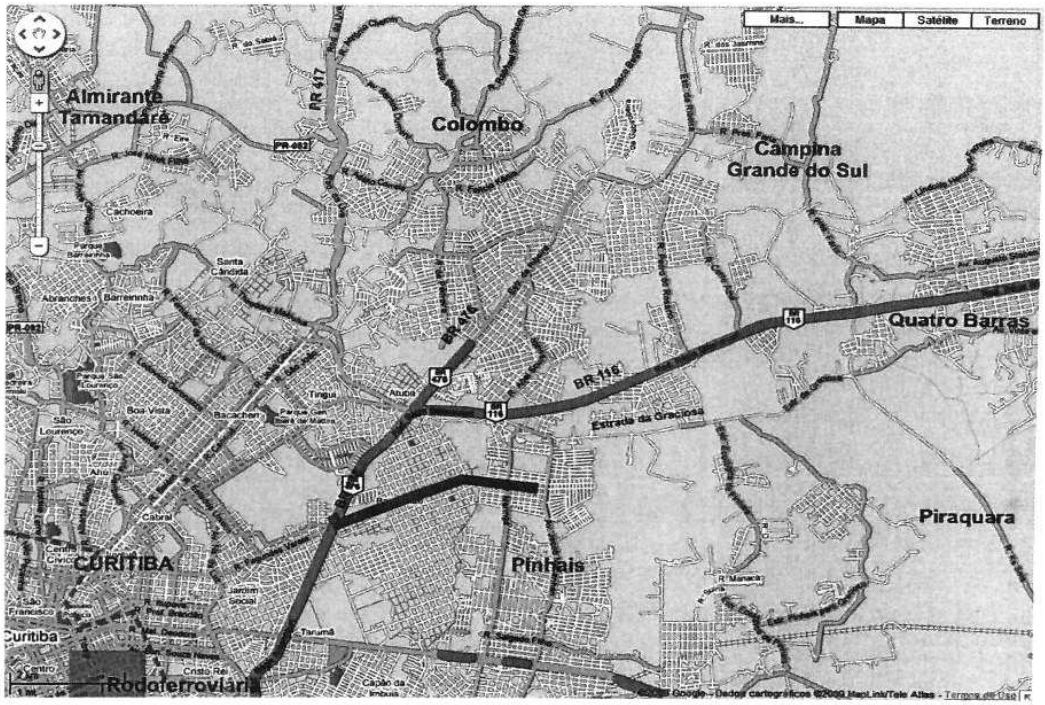
Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 61
FL 25

9.4 Curitiba / Pinhais - 1 **R$ 9.250.000,00**

1. Descritivo das obras
Ligação de via radial entre a linha verde antiga BR-476 e a via metropolitana no município de Pinhais.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
Permitirá minimizar o fluxo do eixo composto pela rua Victor Ferreira do Amaral/PR-415.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Alternativa de ligação do centro de Curitiba ao centro de Pinhais.



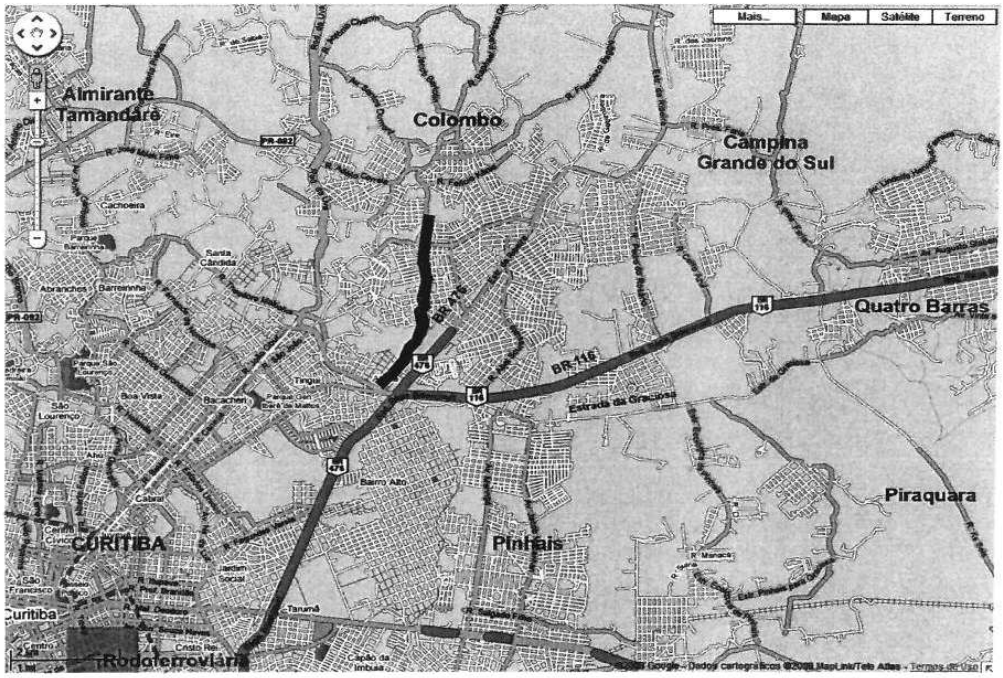
Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC Fls. 62
Fl. 26

9.5 Curitiba / Colombo - 1 **R$ 7.500.000,00**

1. Descritivo das obras
Implantação de via de ligação entre a Rodovia da Uva em Colombo e a BR-476 no Alto Maracanã. Esta ligação possibilita a conexão do trecho já executado pelo programa PIT RMC (ligação Almirante Tamandaré – Colombo) ao Projeto da via metropolitana.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hoteis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
Representa uma importante alternativa de ligação entre os municípios da Porção norte da RMC, permitindo um deslocamento tangencial à área central, com significativa redução no carregamento das demais vias. Permite a ligação com a futura Linha Verde Norte.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Amenizar o alto fluxo existente na rodovia e BR-476 (Estrada da Ribeira).



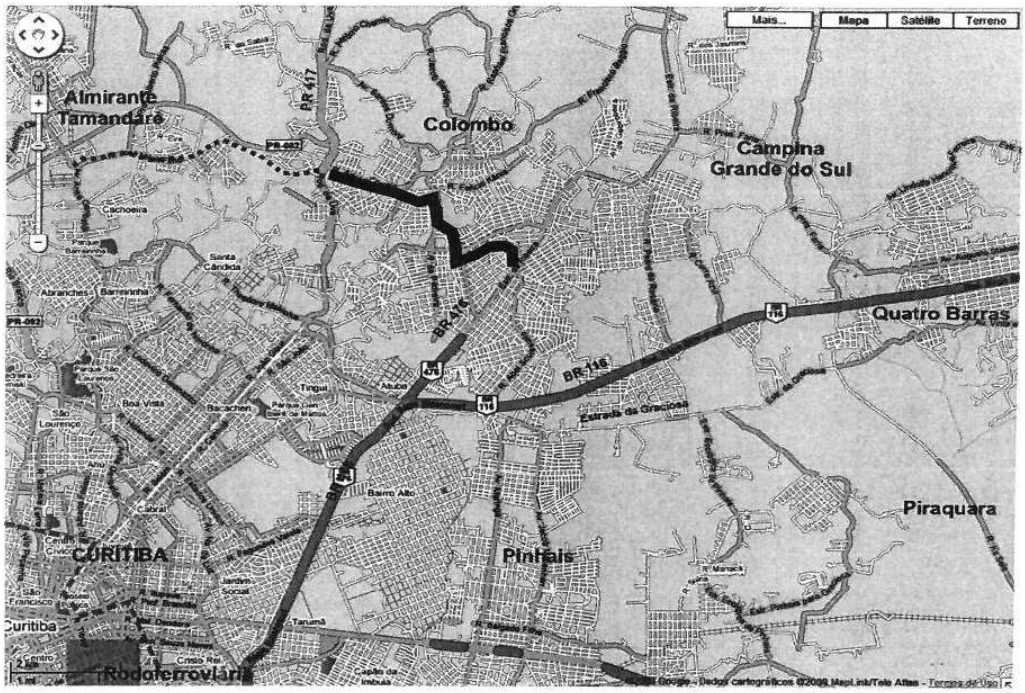
Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC Fls. 63
Fl. 27

9.6 Curitiba / Colombo - 2 **R$ 7.500.000,00**

1. Descritivo das obras
Via Radial, chamada Estrada da Pedreira, ligando Curitiba no Bairro Atuba, a via descrita no item 9.5.

2. Redação da lógica do(s) projeto(s) para a copa – acesso aos hotéis, aeroportos, estádios de futebol, estação rodoviária, estações de metrô
Representa uma importante alternativa de ligação entre os municípios da Porção norte da RMC, permitindo um deslocamento radial à área central, com significativa redução no carregamento das demais vias. Permite a ligação com a futura Linha Verde Norte.

3. Descrição do impacto do(s) projeto(s) para a população (legado) acesso às escolas, serviços de saúde
Amenizar o alto fluxo existente na rodovia e BR-476 (Estrada da Ribeira).



Sub-Total - Vias Metrop. de Integr. Radial	**R$ 41.975.000,00**

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 64

10. SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO METROPOLITANO - (SIM RMC)

10.1 Instalações e Equipamentos	**R$ 10.000.000,00**
Sub-Total - SIM-RMC	**R$ 10.000.000,00**

11. ESTUDOS E PROJETOS

11.1 Corredor Metropolitano	**R$ 4.124.750,00**
11.2 Vias Meropolitanas de Integração Radial	**R$ 1.259.250,00**
11.3 SIM-RMC	**R$ 500.000,00**
Sub-Total - Estudos e Projetos	**R$ 5.884.000,00**

12. GESTÃO DO PROGRAMA

12.1 Acompanhamento Gerencial e Tecnológico	**R$ 2.930.000,00**
Sub-Total - Gestão do Programa	**R$ 2.930.000,00**

Total Metropolitano	R$ 198.280.860,00

QUADRO RESUMO INVESTIMENTOS CURITIBA 2014		
1. CUSTO ESTÁDIO – CAP		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
1.1 FECHAMENTO FOSSO E BOCAS DE ACESSO	1.481,70	PARCEIROS INICIATIVA PRIVADA
1.2 CONCLUSÃO ARQUIBANCANDAS MADRE MARIA	36.799,12	
1.3 FRENTE COMERCIAL E ACESSOS BUENOS AIRES	10.403,45	
1.4 ESQUINAS NOVAS CEL. DULCÍDIO E BUENOS AIRES	15.518,51	
1.5 ESTACIONAMENTO BRASÍLIO ITIBERÊ	22.256,76	
1.6 REFORMAS CAMAROTE	365,50	
1.7 REFORMA EDIFÍCIO BUENOS AIRES	12.371,99	
1.8 COBERTURA NOVA ÁREA EXISTENTE	22.067,79	
1.9 COBERTURA NOVA BRASÍLIA ITIBERÊ	11.370,35	
1.10 PLACAR ELETRÔNICO/PAIENL FACHADA	5.720,00	
SUB-TOTAL	**138.355,17**	
2. CUSTO OBRAS ADJACENTES AO AESTÁDIO – HOSPITALARES VIP E COMERCIAL		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
2.1 HOSPITALIDADES – COMERCIAL	16.800,00	MUNICÍPIO – RECURSOS PRÓPRIOS
2.2 AFILIADOS COMERCIAIS	15.600,00	
2.3 BARRACAS GASTRONÔMICAS E DE VOLUNTÁRIOS	1.680,00	
SUB-TOTAL	**34.080,00**	

QUADRO RESUMO INVESTIMENTOS CURITIBA 2014		
3. CUSTO DE ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO ENTORNO E ACESSOS - CURITIBA		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
3.1 VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL	17.460,00	MUNICÍPIO – RECURSOS EM APROVAÇÃO PAC MOBILIDADE GOVERNO FEDERAL
3.2 ANEL VIÁRIO 3	31.040,00	
3.3 REQUALIFICAÇÕES URBANAS	10.670,00	
3.4 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO – SIM	58.200,00	
SUB-TOTAL	**117.370,00**	
4. CUSTO INVESTIMENTO DE INTEGRAÇÃO METROPOLITANA		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
4.1 CORREDOR METROPOLITANO	114.400,00	ESTADO – RECURSOS EM APROVAÇÃO PAC MOBILIDADE GOVERNO FEDERAL
4.2 VIAS DE INTEGRAÇÃO RADIAL METROPOLITANAS	65.066,60	
4.3 SIST. INTEGR. MONITORAMENTO METROP-(SIM_RMC)	10.000,00	
SUB-TOTAL	**189.466,60**	
5. CUSTO DA EXECUÇÃO DO METRÔ CURITIBA – LINHA AZUL		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
5.1 ESTUDO E PROJETO PRELIMINAR DE ENGENHARIA	2.336,00	MUNICÍPIO – RECURSOS PRÓRPIOS E CBTU
5.2 EIA/RIMA	344,10	
5.1 VALOR TOTAL DA AOBRA	2.000.000,00	MUNICÍPIO – RECURSOS EM APROVAÇÃO PAC MOBILIDADE GOVERNO FEDERAL
SUB-TOTAL	**2.002.680,10**	

QUADRO RESUMO INVESTIMENTOS CURITIBA 2014		
6. CUSTO OBRAS RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRANSPORTE 72.300.000,00 EUROS		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
6.1 TRANSPORTE COLETIVO – LINHA VERDE NORTE	96.200,00	MUNICÍPIO – RECURSOS AFD – AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA TOTAL: MUNICÍPIO 50%, AFD 50%
6.2 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	47.060,00	
6.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E RELOCAÇÕES	15.600,00	
6.4 DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	1.820,00	
6.5 ESTUDOS E PESQUISAS	3.640,00	
6.6 ADMINISTRÇÃO DO PROGRAMA	21.580,00	
6.7 RESERVAS DE CONTINGÊNCIA	2.080,00	
SUB-TOTAL	**187.980,00**	
7. CUSTO PROGRMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL US$ 100.000.000,00		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
7.1 ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA DO PROGRAMA	11.550,00	MUNICÍPIO – RECURSOS AFD – AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA TOTAL: MUNICÍPIO 50%, AFD 50%
7.2 INVESTIMENTOS	173.208,00	
7.3 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	3.360,00	
7.4 GASTOS CONCORRENTES	21.882,00	
SUB-TOTAL	**210.000,00**	

QUADRO RESUMO INVESTIMENTOS CURITIBA 2014		
8 – CUSTO PROGRAMA INTEGRADO DEDESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL U$ 137.670.000,00		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
8.1 PARTE DA LINHA VERDE	122.550,00	MUNICÍPIO – RECURSOS BID PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA TOTAL: MUNICÍPIO 50%, BID 50%
8.2 OBRAS VIÁRIAS COMPLEMENTARES	90.649,00	
8.3 OUTRAS DESPESAS	19.171,00	
8.4 ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	15.884,00	
8.5 CUSTOS FINANCEIROS	13.3190,00	
SUB-TOTAL	**261.573,00**	
9. CUSTO PROGRAMA ESTRUTURAÇÃO DE ASSENTAMENTO HABITACIONAIS		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
9.1 HABITAÇÃO – URBANIZAÇÃO DE FAVELS – VILA PANTANAL	22.000,00	MUNICÍPIO – RECURSOS FONPLATA
9.2 SISTEMA VIÁRIO – EIXO DE INTEGRAÇÃO		
SUB-TOTAL	**22.000,00**	
10 – CUSTO OBRAS DE MELHORIAS NO AEROPORTO AFONSO PENA		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
10.1 AMPLIAÇÃO DO TERMINAL PASSAGEIROS		INFRAERO ESTIMATIVA 6.000.000 PASSAGEIROS POR ANO PARA 2014 PREVISÃO 2011
10.2 AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PARA VEÍCULOS		
10.3 AMPLIAÇÃO DO ESTACIONAMENTO DE AERONAVES – PÁTEO		
10.4 AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA PISTA PRINCIPAL		
SUB-TOTAL	**0,00**	
11 – CUSTOS OBRAS COMPLEMENTARES		
DESCRIÇÃO	**VALOR TOTAL (R$ 1.000,00)**	**RESPONSABILIDADE**
11.1 AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	19.400,00	MUNICÍPIO – REC. PRÓPRIOS
11.2 NÚCLEOS LOGÍSTICOS	58.200,00	
SUB-TOTAL	**77.600,00**	
TOTAL GERAL	**3.241.104,87**	

XI) Prefeitura da Cidade de São Paulo

Através do Ofício nº 1068/09-SGM/GAB de 24 de setembro de 2009, o Secretário do Governo Municipal, Clovis Carvalho repassou as informações preparadas pela São Paulo Turismo S/A .

Abaixo, segue a íntegra da resposta.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
☐ CÓPIA ☐ ORIGINAL
Recebido em 28/09/09 Às 15:15
Nome Legível 5754 Nº de Ponto

Req. 189/2009

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 68

PREFEITURA DA CIDADE DE
SÃO PAULO
SECRETARIA DO GOVERNO

São Paulo, 24 de setembro de 2009.

Ofício nº 1068**/09 – SGM/GAB**

Ref.: Ofício nº 278/2009/CFFC-P

Assunto: Projeto e Programação Orçamentária dos preparativos para a Copa 2014

Excelentíssimo Senhor Deputado

Acusamos o recebimento do Ofício em referência, por meio do qual essa Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados, solicita o envio do projeto e da programação orçamentária desta cidade de São Paulo, referentes aos preparativos para a Copa do Mundo de 2014.

Por primeiro, registramos que o Ofício nº 278/2009/CFFC-P veio acompanhado do Requerimento nº 188/2009 e não do Requerimento nº 189/2009 nele mencionado.

Não obstante, transmitimos a Vossa Excelência os dados e informações que nos foram encaminhadas pela São Paulo Turismo S/A, referentes aos projetos apresentados pelo Governo do Estado de São Paulo e por esta Prefeitura do Município de São Paulo, para inclusão no PAC da Copa, em fase de elaboração pelo Governo Federal, conforme cópias em anexo.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

CLOVIS CARVALHO
Secretário do Governo Municipal

Excelentíssimo Senhor Deputado
SILVIO TORRES
MD. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes, Anexo II, sala 163-A, Pavimento Superior
Brasília – DF – CEP 70.160-900

MBD/MEMT

00 : 2009

São Paulo turismo
www.spturis.com

PREFEITURA DE SÃO PAULO

06

Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC Fls. 69

OFÍCIO DPR-G/108/2009

São Paulo, 07 de julho de 2009

Senhor Chefe de Gabinete,

Acolhendo o respeitável despacho de Vossa Senhoria no encaminhamento do Ofício 278/2009/CFFC-P, do Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, cumpro o dever de informar que a Diretoria de Ações Estratégicas desta São Paulo Turismo manifestou-se como segue: **"informamos ter conhecimento do pleito em anexo, feito pelo Governo do Estado e Prefeitura, para inclusão no PAC da Copa, em fase de elaboração pelo Governo Federal"**.

Na oportunidade, transmito a Vossa Senhoria o sentimento de meu apreço, amizade e mais alta consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS CARNEIRO
Chefe de Gabinete

RECEBIDO NA ASSESSORIA TÉCNICA - SGM
DATA 08 / 7 / 09
HORA: 16 : 00
FUNCIONÁRIO: Paulo

S.G.M. - SE
08 JUL 2009
RECEBIDO HOJE

A SUA SENHORIA O SENHOR
RENZO DINO SERGENTE ROSSA
CHEFE DE GABINETE
SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL
SÃO PAULO – SP

São Paulo Turismo S/A
Av. Olavo Fontoura 1.209 – Portão 35 – Santana – CEP 02001-900 – São Paulo/SP
☎11 2226-0655 2226-0665
Site: www.spturis.com

Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC Fls. 70

07

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA APOIO DO GOVERNO FEDERAL

PAC DA COPA 2014

13 PROJETOS SOLICITADOS PELO GESP / PMSP AO GOVERNO FEDERAL SOBRE MOBILIDADE URBANA

R$ Milhões

	Fontes	Totais
PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA APOIO DO GOVERNO FEDERAL	Governo Federal / PAC	12.930
	INFRAERO	400
	GESP	4.554
	PMSP	1.758
	Setor Privado	1.368
	TOTAL	19.641

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

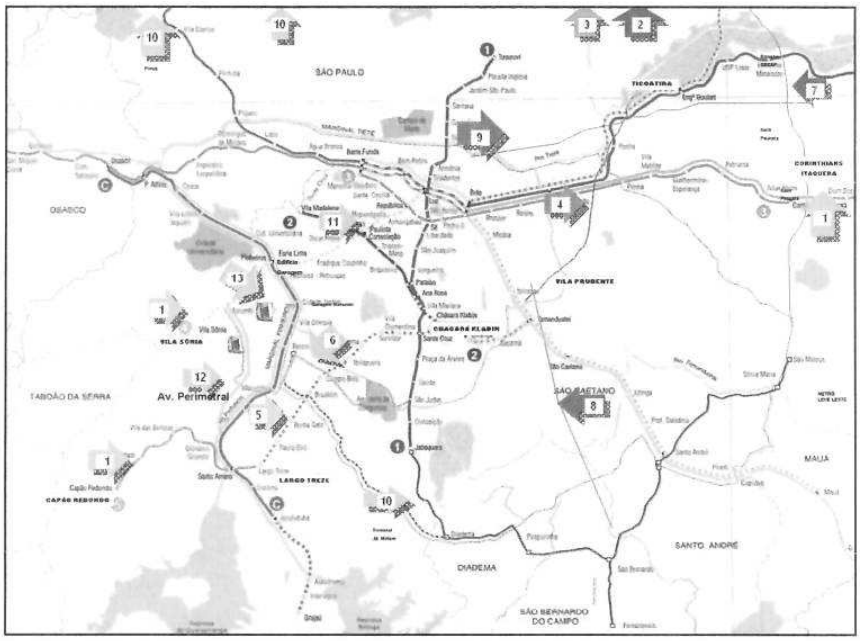
- ✓ 39 municípios
- ✓ 19,6 milhões de habitantes
- ✓ 25,2 milhões viagens/dia

Modos de Transporte	Milhões viagens/dia	RMSP
Metrô / Trem	3,35	13%
Ônibus / Fretado / Escolar	10,85	43%
Auto / Táxi / Moto	11,00	44%
TOTAL	**25,20**	**100%**

Fonte: Metrô - Pesquisa OD 2007

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 71

08



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

NOVOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS METROPOLITANOS

Beneficiados: RMSP
19,6 milhões hab
Capacidade atual: 30 milhões pass/ano
Terminais – Tietê, Barra Funda e Jabaquara conectados à Rede do Metrô.

Capacidade para 2014 com projeto: 40 milhões pass/ano
•Terminal Sul Campo Limpo (Metrô Linha 5)
•Terminal Oeste Vila Sônia (Metrô Linha 4)
•Terminal Leste Itaquera (Metrô Linha 3)
Capacidade máxima do projeto: 50 milhões pass/ano
Ano da capacidade máxima: 2025
Construção de 100 mil m², incluindo áreas cobertas, áreas de manobra e operacionais e acessos viários.

Beneficios para a Copa 2014: aumento da capacidade dos terminais rodoviários na cidade de São Paulo, sobretudo Vila Sônia, próxima ao Estádio Morumbi.

Legado do projeto: descongestionamento dos atuais terminais rodoviários, melhorando a mobilidade urbana e facilitando o acesso às rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Airton Senna e Armando Sales de Oliveira.

Estudos ambientais: não contratados
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional
Origem do projeto: Secretaria dos Transportes
Duração da Obra: 24 meses
Investimento: R$ 450 milhões
Resultado: 3.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	225	0	56	113	56	0
Setor Privado	112	0	28	56	28	0
GESP	114	19	38	38	19	0
Subtotal	**451**	**19**	**122**	**207**	**103**	**0**

09

Comissão Fisc. Finan. e Controle
Fls. 79
CFFC

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

RODOANEL TRECHO NORTE

RMSP
19,6 mi hab
3,5 mil hab (Região Norte)
Concessão Operação Privada
•Rodoanel Oeste – Em operação privada
•Rodoanel Sul – Em obras (2010)
•Rodoanel Leste – Avenida Jacu – Pêssego (2010)
•Rodoanel Norte – Em projeto (concessão operação privada)
250 mil veic/dia (Marg. Tietê saturada)
100 mil veic/dia
150 mil veic/dia
2025
44 km, com 25,8 km entre via Dutra – Rodovia Fernão Dias e 18,2 km entre Rodovia Fernão Dias – Avenida Raimundo Pereira de Magalhães; 9 km de túneis longos.

Benefícios para a Copa 2014: Acesso ao Aeroporto de Guarulhos e desvio de veículos da Marginal Tietê (redução de 40%).

Legado do projeto: ordenamento do tráfego de passagem pela RMSP, melhora da fluidez na Marginal Tietê e redução da indução da população na Serra da Cantareira.

Estudos ambientais: Em execução
Estágio atual do projeto: Projeto Básico/ Executivo em andamento e Licenciamento Prévio Ambiental
Origem do projeto: DERSA
Duração da Obra: 5 anos
Investimento: R$ 5.000 milhões
Resultado: 36.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	2.521	8	63	855	901	693
Setor Privado	1.256		32	428	451	346
GESP	1.264	8	32	428	451	346
Subtotal	**5.041**	**16**	**127**	**1.711**	**1.803**	**1.385**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

FERROANEL TRAMO NORTE

RMSP
19,6 mi hab
ferrovia de carga compartilhada com passageiros urbanos

liberação das vias férreas para o transporte urbano

66 km de extensão, ligando Campo Limpo Paulista à Estação Engenheiro Manuel Feio e Suzano

vincular parte do traçado ao Rodoanel Tramo Norte para facilitar aprovação do licenciamento ambiental e redução da desapropriação

Benefícios para a Copa 2014: desvio da carga da RMSP, evitando o compartilhamento com o sistema de passageiros afetando 1,0 milhão de pass/dia na região central (Estação da Luz), possibilitando maior mobilidade durante o evento.

Legado do projeto: Liberação das linhas do trem metropolitano da CPTM do uso compartilhado da carga e passageiros.

Estágio atual do projeto: Estudos e Projeto Funcional elaborado
Origem do projeto: Governo Federal (BNDES)
Duração da Obra: 4,5 anos
Investimento: R$ 1.200 milhão
Resultado: 9.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	1.200		300	400	400	100
Subtotal	**1.200**	**0**	**300**	**400**	**400**	**100**

Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC Fls. 73

10

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

METRÔ LINHA 15 BRANCA - Vila Prudente – Ticoatira (prolongamento Metrô Linha 2)

RMSP
19,6 milhões hab
2,7 milhões pessoas
ônibus
200 mil pass/dia

600 mil pass/dia
73.000 pass/h/sentido
2014
obras totalmente executadas subterrâneas em Shield e NATM com extensão de 10,8 km e 09 estações.

Benefícios para a Copa 2014: Expansão e integração da rede de alta capacidade aumentando a acessibilidade ao cidadão e facilitando o acesso ao Estádio Morumbi, às rodoviárias, aos aeroportos, e aos setores de hotelaria, comercial e de lazer.

Legado do projeto: melhoria na mobilidade urbana, com redução do tempo de viagem aos pontos comerciais, de lazer e aos locais de trabalho.

Estudos ambientais: EIA/RIMA – andamento
Estágio atual do projeto: Estudo e Projeto Funcional concluído. Proj Basico em contratação
Origem do projeto: Metro de São Paulo
Resultado: 35.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	3.876		553	1.248	1.780	295
GESP	25	25				
Subtotal	**3.902**	**25**	**553**	**1.248**	**1.780**	**295**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

METRÔ LINHA 5 LILÁS – Fase 2: Largo Treze – Chácara Klabin

RMSP
19,6 milhões hab
1,6 milhões pessoas
Metrô Capão Redondo – Largo 13 e ônibus
Metrô – 100 mil pass/dia
ônibus – 200 mil pass/dia

644 mil pass/dia
67.500 pass/h/sentido
2014
obras totalmente executadas subterraneas em Shield e NATM com extensão de 11,8 km e 11 estações.

Benefícios para a Copa 2014: Expansão e integração da rede de alta capacidade aumentando a acessibilidade ao cidadão e facilitando o acesso ao Estádio Morumbi, às rodoviárias, aos aeroportos, e aos setores de hotelaria, comercial e de lazer.

Legado do projeto: melhoria na mobilidade urbana, com redução do tempo de viagem aos pontos comerciais, de lazer e aos locais de trabalho.

Estudos ambientais: EIA/RIMA - elaborado
Estágio atual do projeto: Licitação das Obras Civis e processo desapropriação em execução
Origem do projeto: Metro de São Paulo
Resultado: 45.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	2.011	0	1.196	743	72	0
GESP	2.355	351	1.089	824	91	0
PMSP	631	486	57	87	0	0
Subtotal	**4.997**	**837**	**2.343**	**1.655**	**163**	**0**

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 74

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

PROJETO 5 METRÔ LEVE AEROPORTO - VLT

Bairros beneficiados: São Paulo
População: 10,5 milhões hab
Demanda atendida: 2,0 mi hab
Sistema atual: ônibus
Demanda atual: 50 mi pass/dia

Demanda para 2014 com projeto: 200.000 pass/dia
Demanda máxima do projeto: 250.000 pass/dia
Ano da capacidade máxima: 2020

Descrição da obra: 21 km de extensão em elevado através de Avenidas existentes, 21 novas estações, aquisição de 28 novos trens, pátio de manutenção e estacionamento

Benefícios para a Copa 2014: facilidade de acesso ao Estádio Morumbi, ao Aeroporto de Congonhas e à Linha 4 do Metrô, na estação São Paulo-Morumbi (Estádio)

Legado do projeto: construção de uma ligação perimetral de transporte, integrando importantes pólos da cidade à rede metro-ferroviária e ao Aeroporto de Congonhas.

Estudos ambientais: em elaboração
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional concluído. Consulta Pública e elaboração do edital para contratação da obra.
Origem do projeto: Metrô
Duração da Obra: 3,5 anos
Investimento: R$ 1.440 milhões
Resultado: 13.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	738	0	76	317	299	46
INFRAERO	400	45	355	0	0	0
PMSP	302	0	61	198	43	0
Subtotal	**1.440**	**45**	**491**	**515**	**342**	**46**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

PROJETO 7 METRÔ LEVE LESTE - VLT

Bairros beneficiados: Guarulhos e região ABD São Mateus
População: 2,5 mi hab
Demanda atendida: 1,0 mi hab
Sistema atual: ônibus
Demanda atual: 50.000 pass/dia

Demanda para 2014 com projeto: 150 mil pass/dia
Demanda máxima do projeto: 200 mil pass/dia
Ano da capacidade máxima: 2020

Descrição da obra: 26 km de extensão, 25 novas estações, aquisição de 30 novas composições, construção de pátio de manutenção e estacionamento

Benefícios para a Copa 2014: interconexão do sistema estrutural de transportes coletivos com o Aeroporto de Guarulhos

Legado do projeto: conexão dos pólos industriais nos municípios da região ABCD, Mauá, Guarulhos e Aeroporto de Guarulhos

Estudos ambientais: em contratação
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional em contratação
Origem do projeto: Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos
Duração da Obra: 2,5 anos
Investimento: R$ 993 milhões
Resultado: 9.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	533	0	77	228	228	0
GESP	460	2	2	228	228	0
Subtotal	**993**	**2**	**79**	**457**	**457**	**0**

12

Comissão Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 75

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

METRÔ LEVE SÃO BERNARDO DO CAMPO - VLT

Municípios beneficiados: São Bernardo do Campo, São Caetano e São Paulo
População: 11 milhões hab
População atendida: 2,0 milhões hab
Modo do sistema atual: ônibus
Demanda atual: 50.000 pass/dia

Demanda para 2014 com projeto: 150 mil pass/dia
Demanda máxima do projeto: 200 mil pass/dia
Ano da capacidade máxima: 2020

Características da obra: 11,8 km de extensão em superfície, 12 estações, aquisição de 15 composições, pátio de manutenção e estacionamento.

Benefícios para a Copa 2014: integração entre CPTM (Linha 10 Turquesa e Expresso ABC), Metrô Linha 2 e EMTU Corredor ABC - Jabaquara.

Legado do projeto: aproximar os empregos das habitações, redução de congestionamento e do tempo de viagem.

Estudos ambientais: em contratação
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional em contratação
Origem do projeto: Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM
Duração da Obra: 2,5 anos
Investimento: R$ 690 milhões
Resultado: 6.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	355	0	30	163	163	0
GESP	335	2	9	163	163	0
Subtotal	**690**	**2**	**39**	**325**	**325**	**0**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

CORREDOR EXPRESSO CELSO GARCIA

Municípios beneficiados: São Paulo
População: 10,5 milhões hab
População atendida: 3,5 milhões hab (Zona Leste-SP)
Modo do sistema atual: ônibus
Demanda atual: 350.000 pass/dia

Demanda para 2014 com projeto: 400 mil pass/dia
Demanda máxima do projeto: 500 mil pass/dia
Ano da capacidade máxima: 2020

Características da obra: 38,4 km de extensão em superfície, 10 terminais de integração: 5 novos e 5 requalificados, 11 viadutos de transposição, faixas exclusivas de circulação à esquerda e de ultrapassagem

Benefícios para a Copa 2014: principal acesso aos usuários do transportes coletivos da Zona Leste

Legado do projeto: promove conexões intermodais com os sistemas ferroviários e metroviários; otimização da capacidade de transporte na Zona Leste de São Paulo.

Estudos ambientais: contratados
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional concluído.
Projeto básico e executivo em licitação.
Origem do projeto: Prefeitura Municipal (SMT e SPTrans)
Duração da Obra: 3 anos
Investimento: R$ 1.500 milhões
Resultado: 11.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	750	13	138	350	250	0
PMSP	750	13	138	350	250	0
Subtotal	1.500	25	275	700	500	0

Comissão Fisc. Finan. e Controle CFFC
Fls. 76
13

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

TERMINAIS URBANOS – Perus, Brasilândia e Jardim Miriam

Município beneficiado: São Paulo
População: 10,5 mi hab
Área de abrangência: 3,5 mi hab
Sistema atual: ônibus locais vindos até o Centro
Demanda atual: 60 mil pass/dia

Demanda para 2014 com projeto: 80 mil pass/dia
Demanda máxima do projeto: 100 mil pass/dia
Ano atingindo a capacidade máxima: 2020

Descrição da obra: Construção de 45 mil m², incluindo áreas cobertas, áreas de manobra e operacionais e acessos viários.

Benefícios para a Copa 2014: Maior acesso dos passageiros aos locais de ocorrência dos eventos da Copa.

Legado do projeto: Melhoria do desempenho logístico e integração dos sistemas urbanos municipais

Estudos ambientais: Realizados
Estágio atual do projeto: Licenciamento Ambiental/Desapropriação/Projetos
Origem do projeto: SMT
Duração da Obra: 18 meses
Investimento: R$ 150 milhões
Resultado: 1.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	75	3	23	35	15	0
PMSP	75	3	23	35	15	0
Subtotal	**150**	**5**	**45**	**70**	**30**	**0**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

EDIFÍCIOS GARAGENS

Município beneficiado: São Paulo
População: 10,5 mi hab
Sistema atual: estacionamentos em terrenos dispersos e junto ao meio fio (Zona Azul)

Demanda atual: 600 vagas
Demanda para 2014 com projeto: 1.600 vagas (fixas)

Descrição da obra: construção de quatro edifícios-garagem na Rua Augusta no total de 40 mil m².

Benefícios para a Copa 2014: melhora do acesso à infra-estrutura da região hoteleira da Avenida Paulista e região central de São Paulo.

Legado do projeto: maior fluidez do trânsito, ganho de faixa adicional com a remoção do estacionamento da via Zona Azul, melhoria das condições de segurança para o usuário e redução da falta de vagas na região próxima à Paulista.

Estudos ambientais: em execução
Estágio atual do projeto: execução de Estudo e Projetos Funcionais
Origem do projeto: EMURB/CET/SPTrans
Duração da Obra: 30 meses
Investimento: R$ 75 milhões
Resultado: 500 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	75	5	20	30	20	0
Subtotal	**75**	**5**	**20**	**30**	**20**	**0**

Comissão de Fisc. Finan. e Controle - CFFC
Fls. 77

14

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

PROJETO 17 GARAGEM MORUMBI

Beneficiados: São Paulo
10,5 milhões hab
Situação atual: estacionamentos diversos e meio – fio.

Capacidade para 2014 com projeto: estacionamento para 3.200 veículos
Capacidade máxima do projeto: 3.200 vagas
Ano da capacidade máxima: 2014

Descrição da obra: 110.000 m2 de área coberta; 25.000 m2 de área de apoio para serviços e comércios, praça urbanizada na cobertura com 26.000 m2.

Benefícios para a Copa 2014: aumento da capacidade no estacionamento do Estádio Morumbi, exigência básica da FIFA

Legado do projeto: facilidade no acesso à veículos em dias de jogos e eventos no Estádio e praça urbanizada para a população da região.

Estudos ambientais: em contratação
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional e Básico desenvolvidos.
Origem do projeto: São Paulo Futebol Clube (FIFA)
Duração da Obra: 3,5 anos
Investimento: R$ 130 milhões
Resultado: 900 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	130	5	45	50	30	0
Subtotal	**130**	**5**	**45**	**50**	**30**	**0**

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

PROJETO 18 AVENIDA PERIMETRAL

Beneficiados: São Paulo
10,5 milhões hab
Demanda atendida: 1,5 milhões hab
Situação atual: tráfego através de ruas e avenidas dos bairros contiguos ao Estádio

Capacidade para 2014 com projeto: 3.000 veiculos/hora/sentido ...
Capacidade máxima do projeto: 3.600 veic/hr/sentido...
Ano da capacidade máxima: 2018

Descrição da obra: avenida arterial com 3 faixas por sentido, canalização de córrego e duas bacias de acumulação (piscinões)

Benefícios para a Copa 2014: facilidade no acesso ao Estádio Morumbi e no escoamento de veículos da Garagem Morumbi, conectando-os à Marginal Pinheiros e Rodovia Raposo Tavares

Legado do projeto: acessibilidade regional através de uma avenida padrão arterial e acesso privilegiado da Marginal Pinheiros e do Corredor Francisco Morato ao Estádio do Morumbi.

Estudos ambientais: em contratação
Estágio atual do projeto: Projeto Funcional concluído.
Origem do projeto: Prefeitura Municipal (SIURB)
Duração da Obra: 3,5 anos
Investimento: R$ 440 milhões
Resultado: 3.000 empregos diretos

R$ Milhões

Fontes	Totais	2009	2010	2011	2012	2013
Governo Federal / PAC	440	10	50	100	90	0
Subtotal	**440**	**10**	**50**	**200**	**180**	**0**

6. Rede de Informações

Durante o andamento dos trabalhos da Subcomissão, sentiu-se a necessidade de estabelecer um diálogo e uma parceria com os órgãos responsáveis pela fiscalização e o controle dos gastos públicos com a realização dos eventos.

Sabia-se que o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro já haviam atuado em conjunto, ainda que precariamente, na fiscalização dos Jogos Panamericanos realizados na cidade do Rio de Janeiro em 2007.

Essa experiência resultou numa matriz de erros e acertos que poderia ser utilizada no acompanhamento da Copa de 2014 e nos Jogos Olímpicos de 2016, e além disso, servir de modelo para os demais Tribunais de Contas dos estados e municípios de outras cidades-sedes, que pela primeira vez terão a tarefa de auditar eventos desta magnitude.

Em julho de 2009, foi aprovado Requerimento de audiência pública com o Presidente do Tribunal de Contas da União para ouvir daquele órgão como seriam realizados os trabalhos de fiscalização da Copa. A audiência foi agendada para o dia 25 de agosto do mesmo ano. Foi então que o Deputado Silvio Torres lançou a idéia de implantar, em parceria com esse Tribunal e a Comissão de Fiscalização do Senado Federal, uma rede de fiscalização que englobasse esses entes mais os Tribunais de Contas dos estados e municípios das cidades-sede.

Assim, em 12 de agosto de 2009 foi aprovado o Requerimento nº 221/09 que propunha a criação da Rede, bem como seu Protocolo de Intenções, e

no dia 25 de agosto de 2009, foi realizada a audiência pública com a presença do Ministro Ubiratan Aguiar, Presidente do TCU, da Senador Mariza Serrano, representando a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, e dos seguintes Presidentes e Representantes dos Tribunais de Contas:

- Conselheiro Antônio Joaquim, Presidente do Tribunal de Contas do **Estado do Mato Grosso**
- Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas do **Estado de São Paulo**
- Conselheiro Francisco de Souza Andrade Netto, Presidente do Tribunal de Contas dos **Municípios da Bahia**
- Conselheiro Júlio Pinheiro, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do **Estado do Amazonas**
- Conselheiro João Luiz Vargas, Presidente do Tribunal de Contas do **Estado do Rio Grande do Sul**
- Conselheiro Luiz Camargo Subsecretário de Fiscalização e Controle do Tribunal de Contas do **Município de São Paulo**
- Conselheiro Thiers Viana Montebello, Presidente do Tribunal de Contas do **Município do Rio de Janeiro**
- Conselheiro Valdecir Pascoal, Diretor da Escola de Contas do Tribunal de Contas do **Estado de Pernambuco**
- Inspetor Agnaldo Moreira Marques, Inspetor de Controle Externo do Tribunal de Contas do **Distrito Federal**

Na semanas subsequentes à audiência pública, os Tribunais que não tiveram a oportunidade de aderir à Rede e assinar o Protocolo de Intenções, foram convidados a fazê-lo. Das doze cidades-sedes da Copa de 2014, apenas o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte não aderiu à Rede.

A Rede tem por objeto a articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações com o objetivo de viabilizar o apoio as ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

A Rede visa ainda instituir uma sistemática e instrumentos que permitam conferir maior celeridade e eficiência ao intercâmbio de informações e aos procedimentos e processos que envolvam a proteção do patrimônio público e a defesa da probidade administrativa, bem como aumentar a efetividade da fiscalização e do controle dos gastos públicos aplicados para a realização do evento.

A Secretaria-Executiva da Rede ficou a cargo das Comissões de Fiscalização da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em revezamento anual, e a Secretaria-Executiva Adjunta recaiu sobre o Tribunal de Contas da União.

Protocolo de Intenções que entre si celebram diversos órgãos e entidades públicos para articulação de apoio a ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Os órgãos públicos adiante identificados, doravante denominados PARTÍCIPES, representados pelos signatários identificados ao final do documento

CONSIDERANDO a escolha do Brasil como país-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com eventos nas cidades de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP;

CONSIDERANDO que, para a realização da Copa do Mundo de 2014, serão realizados investimentos vultosos, a maior parte deles públicos, em setores como infraestrutura, transportes, comércio e serviços, meio-ambiente, energia, habitação e saúde nas referidas cidades-sede;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais que regem a administração pública e a supremacia do interesse público, bem assim o objetivo comum de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, maximizar os resultados institucionais e contribuir para a melhoria da administração pública por meio de ações de fiscalização e controle;

CONSIDERANDO que, para cumprir tal tarefa, é fundamental que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios dos estados escolhidos para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014 estruturem rede de informações;

RESOLVEM celebrar o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, doravante denominado PROTOCOLO, aplicando-se, no que couber, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de acordo com o disposto a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este PROTOCOLO tem por objeto a articulação de esforços, formação de parcerias e troca de informações, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas, com o objetivo de viabilizar o apoio a ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REDE DE INFORMAÇÕES PARA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS NA ORGANIZAÇÃO DA COPA DE 2014

A Rede de Informações para Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014 é constituída pelos partícipes deste PROTOCOLO e visa instituir sistemática e instrumentos que permitam conferir maior celeridade e eficiência ao intercâmbio de informações e aos procedimentos e processos que envolvam a proteção do patrimônio público e a defesa da probidade administrativa, bem como aumentar a efetividade da fiscalização e do controle dos gastos públicos aplicados para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PARTÍCIPES

Os convidados a partícipes deste PROTOCOLO são os seguintes:

I – Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC-CD), CNPJ 00.530.352/0001-59;

II – Senado Federal, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA-SF), CNPJ 00.530.279/0001-15;

III – Tribunal de Contas da União (TCU), CNPJ 00.414.607/0001-18;

IV – Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), CNPJ 00.534.560/0001-26;

V – Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), CNPJ 14.674.303/0001-02;

VI – Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), CNPJ 15.024.128/0001-62;

VII – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), CNPJ 21.154.887/0001-07;

VIII – Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), CNPJ 11.435.633/0001-49;

IX – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), CNPJ 50.290.931/0001-40;

X – Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), CNPJ 05.829.742/0001-48;

XI – Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), CNPJ 09.499.757/0001-46;

XII – Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), CNPJ 77.996.312/0001-21;

XIII – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), CNPJ 30.051.023/0001-96;

XIV – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), CNPJ 12.978.037/0001-79;

XV – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), CNPJ 89.550.032/0001-72;

XVI – Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), CNPJ 50.176.270/0001-26;

XVII – Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), CNPJ 27.532.498/0001-90;

XVIII – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), CNPJ 32.634.420/0001-16;

XIX – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE), CNPJ 06.750.319/0001-10.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os convidados a partícipes identificados no **caput** da presente Cláusula serão considerados partícipes quando se tornarem signatários do PROTOCOLO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Subscrevem o PROTOCOLO, ao final deste Instrumento, os representantes dos partícipes indicados nesta cláusula ou seus representantes especialmente designados.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, é responsável por representar a Rede de Informações instituída por meio deste Instrumento, a quem cabe coordenar o acompanhamento das ações decorrentes deste PROTOCOLO, gerenciar e consolidar as informações prestadas pelos PARTÍCIPES e disponibilizá-las aos demais membros da Rede de Informações - Copa do Mundo de Futebol de 2014.

PARÁGRAFO QUARTO. Outros órgãos ou entidades públicos poderão aderir a este PROTOCOLO, mediante a pertinente formalização de termo aditivo firmado pelos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DOS PARTÍCIPES

Constituem atribuições dos PARTÍCIPES, no âmbito deste PROTOCOLO:

I - designar responsável, no âmbito do seu órgão ou entidade, para atuar como agente de integração, visando facilitar a coordenação e a execução das atividades vinculadas ao presente PROTOCOLO, bem como para dirimir dúvidas ou prestar informações a elas relativas;

II - designar seus representantes para participação nos foros de debates e nas demais ações derivadas deste PROTOCOLO;

III - promover mecanismos corporativos de divulgação com vistas a difundir boas práticas na administração pública, com foco na gestão pública, transparência e controle social, observada a política de comunicação de cada órgão ou entidade;

IV - levar, imediatamente, ao conhecimento dos demais PARTÍCIPES, ato ou ocorrência que interfiram no andamento das atividades decorrentes deste PROTOCOLO, para a adoção de medidas cabíveis;

V - fornecer as informações e orientações necessárias ao melhor desenvolvimento e ao fiel cumprimento deste PROTOCOLO e à formalização de demais instrumentos necessários à execução das intenções aqui pactuadas;

VI - viabilizar a troca de informações entre os PARTÍCIPES, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorizando acessos e recebimentos necessários, observadas as políticas de segurança de cada órgão, de acordo com as respectivas esferas de atuação, ressalvando-se o sigilo expressamente previsto em lei, as limitações técnico-operacionais e as observações a seguir consignadas:

a) os relatórios e informações decorrentes de fiscalização, oriundos dos corpos técnicos dos PARTÍCIPES serão disponibilizados, ainda que em caráter preliminar, após as devidas autorizações previstas em seus normativos internos;

b) no que concerne à obtenção de documentos e informações bancárias e financeiras, que se refiram à movimentação de recursos públicos, o acesso a todos é liberado, com autorização judicial nos casos em que se fizer necessária;

c) para o trânsito dos dados e documentos entre os PARTÍCIPES, as pessoas designadas para as atribuições previstas no inciso II desta Cláusula, encarregar-se-ão do acompanhamento interno quanto ao atendimento das solicitações formalmente demandadas e motivadas, tendo como referência o prazo de 10 (dez) dias úteis, sem prejuízo do repasse de informações urgentes por quaisquer meios de comunicação institucionalmente admissíveis, quando for possível e compatível com os normativos próprios;

d) as informações e documentos repassados por cada PARTÍCIPE, no âmbito deste PROTOCOLO, podem prover estatísticas e bancos de dados específicos e desencadear atividades de investigação, próprias ou conjuntas, respeitando-se sempre os campos de atuação de cada ente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Ficam os PARTÍCIPES obrigados, nos termos da lei, a resguardar o sigilo do teor dos documentos e informações que receberem face à assinatura do presente PROTOCOLO.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Para a implementação da atribuição identificada no inciso VI desta Cláusula, serão realizadas oficinas de trabalho com representantes designados por todos os partícipes.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Câmara dos Deputados, por meio da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e o Senado Federal, por meio da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, ficarão encarregados da organização e realização das oficinas de trabalho, bem como registro e divulgação dos seus resultados e encaminhamento das proposições decorrentes aos demais PARTÍCIPES.

PARÁGRAFO QUARTO. As oficinas de trabalho ocorrerão a partir de convocação realizada pelos encarregados da sua organização nos termos dispostos no parágrafo anterior da presente Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO. Poderão ser programadas outras ações para consecução das atribuições previstas neste PROTOCOLO, mediante entendimento firmado entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução e a fiscalização do presente PROTOCOLO, por parte da Câmara dos Deputados, cabe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, presente neste ato por meio de seu Presidente, e por parte do Senado Federal, cabe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, presente neste ato também por meio de seu Presidente; e, aos demais órgãos, aos responsáveis designados na forma do inciso II da Cláusula Quarta deste instrumento, os quais terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do PROTOCOLO, dando ciência das providências adotadas à autoridade administrativa competente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por seu Presidente, e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, também por seu Presidente, comparecem neste ato, dão ciência das atribuições dos PARTÍCIPES e se responsabilizam por implementá-las em conformidade com as orientações que receber de cada PARTÍCIPE.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os responsáveis designados terão poderes para praticar quaisquer atos necessários à fiel execução do **PROTOCOLO**, dando ciência à autoridade administrativa competente das providências adotadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente PROTOCOLO é celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os PARTÍCIPES e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou dano a equipamentos, instalações e outros materiais emprestados por um partícipe ao outro.

PARÁGRAFO ÚNICO. No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente PROTOCOLO terá vigência será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União, a ser providenciada pela Câmara dos Deputados e/ou pelo Senado Federal, por extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, e pode ser prorrogado mediante termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO E DA DENÚNCIA

O presente PROTOCOLO poderá, a qualquer tempo, ser alterado mediante termo aditivo, e denunciado pelos PARTÍCIPES, de forma isolada ou conjunta, mediante notificação por escrito, sem prejuízo das obrigações e atribuições previstas legal e constitucionalmente para cada um deles.

PARÁGRAFO ÚNICO. A eventual denúncia deste PROTOCOLO não prejudicará a execução dos serviços que tenham sido instituídos mediante instrumento próprio, devendo as atividades já iniciadas ser desenvolvidas normalmente até o final, nos termos estabelecidos no presente PROTOCOLO.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As ações que venham a se desenvolver em decorrência deste PROTOCOLO que requeiram formalização jurídica para a sua implementação terão suas condições específicas, descrição de tarefas, prazos de execução, responsabilidades financeiras e demais requisitos definidos em instrumento legal pertinente acordado entre os PARTÍCIPES.

PARAGRÁFO PRIMEIRO. O presente PROTOCOLO poderá ser divulgado por qualquer dos PARTÍCIPES, em conjunto ou isoladamente, devendo ser destacada, igualitariamente, as participações de cada um, sendo vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os PARTÍCIPES.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste PROTOCOLO, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os PARTÍCIPES, e os executores por parte da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assinam o presente PROTOCOLO, em 19 (dezenove) vias de igual teor e forma.

Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Câmara dos Deputados	**Deputado Silvio Torres** Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	
Senado Federal	**Senador Renato Casagrande** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização	
Tribunal de Contas da União	**Ubiratan Diniz de Aguiar** Presidente	
Tribunal de Contas do Distrito Federal	**Anilcéia Luzia Machado** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	**Manoel Figueiredo De Castro** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	**Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	**Wanderley Geraldo De Ávila** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	**Valdecy Pascoal** Conselheiro	

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	**Edgard Camargo Rodrigues** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	**Júlio Assis Corrêa Pinheiro** Vice-Presidente	
Tribunal de Contas do Estado do Ceará	**Pedro Timbó** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado do Paraná	**Hermas Eurides Brandão** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	**José Maurício De Lima Nolasco** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte	**Maria Adélia Sales** Presidente	
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	**João Luiz Vargas** Presidente	
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	**Roberto Braguim** Presidente	
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro	**Thiers Viana Montebello** Presidente	
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia	**Francisco de Souza Andrade Netto** Presidente	
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará	**Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior** Presidente	

Um dos pontos considerados mais importantes pelos participantes da Rede é a formatação de uma matriz de fiscalização que possa dar um tratamento padronizado à fiscalização, mais especificamente às auditorias que serão realizadas pelos Tribunais.

No workshop realizado no dia 05 de outubro de 2009, foi apresentado um painel pelo Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Rio de Janeiro, ocasião em que os demais membros da Rede puderam conhecer como foi o trabalho realizado por aquele Tribunal, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, no acompanhamento dos Jogos Panamericanos de 2007.

Esta experiência apontou como pontos fortes:

- O esforço/priorização das Cortes de Contas na fiscalização das ações relativas aos jogos;
- O acompanhamento efetivo e *in loco*, ao longo do período de preparação para o evento (controle concomitante), propiciou muitas correções antes que ações irregulares fossem praticadas;
- A participação dos Tribunais de Contas das três esferas, como observadores, nas reuniões periódicas do Conselho Executivo do CO-RIO propiciou o acompanhamento no planejamento do processo licitatório e nas discussões sobre execução dos gastos, possibilitando que alguns desvios fossem evitados (gastos desnecessários e/ou em desobediência à lei);
- A designação de um único Relator, a partir de setembro de 2006, conferiu maior celeridade e uniformização à matéria;
- A especialização dos membros da equipe de fiscalização segundo áreas, tais como: obras, tecnologia, segurança, cerimônias e outras;

- A criação de diretórios compartilhados, na rede TCU, entre os servidores envolvidos, e que pertenceriam às Secretarias ou gabinete do Relator, com pastas contendo os arquivos relacionados ao acompanhamento dos Jogos Pan-americanos (planilhas, instruções, ofícios etc.);
- Construção, pelo TCM-RJ, de banco de dados consolidando todos os processos relativos aos jogos.

Apontou também as seguintes dificuldades:

1. A inexistência de fidedigna **matriz de responsabilidades**, assumida pelos diversos agentes financiadores, desde a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos, inviabilizou:

- a definição do **escopo da fiscalização** junto ao Ministério do Esporte e demais ministérios envolvidos;
- a otimização do **planejamento das fiscalizações desde 2004**;
- o acompanhamento da aplicação de recursos, federais ou não, com o objetivo de **avaliar a entrega tempestiva das instalações** esportivas e não-esportivas sob a responsabilidade de todos os entes governamentais;
- a composição da **equipe de fiscalização**, no que tange a quantitativo e especialização, seleção dos convênios e contratos auditados;

2. **Dificuldade de acesso**, pelo TCU, às instalações esportivas sob a responsabilidade do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro;
3. **Dificuldade de credenciamento da equipe de fiscalização** para ter acesso às instalações esportivas e não-esportivas durante o evento, por ser privativo da ODEPA;
4. **Dificuldade de acesso a dados cadastrais e fiscais das empresas emissoras das notas fiscais registradas nas prestações de contas**;
5. **Fragilidade no acompanhamento dos valores arrecadados pelo CO-RIO com verbas diversas como a de publicidade**;

6. **Tramitação autônoma de processos** que versavam sobre matérias correlatas, os quais tiveram de ser posteriormente reunidos ou consultados,npara unificação do entendimento a ser adotado;
7. **Não indicação**, por parte dos Executivos, de representante para atuar como **interlocutor** com órgãos de controle, dificultando a identificação de responsáveis por determinadas áreas;
8. **Inexistência de Programas de Trabalho** específicos relacionados aos Jogos Pan-americanos 2007, levando à demora na identificação de aplicações de recursos públicos;
9. **Deficiência nos projetos básicos das obras e ausência de projetos executivos**;
10. **Orçamentos das obras realizados em sua maioria, com base em estudos preliminares**;
11. **Distorções entre a programação fornecida pelo CO-RIO e a efetivamente ocorrida**;

Ao final, o TCU concluiu apresentando pontos que podem ser melhorados na condução dos trabalhos de auditoria e fiscalização. São eles:

<u>Ações dos organizadores e governos</u>

- **Criação de portal** pelo organizador/financiadores públicos do evento que contemple todos os convênios, contratos, sua execução físico-financeira, ofícios, relatório fotográfico de todas as instalações, relatórios do fiscal do contrato/convênio, matriz de responsabilidade prevista x realizada e outras informações que facilitem o acompanhamento pelos órgãos participantes da rede de controle;
- **Promoção, pelo Comitê organizador do evento, de encontros técnicos periódicos**, para apresentação à rede de controle de informações abrangentes

acerca das características e do andamento da organização e da execução do evento, o que propiciará nivelamento de conhecimento sobre o tema e o inicio de ações efetivas de parceria entre todos os integrantes;

- **Requerer dos patrocinadores públicos que apresentem seus orçamentos anuais; procedimentos licitatórios previstos; e cronogramas de execução**;
- **Remessa tempestiva dos projetos e respectivos orçamentos e memórias de cálculo**, aos órgãos de fiscalização, viabilizando o efetivo controle da execução das obras;
- **Apresentação**, pelos entes fiscalizados, de **projetos básicos e executivos**, bem como os respectivos orçamentos elaborados com a precisão necessária para expressar a realidade e evitar as distorções ocorridas nos Jogos Pan-americanos;
- **Informação antecipada da programação dos eventos e cerimônias**, com indicação dos serviços que serão prestados e respectivos contratos.
- **Registros confiáveis, por fotografias, identificação pessoal e outros meios, dos serviços prestados e materiais utilizados**, garantindo a rastreabilidade dos pagamentos, especialmente quando o objeto contratado não puder ser verificado posteriormente, como em cerimoniais e instalações provisórias;
- **Informação e registro dos valores arrecadados, pelos órgãos envolvidos, por meio de receitas como doações, publicidade e uso de imagem**, a fim de certificar a real necessidade de eventuais aportes de recursos públicos.
- **Obter dos governos municipais, estaduais e federal a indicação de representantes para atuar como interlocutores** junto aos órgãos de controle, indicando nomes; telefones; e-mails, e endereços, sem prejuízo do livre acesso das equipes aos demais gestores dos contratos;

- **Acesso irrestrito às informações e às instalações custeadas com recursos federais ou não, desde que haja qualquer tipo de serviço ou equipamentos financiados pela União**;
- **Credenciamento da equipe de fiscalização no ingresso das instalações esportivas e não-esportivas** por ocasião do acompanhamento das medidas realizadas previamente e durante o evento esportivo, em que pese o evento ser privado;
- **Disponibilização dos planos de fiscalização dos <u>órgãos de controle interno</u>**, em relação ao evento Copa 2014, contemplando ações efetivas e condizentes com o planejamento das ações executivas;

<u>Ações pelos órgãos de controle em nível local</u>

- Estabelecer **indicadores que evidenciem os benefícios do evento para a sociedade**, para acompanhamento contínuo do alinhamento das ações e posterior monitoramento/ medição dos benefícios obtidos;
- Fazer levantamento dos **riscos associados ao evento**, em relação, especialmente, a prazos, custos e alcance dos indicadores de benefícios;
- Definir **plano de comunicação interna e externa** específicos para a Copa 2014, considerando os requisitos do plano de comunicação da rede;
- Designação, pelos órgãos de controle, de **coordenação única ou interlocutor para interação técnico-operacional entre esses órgãos**;
- Comunicação, aos diversos **interlocutores designados pelos Ministérios e Secretarias envolvidas com a celebração do evento**, dos dados de todos servidores alocados na fiscalização do evento, indicando nomes; telefones, e-mails e endereços;
- **Participação de servidores designados para fiscalização**, como observadores, **nas reuniões periódicas do Conselho Executivo do Comitê organizador do evento**, para conhecimento prévio das ações planejadas ou

em curso, facilitando o planejamento das ações de fiscalização e possibilitando a antecipação de eventuais ações corretivas;

- **Interação entre os técnicos, de cada ente fiscalizador**, que estarão envolvidos nas ações de mesmo segmento, a fim de trocar subsídios fazer planejamento conjunto, bem como desenvolver instrumentos próprios para a fiscalização;
- **Designação**, preferencialmente, **de um único Relator** para a apreciação de todos os processos relativos ao evento, conferindo maior celeridade à matéria e uniformização de entendimento;
- Definir **monitoramento posterior à realização da Copa 2014, direcionado ao cumprimento de decisões Plenárias e ao legado**, este com base nos indicadores de benefícios do evento para a sociedade;

<u>Ações pelos órgãos de controle em nível nacional</u>

1. **Reforçar ou aprimorar o intercâmbio com os órgãos de controle interno**.

- Disponibilização/compartilhamento de acesso aos sistemas de informação e de acompanhamento próprios dos órgãos de controle, a exemplo do SIGFIS (TCE-RJ), o que viabilizaria o acompanhamento da execução de convênios, conhecimento de fornecedores e prestadores de serviço, preços praticados etc.;
- Definir plano de comunicação da Rede Copa 2014, definindo as informações a serem trocadas/ disponibilizadas, os meios, a periodicidade e outros aspectos, inclusive a forma de alimentação do portal;

2. **Criação de portal único para a Rede Copa 2014**, contendo entre outras informações:

- link de acesso à pagina da organização do evento;
- planos de fiscalização de cada órgão;

- composição das equipes de fiscalização, com a indicação de nomes e meios de contato;
- ações implementadas ou em andamento, pelos órgãos de controle;
- deliberações das Cortes de Contas, com o registro do monitoramento do cumprimento das determinações e dos resultados delas advindos;
- fórum de discussão entre os participantes da rede de controle no sentido de facilitar comunicação ágil; a troca de experiências e de documentação; a identificação e obtenção de achados;
- área específica para interação entre a sociedade, os organizadores do evento e os órgãos executores e de controle, na qual o cidadão poderá registrar sugestões, críticas, denúncias e elogios; e as autoridades envolvidas poderão prestar os esclarecimentos cabíveis;

3. **Repasse dos relatórios das equipes de fiscalização e/ou das matrizes de achados**, anteriormente ao julgado pelas Cortes de Contas, com o objetivo de manter tempestivamente informados os demais entes fiscalizadores sobre as impropriedades encontradas e as ações adotadas;
4. **Aproveitamento das parcerias já existentes com os órgãos de fiscalização (Secretarias de Fazenda, Receita Federal, etc.), com o objetivo de facilitar o acesso aos dados cadastrais e fiscais das empresas**, visando identificar eventuais documentos fiscais inidôneos ou empresas inativas, que possam constar na comprovação de despesas das prestações de contas, bem como repassar-lhes informações úteis à sua atuação.

Com base neste estudo apresentado pelo TCU e posteriormente debatido entre os membros da Rede ficaram claras quais as medidas que devem ser adotadas nas esferas federal, estadual e municipal para garantir a transparência na organização e na realização do evento, para garantir seu retorno

à sociedade (legado) e para conferir maior lisura dos atos praticados pelos organizadores e prevenção de perdas ao erário.

A partir dessa apresentação, e discussões posteriores, a Rede criou um Grupo de Trabalho formado em conjunto com os Tribunais com o objetivo de concluir os trabalhos de uma matriz de fiscalização. A referida matriz tem como objetivo estabelecer ações conjuntas, regras de atuação e unificação de métodos, como planilhas de preços e medições.

2. Portal na internet

Antes mesmo da apresentação do estudo elaborado pelo TCU, visto acima, a Rede já discutia a necessidade de se criar um mecanismo que pudesse interagir com a sociedade e dar a necessária transparência não só da atuação da Rede, como dos atos que serão por seus participantes acompanhados. Assim, foi lançada a idéia do Portal na rede mundial de computadores – internet.

No workshop realizado em 05 de outubro de 2009 foi apresentado pelo Consultor de Orçamento do Senado Federal Hipólito Gadelha Remígio, um modelo de portal que foi aprovado pelos demais participantes da Rede.

O Portal, lançado em 15 de dezembro de 2009, tem a seguinte composição:

O usuário poderá consultar as ações relativas à Copa do Mundo de 2014 por três caminhos: a) pelo caderno de encargos, b) pela cidade-sede, ou c) pela área, como por exemplo saúde, saneamento, mobilidade urbana, estádios.

Em cada um desses caminhos o usuário abrirá uma página em que será possível visualizar cada ação relacionada, como por exemplo aquisição de equipamentos esportivos, ou construção de arena esportiva, ou reforma da via de acesso ao estádios, ou contratação de serviço de transporte de atletas, com o caminho escolhido (cidade-sede, área ou caderno de encargos), e todos seus documentos e atos relacionadas, como por exemplo, o edital de licitação, o cronograma físico-financeiro, o projeto básico, o projeto executivo, as notas de empenho, os valores totais, pagos e a pagar, os relatórios de fiscalização, as fotos do andamento das obras, entre outras informações detalhadas na apresentação anexa.

Os dados a serem disponibilizados no Portal são os seguintes:

1. Dados a serem informados sobre as atividades:

- Descrição detalhada;
- Unidade da Federação/Município;
- Ente Responsável – União, Estado ou Município;
- Metas;
- Custo mensal;
- Prazo para implementação da atividade;
- Prazo para conclusão da atividade;
- Item do Caderno de Encargos que será atendido com a atividade;
- Gestor Responsável pela condução da atividade (nome e cargo);
- Listagem das Notas de Empenho, quando não se referir a pessoal;
- Listagem dos Pagamentos Efetuados à(s) Contratada(s), contendo data, valor e referência aos bens entregues, quando não se referir a pessoal;
- Desenvolvimento da Ação – Descrição Sucinta do Nível de Alcance da Meta.

2. Documentos a serem fornecidos relativos às atividades:

- Edital de abertura do concurso, quando for o caso;
- Edital de convocação para prova prática, quando for o caso;
- Edital de nomeação, quando for o caso;
- Edital de convocação para treinamento, quando for o caso;
- Edital de licitação, quando for o caso;
- Contrato Administrativo, quando for o caso;
- Contrato e Termos Aditivos (quando houver);
- Atestados de recebimentos;
- Relatórios de Auditoria sobre a atividade.

3. Dados a serem informados sobre as compras de bens permanentes:

- Descrição detalhada;
- Unidade da Federação/Município;
- Ente Responsável – União, Estado ou Município;
- Fornecedor Contratado;
- Metas;
- Custo unitário e total;
- Prazo para conclusão da aquisição;
- Responsável pela aquisição (nome e cargo);
- Item do Caderno de Encargos que será atendido com a compra do material permanente;
- Desenvolvimento da Ação – Descrição Sucinta do Nível de Alcance da Meta;
- Atestados de recebimento dos bens;
- Listagem das Notas de Empenho;
- Listagem dos Pagamentos Efetuados à(s) Contratada(s), contendo data, valor e referência aos bens entregues.

4. Documentos a serem fornecidos relativos às compras de bens permanentes:

- Edital de licitação;
- Edital proposta vencedora com planilha de custos;
- Contrato e Termos Aditivos (quando houver);
- Relatórios de Auditoria sobre a aquisição;

5. Dados a serem informados sobre as obras:

- Descrição detalhada da Obra;
- Localização da Obra;
- Ente Responsável – União, Estado ou Município;
- Custo total previsto;
- Previsões Orçamentárias;
- Prazo para conclusão da obra;
- Responsável pela contratação e condução da obra (nome e cargo);
- Custo já implementado, que corresponde ao somatório dos pagamentos realizados;
- Metas;
- Item do Caderno de Encargos que será atendido com a obra;
- Desenvolvimento da Ação – Descrição Sucinta do Nível de Alcance da Meta.

6. Documentos a serem fornecidos relativos às obras:

- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Edital de Licitação;
- Contrato;

- Aditivos contratuais;
- Cronograma físico-financeiro;
- Relatórios de Fiscalização da Obra elaborados pelo Controle Interno;
- Relatórios de Fiscalização da Obra elaborados pelo Controle Externo;
- Relatórios de Medição de Obra.
- Notas de Empenho referentes à obra;
- Listagens dos Pagamentos Efetuados à(s) Contratada(s), contendo data, valor e referência à medição de obra que está sendo paga naquela data; e

7. Fotografias semanais da obra ou acompanhamento em tempo real via cftv – internet.

Além disso, o Portal conterá espaço onde será possível à sociedade fazer denúncias, além de obter outros dados e notícias relativas ao evento.

3. Projeto de Lei e Instruções Normativas dos Tribunais

Para tornar viável o Portal acima descrito foi preciso criar um mecanismos que possibilitasse à Rede obter dos órgãos responsáveis as informações necessárias para alimentar a sua página.

Neste sentido, foi elaborado o projeto de lei 6270/2009, que foi apresentado pelo Deputado Silvio Torres e pelo Senador Renato Casagrande, concomitantemente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Além de viabilizar o Portal, o projeto de lei também visou estabelecer algumas regras para o processo de fiscalização tendo em vistas o estudo apresentado pelo TCU, em conjunto com o TCE-RJ e TCM-RJ.

Os principais pontos do projeto são:

- Estabelece as normas aplicáveis à Administração Pública para definir ações destinadas à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; e a forma de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos públicos destinados aqueles eventos.

- Estabelece que ao poder público caberá executar e financiar exclusivamente as ações que não promovam acréscimo ao patrimônio de qualquer entidade privada.

- Determina que a concessão de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a entidades privadas, desde que sejam submetidos ao controle e à fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União e demais Tribunais, no caso de financiamento conjunto.

- Determina que o poder público somente poderá financiar o custeio dos eventos em caráter complementar desde que o comitê organizador submeta suas receitas e despesas à fiscalização do tribunal de contas com jurisdição sobre o órgão repassador; e cumpra as normas emanadas do Tribunal de Contas da União sobre o controle das receitas e das despesas.

- Estabelece que o Ministério do Esporte elaborará, com base nos cadernos de encargos assumidos para os dois eventos, a listagem de “Ações Públicas Destinadas à Copa de 2014” e de “Ações Públicas Destinadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” e determina que qualquer recurso financeiro somente poderá ser liberado pela União ou pelo BNDES com a prévia inclusão da ação a que se destina na respectiva listagem. As listagens indicarão, para cada ação:

I – seu tipo, que poderá ser obra, aquisição de materiais permanentes ou atividades públicas

II – sua abrangência territorial, que compreenderá o município beneficiado, ou, em caso de atender a mais de um município, a Unidade da Federação, admitida, ainda, a abrangência nacional, quando a ação beneficiar mais de uma unidade da federação;

III – a quantificação dos objetivos, de forma clara e concisa;

IV – a justificativa da ação;

V – a área de governo que será atendida com a ação, que corresponderá ao conceito orçamentário de subfunção;

VI – o valor estimado a ser desembolsado para a respectiva ação;

VII – o cronograma de programação e execução, envolvendo as datas-limites para:

a) o licenciamento ambiental, quando exigível;

b) a publicação do edital de licitação;

c) a contratação;

d) a conclusão da ação;

VIII – a origem dos recursos, se federal, estadual ou municipal, admitida, ainda, a parceria entre entes públicos distintos e as parcerias público-privadas;

IX – a definição do ente estatal que se responsabilizará pela contratação, execução e condução do contrato; e

X – o legado que a respectiva ação promoverá para a população abrangida e a forma de administração desse legado, quando for o caso, e a definição de indicadores e resultados e benefícios para a população abrangida.

- Sobre a **Rede**, o projeto de lei estabelece que a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União formarão Grupo técnico de trabalho, composto por servidores desses órgãos e, facultativamente, de representantes dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios envolvidos e pelo Ministério Público.

- Sobre o **Portal**, o projeto de lei estabelece que será hospedado na Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, que administrará o controle de senhas de inserção de dados e de documentos. As senhas serão fornecidas aos participantes da Rede que cadastrarão os gestores de contratos das diversas ações destinadas aos eventos.

- O portal permitirá o recebimento de denúncias oriundas dos cidadãos, que deverão ser encaminhadas de imediato ao tribunal de contas competente, para a respectiva apuração, resguardado integralmente o sigilo da fonte.

- Sobre a **matriz de responsabilidade**, o projeto de lei estabelece que os órgãos executores das ações designarão um gestor para cada ação, que poderá ser o gestor do principal ou único contrato da respectiva ação, quando for o caso. Esse gestor servirá de interlocutor com os órgãos de controle externo a que se submete o respectivo recurso; promoverá a inserção, no Portal, das informações, dados e documentos relativos à execução das ações sob sua responsabilidade; acompanhará a execução do objeto das ações, com vistas a aferir a regular aplicação dos recursos públicos envolvidos; e realizará o controle prévio das ações.

- A alimentação dos dados e dos documentos deverá ser realizada, pelo gestor, no prazo máximo de cinco dias contados do fato que deu origem, independentemente da origem dos recursos. O descumprimento desse dispositivo implicará em automática e imediata suspensão do envio, ao ente da federação responsável pela sonegação do dado ou do documento, de qualquer recurso federal destinado à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

- Os tribunais de contas deverão inserir no portal os relatórios de auditoria e as decisões relativos aos recursos de que trata a proposição em tela, no prazo de até 5 dias após o encerramento dos trabalhos de auditoria ou da publicação da decisão, respectivamente.

- Sobre o **acesso dos servidores dos Tribunais** o projeto de lei estabelece que será concedido acesso irrestrito aos canteiros de obras ambientes de realização dos eventos, durante sua ocorrência, desde que identificados pelos respectivos tribunais como designados para a fiscalização das ações voltadas ao respectivo evento.

PROJETO DE LEI Nº 6270 DE 2009

Estabelece normas sobre a definição das ações destinadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e sobre a forma de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos públicos destinados aqueles eventos.

Art. 1º Esta Lei estabelece as normas aplicáveis à Administração Pública relativas:

a) à definição das ações destinadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos e paraolímpicos de 2016; e

b) à forma de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos públicos destinados aqueles eventos.

§ 1º O conceito de "ação" para efeito da presente Lei corresponde à definição de ações com seus subtítulos, constantes das leis orçamentárias.

§ 2º As ações que se destinem igualmente aos dois eventos a que se refere esta Lei serão consideradas como atinentes à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Art. 2º Caberá ao poder público executar e financiar exclusivamente as ações que não promovam acréscimo ao patrimônio de qualquer entidade privada.

§ 1º É admissível a concessão de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a entidades privadas, desde que o emprego dos respectivos recursos estejam integralmente submetidos ao controle e à fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União e, no caso de financiamento conjunto por órgãos e entidades estaduais, do respectivo tribunal de contas.

§ 2º O poder público somente poderá financiar o custeio dos eventos em caráter complementar desde que o comitê organizador requerente cumpra os seguintes requisitos:

I – submeta suas receitas e despesas à fiscalização do tribunal de contas com jurisdição sobre o órgão repassador;

II – cumpra as normas emanadas do Tribunal de Contas da União sobre o controle das receitas e das despesas.

§ 3º Para efeito do disposto no § 2º, os comitês organizadores deverão, desde sua instalação, submeter todas as suas receitas e despesas às normas de que trata aquele parágrafo.

§ 4º O Tribunal de Contas da União expedirá instrução normativa destinada a estabelecer as normas de controle sobre as receitas e despesas dos comitês organizadores que desejarem subvenção pública destinada ao custeio dos eventos; entre tais normas, estarão as relativas a processos licitatórios simplificados.

Art. 3º Em até 60 (sessenta) dias após a publicação da presente Lei, o Ministério do Esporte elaborará, com base nos cadernos de encargos assumidos para os dois eventos, a listagem de "Ações Públicas Destinadas à Copa de 2014" e de "Ações Públicas Destinadas aos Jogos Olímpicos e paraolímpicos de 2016".

§ 1º As listagens indicarão, para cada ação:

I – seu tipo, que poderá ser obra, aquisição de materiais permanentes ou atividades públicas

II – sua abrangência territorial, que compreenderá o município beneficiado, ou, em caso de atender a mais de um município, a Unidade da Federação, admitida, ainda, a abrangência nacional, quando a ação beneficiar mais de uma unidade da federação;

III – a quantificação dos objetivos, de forma clara e concisa;

IV – a justificativa da ação;

V – a área de governo que será atendida com a ação, que corresponderá ao conceito orçamentário de subfunção;

VI – o valor estimado a ser desembolsado para a respectiva ação;

VII – o cronograma de programação e execução, envolvendo as datas-limites para:

e) o licenciamento ambiental, quando exigível;

f) a publicação do edital de licitação;

g) a contratação;

h) a conclusão da ação;

VIII – a origem dos recursos, se federal, estadual ou municipal, admitida, ainda, a parceria entre entes públicos distintos e as parcerias público- privadas;

IX – a definição do ente estatal que se responsabilizará pela contratação, execução e condução do contrato; e

X – o legado que a respectiva ação promoverá para a população abrangida e a forma de administração desse legado, quando for o caso, e a definição de indicadores e resultados e benefícios para a população abrangida.

§ 2º Para a elaboração das duas listagens, o Ministério do Esporte promoverá reuniões com representantes das Unidades da Federação e Municípios envolvidos, das quais participarão, ainda, representantes do BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Nenhum recurso financeiro poderá ser liberado pela União ou pelo BNDES sem a prévia inclusão da ação a que se destina na respectiva listagem.

Art. 4º A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União formarão Grupo técnico de trabalho, composto por servidores desses órgãos e, facultativamente, de representantes dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios envolvidos e pelo Ministério Público.

§ 1º Caberá ao grupo de trabalho de que trata este artigo promover:

I – a elaboração de estratégias de trabalho conjuntas para a fiscalização dos recursos públicos aplicados nas ações constantes das listagens a que se refere o art. 3º;

II – a implantação de um portal na internet, para cada um dos dois eventos a que se refere esta Lei.

§ 2º O portal de que trata o inciso II será hospedado na Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, que administrará o controle de senhas de inserção de dados e de documentos.

§ 3º Serão fornecidas senhas especiais aos órgãos de que trata o caput deste artigo, com vista ao cadastramento dos gestores de contratos das diversas ações destinadas aos eventos.

§ 4º Os dados e documentos que deverão ser incluídos no portal são os constantes do anexo I da presente Lei.

§ 5º Caberá aos tribunais de contas a indicação à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e à Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados de, no mínimo, dois servidores que comporão o grupo técnico a que se refere este artigo, que, entre outras atribuições, servirão de interlocutores do respectivo tribunal com os demais órgãos, em especial, com o PRODASEN.

§ 6º O portal permitirá o recebimento de denúncias oriundas dos cidadãos, que deverão ser encaminhadas de imediato ao tribunal de contas competente, para a respectiva apuração, resguardado integralmente o sigilo da fonte.

Art. 5º Os órgãos executores das ações designarão um gestor para cada ação, que poderá ser o gestor do principal ou único contrato da respectiva ação, quando for o caso.

§ 1º Sem prejuízo de outras atribuições, caberá ao gestor da ação:

I – servir de interlocutor com os órgãos de controle externo a que se submete o respectivo recurso;

II – promover a inserção, no Portal de que trata o inciso II do art. 4º desta Lei, de informações, dados e documentos relativos à execução das ações sob sua responsabilidade;

III – acompanhar a execução do objeto das ações, com vistas a aferir a regular aplicação dos recursos públicos envolvidos;

IV – realizar o controle prévio das ações, atestando:

a) a correlação entre o valor cobrado e o objeto executado;

b) a discriminação do objeto executado, em termos de unidade e quantidade.

§ 2º A alimentação dos dados e dos documentos referidos no inciso II do parágrafo 1º deverá ser realizada no prazo máximo de cinco dias contados do fato que deu origem, independentemente da origem dos recursos.

§ 3º O descumprimento do disposto no § 2º implica em automática e imediata suspensão do envio, ao ente da federação responsável pela sonegação do dado ou do documento, de todo e qualquer recurso federal destinado à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e aos Jogos Olímpicos e paraolímpicos de 2016.

§ 4º Os tribunais de contas deverão inserir, no portal de que trata o inciso II do art. 4º desta Lei, os relatórios de auditoria e as decisões relativos aos recursos de que trata esta Lei, no prazo de até 5 dias após o encerramento dos trabalhos de auditoria ou da publicação da decisão, respectivamente.

Art. 6º Será concedido acesso irrestrito aos servidores dos Tribunais de Contas federais, estaduais e municipais aos canteiros de obras ambientes de realização dos eventos, durante sua ocorrência, desde que identificados pelos respectivos tribunais como designados para a fiscalização das ações voltadas ao respectivo evento.

Art. 7º As ações que forem, no todo ou em parte, custeadas com recursos federais serão obrigatoriamente controladas e fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União, sem prejuízo da fiscalização pelo respectivo tribunal de contas com jurisdição sobre o ente conveniado.

Art. 8º Os órgãos executores de cada ação farão constar dos editais de licitação, bem como dos contratos e convênios que venham a ser firmados com a União, com outros entes da Federação ou com empresas privadas, cláusula que preveja a obrigatoriedade de divulgação, mediante publicação no Portal de que trata o inciso II do art. 4º desta Lei, dos dados e documentos constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Será nulo o edital de licitação, o contrato ou o convênio e instrumentos congêneres, que não contiver a cláusula de que trata este artigo.

Art. 9º A responsabilidade pela execução desta lei estará a cargo do Ministro de Estado do Esporte, a quem caberá promover todas as medidas necessárias ao seu alcance para o fiel cumprimento das ações previstas.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

1. Dados a serem informados sobre as atividades:

- Descrição detalhada;
- Unidade da Federação/Município;
- Ente Responsável – União, Estado ou Município;
- Metas;
- Custo mensal;
- Prazo para implementação da atividade;
- Prazo para conclusão da atividade;
- Item do Caderno de Encargos que será atendido com a atividade;
- Gestor Responsável pela condução da atividade (nome e cargo);
- Listagem das Notas de Empenho, quando não se referir a pessoal;
- Listagem dos Pagamentos Efetuados à(s) Contratada(s), contendo data, valor e referência aos bens entregues, quando não se referir a pessoal;
- Desenvolvimento da Ação – Descrição Sucinta do Nível de Alcance da Meta.

2. Documentos a serem fornecidos relativos às atividades:

- Edital de abertura do concurso, quando for o caso;

- Edital de convocação para prova prática, quando for o caso;
- Edital de nomeação, quando for o caso;
- Edital de convocação para treinamento, quando for o caso;
- Edital de licitação, quando for o caso;
- Contrato Administrativo, quando for o caso;
- Contrato e Termos Aditivos (quando houver);
- Atestados de recebimentos;
- Relatórios de Auditoria sobre a atividade.

3. Dados a serem informados sobre as compras de bens permanentes:

- Descrição detalhada;
- Unidade da Federação/Município;
- Ente Responsável – União, Estado ou Município;
- Fornecedor Contratado;
- Metas;
- Custo unitário e total;
- Prazo para conclusão da aquisição;
- Responsável pela aquisição (nome e cargo);
- Item do Caderno de Encargos que será atendido com a compra do material permanente;
- Desenvolvimento da Ação – Descrição Sucinta do Nível de Alcance da Meta;
- Atestados de recebimento dos bens;
- Listagem das Notas de Empenho;
- Listagem dos Pagamentos Efetuados à(s) Contratada(s), contendo data, valor e referência aos bens entregues.

4. Documentos a serem fornecidos relativos às compras de bens permanentes:

- Edital de licitação;
- Edital proposta vencedora com planilha de custos;
- Contrato e Termos Aditivos (quando houver);
- Relatórios de Auditoria sobre a aquisição;

5. Dados a serem informados sobre as obras:

- Descrição detalhada da Obra;

- Localização da Obra;
- Ente Responsável – União, Estado ou Município;
- Custo total previsto;
- Previsões Orçamentárias;
- Prazo para conclusão da obra;
- Responsável pela contratação e condução da obra (nome e cargo);
- Custo já implementado, que corresponde ao somatório dos pagamentos realizados;
- Metas;
- Item do Caderno de Encargos que será atendido com a obra;
- Desenvolvimento da Ação – Descrição Sucinta do Nível de Alcance da Meta.

6. Documentos a serem fornecidos relativos às obras:

- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Edital de Licitação;
- Contrato;
- Aditivos contratuais;
- Cronograma físico-financeiro;
- Relatórios de Fiscalização da Obra elaborados pelo Controle Interno;
- Relatórios de Fiscalização da Obra elaborados pelo Controle Externo;
- Relatórios de Medição de Obra.
- Notas de Empenho referentes à obra;
- Listagens dos Pagamentos Efetuados à(s) Contratada(s), contendo data, valor e referência à medição de obra que está sendo paga naquela data; e

7. Fotografias semanais da obra ou acompanhamento em tempo real via cftv – internet.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, em iniciativa conjunta promoveram este ano, diversas ações para criar mecanismos eficazes e preventivos a fim de garantir o acompanhamento, o controle e a fiscalização dos gastos públicos com a organização e a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Dentre essas ações, foram criadas, em ambas as Casas, Subcomissões de acompanhamento e fiscalização dos dois eventos, instâncias nas quais foram realizadas diversas audiências públicas com entes tanto da iniciativa privada quanto do setor público.

Órgãos do governo, responsáveis pela Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, nos âmbito federal, estadual e municipal, foram acionados para que prestassem as informações necessárias ao esclarecimentos sobre o que será realizado e quanto será investido nos eventos para atender aos compromissos assumidos pelos governos junto à FIFA e ao COI.

Além disso, foi criada uma Rede de Informações com a participação das duas Comissões, do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios das cidades-sedes, com o objetivo de estabelecer uma matriz de fiscalização baseada na troca de informações e experiências, e para dar total transparência às ações, sejam de obras, aquisições, contratações e outras que envolvam dinheiro público.

Para efetivar essas propostas será lançado um portal na rede mundial de computadores – Internet - que possibilitará à sociedade acompanhar a organização e a realização de ambos os eventos através de informações detalhadas que ficarão disponíveis a todos os cidadãos, os quais também poderão interagir com a fiscalização através denúncias que acharem pertinentes.

Assim, o presente projeto de lei tem como escopo consolidar essas iniciativas, materializando-as em um corpo legal, e estabelecer um marco fiscalizatório, que servirá como exemplo de transparência e eficiência para outras propostas de controle social de recursos públicos.

Além do projeto de lei apresentado pela Câmara e pelo Senado, os Tribunais, dentro de suas esferas de competência, também prepararam, ou estão preparando, instruções normativas com vistas a obtenção de informações para a alimentação do Portal, e para o disciplinamento da fiscalização conforme proposto pela Rede de Informações.

Na reunião realizada em 12 de novembro de 2009 o Tribunal de Contas da União apresentou à Rede sua proposta de Instrução Normativa.

4. Comitê das Olimpíadas

Em outubro de 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Ato contínuo, a Subcomissão passou a incorporar o seu acompanhamento, fiscalização e controle, conforme relatado anteriormente neste trabalho.

Da mesma forma, a Rede de Informações poderia utilizar a estrutura já montada, as decisões tomadas e incorporá-las aos trabalhos relativos aos Jogos Olímpicos.

Assim, em 12 de novembro de 2009, na reunião de trabalho realizada pela Rede, foi criado O Comitê Técnico das Olimpíadas de 2016, cujos participantes são a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal; o Tribunal de Contas da União; o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

A matriz de fiscalização já havia sido consolidada pelos três últimos entes – TCU, TCE-RJ e TCM-RJ – quando da fiscalização dos Jogos Panamericanos, e esses órgãos já estavam trabalhando em conjunto desde então como resultados positivos. Faltava apenas a sua incorporação formalização na Rede.

O projeto de lei proposto também incorporou os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e o projeto de Portal igualmente servirá para a divulgação das ações relacionadas ao evento.

7. Missões Oficiais

Foram realizadas duas visitas técnicas ao exterior – Alemanha e África do Sul, com o objetivo de conhecer e obter informações e experiências de países que já realizaram, ou estão realizando a Copa do Mundo de Futebol.

Alemanha

Em julho, por iniciativa própria, o Deputado Silvio Torres esteve na Alemanha ocasião em que cumpriu a seguinte agenda:

20 a 22/07/09	Frankfurt Encontro com o Senhor Ulrich Wolter, Coordenador Geral do Comitê de Organização da DFB para o Mundial de Futebol Feminino 2011. DEUTSCHER FUSSBALL-BUND FIFA Organisationskomitte WM 2011 Encontro com o Senhor Horst R. Schmidt, Tesoureiro da Copa do Mundo de 2006 DEUTSCHER FUSSBALL-BUND
23 a 26/07/09	Berlim Encontro como o Senhor Dr. Peter Danckert, Membro do SPD e Presidente da Comissão de Esportes DEUTSCHER BUNDESTAG (Parlamento Federal Alemão)
26 a 30/07/09	Munique Encontro com Franz Beckenbauer, Presidente do Comitê Organizador da Copa da Alemanha de 2006, e visita a estádios Encontro com Henriette Wägerle, Coordenadora de Marketing da Copa da Alemanha de 2006

A viagem foi extremamente produtiva tendo em vista os encontros com os principais organizadores da Copa do Mundo da Alemanha de 2006, as informações recebidas, e principalmente as experiências e impressões de cada um.

Além disso, foi possível também ser recebido pelo Presidente da Comissão de Esportes do Parlamento Europeu, ocasião em que pode-se conhecer o funcionamento daquela casa legislativa.

As informações recolhidas vão ser extremamente úteis para a organização da Copa de 2014, e os resultados obtidos pela Alemanha podem servir de parâmetros para o que podemos esperar com o evento no nosso País.

Todas as reuniões e visitas foram documentados em foto, vídeo e som.

Abaixo, segue os principais pontos observados na viagem à Alemanha:

Deputado Silvio Torres e Franz Beckenbauer

ORGANIZAÇÃO

Nenhum grande evento esportivo – Copa do Mundo ou Jogos Olímpicos, por exemplo – pode ser organizado sem apoio governamental. Já na candidatura o Governo Federal da Alemanha se prontificou a auxiliar a Federação Alemã de Futebol e a dar garantias à FIFA relativas, por exemplo, à concessão de vistos para prestações de serviço, regulamentações trabalhistas, direito aduaneiro e tributário, hinos e bandeiras (aspectos protocolares) e segurança.

Tão logo a Alemanha foi anunciada sede do Mundial um Comitê Organizador foi fundado pela Federação Alemã de Futebol e definido que o Ministério do Interior[1] seria o órgão governamental responsável pelos assuntos relacionados à Copa. A equipe de funcionários públicos que trabalhou no planejamento e execução da competição foi estabelecida em meados de 2003. Entre as principais tarefas desse grupo estavam:

1) gerir o círculo de trabalho interministerial (todos os 14 ministérios[2] da Alemanha estiveram envolvidos de alguma forma com a Copa do Mundo) e executar as decisões tomadas em reuniões;
2) reportar as atividades ao Parlamento Federal;
3) responder aos pedidos de informação vindos dos parlamentares;
4) manter contato com o Comitê Organizador, cidades-sedes, embaixadas, estados federais, instituições culturais, órgãos turísticos, entre outros;

1 Sempre envolvido com as questões relativas ao esporte, já que na Alemanha não há um Ministério exclusivo para tanto.
2Ministério das Relacões Exteriores, Ministério para Cooperacão e o Desenvolvimento Econômico, Ministério da Educacão e Pesquisa, Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Transportes, Ministério da Saúde, Ministério da Família, Ministério da Defesa, Ministério da Agricultura, Ministério da Tecnologia, Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério do Interior.

5) agendar compromissos relacionados à Copa do Mundo com ministros e secretários de Estado;

6) elaborar e comercializar materiais informativos sobre a Copa do Mundo;

7) coordenar, alavancar, deliberar, acompanhar e implementar as campanhas publicitárias, culturais e sociais relacionadas à Copa do Mundo;

8) executar e acompanhar a apresentação das atividades relacionadas à Copa do Mundo em exposições, feiras, convenções, entre outros;

9) manter a página oficial do governo na internet sobre a Copa do Mundo (www.wm2006.deutschland.de);

10) produzir durante a realização da Copa do Mundo um boletim diário para Ministros, secretários de Estado e parceiros, entre outros;

11) produzir relatório e balanço final da Copa do Mundo;

12) elaborar um conceito de comunicação para a Copa do Mundo;

13) recepcionar e cuidar das delegações estrangeiras (em especial a vinda da África do Sul) e dos grupos de jornalistas (trabalho realizado em parceria com o Instituto Goethe);

14) responder às questões e aos pedidos de informação vindos dos cidadãos da Alemanha e do mundo;

O tema “Die Welt zu Gast bei Freunden“ (O mundo entre amigos), foi definido pelo governo em cooperação com o Comitê Organizador, com as cidades-sede e com outros parceiros.

INVESTIMENTOS

O orçamento total do Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2006 **NÃO** incluiu dinheiro público. A candidatura da Alemanha e as fases seguintes de preparação do evento também foram financiadas pela Federação Alemã de Futebol **sem dinheiro público**. Também não houve investimentos de

segurança (caução) por parte do Governo na Copa do Mundo de 2006. O risco de um eventual prejuízo ficou por conta da Federação de Futebol que, já em setembro de 2006, por meio de seu Comitê Organizador apresentou um balanço financeiro positivo da competição. Também é necessário dizer que **cada estado e cidade-sede investiu verba de seus próprios orçamentos**[3] para a realização da Copa do Mundo.

Comitê Organizador

O orçamento total de investimentos do Comitê Organizador foi de 400 milhões de euros. 165 milhões foram subsidiados pela FIFA[4] e o restante pela Federação Alemã de Futebol e seus patrocinadores. A verba foi assim dividida:

1) 18% custos de organização;
2) 14% estádios;
3) 14% pessoal;
4) 13% mídia;
5) 11% verba reserva;
6) 6% segurança;
7) 6% transporte e trânsito;
8) 6% outros;
9) 5% voluntários;
10) 3% empregos terceirizados;
11) 3% cidades-sede;

Governo Federal

3 Dados não inclusos neste relatório.
4 Dados oficiais divulgados no relatório financeiro da FIFA 2003-2006.

Vários projetos e medidas providenciais foram realizadas pelo Governo Federal da Alemanha no período que antecedeu a realização da Copa do Mundo. Por exemplo, no sistema de trânsito e transportes. Desde 2000, quando o país foi anunciado sede da competição, o governo investiu sozinho 3,7 bilhões de euros[5] na construção e na renovação de 370 quilômetros de ruas e estradas.

Do planejamento oficial do Ministério do Interior também vieram os seguintes recursos:

- 195,8 milhões de euros para a modernização do Estádio Olímpico de Berlim e 51,1 milhões de euros para a reconstrução do Estádio Central de Leipizig, de 2000 a 2004;
- 29 milhões de euros, de 2003 a 2006, para a programação de arte e cultura da Copa (50 projetos relacionados com dança, teatro, música, cinema, televisão, literatura, entre outros, foram patrocinados);
- 10 milhões de euros para o projeto/campanha cultural "Alemanha – Terra das Idéias" (www.land-of-ideas.org), parceria do Ministério do Interior com a Federação das Indústrias, para mostrar a Alemanha dentro e fora do país;
- 3 milhões de euros para a campanha publicitária para difundir a "Alemanha anfitriã";
- 4,4 milhões de euros para apoio técnico e tecnológico para o Exército alemão.

RESULTADOS

Os efeitos da Copa do Mundo de 2006 no desenvolvimento da economia alemã divergem opiniões. Para alguns, a influência foi pequena e temporária e não correspondeu à expectativa de um efeito mais significativo na

5 Esse valor não foi incluído nos custos finais da Copa, no entanto fizeram diferença na organização do evento.

economia. Para outros, indicadores comprovam que houveram sim consequências positivas e mensuráveis.

De acordo com dados oficiais da FIFA a Copa do Mundo rendeu 556 milhões de euros, lucro de 156 milhões de euros dividido entre a FIFA (45 milhões de euros) e o Comitê Organizador (111 milhões[6]).

Segundo o Departamento Federal de Estatísticas da Alemanha, o crescimento no PIB em função da Copa do Mundo foi de 0,3% (cerca de 8 bilhões de euros). Também foram criados 50 mil novos empregos, a maioria deles temporários.

Já a Federação do Comércio Alemã contabilizou um impulso de dois bilhões de euros devido à competição. O setor gastronômico foi um dos que mais lucrou. Em junho e julho de 2006 o movimento cresceu 4% ou o equivalente a 300 milhões de euros. No setor hoteleiro o volume de negócios foi 8,5% maior (crescimento de 220 milhões de euros). O número de hospedagens/pernoites aumentou 8% em 2006 se comparado com o ano anterior. Em maio de 2006, o número de estrangeiros no país também foi maior: 10% a mais em maio e 31% maior em junho do que no mesmo período do ano de 2005[7].

No entanto, o maior ganho foi com a marca „Alemanha“. Segundo o índice Anholt-GMI-Nation-Brands-Index (NBI)[8], a marca ganhou simpatia no exterior e subiu para o segundo lugar no ranking internacional dos melhores

6 Desse valor pouco mais de 57 milhões foram utilizados para pagar impostos ao Governo Federal da Alemanha e o restante dividido entre a Federação Alemã e a Liga Alemã de Futebol.

7Dados publicados no relatório „Copa do Mundo de Futebol 2006 - Balanço Final do Governo Federal)

8O National Brands Index é calculado com base em opiniões de dez mil consumidores a respeito de seis áreas específicas: turismo, força das exportações, confiabilidade do governo, vontade de investir ou morar no país, relevância da cultura, e avaliação da população.

valores do mundo. Uma pesquisa realizada durante a Copa pela Agência Internacional para o Desenvolvimento da Capacitacão da Alemanha (InWent) e apresentada no "Seminário Internacional Perspectivas e Desafios para o Turismo – Copa do Mundo de 2014" mostrou que 88% dos turistas que estiveram na Alemanha durante os jogos recomendariam o país como destino turístico ao voltar para seus países de origem, enquanto 79% consideraram que passaram a ter uma melhor relação com a Alemanha. Além disso, 43% dos entrevistados estavam visitando o país pela primeira vez, o que mostra que um evento do tipo pode fortalecer qualquer país como destino turístico.

Setores ligados à segurança, à indústria alimentícia, à mídia e publicidade, aos aeroportos e às companhias aéreas também foram influenciados pela Copa e apresentaram crescimento em suas receitas.

África do Sul

No período de 26 a 31 de outubro, o Deputado Rômulo Gouveia, Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos com a Copa de 2104, e do Deputado Paulo Rattes, relator da Subcomissão e o Deputado Silvio Torres, realizaram viagem à África do Sul, oportunidade na qual cumpriram agenda com diversas autoridades daquele país, com o objetivo de trocar informações a respeito da organização e da realização da Copa do Mundo de 2010 que será realizada naqueles país.

A referida agenda foi organizada pela Embaixada do Brasil na África do Sul - Petrória, juntamente com a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério de Relações Exteriores e com a Assessoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Agenda cumprida

26/10/09 segunda	Partida do Aeroporto de Guarulhos (São Paulo) com destino a Johannesburgo – África do Sul
27/10/09 terça	Chegada em Johannesburgo – África do Sul Reunião de trabalho como o Dr. Danny Jordaan, CEO do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2010 e outros membros do COL Coletiva conjunta à imprensa com jornalistas da África do Sul e do Brasil Local: SAFA house, Soweto (Johannesburgo)
28/10/09 quarta	Neste dia havia uma agenda com o Prefeito de Johannesburgo, mas que foi cancelada de última hora, por motivo de viagem. Visita à Casa de Mandela Visita ao Bairro Soweto Visita ao Museu do Apartheid Local: Johannesbrugo
29/10/09 quinta	Visita ao Estádio “Soccer City” – local que abrigará os jogos de abertura e encerramento da Copa de 2010. A visita foi acompanhada pelo Sr. Rod Pearce, Responsável pelos projetos e obras dos estádios de

	Johannesburgo e contratado pela Prefeitura. Local: Johannesburgo Reunião de trabalho no Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2010 da Cidade de Johannesburgo, com a Sra. Tumi Dlamini, Chefe de Relações Internacionais do COL e responsável pelo marketing. Local: Sede do COL de Johannesburgo Visita ao Estádio Ellis Park, acompnhado pelo Sr. Rod Pearce
30/10/09 sexta	Encontro com a Prefeita da Cidade de Tshwane (Petrória), Sra. GM Ramokgopa Local: Prefeitura de Petrória Visita ao Centro de Treinamento “Superstadium” Local: Attergidgeville, Pretória Visita ao Estádio “Loftus Versveld” Local: Pretória Reunião de trabalho com o Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2010 da Cidade de Tshwane (Petrória), com o Sr. Godfrey Modise Nkwane, Chefe Executivo, com o Sr. Pieter Cloete, Engenheiro e Gerente de Projetos, e o Sr. Abel Mtshweni, Chefe de Relações Internacionais Local: Estádio “Loftus Versveld”, Petrória Encontro com o Sr. Jabu Moleketi, ex vice-ministro de Finanças e representante do setor privado no Conselho do CoMitê Organizador

	Local. Encontro com o jogador de futebol brasileiro Vinícius, que atua na equipe Swallows, para obter informações sobre o futebol africano
31/10/09 sábado	Partida do Aeroporto de Johannesburgo com destino à Guarulhos/SP

Deputado Rômulo Gouveia, Sr. Danny Joordan, Deputado Silvio Torres, Senador Cícero Lucena e Deputado Paulo Rattes

Dep. Paulo Rattes, Dep. Rômulo Gouveia, Dep. Silvio Torres, Assessora da Embaixada e a Prefeita de Tshwane, Sra. GM Ramokgopa

Considerações

Na primeira reunião de trabalho, foi possível assistir apresentação do coordenador –geral da Copa da África do Sul, Sr. Danny Jordan, que revelou diversos aspectos da organização como:

- A estrutura organizacional, o organograma e a matriz de responsabilidades;
- Os recursos e o cronograma de desembolso

- planejamento dos estádios e o cornograma de execução

Durante a missão, a comitiva pode visitar quatro estádios, sendo um deles designado como centro de treinamento. Além das visitas in loco, foi apresentado um panorama geral de outros estádios:

1. Soccer City

- Abertura e Final da Copa 2010/ Sowetto
- Termina obras em dezembro/ com acabamentos do entorno/ janeiro;
- Capacidade 87 mil torcedores
- Custo – US$ 400 milhões/ dolar 7/1 rands/ Previsão Inicial – US$ 300 milhões
- Foi totalmente reformado e chegou a empregar 3.500 pessoas
- Atualmente 2600 – 10 horas por dia/ empregos diretos
- Prevista uma grande área para estacionamento de carros fora / dentro apenas 15 vagas para Vips da FIFA
- Haverá estações próximas para ônibus e trens
- Obras a cargo da prefeitura de Johannesburgo/ dinheiro transferido pelo governo federal
- Após a Copa será entregue a uma empresa de gestão que vai receber em valor da PM e terá direito a explorar o estádio
- No Bairro de Sowetto (habitado por negros pobres/ 80% da Africa do Sul) já existe outro estádio que disputará público e mercado
- Ingresso para campeonato de futebol local/regional/nacional está em torno de R$ 5 reais (3 dólares)

- Há idéia de transferir jogos de rugby para lá/ torcedores e jogadores classe média branca
- Capacidade Lux foi aumentada de 1000 para 2.500

2. Ellis Park Stadium

- Capacidade para 60 mil torcedores/ Centro/ Coca-Cola Arena
- Reformado a um custo de mais ou menos US$ 50 milhões
- Utilizado por um time de rugby/Futebol Orlando Pirates
- Prefeitura pagou reformas para atender exigências da FIFA/ Lux 2.500
- Já há uma empresa explorando e administrando o estádio.

3. Orlando Stadium/ Sowetto

- Utilizado pelo Orlando Pirates
- Não será usado para jogos
- Considerado um estádio moderno

4. Loftus Versfeld Stadiumm – Petroria/ Tshwane

- 50 mil assentos
- Reformado por US$ 40 milhões, incluindo acessos
- Recursos das Prefeituras/ acordo com o time de rugby local que usa o estádio para contrapartidas de caráter social/ Mamelodi Sundowns
- Para equacionar problema de estacionamento dos veículos visitantes negociou espaços com universidade e escolas próximas
- Por exigência da FIFA, alterou legislação de zoneamento urbano
- Foi usado na Copa das Confederações.

5. Super Stadium – Pretoria

- Localizado em um bairro popular da região metropolitana de Pretoria. Foi reformado pela Prefeitura
- Capacidade para 40 mil torcedores
- Gastos – 20 milhões

- Servirá para treinamento das equipes (Brasil treinará lá)

6. Pilditch Stadium – Pretoria

- Foi previsto para ser um estádio reserva/ será usado para Fun Fest.

Além dos estádios, outra informação importante é a que segue abaixo contendo o planejamento daquele mundial.

Comitiva em visita ao Estádio Loftus Versveld

2010 FIFA WORLD CUP PROJECT

"HOW THIS PROJECT IS BEING IMPLEMENTED"

2010 FIFA World Cup Critical Dates…

- December 2006: Stadium Planning and Supporting Infrastructure Phase (Complete)
- January 2007: New Stadiums and Supporting Infrastructure Construction Commences (Complete)
- October 2008: FIFA Inspection Team for Readiness (Complete)
- March 2009: Construction on 4 Selected Stadiums (Complete)
- June – July 2009: 2009 FIFA Confederations Cup (Complete)
- December 2009: Stadiums/Supporting Infrastructure to be Completed
- January 2010 – May 2010: Operational projects…
- June 2010: 2010 FIFA World Cup Competition…

2

NATIONAL GOVERNMENT DELIVERY MODEL...

- **To deliver the 2010 FIFA World Cup a <u>project based model</u> has been adopted...**
- **To implement the overall 2010 FIFA World Cup project a myriad of sub-projects have been defined, procured, deadlines determined and are being implemented.**

5

Objectives of Delivery Model...

- Streamlined structure to eliminate organizational "clutter" and hierarchal tiers...
- Streamlined reporting...
- Streamlined decision-making...
- Streamlined funding to the point of project delivery...
- Reduce/eliminate political "gymnastics"...

Management Tool 2… Classification of Projects

- Developed by National Government to ensure Tight Project Management…
- LOC/FIFA & host cities use project classification framework…
- Government departments use project classification framework…
- Critical path developed for each project…
- Deadlines for each project determined…
- Benefits of approach are:
  - Harmonize information across all Host Cities and National & Provincial Departments and Local Organizing Committee/FIFA
  - Information used for tracking implementation, presentation to political leaders, LOC/FIFA, decision-makers and to citizens.

7

Management Tool 2: Project Classification with Key Responsibilities for Each Project…

- Project 1: Stadiums
  - Primary Responsibility: LOC, Host City & Stadium Authorities
- Project 2: Stadium Precinct
  - Primary Responsibility: Host City & Stadium Authorities
- Project 3: Transport (fixed and commuter)
  - Urban Roads & Buses: LOC, Dept of Transport & Host City
  - Commuter Rail: LOC, SARCC & Host City
  - National and Provincial Roads: SANRAL and others
  - Regional Transport Infrastructure: Provincial Dept of Transport
  - Airports: LOC, DoT, Host City, ACSA

8

Management Tool 2: Project Classification with Key Responsibilities for Each Project…

- Project 4: Training Venues
  - Primary Responsibility: LOC, Host City and Training Venue Owners
- Project 5: Fan Parks
  - Primary Responsibility: LOC, Host City, Minerals/Energy, DPE, DWAF
- Project 6: Supporting Infrastructure, Utilities
  - Primary Responsibility: Host City, DPLG, Minerals/Energy, DPE, DWAF
- Project 7: ICT (Telecommunications & Broadcast)
  - Primary Responsibility: Department of Communications, Associated Agencies (Telkom, Sentech & SABC), Host City and LOC/Host Broadcaster
- Project 8: Accommodation
  - Primary Responsibility: Host City, Private Sector and LOC/Match, Department of Environment & Tourism

9

Management Tool 2: Project Classification with Key Responsibilities for Each Project…

- Project 9: Tourism
  - Primary Responsibility: Host City, DEAT, Provincial Departments
- Project 10: Marketing Communication, Signage
  - Primary Responsibility: LOC, Host City, FIFA/LOC, Trade & Industry
- Project 11: City Beautification
  - Primary Responsibility: Host City
- Project 12: Health
  - Primary Responsibility: Host City, National Department of Health
- Project 13: Disaster Management
  - Primary Responsibility: Host City, National Department of Health, DPLG
- Project 14: FIFA Events and Match Planning
  - Primary Responsibility: Host City, FIFA, LOC

Management Tool 2: Project Classification with Key Responsibilities for Each Project…

- Project 15: Safety and Security, Justice and Bye-Laws
  - Primary Responsibility: LOC, Host City, SAPS and Agencies, Justice
- Project 16:Volunteer Program
  - Primary Responsibility: Host City (City Hired)
  - Primary Responsibility: FIFA/LOC (LOC Hired for Competition)
- Project 17: Environmental Rehabilitation
  - Primary Responsibility: Host City, DEAT
- Project 18: Waste Management
  - Primary Responsibility: Host City, DEAT, DWAF, DPLG
- Project 19: Business Closure during Event
  - Primary Responsibility: Host City

11

Management Tool 2: Project Classification with Key Responsibilities for Each Project…

- Project 20: Protocol and Ports of Entry Matters
  - Primary Responsibility: LOC, Foreign Affairs (Protocol)
  - Primary Responsibility: Home Affairs (Ports of Entry Visitor Processing)
  - Primary Responsibility: Public Works (Infrastructure Development Support)
- Project 21: Government Communication, Legacy, Hosting Strategy & Cultural Activities
  - Primary Responsibility: LOC, GCIS and Associated Agencies
  - Primary Responsibility: Department of Arts and Culture
  - Primary Responsibility: Legacy - Department of Sport
- Project 22: Support Initiatives
  - Procurement & Contracting Primary Responsibility: Department of Public Works
  - Tax Free Bubble: SARS
  - Reduced Price Tickets (VAT Refund): Department of Sport & Recreation
  - Base Camps: Requirements for Base Camp – Provincial Governments

12

Management Tool 2: Project Classification with Key Responsibilities for Each Project…

- Project 23: Overall Co-ordination & Reporting (TCC & IMC)
  - IMC Primary Responsibility: DSRSA, Presidency
  - TCC Primary Responsibility: DSRSA, Ministry of Finance
- Project 24: 2010 FIFA World Cup Finance
  - Primary Responsibility: National Treasury, Provincial Departments, LOC/FIFA and Host Cities

13

Budget Planning Considerations (focus project requests and ensure projects meet legacy requirements – not nice to haves!!)…

Macroeconomic stability

Manage 2010 FIFA World Cup budget → Targeted spending for 2010 FIFA World Cup Projects

Public expenditure

Accurate budget requests for 2010 FIFA World Cup Projects → Reporting on expenditure

Equitable distribution of resources

Equitable distribution to three spheres of government for 2010 FIFA World Cup Projects → Resources targeted to 2010 FIFA World Cup Projects

14

Budget Process & Timeline…

	Projects Defined & Planning	Budgeting
April	Determine and define 2010 FIFA World Cup projects	Departments prepare 2010 FIFA World projects and budgets, including detailed financing strategy, sources and application of funds statement, spending profile (cash flow)
June		
July	Propose budget framework, and division of resources to sphere of government	Intergovernmental and technical forums
Aug	Executive/s budget and division of resources	
Sept		2010 FIFA World Cup project and budget hearings
Oct	**Table Medium Term Budget Policy Statement and Adjustments estimates**	

15

Budget Process & Timeline…

	Appropriation	Departmental implementation & monitoring
Nov	Cabinet approves National Budget	
Jan		Departments revise medium term plans and finalise budget inputs
Feb	National Budget tabled	

Process keeps focus and reduces ad hoc funding requests and therefore introduces elements of cost control

Streamlined transfer of funds to the point of delivery e.g. Host Cities for Projects (reduces organizational clutter)…

16

Cost Control Mechanisms (1)…

Reporting
- Rigorous reporting structure implemented…
- Monthly cost reports and construction schedule required for stadium projects…
- All reports interrogated in detail…
- Over expenditure picked trends picked up very early in the construction programs…
- Remedial action introduced immediately to reduce cost overruns…
- Professional/consultants fee costs capped as a percentage of tender price not final completed cost (this focused consultants to manage costs)…

Contracting Strategy
- Fixed price contracts for:
  - 2 stadiums
  - Fibre cable broadcast
  - Satellite broadcast

17

Cost Control Mechanisms (2)…

Financing Strategy
- National Government funds targeted to the point of delivery (reducing other institutional costs)…
- Host City to contribute (this brought further cost control as funding requests were further interrogated)…
- Cash flow management to enable advanced procurement to ensure better prices for goods and materials…
- Delivery institutions received funds in advance to reduce interest costs and improve working capital for projects…
- Foreign exchange cover passed onto to contractor…

18

		Financial Year					
Project No	**Project**	FY 2006/2007	**FY 2007/2008**	**FY 2008/2009**	**FY 2009/2010**	**FY 2010/2011**	Total
1	Stadiuns(Planning & Infrastructure)	841,500,000	4,605,000,000	4,295,000,000	1,661,000,000	302,000,000	**11,704,500,00**
2	Stadium Precincts	Incl Prj 1	Incl Prj 1	Incl Prj 1	Incl Prj 1		**Incl Prj 1**
3	Transport	763,000,000	974,000,000	3,170,000,000	2,743,500,000	5,305,280,000	**12,955,780,000**
4	Even Training Venues & Base Camps				Host City Budget, MIG & Incl Prj 14	Host City Budget, MIG & Incl Prj 14	**Incl Prj & MIG**
5	Host City Fan Parks & Viewing Areas for Event				Host City Budget & Incl Prj 14	Host City Budget & Incl Prj 14	**Incl Prj 14**
6	Event Emergency Power & Utilities (substatiob duel connection)			136,000,000			**136,000,000**
7	Even Broadcast & Telecommunications			800,000,000	550,000,000	150,000,000	**1,500,000,000**
8	Visitor Accommodation			Pvt Sector and Dept Vote	Pvt Sector and Dept Vote	Pvt Sector and Dept Vote	Pvt Sector and Dept Vote
9	Tourism Promotion			Pvt Sector and Dept Vote	Pvt Sector and Dept Vote	Pvt Sector and Dept Vote	Pvt Sector and Dept Vote
10	City Promotion, Marketing & Sings				Incl Pjr 14	Incl Prj 14	**Incl Prj 14**
11	Stadium Precinct Beautification				Host City Budget & Incl Prj 14	Host City Budget & Incl Prj 14	**Incl Prj 14**
12	Event Health Management		202,000,000	238,112,000	385,470,000		**825,582,000**
13	Event Disaster Management						**Equitabe share**
14	Event Operations (Confed Cup and 2010)				507,000,000	210,000,000	**717,000,000**
15	Event Safety & Security		150,000,000	250,100,000	265,534,000	640,000,000	**1,305,634,000**
16	Event Volunteers (Training incl Sport Budget)				City Volunteers incl in Prj 14	City Volunteers incl in Prj 14	**25,000,000**
17	Event environmental Rehabilitation				Host City Budget & Incl Prj 14	Host City Budget & Incl Prj 14	**Incl Prj 14**
18	Event Waste Management				Host City Budget & Incl Prj 14	Host City Budget & Incl Prj 14	**Incl Prj 14**
19	Event Business Closure				Host City Budget	Host City Budget	
20a	Event Protocol, Ports of Entry Infrastructure			1,000,000,000	1,200,000,000	800,000,000	**3,000,000,000**
20b	Immigration		962,000	115,581,000	162,418,000	351,195,000	**630,156,000**
21	Event Comumnication, Hosting Strategy, Legacy & Cultural Events			Aggregate GCIS, Sport, Arts and Culture Budgets	Aggregate GCIS, Sport, Arts and Culture Budgets	Aggregate GCIS, Sport, Arts and Culture Budgets	**504,000,000**
22	Event Support Projects (Assistance for Commissionig Stadiums)				Incl Prj 14	Incl Prj 14	**Incl Prj 14**
23	Overall Event Co-ordination (IMC)		Dept Vote	Dept Vote	Dept Vote	Dept Vote	Dept Vote
24	Finance Departments Compilaation of Budgets		Dept Vote	Dept Vote	Dept Vote	Dept Vote	Dept Vote
Total							**33,167,652,000**

8. Conclusões e Recomendações

Ao decidir que o Brasil deveria acolher a Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014, o governo federal tomou, isso é absolutamente indiscutível, uma decisão acertada. Para qualquer país em condições de investir na captação e organização de um evento desse porte, realizar um festival com tamanhas implicações cria oportunidades inúmeras. Sendo, no caso de um país em desenvolvimento como o nosso, a mais significativa delas gerar empregos, criar oportunidades de trabalho e, com isso, garantir uma melhor distribuição de renda e, consequentemente, maior justiça social e econômica.

Sem sombra de dúvida, gerar empregos, criar oportunidades de trabalho e ampliar a justiça social e econômica a parcelas as mais amplas da população configura um excepcional legado. Maior, admita-se, do que a construção ou a renovação de estádios de acordo com parâmetros contemporâneos. Arenas multiuso, na realidade, aptas não apenas a serem palcos de partidas de futebol. Ambientes capazes de acolher eventos diversos e de oferecer aos consumidores atrativos os mais diferenciados, como cinemas, teatros, bares, restaurantes, casas de espetáculos, academias de ginástica, casas noturnas, lojas de roupas, livrarias.

No âmbito do acolhimento de um monumental evento do porte de uma Copa do Mundo de Futebol, abre-se também, para o país escolhido para realizar a competição, a possibilidade de investir na revitalização das cidades definidas para sediar os jogos. Carências que, em virtude do grau de desenvolvimento de um país, variam. Na Alemanha, por exemplo, sede da Copa de 2006, os investimentos realizados pelo governo alemão foram modestos se

comparados aos previstos para que o Brasil prepare-se para receber a Copa de 2014.

De acordo com o balanço da Copa de 2006, os gastos totais realizados pela Alemanha para receber o evento variaram entre oito e 10 bilhões de euros, dispendidos em infraestrutura, transporte público e outras ações, enquanto as despesas com estádios atingiu o total de 2 bilhões de euros. É evidente que não há como se comparar um país como a Alemanha, que dispõe de uma das maiores economias do mundo e conta com uma infraestrutura das mais eficientes, com a realidade brasileira.

Em virtude das gritantes diferenças existentes entre os dois países, prevê-se despesas entre R$ 100 bilhões e R$ 120 bilhões para o Brasil estar em condições de acolher o evento. O que, na melhor da hipóteses, implicaria o desembolso de cerca de 30 bilhões de euros. Recursos a serem gastos para capacitar o país a solucionar problemas os mais diversos, que vão desde a questão da mobilidade urbana ao de infraestrutura aeroportuária.

Quando o Brasil formalizou sua condição de candidato a hospedar a Copa de 2014, no primeiro semestre de 2007, a consagração da candidatura nacional era um fato de antemão conhecido. Não havia, como ocorreu na disputa pela realização da Copa do Mundo de Futebol de 2010, em que a África do Sul disputou o direito de hospedar a competição com outros concorrentes, nenhum candidato no continente sul-americano capaz de se contrapor à postulação brasileira.

Esse fato deveria – e poderia – ter estimulado os responsáveis pela candidatura do Brasil a deflagrar um processo de planejamento estratégico. Um planejamento capaz de levantar as necessidades das grandes cidades do país

que viriam a ser definidas como sedes dos jogos da Copa de 2014. Planejamento que ensejaria, com a devida antecedência, realizar uma previsão de ações a serem implementadas nos mais diversos setores. Planejamento que evitaria gastos de última hora, improvisados, que ensejam exageros, malversação e corrupção.

Tais providências, salutares, não foram, porém, tomadas, o que foi constatado por esta Subcomissão de Fiscalização e Controle dos Gastos Federais com a Organização da Copa de 2014. Criada que foi para evitar que os descalabros que caracterizaram a organização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, realizados em 2007, se repetissem. Implicando gastos desnecessários e, portanto, prejuízos para a sociedade, na medida em que recursos públicos foram dilapidados e nenhuma herança social o evento legou.

Os trabalhos aos quais a Subcomissão da Copa de 2014 se entregou geraram a especulação de que os seus integrantes cultivavam uma postura adversa à realização do evento. Nada mais equivocado. Nada mais falso. O objetivo maior dos integrantes da Subcomissão foi, apenas e tão somente, identificar quais ações serão bancadas pela contribuição da sociedade, na forma de impostos. E quanto custarão à Nação.

A tal tarefa a Subcomissão, com integral apoio da assessoria técnica da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, dedicou-se. E não apenas por intermédio da realização do ciclo de audiências públicas. A fim de identificar as ações e os custos necessários para preparar as cidades-sede para a Copa do Mundo do Brasil, foram aprovados requerimentos encaminhados à Casa Civil da Presidência da República e a diversos ministérios solicitando informações pontuais a respeito.

Corroborando a convicção, que se transformou em preocupação, de que nada foi planejado, respostas esclarecedoras não foram encaminhadas à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Patenteando, assim, que ao longo do confortável período de tempo existente entre a assinatura do Caderno de Encargos pelo presidente da República e a escolha do Brasil como destino da Copa de 2014 nenhuma providência, caracterizando planejamento estratégico, fixando metas de curto, médio e longo prazos, foi tomada.

É adequado, pois, focalizar-se como um dos pecados maiores em relação à Copa do Mundo de Futebol de 2014 a incompreensível resistência do Poder Executivo em criar um comitê interdisciplinar, integrado por representantes do governo federal, estaduais e municipais, do Congresso Nacional e de setores representativos da sociedade brasileira para gerir, em nome da Nação, a organização do evento. Para traçar as metas a serem atingidas a fim de dotar o país das condições necessárias – não apenas em relação às exigências que a FIFA faz em seu próprio favor e de seus parceiros – para que o evento resulte em uma ferramenta de alavancamento do país sob os mais variados aspectos. Capaz de criar uma imagem diferenciada e de valorizar a marca Brasil.

Ao contrário do Brasil, tão logo a Alemanha foi escolhida para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2006, tomou o governo daquele país a iniciativa de definir um Comitê Interministerial de Trabalho, integrado por 14 ministérios, que sob a coordenação do Ministério do Interior tornou-se o órgão governamental responsável pelos assuntos relacionados à Copa.

Semelhante providência foi adotada pela África do Sul, que após ganhar a concorrência, competindo com outros países daquele continente, para conquistar o direito de realizar a Copa de 2010, criou um comitê gestor formado por representantes da Federação Sul-Africana de Futebol, do governo federal, de

centrais sindiciais, de empresários e de representantes das cidades-sede. Com o Comitê Organizador da Copa de 2010, chefiado pelo senhor Danny Jordaan, reunimo-nos, quando missão parlamentar, integrada pelos deputados Sílvio Torres, Rômulo Gouveia, pelo senador Cícero Lucena e por este Relator viajou àquele país, entre 26 e 31 de outubro de 2009, para colher informações sobre a organização da Copa do Mundo no continente africano.

Tornou-se evidente que a África do Sul optou por um modelo transparente, diametralmente oposto ao definido pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol, senhor Ricardo Teixeira, para cuidar dos assuntos, temas e negócios da Copa de 2014. O Comitê Organizador Local da Copa do Mundo no Brasil constitui, na verdade, um pequeno enclave, sob a regência do presidente da CBF. O que foi patenteado na medida em que, convidados os senhores Ricardo Teixeira e Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central do Brasil e diretor-financeiro do COL da Copa de 2014, negaram-se a atender os convites para debater a organização do evento com os integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

O pecado maior, de fato mortal, cometido em relação à Copa de 2014, foi a incompreensível displicência do governo federal em relação à obrigatoriedade de elaborar o planejamento da Copa. Um plano de ação estipulando as ações a serem realizadas, em prazos diversos, para solucionar os gravíssimos problemas referentes à infraestrutura aeroportuária e à mobilidade urbana. Planejamento que, se concebido, possibilitaria a realização das obras necessárias nas cidades-sede com a devida antecedência, evitando que o Poder Executivo se transformasse em pronto-socorro para garantir recursos para a organização do Mundial.

Esses dois problemas, o da infraestrutura aeroportuária e o da mobilidade urbana, conjugam-se, lastimavelmente, na medida em que são aguardados entre 500.000 e 600.000 turistas internacionais no país durante o período da Copa de 2014. Contingente humano ao qual se agregarão levas de turistas domésticos que aumentarão, exponencialmente, os embarques e os desembarques. O que vai exigir do governo federal iniciativas para ampliar os terminais de passageiros dos aeroportos e assegurar condições a essa massa humana de trafegar em cidades que amargam imensas dificuldades de trânsito, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife, para citar apenas cinco exemplos.

Em audiência pública realizada no dia 25 de novembro de 2006, por iniciativa das Comissões de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano, e Turismo e Desporto, a situação em que se encontram os aeroportos brasileiros foi esmiuçada. E, com os pés solidamente plantados na terra – ou melhor, na realidade -, o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), José Márcio Mollo, disse, com todas as letras, que as empresas áereas preveem a possibilidade de o Brasil viver um nova crise aeroportuária. E deixou claro que o apagão está, em matéria de tempo cronológico, muito mais próximo do que se imagina. A persistir a situação atual, ocorrerá mais precisamente em 2013, ano da Copa das Confederações.

Para solucionar, agora a toque de caixa, a crise aeroportuária, a Infraero pretende investir, até 2013, R$ 5,5 bilhões em obras nos 15 aeroportos das cidades-sede, destinando, desse volume, R$ 1,39 bilhão ao Aeroporto de Guarulhos, R$ 936 milhões ao Aeroporto de Campinas, R$ 735 milhões ao Aeroporto do Galeão, R$ 524 milhões ao Aeroporto de Brasília, R$ 495 milhões ao Aeroporto de Porto Alegre, R$ 392 milhões ao Aeroporto de Confins, R$ 284 milhões ao Aeroporto de Congonhas, R$ 238 milhões ao Aeroporto de Manaus,

R$ 214 milhões ao Aeroporto Fortaleza, R$ 85 milhões ao Aeroporto de Cuiabá, R$ 76 milhões ao Aeroporto Santos Dumont, R$ 70 milhões ao Aeroporto de Curitiba, R$ 44 milhões ao Aeroporto de Salvador, R$ 33 milhões ao Aeroporto de Recife e R$ 5 milhões ao Aeroporto da Pampulha.

Acredita a Infraero que esses investimentos serão efetivamente realizados entre 2009 e 2013, o que garantirá a todos os terminais aeroportuários brasileiros dispor de uma capacidade superior à da demanda. Especialmente os estratégicos aeroportos de Guarulhos e de Brasília, *hubs* da aviação no país, principais pontos de redistribuição de vôos. O Aeroporto de Guarulhos já atingiu o limite em matéria de demanda/capacidade. Quanto ao Aeroporto de Brasília, a demanda supera hoje, em muito, a capacidade instalada. Resta, agora, esperar para ver. Mas respeitada a história recente, corre o Brasil o risco de não oferecer, no biênio 2013/2014, as condições necessárias para que os turistas que virão para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo sejam convenientemente atendidos ao desembarcar nos aeroportos brasileiros.

O meu partido integra a base parlamentar de apoio ao governo do presidente Lula. Eu, particularmente, entendo que captar e realizar grandes eventos é uma maneira inteligente de alavancar a economia do país. Mas, assim como o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Sílvio Torres, e o presidente da Subcomissão da Copa de 2014, Rômulo Gouveia, cultivo, à revelia de meu desejo mais íntimo, o sentimento de profunda preocupação com os rumos que está a tomar o Brasil em relação à organização da Copa de 2014.

Não brotou esse sentimento apenas e tão somente das insipientes informações prestadas aos integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle pelas altas autoridades do governo federal que aceitaram o convite para

falar sobre a organização da Copa. Nasceu a preocupação, que cresce à medida que o tempo passa e providências concretas não são tomadas, do fato de o Poder Executivo, depois que recebeu o estudo realizado pela ABDIB sobre as necessidades das cidades-sede para receber os jogos da competição, não ter dado publicidade ao trabalho.

Para realizar esse levantamento, o Ministério do Esporte, a CBF e a ABDIB firmaram o termo de cooperação técnica No. 001/2008, que reza*: "Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica a elaboração de estudos e projetos, pela ABDIB, com vistas a subsidiar a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que concerne à infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 (Copa 2014), que será realizada no Brasil, cujas cidades-sede serão definidas oportunamente".*

Esclarece a Cláusula Quarta – Dos Recursos do Termo de Cooperação Técnica No. 001/2008, que *"não haverá transferência de recursos, de qualquer espécie ou modalidade, entre os partícipes, para a execução do presente Termo. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta do respectivo tomador dos serviços".*

O Termo de Cooperação, que não implicou gasto algum para o governo federal, tendo no dia de sua assinatura sido realizada cerimônia com a presença do presidente da República, resultou na criação de um Comitê GT Copa. Grupo de trabalho esse formado por 27 megaempresas filiadas à ABDIB: Alstom, Alusa, Andrade Gutierrez, Construtora Barbosa Mello, Carioca/Christian Nielsen, Camargo Corrêa, CH2Mhill, CRAlmeida, EFACEC, E|T, Encalso, Grupo Equipav,

Galvão, Gerdau, OAS, Odebrecht, OHL Brasil, Oi, Queiroz Galvão, Santa Bárbara Engenharia, Schahin, Serveng, Siemens, Telefonica, Triunfo, Unibanco e Toshiba.

Time que, como informou seu braço institucional ao comemorar a assinatura do Termo de Cooperação com o governo federal e a CBF, *"considera que a Copa do Mundo é um evento de magnitude enorme que abre inúmeras oportunidades de negócios para as empresas brasileiras e que torna possível unir esforços para, inclusive, promover uma melhoria significativa da qualidade e na quantidade de infraestrutura do país. Um projeto dessas proporções precisa contar com a participação maciça e predominante da iniciativa privada para que os empreendimentos estejam prontos conforme planejados e deixem um legado de crescimento e desenvolvimento econômico e social após a realização dos jogos".* Posto que a ABDIB é uma entidade privada sem fins lucrativos, para a realização do estudo, de acordo com informação repassada a este Relator, cada megaempresa que integra o Grupo Técnico teria contribuído com R$ 300 mil – totalizando, portanto, R$ 8,1 milhões – para a consecução dos objetivos do Termo de Cooperação.

O desenho da organização da Copa de 2014 que está a se formar, em virtude de atrasos, procrastinações, postergações, dúvidas, incertezas, foi adensado durante a reunião da Rede de Fiscalização, realizada no dia 30 de novembro de 2009. Na ocasião, a secretária-executiva da Rede, senhora Andrea Rampani, perguntou aos representantes dos Tribunais de Contas presentes sobre as providências concretas tomadas pelos estados para deflagrar as obras. Com exceção dos respresentantes dos tribunais de contas dos estados do Amazonas e da Bahia, que tinha informações a dar - o Amazonas lançou concorrências para a construção do seu estádio, no valor de R$ 500 milhões; a Bahia lançou edital de Parceria Público-Privada para a reconstrução do estádio da Fonte Nova, que estaria paralisado –, os demais informaram que desconheciam a existência de

editais de licitação para a Copa de 2014, de acordo com as informações prestadas nenhum outro estado teria lançado editais de licitação para a Copa de 2014.

Respeitadas as informações hoje disponíveis, é, portanto, absolutamente coerente admitir-se que, em relação à organização da Copa de 2014, estamos frente à probabilidade de reeditar-se o episódio da organização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro. Ou seja, corremos o risco de constatar que um raio pode cair no mesmo lugar. O que seria uma triste, lastimável, desagradável coincidência. Hipótese que não posso furtar-me a aventar, na medida em que o tempo disponível para cerebrar-se um planejamento estratégico foi desperdiçado, como se aqueles que urdiram a candidatura brasileira, tanto na iniciativa privada como no setor público, tivessem entregado aos descaminhos da sorte a complexa tarefa de preparar o Brasil para hospedar a competição.

Ora, a Copa do Mundo FIFA de Futebol é, hoje, um fato que extrapola, em muito, os limites dos campos de futebol onde o certame é disputado. A Copa do Mundo FIFA de Futebol é, atualmente, uma competição que acontece em torno de jogos de futebol, mas que foi transformada em um poderoso business, que tem um objetivo precípuo: garantir a expansão do negócio futebol e garantir lucros, os mais fartos possíveis, à proprietária do evento – a FIFA – e aos seus organizadores. No caso da Copa de 2006, na Alemanha, essa rendeu 556 milhões de euros, resultando em lucro de 156 milhões de euros divididos entra a FIFA, que ficou com 45 milhões de euros, e o Comitê Organizador, que embolsou 111 milhões de euros.

É evidente, frente a essa realidade, a esses números - e também em face dos resultados positivos que o evento tem a capacidade de oferecer ao país -, que a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016 não podem nem devem

ser encarados como um ponto de honra, de exaltação do nacionalismo, do patriotismo ou de qualquer outro sentimento semelhante.

Em virtude disso, e com base no fato de que as demonstrações de presciência quanto à participação maciça da iniciativa privada na organização da Copa de 2014 transformaram-se em pó, concluo este Relatório, com base nas constatações feitas por esta Subcomissão, de que impõe-se ao Congresso Nacional - em face dos gastos que necessária e obrigatoriamente serão feitos pelos governos federal, estaduais e municipais para preparar o país para a competição - agir com cautela e precaução, dedicando-se, com afinco, à tarefa de fiscalizar e controlar, preventivamente e com rigor absoluto, as despesas públicas, sejam elas feitas com recursos do Orçamento da União ou por intermédio de linhas de financiamento oferecidas por instituições financeiras públicas de qualquer espécie, para evitar, a todo custo, desperdício, malversação, apropriação indébita e enriquecimento ilícito.

A imperiosa necessidade de realizar-se uma fiscalização prévia dos gastos públicos com a organização da Copa de 2014 é impostergável, como ficou evidenciado na reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, na edição de seis de dezembro de 2009. Intitulada ***"Interessados no trem-bala querem garantias",*** a matéria informa que *"os investidores privados interessados em construir e operar o trem-bala que deve ligar o Rio de Janeiro a São Paulo pressionam o governo por mais garantias para tocar o projeto".*

De autoria do repórter Humberto Medina, o texto garante que *"o governo deverá ceder" ... "para garantir que as empresas privadas embarquem no projeto, de R$ 35 bilhões, o governo deverá fazer as seguintes concessões:*

"1) Risco ambiental: o governo fica responsável pela licença prévia, fará o acompanhamento do processo de obtenção da licença e irá bancar os custos ambientais que excederem o que estiver lançado no projeto;

"2) Risco de demanda: deverá ser criada uma banda de flutuação da demanda. Se houver menos passageiros que o previsto, o governo banca a diferença até um limite. Se houver mais, o governo se apropria do ganho, até um limite.

"Além disso, os empresários querem mais tempo para apresentar proposta (180 dias após a publicação do edital, em vez dos 60 dias de praxe), sob a justificativa de que precisam mitigar riscos geológicos. Governo quer edital em consulta pública ainda em fevereiro.

"Em relação a essa demanda, o governo ainda não deu sinal verde. A princípio, a avaliação é que seis meses é tempo demais. O governo estaria disposto a conceder, no máximo, 120 dias. O normal, para obras de grande porte, varia de 60 a 90 dias".

Ressalta a matéria que *"as regras do leilão ainda não estão definidas".* Mas como já está estabelecido que o governo deverá financiar até 70% do projeto, por meio do BNDES, e que, como levantou a reportagem, *"criaria uma estatal que participaria da SPE (Sociedade de Propósito Específico) vencedora da disputa",* nada mais natural do que a Nação, por intermédio da Rede de Fiscalização que o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, deputado Sílvio Torres, idealizou, acompanhar, com rigor e método, todo o processo destinado à construção, de custo faraônico, do trem-bala.

A respeito, traço um paralelo: o combate travado pela WADA (Associção Mundial de Combate ao Doping) ao doping assemelha-se a uma "corrida armamentista". Competem, de um lado, os que desenvolvem drogas que tornam os atletas artificialmente mais fortes, mais velozes; de outro, os que se dedicam a identificar esses produtos nocivos à saúde dos atletas, que fraudam os resultados das competições.

A fiscalização e o controle do uso do dinheiro público para impedir desperdícios, malversação, corrupção, assemelha-se à corrida da controle do doping. Para que a utilização perversa do dinheiro público seja contida, ou pelo menos refreada, é imprescindível que os entes encarregados de preservar o bem que é comum a toda à sociedade empenhem-se em uma corrida evolutiva, destinada a modificar o meio, a aperfeiçoar os princípios éticos, criando, assim, uma cultura de fiscalização e controle no Brasil.

Para atingir essa finalidade, a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados coordenou a criação da Rede de Fiscalização da Copa de 2014, e em parceria estreita com a Comissão de Fiscalização do Senado Federal lançou o Portal de Fiscalização da Copa de 2014, que permitirá o controle das despesas com o evento e ensejará à sociedade ter conhecimento de como o seu dinheiro está sendo gasto. E com o quê.

A fim de contribuir, de maneira pragmática, para que esse objetivo seja plenamente alcançado, entendo, ao concluir esta peça, que é indispensável fazer as seguintes Recomendações:

* Criação, pelo Poder Executivo Federal, de Comissão Organizadora da Copa do Mundo de 2014, integrada por representantes dos governos federal, estaduais e municipais, do Congresso Nacional, de entidades independentes e

representativas da sociedade civil, de entidades representativas da indústria e do comércio nacionais, de entidades sindicais, da Confederação Brasileira de Futebol, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal e Territórios, dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios onde a competição se desenrolará e da Controladoria Geral da União, sob a coordenação do Ministério do Esporte.

* Elaboração de documento e sua apresentação ao Congresso Nacional das demandas relativas a obras e necessidades financeiras, apresentadas ao governo federal, formuladas por Estados e Municípios para organização da Copa de 2014.

* Apresentação ao Congresso Nacional do estudo elaborado, em razão do convênio firmado pelo Ministério do Esporte e pela Confederação Brasileira de Futebol com a Associação Brasileira de Infraestrutura de Bases – ABDIB –, com o objetivo de identificar as necessidades de infraestrutura das cidades-sede escolhidas pela FIFA para hospedar os jogos da Copa de 2014.

* Aprovação do projeto de lei No. 627/2009, apresentado na Câmara dos Deputados pelo deputado Sílvio Torres, e do projeto de lei No. 418/2009, apresentado no Senado Federal pelo senador Renato Casagrande.

* Criação de uma Comissão Mista Temporária, no âmbito do Congresso Nacional, para fiscalizar e controlar os gastos públicos com a organização da Copa de 2014.

* Criação, nos estados e municípios onde a competição será disputada, no âmbito do Poder Legislativo, de Comissões Permanentes para

fiscalizar e controlar os gastos públicos estaduais e municipais com a organização do evento.

* Definição e publicação, pelo Poder Executivo Federal, de um plano plurianual de investimentos para a organização a Copa de 2014.

* Definição e publicação, pelos Poderes Executivos Estaduais e Municipais, de planos plurianuais de investimentos, para a organização a Copa de 2014.

* Identificação, no Orçamento Geral da União, das ações e custos relativos à organização da Copa de 2014.

* Identificação, nos Orçamentos dos Estados e dos Municípios onde serão disputados os jogos da Copa de 2014, das ações e custos relativos à organização da Copa de 2014.

* Elaboração e divulgação, pelo Poder Executivo Federal, de estudo realizado por instituição independente de renome internacional sobre os legados pretendidos com a realização da Copa de 2014.

* Concessão de facilidades fiscais às micro e pequenas empresas nacionais que, na condição de terceirizadas pela FIFA, trabalharão no processo de organização e comercialização de produtos e serviços diretamente relacionados com a Copa de 2014, idênticas às que serão oferecidas à FIFA e aos parceiros por ela indicados pela Secretaria da Receita Federal.

* Determinação, por intermédio de fixação de cláusula no contrato a ser firmado por Estados ou Municípios para contratação de empréstimo junto ao

BNDES para a realização de obras de construção e reforma dos estádios para a Copa de 2014, de que as obras terão de ser iniciadas até o primeiro dia útil do mês de março de 2010, impreterivelmente.

* Elaboração, pelo governo federal, pelos governos estaduais e pelas administrações das cidades-sede de matriz de responsabilidade quanto às responsabilidades pela organização da Copa de 2014, identificando-se, claramente, os responsáveis pelas ações e despesas.

* Indicação, pelos governos federal, estaduais e municipais, de representantes para alimentar o Portal de Fiscalização da Copa de 2014 **(www.fiscaliza2014-2016.gov.br)** com informações sobre ações e custos relativos à organização do evento.

* Avaliação prévia obrigatória dos editais de licitação para obras de engenharia e para contratação de serviços por grupo técnico integrado por representantes do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas dos Estados e das cidades-sede quando houverem, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios e da Controladoria Geral da União.

* Criação de matriz, por grupo técnico integrado por representantes dos governos federal e dos governos dos estados e dos municípios onde acontecerão os jogos da Copa de 2014, de indicadores de legados sócio-econômicos decorrentes da realização da Copa de 2014.

* Fixação da obrigatoriedade, por parte dos beneficiários de recursos públicos de origem federal, estadual e/ou municipal, de garantir acesso irrestrito aos representantes dos entes de fiscalização e controle federal, estaduais e

municipais, e também aos representantes das comissões de fiscalização da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às informações sobre ações e custos e aos canteiros de toda e qualquer obra para a Copa de 2014 e para os Jogos Olímpicos de custeada com recursos públicos de qualquer fonte.

9. Encaminhamentos

Tendo em vista a amplitude das ações necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014, e em virtude das inúmeras responsabilidades atribuídas a instâncias as mais diversas dos Poderes Executivos Federal, Estaduais e Municipais, solicito que cópia deste Relatório seja encaminhada, para ciência e adoção das recomendações dele constantes, à:

Casa Civil da Presidência da República,
Ministério do Esporte,
Ministério das Cidades,
Ministério dos Transportes,
Ministério da Defesa,
Ministério do Planejamento,
Ministério do Turismo,
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero,
Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC,
Secretaria da Receita Federal,
Governo do Estado do Rio Grande do Sul,
Governo do Estado do Paraná,
Governo do Estado de São Paulo,
Governo do Estado do Rio de Janeiro,
Governo do Estado de Minas Gerais,
Governo do Distrito Federal,

Governo do Estado da Bahia,

Governo do Estado de Pernambuco,

Governo do Estado do Rio Grande do Norte,

Governo do Estado do Ceará,

Governo do Estado do Amazonas

Governo do Estado do Mato Grosso,

Prefeitura da Cidade de Porto Alegre,

Prefeitura da Cidade de Curitiba,

Prefeitura da Cidade de São Paulo,

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro,

Prefeitura da Cidade de Belo Horizonte,

Prefeitura da Cidade de Salvador,

Prefeitura da Cidade de Recife,

Prefeitura da Cidade de Natal,

Prefeitura da Cidade de Fortaleza,

Prefeitura da Cidade de Cuiabá,

Tribunal de Contas da União,

Tribunais de Contas que integram a Rede de Fiscalização dos Gastos Públicos com a Organização da Copa do Mundo de 2014,

Ministério Público Federal,

Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios onde os jogos da Copa de 2014 serão disputados,

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Brasília, 16 de dezembro de 2009.

Deputado Paulo Rattes

Relator da Subcomissão de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos para a Organização da Copa de 2014